



Um Lance de
Retórica



Copyright © 2020, Pedro Telles da Silveira.

Copyright © 2020, Editora Milfontes.

Avenida Adalberto Simão Nader, 1065/ 302, República, Vitória - ES, 29070-053.

Compra direta e fale conosco: <https://editoramilfontes.com.br>

Distribuição nacional em: www.amazon.com.br

editor@editoramilfontes.com.br

Brasil

Editor Chefe

Bruno César Nascimento

Curadoria

Aknaton Toczec Souza (UNISECAL) • Alexandre Avelar (UFU) • Arthur Ávila (UFRGS)

Bruno Guimarães (UFOP) • Cíntia Vieira (UFOP) • Cláudia Viscardi (UFJF)

Diogo Silva Corrêa (UVV) • Dirce Solis (UERJ) • Fabiana Fredrigo (UFG)

Fabio Franzini (UNIFESP) • Flávia Varella (UFSC) • Georgia Amitrano (UFU)

Gessica Guimarães (UERJ) • Julio Bentivoglio (UFES) • Karina Anhezini (UNESP FRANCA)

Marcelo Moraes (UERJ) • Marcelo Rangel (UFOP) • Maria Da Glória Oliveira (UFRRJ)

Pablo Ornelas (UVV) • Rafael Haddock-Lobo (UFRJ) • Ueber de Oliveira (UFES)

Valdei Araujo (UFOP)

Curadoria do mês de julho de 2020

Valdei Araujo (UFOP)

Cartas aos Leitores

Olá assinante,

É com grande prazer e alegria que nós, da Editora Milfontes, trazemos até você o Projeto ETHOS. Uma iniciativa que tem como objetivo estimular a participação coletiva na produção de obras de relevância para o campo das Humanidades.

Essa ideia de coletividade perpassa por todas as atividades que envolvem o processo do livro, indo desde o processo de indicação à impressão, ou seja, tudo envolve pessoas, e esse é nosso principal desafio e desejo... envolver pessoas.

Quando recebemos ou compramos um livro nós temos em nossas mãos um "objeto" acabado, desconhecendo as etapas e os rostos por trás daquela realização. O autor nos parece muito distante e a editora ainda mais. Um grupo de pessoas que nos atrai e seduz pelo texto e pelo trabalho que propuseram, mas que dificilmente será "tocado" pelo leitor.

Pessoas... é disso que o ecossistema do livro é feito, e interliga-las tornou-se fundamental, se não essencial, depois que o terror da pandemia mostrou sua face mais dura e terrível, o isolamento e a perda.

Pessoas...

No ETHOS a obra é indicada por um grupo de Professores e Professoras que estão no cotidiano das salas de aula e na vida dos alunos. Os textos a serem publicados são escolhidos e patrocinados por você, e o autor e a editora se tornam mais acessíveis por meio dos grupos de debate, redes sociais, espaços de convivência e videoconferências, nos aproximando e tornando a experiência do, e com, o livro ainda mais íntima, mas ao mesmo tempo ampla e coletiva. Uma atitude e uma ação para nos unir em torno de algo em comum que nos seduz: o prazer da leitura.

Por e para isso nasceu o ETHOS. Um clube de financiamento coletivo que conta com o seu apoio, e nosso amor pelos livros, para trazer novidades e apoiar autores. Toda uma cadeia de ações que depende e envolve rostos desconhecidos, mas que compartilham o desejo de pertencer a algo que sempre fez parte do seu dia a dia, mas que esteve tão longe.

E iniciando esse processo, considero importante a escolha da obra que você tem em mãos. Uma obra que trata do poder das palavras e que

proporciona uma profunda reflexão sobre o modo que lemos, escrevemos e lidamos com nosso passado.

Um lance de retórica é um convite ao leitor a repensar a sua relação com o texto, com a leitura e com a escrita, ou "em outras palavras [como apresentado pelo autor], a proposta que nos colocamos ao longo das páginas deste livro é compreender a história da historiografia pelo prisma das relações entre retórica e escrita da história".

Espero que gostem do livro. Que o projeto traga leituras instigantes. E mais do que isso... que novas parcerias, encontros, amizades floresçam em meio a tanta tragédia.

Boa leitura, seja bem-vinda(o) e que a cada livro tenhamos uma nova descoberta.

Bruno César Nascimento
Editor

Carta do curador

Um convite à redescobrir o prazer de ouvir e narrar

Para alguns colegas historiadores a palavra retórica é quase sempre usada para desqualificar alguma passagem nos documentos em que um sujeito parece dizer algo que não se encaixa muito bem com o seu lugar social ou de classe, tal qual estabelecido pelo "contexto histórico". O termo é empregado com o sentido de "mera retórica". Assim, segundo essa compreensão, no lugar de gastar nosso tempo com palavras e discursos vazios, deveríamos investigar as práticas, a realidade, e não sua representação enganadora. Como a leitura do livro de Pedro Telles da Silveira nos revela, esse tratamento da retórica representa em si mesmo uma fase de sua história de permanência e transformação, bem como um topos retórico em si mesmo, aquele que opõe a verdade nua ao ornamento superficial e enganador.

Apesar dessa recusa e rebaixamento, a retórica nunca deixou de ser uma parte fundamental da realidade histórica e uma ferramenta decisiva para a construção do conhecimento sobre ela. O fato de nossa formação humanística ter abandonado, em grande medida, o ensino da retórica não coincide com seu desaparecimento enquanto uma estrutura que ajuda a organizar a vida social.

Além de um importante e seguro guia para a compreensão da tradição retórica e suas metamorfoses contemporâneas, este livro é também resultado de um bem sucedido envolvimento com problemas e temas históricos. Assim, não se trata apenas de um compêndio de autores e temas, por si só bastante relevante; mas também resultado de uma reflexão original de seu autor acerca do valor e lugar da retórica na produção e recepção do conhecimento historiográfico.

A afirmação do autor de que a retoricidade de toda linguagem aponta para o fato de que não devemos esperar que certos discursos apresentem a "verdade nua", mas sempre estão acompanhados por sua situação, deveria nos alertar para os riscos renovados de tratar as palavras como idênticas à uma realidade substantiva. Não podemos, por um lado, tomar as palavras como "mera retórica"; mas também não podemos investir nelas o valor de substâncias imóveis portadoras de identidades metafísicas. Assim,

repetimos as palavras do autor que nos deveria servir de estímulo para uma relação menos naturalizante quando nos relacionamos com a força das palavras em uma época em que as redes sociais estabeleceram uma enorme confusão acerca dos horizontes performativos do que é dito e escrito: "A palavra é mais do que um veículo para enunciar a verdade ou traduzir a realidade. Ela também diz respeito ao consenso, às práticas sociais, ao prazer de ouvir e narrar". As palavras não são "mera retórica", mas isso não pode nos afastar da convicção de que elas devem servir para nos libertar, não nos aprisionar.

Valdei Araujo
Mariana, julho de 2020

Caro leitor(a),

Você acabou de receber em mãos *Um lance de retórica: retórica e linguagem na construção do discurso histórico*, o primeiro volume da Coleção Ethos, o clube de assinatura de humanidades da Editora Milfontes. Como você já deve saber, atravessamos tempos difíceis e incertos. Entretanto, iniciativas como a Coleção Ethos visam disponibilizar espaço para que a produção acadêmica e a atividade intelectual possam florescer. Assim, ao assinar a Coleção Ethos, você não está somente ajudando uma editora ainda pequena, mas também contribuindo para o ambiente de debate e para que a produção acadêmica no país encontre uma interface com o público.

Um lance de retórica é um trabalho de curiosidade... e encomenda. Já há alguns anos, fui abordado pela Profa. Dr. Helena Miranda Mollo que me pediu a escrita de um pequeno livro sobre as relações entre história e retórica. Entre idas e vindas, prazos estourados (principalmente da minha parte), este livro finalmente sai a público.

Aquele pedido inicial foi transformado em algo mais ambicioso, que tentei realizar ao cabo de mais ou menos 150 páginas, pois o que significa pensar as relações entre história e retórica senão refletir sobre o problema da linguagem na construção do discurso histórico? De repente, toda a história da historiografia, da Antiguidade à nossa época, se descortinava como o campo através do qual esta questão se manifestava. O livro é uma tentativa de recuperação dos debates acerca deste tema, assim como o esboço de uma visão global e sintética da escrita da história. Espero que você julgue favoravelmente os esforços que parecem ir em direções tão opostas ao mesmo tempo. Infelizmente, não tenho mais o benefício da juventude para culpar pela ambição desenfreada.

Este livro não existiria sem o apoio de inúmeros colegas, que não tenho espaço para citar aqui. Ele também não seria possível sem a contribuição do ambiente rico e favorável à pesquisa científica que foi construído no país nos últimos quinze anos e que parece, agora, tão rapidamente se desfazer sob o ataque de administrações que não concebem a importância do pensamento. Ele também não existiria sem a Editora

Milfontes, que encampou a tarefa de contribuir para a intervenção pública de intelectuais acadêmicos e possibilitar que os limites da universidade se tornem cada vez mais abertos e diversificados.

Por tudo isso, espero que este seja apenas o primeiro de muitos volumes da Coleção Ethos que você receberá em mãos.

Pedro Telles da Silveira

Autor

PEDRO TELLES DA SILVEIRA

UM LANCE DE RETÓRICA

*retórica e linguagem
na construção do discurso histórico*

Coleção ETHOS - Nosso Clube

Volume I



EDITORA MILFONTES

Vitória, 2020

Sumário

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação digital) sem a permissão prévia da editora.

Revisão

Rozimery Baptista Fontana Nascimento

Capa

Imagem da capa:

Escrita bico de pena

Autor: não citado, logo, tenho declarado que não existe intenção de violação de propriedade intelectual

Bruno César Nascimento - *Aspectos*

Projeto Gráfico e Editoração

Bruno César Nascimento

Impressão e Acabamento

GM Gráfica e Editora

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F224i SILVEIRA, Pedro Telles da.

Um lance de retórica: retórica e linguagem na construção do discurso histórico/ Pedro Telles da Silveira. Coleção Ethos - Nosso Clube. Volume 1.

Vitória: Editora Milfontes, 2020.

212 p.: 23 cm.

ISBN: 978-65-86207-17-0

1. História 2. Retórica 3. Discurso 4. Linguagem I. Silveira, Pedro Telles da II. Título.

CDD 901.02

Introdução.....	17
I: A retórica clássica e a escrita da história.....	29
<i>A retórica antes de Aristóteles</i>	30
As origens da retórica (I).....	31
As origens da retórica (II).....	34
Teoria e empiria; ciência e técnica.....	37
Os sofistas.....	39
<i>Aristóteles e a retórica, mais uma vez</i>	41
O entimema.....	46
<i>A constituição da tradição retórica</i>	49
A retórica e as mulheres.....	54
O “sistema” retórico.....	55
A retórica e as artes da memória.....	59
Da retórica às Belas Letras.....	61
Retórica e as letras seiscentistas.....	64
O humano e o discursivo.....	66
<i>A escrita da história na retórica clássica</i>	67
<i>Entre as palavras e as coisas</i>	76
II: A retórica da história.....	83
<i>O eclipse da retórica</i>	83
Cultura e civilização.....	86
As condições de impossibilidade da retórica.....	87
A tópica.....	92
<i>A supressão da retórica na constituição da ciência histórica</i>	93
O método histórico de um ponto de vista retórico.....	98
“Dizer só o que aconteceu”.....	100
Compor a história no século XIX.....	104
<i>A história no panorama das disciplinas científicas</i>	112
Demonstração e argumentação.....	118

III: Retórica, giro linguístico e historiografia	123
<i>Uma introdução ao giro linguístico.....</i>	<i>124</i>
A “ilusão referencial”	129
<i>A retórica e o problema da linguagem.....</i>	<i>134</i>
Retórica e filosofia da linguagem.....	135
A Escola de Cambridge	138
O trabalho da metáfora	139
A metáfora e o conceito	147
A tropologia	151
Retórica, poética e recepção	154
Os gêneros.....	158
<i>Retórica(s), linguagem e os debates historiográficos do século XX.....</i>	<i>161</i>
Compreensão e explicação.....	161
Texto e contexto na história intelectual.....	170
Retórica, referência e relativismo	174
Epílogo.....	181
<i>Para além do giro linguístico.....</i>	<i>184</i>
<i>O desafio do pós-humano</i>	<i>188</i>
Sugestões de leitura	193
Referências bibliográficas.....	199

Introdução

A retórica se tornou estranha a nós. Essas palavras não foram ditas pela primeira vez aqui, mas foram enunciadas em 1939 pelo historiador da literatura de nacionalidade alemã Ernst Robert Curtius ao introduzir o capítulo dedicado à retórica de seu clássico *Literatura Latina e Idade Média Europeia*.¹ Escritas naquele tenso momento da história do continente europeu marcado pela Segunda Guerra, elas adquirem o tom de um lamento pelo naufrágio da civilização europeia frente à barbárie nazista.² Para muitos europeus de sua época, a retórica era apenas uma sombra do que já havia sido, porém ela chegara a constituir o aspecto mais significativo de uma identidade comum que ligava os diferentes povos cuja união a guerra agora dilacerava: a herança do mundo clássico, uma história que remontava, culturalmente, à Grécia antiga e, politicamente, ao Império romano.

Esse havia sido o mundo da retórica.

A retórica acompanhou a história ocidental por mais de dois mil e quinhentos anos. Pode-se imaginar, como sugere Roland Barthes, “tudo aquilo que, imutável, impassível, e como que imortal, ela viu nascer, passar, desaparecer, sem se comover e sem se alterar”:

a democracia ateniense, os reinos egípcios, a República Romana, o Império Romano, as grandes invasões, o feudalismo, a Renascença, a monarquia, a Revolução Francesa; digeriu regimes, religiões, civilizações; moribunda desde a Renascença, leva três séculos para morrer; e ainda não é certo que ela esteja morta.³

A retórica desafia a história. Mas ela desafia a história não apenas graças à extensão de seu período de vigência, que atravessa fronteiras

¹ CURTIUS, Ernst Robert. *Literatura europeia e Idade Média Latina*. São Paulo: EdUSP, 2006, p. 99.

² FUMAROLI, Marc. *L'âge d'éloquence. Rhetorique et "res literaria" de la Renaissance au seuil de l'époque classique*. Genève: Droz, 2002, p. 11-12; PLETT, Heinrich. *Literary Rhetoric. Concepts – Structure – Analysis*. Leiden: Brill, 2010, p. 6.

³ BARTHES, Roland. O método estruturalista. In.: HEUSH, Luc de [et. al.]. *O método estruturalista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1967, p. 8.

cronológicas como as compreendidas pelas divisões da História Antiga, da História Medieval e da Idade Moderna. Ela desafia porque, uma vez estabelecida ao final da Antiguidade, permaneceu

essencialmente inalterada em suas características principais, ainda que constantemente revisada e às vezes tornada mais detalhada por professores que buscavam alguma originalidade.⁴

Ora, se pensamos que a história é um processo de incessante mudança, como podemos compreender um fenômeno que existiu “imutável, impassível, e como que imortal” durante tanto tempo? A retórica parece não apenas acompanhar a história do Ocidente como também se situar fora dela.

Avançando algumas décadas, em 1997 o historiador italiano Carlo Ginzburg foi convidado para proferir um ciclo de palestras na Universidade de Jerusalém. O tema que escolheu foi a retórica e suas relações com o conhecimento histórico. Estas palestras chegaram ao público brasileiro sob o título de *Relações de Força. História, retórica e prova*, publicado em 2002 e acrescido de uma longa introdução, maior que qualquer capítulo do livro, na qual Ginzburg delineava o horizonte intelectual que tinha em mente ao pronunciar e coligar para publicação aquelas conferências. O historiador italiano procurava reagir às “teses céticas baseadas na redução da historiografia à sua dimensão narrativa ou retórica [que] circulam já há alguns decênios”.⁵ “Ainda que não totalmente coincidentes”, continuava o autor, estas teses e aqueles que as defendem concordam que

a historiografia, assim como a retórica, se propõe unicamente a convencer; o seu fim é a eficácia, não a verdade; de forma não diversa de um romance, uma obra historiográfica constrói um mundo textual autônomo que não tem nenhuma relação demonstrável com a realidade extratextual à qual se refere e textos historiográficos e textos de ficção são autorreferenciais tendo em vista que estão unidos por uma dimensão retórica.⁶

A retórica denuncia a retirada da historiografia de qualquer pretensão de verdade entendida como remissão a uma realidade que existe para além do texto. Com a retórica, argumenta Ginzburg, a historiografia

⁴ KENNEDY, George A. *A New History of Classical Rhetoric*. Princeton: Princeton University Press, 1994, p. 6.

⁵ GINZBURG, Carlo. *Relações de força. História, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 13.

⁶ *Ibidem*, p. 47.

se tornava meramente uma prática textual, tão válida como atividade do conhecimento quanto um romance ou escrito de ficção.

Como se não bastassem estes problemas próprios à disciplina histórica, estas “teses céticas”, argumentava Ginzburg, eram formuladas e expressas num contexto agravado pelo multiculturalismo, no qual a existência de diferentes costumes lançava a questão de sua validade para a coexistência entre pessoas que seguiam hábitos distintos. No limiar da argumentação de Ginzburg se encontra o relativismo histórico e sua perigosa proximidade à negação do Holocausto, de modo que aquela mesma palavra que estruturava o lamento de Ernst Robert Curtius como defesa do patrimônio intelectual do Ocidente – a retórica –, era agora brandida, denunciava Carlo Ginzburg, pelos que procuravam retirar da cultura ocidental qualquer primazia pela qual o Ocidente poderia servir de padrão para julgar as demais culturas.

Como uma mesma palavra, *retórica*, pode ser considerada representante de valores tão distintos, se não opostos? Seria esta uma e mesma retórica, a que estabelecera as fundações da cultura literária ocidental e a que procura, agora, retirar dela qualquer preponderância e tratá-la como mais uma cultura entre outras? A retórica, ao que indicam estas mudanças, possui também uma história e, mais importante ainda, não se situa fora da história, mas se inscreve em seu interior, sofre suas transformações e, dessas, adquire novos significados e valores.

O objetivo deste livro é apresentar, sob a forma de um grande panorama, algumas questões decisivas a respeito das relações entre a retórica e a escrita da história. Como técnica de composição dos mais variados tipos de discursos, a retórica acompanhou a historiografia praticamente desde seu surgimento. A tradição retórica alcançou seu fim às raias da modernidade, quando não apenas a experiência histórica mas também a escrita da história passaram por profundas transformações. Ambas voltaram a caminhar juntas nas últimas décadas, sob a influência de outras modificações no modo pelo qual a história é tanto vivida quanto compreendida. No contexto de um intenso questionamento sobre a linguagem é que aparecem com força as “teses céticas” contra as quais Carlo Ginzburg se insurge. Desde então, a retórica se tornou um termo tanto inevitável quanto problemático para o conhecimento histórico.

Neste livro não estudaremos apenas a história da retórica tampouco buscaremos defender sua importância para a reflexão sobre a historiografia. Procuraremos, isso sim, esboçar uma narrativa acerca da história da produção do conhecimento histórico que leve em conta a retórica como um de seus principais fatores. Em outras palavras, a proposta que nos colocamos ao longo das páginas deste livro é compreender a história da historiografia pelo prisma das relações entre retórica e escrita da história.

Da antiga retórica às novas retóricas

Nas últimas décadas, a retórica tem feito seu retorno ao palco das Ciências Humanas. No princípio, por meio das investigações acerca da natureza e dos usos da linguagem, a retórica ganhou, em anos recentes, espaço institucional como área de pesquisa acadêmica. Tendo em mente o caso brasileiro, por exemplo, em 2010 foi criada a Sociedade Brasileira de Retórica, a qual congrega especialistas de diferentes áreas que possuem aspectos da retórica – dentre eles, a escrita da história – como uma preocupação em comum.

Estas iniciativas não escondem o caráter multifacetado da retórica. Por isso, defini-la satisfatoriamente não é fácil. Ao sondar os diferentes significados que lhe foram atribuídos desde a Antiguidade, pode-se dizer que a retórica, nos diálogos platônicos, é sucessivamente elevada e destronada como arte do discurso e do convencimento; já para Aristóteles, autor de um famoso tratado que ainda é referência para o estudo da retórica, ela é vista como um ramo da argumentação; entre os romanos e, posteriormente, na tradição europeia, a retórica é uma técnica da composição literária e de sua performance oral, e chega, por fim, a constituir aquela vaga mas duradoura noção de Belas Letras; para os estudiosos da literatura, ela é o corpo desta tradição, responsável por um conjunto de temas, fórmulas e conteúdos que são retomados pelos mais variados escritos e que guiam a análise dos diferentes textos literários; atualmente, o campo sobre o qual a retórica se estendia está espalhado por disciplinas como a “linguística, teoria da informação, estilística, crítica literária, sociologia, comunicação, *marketing*, relações públicas”.⁷ Com base em todas estas definições, a retórica parece se referir a qualquer coisa

⁷ WELLBERY, David. Retoricidade: sobre o retorno modernista da retórica. In: WELLBERY, David. *Neo-retórica e desconstrução*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 13.

ou, inversamente, a coisa nenhuma, o que espelha uma situação da qual se costuma esperar “tudo ou nada” dela.⁸

“A retórica”, segundo o crítico literário norte-americano David Wellbery, “começou como uma codificação do uso da oratória”.⁹ Ligada à argumentação e ao convencimento, a sistematização da retórica passou a tratar também de como os diferentes grupos respondiam aos discursos e às circunstâncias nas quais eles eram proferidos. Assim, a retórica desenvolveu uma espécie de psicologia e se transformou numa teoria da ação verbal, no sentido de “dar conta do comportamento no vasto e contingente domínio do diálogo humano”. Depois, ela passou a fazer parte do currículo escolar romano e europeu e constituiu o repertório comum a gerações de homens de letras, advogados, políticos e legisladores no momento de defender suas causas, realizar o elogio ou a condenação de outra pessoa, decidir os rumos da comunidade política ou simplesmente “escrever bem”. Tal educação era baseada no entendimento das diferentes situações enunciativas e, neste sentido, a “arte retórica discrimina[va] as plateias de acordo com posição, educação e caráter social”.¹⁰ Este conjunto de fatores aponta para o fato de a retórica envolver tanto a materialidade da comunicação – a ocasião na qual o discurso é proferido, os gestos e a aparência do orador, o tempo disponível, a disposição do público etc. – quanto o que é dito e por quais motivos as pessoas assumem esta ou aquela decisão. A retórica aborda os usos comunicativos da linguagem e possui uma concepção global desta, expressa em seus três objetivos principais, quais sejam, instruir (*docere*), deleitar (*delectare*) e conduzir à ação (*mouere*). Em outras palavras, com a retórica é necessário considerar simultaneamente os usos informativos, estéticos e performativos da linguagem, e não apenas um ou outro.

Por outro lado, a retórica não se reduziu, ao longo da sua história, apenas às suas aplicações práticas e à elaboração das diferentes técnicas de convencimento. Ela também tratou de como os discursos e os textos são recebidos; por isso, pode-se seguir também o historiador da literatura francês Marc Fumaroli quando define a retórica como

⁸ LACAPRA, Dominick. Retórica e história. *Revista Territórios e Fronteiras*, v. 6, n. 1, p. 98, 2013.

⁹ WELLBERY, David. Retoricidade... *Op. cit.*, p. 14.

¹⁰ *Ibidem*, loc. cit.

uma “estrutura da inteligibilidade”.¹¹ A arte retórica desenvolveu um manancial de conceitos capazes de julgar a pertinência das orações e peças escritas com relação ao tema de que tratam, a ocasião em que são lidas ou faladas e a quem se destinam. Por trás da retórica está uma visão altamente codificada das relações sociais e, simultaneamente, a concepção de que cada discurso é uma aposta, que nenhum texto possui significado sozinho, mas ganha sentido no momento em que é dito e é realizado com uma ou mais intenções que o motivam. Entre as palavras e as ações, este é o domínio da retórica.

Ainda segundo Marc Fumaroli, a retórica é não apenas uma estrutura como também uma “estrutura viva”, suscetível a uma “tradição evolutiva ao longo do tempo” e capaz de “surpreendentes metamorfoses”.¹² Transformação e estabilidade se combinam na história da retórica. Esta “estrutura viva” surgiu num contexto específico, aquele da experiência política pré-moderna e de sua sociedade, fortemente hierarquizada.¹³ Esta comunicação era sobretudo oral e, apenas depois, passou a fazer parte das práticas letradas. Por esses e outros motivos, o que era entendido como retórica (o sentido evocado por Curtius, por exemplo) e o que constitui a retomada da retórica hoje (o significado denunciado por Ginzburg) são bastante diferentes. Ao mesmo tempo, os conceitos formulados pela tradição retórica clássica são reatualizados e reinterpretados em outras modalidades do conhecimento, mantendo-se relevantes na reflexão teórica contemporânea. Nesse sentido, se é possível dizer que existe certo exagero em afirmar que a retórica atual “compartilha com sua predecessora pouco mais que o nome”,¹⁴ não se pode negar que “em comparação com sua antecedente clássica, esta retórica vem radicalmente alterada”.¹⁵

“A retórica hoje”, afirma David Wellbery, “não é nem uma doutrina unificada nem um conjunto coerente de práticas discursivas”, pelo contrário, trata-se de um

campo transdisciplinar de preocupação prática e intelectual, um campo que está ligado a recursos conceituais de natureza radicalmente

heterogênea e não assume a forma estável de sistema ou método de educação.¹⁶

O mesmo diagnóstico foi feito por Dominick LaCapra, ainda na década de 1980, quando notou que a retórica é entendida como uma “dimensão de toda a linguagem usada” e que, por isso, o problema que coloca é o de como “pode e deve interagir com outras dimensões do discurso nas várias disciplinas”.¹⁷ Refletir novamente acerca da retórica implica também em repensar as fronteiras das disciplinas científicas e as relações entre os saberes.

Do mesmo modo, a retórica atualmente não pode estar resumida às fronteiras acadêmicas de uma disciplina própria – a retórica como área autônoma de pesquisa – tampouco ser reduzida às dimensões de instrumento, pronto para ser aplicado às mais diferentes matérias.¹⁸ Como se pode compreendê-la hoje, então? Ela pode ser pensada como *retoricidade*, isto é, como uma característica geral da própria experiência e linguagem humanas:

a tradição retórica clássica dilatou o discurso e o fixou numa malha de limitações: ele era um domínio governado por regras, cujos procedimentos próprios eram delimitados pelas instituições que organizavam a interação e a dominação na sociedade europeia tradicional. A retoricidade, em contraste, não está presa a nenhum conjunto específico de instituições. Ela manifesta o caráter sem fundamento do discurso, que se ramifica infinitamente no mundo moderno. Por essa razão, não permite qualquer metadiscorso explicativo que já não seja ele próprio retórico. A retórica não é mais o título de uma doutrina e uma prática, nem uma forma de memória cultural; torna-se, em vez disso, algo como a condição de nossa existência.¹⁹

A *retoricidade* está ligada ao caráter pré-conceitual da linguagem, indicando sua opacidade. Ela deixa de ser um instrumento transparente que perfaz a ligação entre a realidade e sua apreensão pela linguagem para se transformar num elemento que ao mesmo tempo delimita e possibilita a compreensão do mundo.²⁰ A possibilidade de pensar a retórica no mundo

11 FUMAROLI, Marc. *L'Âge de l'éloquence: rhétorique et 'des literaria', de la Renaissance au seuil de l'époque classique*. Genève: Librairie Droz, 2009, p.XI.

12 *Ibidem*, p. IX-X.

13 WELLBERY, David. *Retoricidade... Op. cit.*, p. 15.

14 *Ibidem*, p. 31.

15 *Ibidem*, p. 13.

16 WELLBERY, David. *Retoricidade... Op. cit.*, p. 31.

17 LACAPRA, Dominick. *Retórica e história... Op. cit.*, p. 99.

18 *Ibidem*, p. 102.

19 WELLBERY, David. *Retoricidade... Op. cit.*, p. 31.

20 *Ibidem*, p. 32-33.

moderno implica reconhecer que não existe discurso que estabeleça uma relação privilegiada com a realidade.²¹ Toda prática discursiva é igualmente retórica, isto é, marcada por suas circunstâncias de enunciação. Entendida como uma característica fundamental da prática discursiva e do uso da linguagem pelos seres humanos, a retórica sob a forma da *retoricidade* coloca em questão as ambições de todos os discursos que se pretendem científicos ou verdadeiros.

Não é despropositada, portanto, a consideração de Carlo Ginzburg segundo a qual a compreensão da retórica junto a historiografia torna cada vez mais difícil verificar a relação entre conhecimento histórico e realidade passada. No conjunto das reflexões deste livro, entretanto, pode-se perguntar se o historiador italiano não possui uma concepção demasiada limitada da linguagem que possibilita justamente o surgimento de uma inquietação como esta. A palavra é mais do que um veículo para enunciar a verdade ou traduzir a realidade. Ela também diz respeito ao consenso, às práticas sociais, ao prazer de ouvir e narrar. E se levarmos a linguagem a sério, como problema para a escrita da história, onde chegaremos?

Os historiadores e a linguagem

Não é incomum elogiar um historiador ou historiadora que escreve bem dizendo que ele ou ela pode ser lido “como se fosse um romance”.²² Esta afirmação banal revela que os historiadores e historiadoras profissionais – e muitos dos leitores de história – costumam considerar a preocupação com o texto e com a escrita como própria a literatura, não a historiografia. Com isso, o potencial cognitivo do texto histórico é neutralizado e diminuído, como se fosse apenas uma camada sobreposta ao verdadeiro trabalho do historiador, a pesquisa. A superfície do texto é pensada somente como veículo para informações, o que reitera a distinção entre forma e conteúdo; a escrita fica reduzida ao estilo, espécie de ornamento do discurso e, de quebra, ainda se retira a literatura do âmbito do conhecimento, como se fosse apenas recreação sem capacidade de nos fazer refletir sobre o mundo.

21 ARAUJO, Valdeí Lopes de; RANGEL; Marcelo de Mello. Apresentação – Teoria e história da historiografia: do giro linguístico ao giro ético. *Revista História da Historiografia*, n. 17, p. 321, 2015.

22 Cf. HARTOG, François. *O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003.

Esta reação demonstra a profunda ligação do conhecimento histórico contemporâneo a um modelo de leitura que leva a tratar “todas as fontes [...] em termos estritamente documentais”, ou seja,

em termos da proposição factual ou referencial que delas pode ser derivada a intenção de providenciar informação sobre tempos e lugares específicos. Há, além disso, uma hierarquia explícita ou implícita entre fontes, pela qual uma posição preferencial está de acordo com a aparentemente direta informação documental como relatos burocráticos, testamentos, registros, diários, testemunhas oculares e assim por diante.²³

O “modelo documental” coloca toda a ênfase apenas no primeiro dos três usos da linguagem que anunciamos acima, o informativo, em detrimento do estético ou do performativo. Não é de estranhar que muitos historiadores e historiadoras perderam a capacidade para ler textos complexos, escritos que não se reduzem a ser meros condutores de conteúdo, pois a leitura como uma experiência complexa é frequentemente negligenciada em seu trabalho.²⁴ Frases banais, cotidianamente ditas e compartilhadas denunciam esta concepção, como quando se diz que deve ser difícil estudar um texto do qual se gosta ou se teme que tomar determinado texto como objeto de trabalho retirará todo o prazer decorrente de sua leitura.

As conseqüências desta maneira de ler se refletem nos próprios escritos assinalados como “história”. Além de serem raros os pesquisadores e pesquisadoras que podem ser lidos “como se fosse um romance”, ainda é comum entre os historiadores e historiadoras a desconfiança dos jornalistas porque esses, supostamente, escrevem bem. Deste modo, a reflexão acerca do texto historiográfico é dificultada pela suspeita de que “o interesse pelos problemas da textualidade leva ao fim da historiografia”,²⁵ ao desfazer as fronteiras entre os diferentes gêneros literários e abordar a historiografia apenas como uma atividade do discurso, não como uma área do conhecimento.²⁶ Reforçando o “modelo documental” sobre o qual se ergue a historiografia, acaba-se por se opor texto e conhecimento, isolando-se a escrita histórica no que se considera ser, justamente,

23 LACAPRA, Dominick. *Retórica e história... Op. cit.*, p. 99. Para saber mais ver: *Idem. Rethinking Intellectual History: Texts, Contexts, Language*. Ithaca: Cornell University Press, 1983, p. 33.

24 *Idem. Rethinking Intellectual History: Texts, Contexts, Language... Op. cit.*, p. 25.

25 *Idem. Soundings in Critical Theory*. Ithaca: Cornell University Press, 1989, p. 4.

26 COSTA LIMA, Luiz. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 35.

uma neutralidade e objetividade científicas, construídas às expensas da linguagem. Pode-se considerar, entretanto, a questão de outro modo, ao atentar à afirmação feita por Luiz Costa Lima, segundo a qual

o cuidado com a construção textual pressupõe que já não se tome a linguagem como simples modo de referência de conteúdos factuais. Preocupar-se com a construção do texto não supõe considerar-se a verdade (*alétheia*) uma falácia convencional; a procura de dar conta do que houve e por que assim foi é o princípio diferenciador da escrita da história.²⁷

O que define historiografia, vale lembrar, não é desprezar a escrita, mas buscar a verdade.

Para todos estes problemas, a retórica como técnica do discurso, mas também como categoria associada ao funcionamento da linguagem em qualquer representação do mundo – a *retoricidade* – é de importância fundamental. Indagar-se a respeito das relações entre retórica e história, portanto, significa adotar uma preocupação ativa com a linguagem e o modo como ela dá a entender o passado, o que também significa considerá-la como mediadora entre a construção do texto histórico e a experiência da história.

Este livro se articula sobre as duas preocupações que foram elaboradas acima. Em primeiro lugar, uma compreensão ampla da retórica que a perceba não como mais uma das disciplinas científicas ou somente como um método – a chamada “análise retórica” –, mas questione as disciplinas e englobe o método. Trata-se de pagar tributo à sua definição como “estrutura viva”, dando igual importância aos dois termos que constituem esta expressão. Também significa se perguntar pelo modo como nós podemos apreender esta tradição retórica, tão identificada a história do Ocidente, que é simultaneamente tão próxima e tão distante de nós, sem sermos subservientes a ela, mas também sem desprezar o que ela tem a nos oferecer.

Em segundo lugar, considero que a retórica traz para a história o problema da linguagem e, por isso, o presente trabalho se constrói sobre um intervalo temporal bastante amplo, que vai do surgimento da

retórica e da historiografia no século V a.C. nas cidades-estado gregas até à superação do *giro linguístico* nas primeiras décadas do século XXI. O livro se organiza, portanto, em torno as relações entre a escrita da história e os diferentes modos pelos quais o problema da linguagem, quando aplicado ao passado, foi concebido.

Para isso, o estudo se pretende *mais* do que um balanço bibliográfico acerca da história da tradição retórica e de sua retomada contemporânea. Ele pretende mais que isso porque minhas capacidades são *menores* do que as necessárias para realizar tamanha tarefa. A retórica abarca atualmente áreas muito diversas, cada uma com uma dinâmica de produção do conhecimento e meios próprios para sua difusão, de modo que mapear toda a extensão do “império retórico”²⁸ escaparia não apenas às minhas habilidades mas também ao próprio tema que este livro procura abordar. Por esse motivo, procurei um eixo narrativo que permitisse compreender conjuntamente a retórica e a escrita da história.

Esta narrativa é a da ascensão, desenvolvimento, queda e transformação da retórica, à qual associo uma leitura da constituição do regime moderno de história.²⁹ A segunda narrativa não deixa de ser mais apropriada ao âmbito europeu – e, dentro do europeu, o alemão mais especificamente – do que a outros contextos, mas dado o caráter geral com que muitos dos temas são referenciados neste livro, acabei por adotá-la. Conforme lia a bibliografia e estudava o tema, tornou-se cada vez mais perceptível que a transformação dos regimes discursivos e a mudança nas maneiras pelas quais a história é vivenciada e escrita, encontrando numa ponta e outra dois significados muito distintos para a retórica, podia ser vista por meio da junção entre as duas narrativas. Acredito que os leitores terão consciência de se tratar de uma maneira entre outras de contar esta história e que, logo, todas as escolhas feitas aqui são sobretudo pessoais e particulares, aliás como convém a um discurso retórico, no bom e no mau sentido.

²⁸ KELLNER, Hans. *Language and Historical Representation: Getting the Story Crooked*. Madison: University of Wisconsin Press, 1989, loc. 4940.

²⁹ Cf. KOSELLECK, Reinhart. *Historia magistral vitae*. Sobre a dissolução do topos na história moderna em movimento. In.: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

²⁷ COSTA LIMA, Luiz. *História... Op. cit.*, p. 37.

O livro está dividido em três capítulos e segue uma ordem cronológica. Apesar de se organizar segundo a cronologia, os problemas tratados num capítulo reaparecem nos demais, o que demonstra a pertinência das questões relativas à linguagem e à historiografia, as quais não são tanto resolvidas de um regime historiográfico a outro mas assumem formas diferentes. Num primeiro momento, procura-se compreender a constituição do *sistema retórico* e qual o lugar que reserva para a história, tendo em vista chegar ao entendimento do que é a chamada concepção “retórica” da escrita da história. Depois, busca-se compreender as razões para o declínio da retórica como técnica discursiva e como conceito capaz de pensar o discurso e sua relação com a realidade. Esta decadência da retórica está relacionado ao surgimento das disciplinas científicas modernas, uma das quais é a historiografia. Ascensão dos discursos científicos e queda da retórica, portanto, estão implicadas numa mesma trama. O terceiro e último capítulo é dedicado aos debates, provenientes da linguística, do estruturalismo, da crítica e teoria literárias que recolocaram a retórica no campo de preocupações das ciências humanas e seus impactos sobre a escrita da história sob a forma do *giro linguístico*. Por fim, o livro se encerra com um epílogo, intitulado “História, retórica e os desafios do século XXI”, que procura registrar algumas modificações relevantes que estão em curso na historiografia e qual o possível lugar para a retórica nelas.

Os assuntos dos quais trata este estudo são às vezes pouco familiares e tomei o cuidado de apresentá-los de forma descomplicada. Para ajudar a compreender determinados pontos, elucidar certos termos, apresentar teorizações que não couberam no corpo do texto, acrescentei pequenos parágrafos, destacados da narrativa principal, nos quais problemas mais específicos são abordados. Ao final do volume, apresento também um conjunto de sugestões de leitura para aprofundar os temas tratados ao longo do texto. Espero, se nenhum dos propósitos enunciados acima for alcançado, que este livro ao menos seja útil como guia para o vasto campo das relações entre história e retórica.

I

A retórica clássica e a escrita da história

Quando surgiu a retórica? E qual o lugar ocupado pela história numa concepção retórica do discurso? Essas são as duas perguntas que organizam o primeiro capítulo da nossa investigação. Elas se abrem a muitas outras, tais como de que maneira se constituiu a tradição retórica? Quais seus componentes? O que era a historiografia antiga e quais suas relações com a retórica? Era ela, por causa destas relações, menos “confiável” que uma historiografia moderna, isto é, científica?

Estas são algumas das perguntas que começam a surgir quando adentramos os domínios da retórica e sua relação com a historiografia. Nosso objetivo é percorrer o fio que une, aproximando e distanciando, a história e a retórica, com especial ênfase para os debates a respeito da escrita da história na Antiguidade. A princípio, podemos oferecer uma resposta, mais ou menos segura: não, uma história com o selo da retórica não é menos confiável, mas obedece a outros padrões, regras e normas discursivas que estabelecem o valor e a credibilidade das histórias e dos historiadores. Sendo assim, é necessário compreender os debates em torno do papel da linguagem e à escrita da história na Antiguidade, na medida do possível, em seus próprios termos.

Este exercício de estranhamento não é feito com interesse antiquário. Pelo contrário, ele nos permitirá desfazer pressuposições já arraigadas, assim como estabelecer continuidades inauditas. Em primeiro lugar, a retórica não é simplesmente o outro, o duplo em negativo da filosofia, sinônimo de mentira, enganação ou embuste, mas o local de uma reflexão, para não mencionar uma atuação, vigorosa e original sobre a linguagem na Grécia antiga. Depois, é preciso retirar o estigma ligado a uma concepção “retórica” de escrita da história e resgatar a pluralidade dos debates a respeito da historiografia na Antiguidade, ainda que só possamos abordar parcela destes mesmos debates. Por fim, veremos que a escrita da história no mundo antigo já traz o problema fundamental

que atravessa a historiografia em sua pretensão de ser não apenas uma narração, mas um relato crível, na medida do possível verdadeiro, sobre o passado. Qual problema é este? É o problema das relações entre discurso e realidade, entre as palavras e as coisas, para remeter a um famoso livro do século XX.

O capítulo está dividido em cinco seções. As três primeiras tratam exclusivamente da retórica, já as duas últimas abordam as relações entre a retórica e a historiografia (com os devidos tributos pagos à poesia, que não pode faltar nestas páginas). A primeira seção apresenta as origens da retórica; a segunda, por sua vez, esquematiza o tratado aristotélico de mesmo nome; e a terceira apresenta um amplo panorama da retórica de fins da Antiguidade até o limiar do mundo moderno. A quarta seção detalha como a história era pensada como gênero retórico e a quinta seção, por fim, trata do problema da adequação entre as palavras e os feitos e sua importância para a historiografia da época.

A retórica antes de Aristóteles

As origens da retórica remontam à Grécia antiga. Já na Antiguidade, costumava-se atribuir a Córax ou a Tísias, o início da reflexão sistemática acerca do uso do discurso. Córax ou Tísias, teria ensinado o uso da palavra no contexto dos levantes democráticos que atingiram a Sicília no século V a.C. Segundo a tradição, na cidade de Siracusa, a deposição do tirano Trasíbulo resultou na devolução aos cidadãos de grande quantidade de terrenos que haviam sido dados a mercenários como forma de pagamento. Estas disputas por lotes de terra foram levadas a tribunal e, nesta situação, a oratória se tornara necessária como meio de defender ou atacar as causas em questão.

Como costuma acontecer com as origens, porém, as da retórica também são confusas. Uma segunda tradição acerca do surgimento da retórica é a que atribui a Empédocles (495-430 a.C.) e, depois, a Górgias (485-380 a.C.), o pioneirismo em desenvolver um estilo de prosa mais elaborado, próximo à poesia.³⁰ Górgias, orador de grande impacto na Atenas do século V a.C., também era oriundo da Sicília, e sua contribuição teria sido submeter “a prosa ao código retórico, dando-lhe credibilidade

³⁰ KENNEDY, George A. *A New History of Classical Rhetoric*. Princeton: Princeton University Press, 1994, p. 18.

como discurso culto, [e] objeto estético”.³¹ Uma apreensão equilibrada e informada da importância de Górgias e sua relação com seu (suposto) mestre Empédocles é dada por George A. Kennedy, para quem

Nós conhecemos os escritos de autoria de Empédocles apenas através de fragmentos de seus poemas filosóficos, mas algumas similaridades com o estilo e os argumentos de Górgias podem ser destacadas neles. Figuras “gorgiânicas” são, na verdade, uma demonstração dos esforços dos filósofos do século V em criar uma nova forma de discurso para suas especulações e podem ser observadas em graus variados nos fragmentados trabalhos em prosa de Anaxágoras, Heráclito e Demócrito assim como na poesia de Parmênides e Empédocles. A originalidade de Górgias foi a aplicação deste estilo às formas da oratória cívica.³²

Alguns aspectos da passagem merecem ser destacados. Primeiro, o que chamamos hoje de retórica teria sido instrumento para maior autonomia da prosa frente à poesia, que é, não apenas mais antiga, mas também gozava de maior prestígio na cultura grega. Segundo, o próprio termo “retórica” não existia ainda, e se retórica e prosa se confundiam, então também “não havia distinção nítida entre filosofia e retórica” naquela época.³³ A divisão que consignaria a filosofia a verdade e a retórica a mentira, domínio não do filósofo, mas do sofista, ainda não ocorrera; por conseguinte, é necessário aceitar que a retórica era uma das formas da reflexão filosófica nos começos da Grécia clássica (séculos V-IV a.C.), de modo que a discussão a respeito dos limites entre filosofia e retórica pode ser vislumbrada já nos primórdios do pensamento sobre a retórica e sobre a linguagem.

As origens da retórica (I)

O leitor deve ter percebido certa ambivalência ao falar de Córax (ou Tísias). Esta ambivalência se deve aos dados contraditórios fornecidos pela tradição a respeito desta personagem.

Na Retórica, Aristóteles usa a expressão “a Arte de Córax”

³¹ BARTHES, Roland. O método estruturalista. In: HEUSH, Luc de [et. al.]. *O método estruturalista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1967, p. 10; BONS, Jeroen E. A., Gorgias the Sophist and Early Rhetoric. In: WORTHINGTON, Ian (ed.). *A Companion to Greek Rhetoric*. Malden, MA/Oxford: Blackwell, 2009.

³² KENNEDY, George A. *A New History of Classical Rhetoric... Op. cit.*, p. 13.

³³ *Ibidem*, p. 20; TIMMERMAN, David M; SCHIAPPA, Edward. *Classical Greek Rhetorical Theory and the Disciplining of Discourse*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 155-156.

para se referir ao argumento que leva seu nome, o *córax*.³⁴ Segundo Olivier Reboul, este argumento “deve ajudar os defensores das piores causas possíveis” e consiste

*em dizer que uma coisa é inverossímil por ser verossímil demais. Por exemplo, se o réu for fraco, dirá que não é verossímil ser ele o agressor. Mas, se for forte, se todas as evidências lhe forem contrárias, sustentará que, justamente, seria tão verossímil julgarem-no culpado que não é verossímil que ele o seja.*³⁵

Platão, no *Fedro*, cita o mesmo argumento atribuindo-o a *Tísias*.³⁶

A relação entre ambas as personagens não é muito bem compreendida, mas parte da tradição afirma que *Tísias* fora aluno de *Córax*. Já se sugeriu que ambos eram a mesma pessoa,³⁷ o que explicaria a oscilação entre os dois nomes e o caráter pouco usual do nome “*Córax*”, que significa “corvo”, em grego, que poderia designar uma alcunha atribuída a *Tísias*.³⁸ Para Edward Schiappa, não apenas as duas personagens possuem estatuto mítico como também é uma projeção retrospectiva considerá-los precursores da teorização retórica.³⁹

Pode-se também localizar uma terceira contribuição para o surgimento da retórica nos manuais de argumentação que parecem já estar em circulação no começo do século V. Os praticantes da retórica judiciária, por exemplo, já haviam distinguido entre as partes do discurso, identificando suas funções e elaborando os *topoi* argumentativos.⁴⁰ Esta

34 ARISTÓTELES. *Retórica*. Trad Edson Bini. Bauru: EDIPRO, 2013, 1402a15

35 REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 3.

36 PLATÃO. *Górgias; O banquete; Fedro*. Trad. Manuel de Oliveira Pulquério, Maria Teresa Schiappa de Azevedo e José Ribeiro Ferreira. Lisboa: Verbo, 1973, 273a-b.; KENNEDY, George A. *A New History of Classical Rhetoric...* Op. cit., p. 32.

37 Cf. COLE, Thomas. *The Origins of Rhetoric*. In.: COLE, Thomas. *Ancient Greece*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1991.

38 KENNEDY, George A. *A New History of Classical Rhetoric...* Op. cit., p. 34.

39 SCHIAPPA, Edward. *The Beginnings of Rhetorical Theory in Classical Greece*. New Haven: Yale University Press, 1999, p. 37-39.

40 KENNEDY, George A. *A New History of Classical Rhetoric...* Op. cit., p. 23-25; REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica...* Op. cit., p. 4; HEATH, Malcolm. *Codifications of Rhetoric*. In.: GUNDERSON, Erik (ed.). *The Cambridge Companion to Ancient Rhetoric*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, pp. 60 et. seq.; TIMMERMAN, David M; SCHIAPPA, Edward. *Classical Greek Rhetorical Theory and the Disciplining of Discourse...* Op. cit., p. 153.

maior “consciência retórica” se emaranhava com a prática,⁴¹ por um lado, do ensino técnico das figuras de linguagem e argumentação pelos sofistas e, de outro lado, com a maior presença da atuação de professores que procuravam prover, de forma simples, instruções a respeito do uso do discurso e obter sucesso no debate público.⁴² Platão, em seu diálogo *Fedro*, oferece uma amostra da diversidade destas práticas em sua época, citando oradores dos quais pouco sabemos hoje, como Teodoro de Bizâncio, que teria identificado as partes do discurso; Evenus de Parus, *Tísias*, *Górgias* e *Hípias*, que elaboraram os usos figurativos da linguagem; e *Licínio* e *Trasímaco*, que trataram da dicção de maneiras que atualmente se aproximariam da fonologia e da gramática.⁴³

O interesse por estas diferentes origens da retórica não é meramente antiquário ou erudito. Cada uma delas pode ser vista como uma figuração do que será depois a retórica. No primeiro caso, o que se destaca é a prática da argumentação, a retórica judiciária e os usos públicos do discurso ligados a tomada de determinada decisão. Ela aponta para a profunda ligação entre democracia e o debate público que surge então na Grécia.⁴⁴ No caso de *Górgias*, o que está sublinhado é a prática da eloquência pública em torno a questões diversas, muitas vezes em contexto competitivo e ligado ao prazer que a palavra proporciona. Por último, não menos importante, a teorização sobre a retórica que constitui uma espécie de “metarretórica”, a qual, de mãos dadas com a prática oratória, será a forma pela qual ela será ensinada posteriormente. Esta teorização fundamenta uma “retórica da retórica” que será importante para justificá-la ao longo de sua história como forma de conhecimento e técnica válida, não apenas como o uso de capacidades naturais ou do talento individual.⁴⁵

41 KENNEDY, George A. *A New History of Classical Rhetoric...* Op. cit., p. 23.

42 *Ibidem*, p. 32-33.

43 PLATÃO. *Fedro...* Op. cit., 266dI-2667d9; KENNEDY, George A. *A New History of Classical Rhetoric...* Op. cit., p. 30-31.

44 BARILLI, Renato. *Retórica*. Lisboa: Presença, 1985, p. 6; KENNEDY, George A. *A New History of Classical Rhetoric...* Op. cit., p. 3.

45 Cf. CAHN, Michael. *The Rhetoric of Rhetoric: Six Tropes of Disciplinary Self-Constitution*. In.: ROBERTS, R.H.; GOODS, J.M.M. (eds.). *The Recovery of Rhetoric: Persuasive Discourse and Disciplinarity in the Human Sciences*. Charlottesville: University Press of Virginia, 1993; GUNDERSON, Erik (ed.). *The Cambridge Companion to Ancient Rhetoric*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

As origens da retórica (II)

O surgimento da retórica não pode estar restrito apenas ao momento em que ela recebeu este nome ou no qual se passou a refletir mais abertamente sobre a prática do discurso. O uso da palavra no âmbito público para decidir os destinos da comunidade política ou lançar um veredito sobre algo que aconteceu no passado fazia parte da cultura grega desde seu princípio. Nesse sentido, usos da “retórica” podem ser encontrados já nos poemas homéricos.⁴⁶ Quanto a isso, o surgimento da retórica faz parte do processo de “laicização do discurso” estudado por Marcel Detienne em seu clássico *Os mestres da verdade na Grécia arcaica*. Segundo o helenista francês, o período grego arcaico e, depois, o clássico teriam assistido à transição do uso da palavra de personagens específicas, tais como adivinhos, poetas e reis, para uma utilização mais mundana, cercada de debate em torno à deliberação de assuntos públicos, o que seria resultado da passagem da monarquia à vida nas poleis.⁴⁷

Entretanto, apesar de tornar-se laica, os gregos consideravam que havia algo de divino na oratória, designando uma divindade para personificá-la. Esta divindade se chamava Peithó, ou “persuasão”, e demonstra de forma clara o valor associado à oratória na vida cívica grega.

Considerando-se em sentido amplo, portanto, a retórica existe em muitos contextos e teve muitas “origens”, independentemente de seu grau de codificação ou não. Esta pista é seguida por um conjunto de autores, dentre os quais o historiador da retórica George A. Kennedy, que se propõem a realizar uma “retórica comparada”, vendo como ela aparece em contextos distintos, como a Grécia antiga e os livros sagrados indianos, por exemplo.⁴⁸

Um aspecto que é importante considerar aqui é a definição da retórica com relação às demais práticas do *logos*, ou seja, o lugar da

retórica entre os usos do discurso. O problema é relevante porque uma das considerações feitas em torno da retórica é se ela trata de todo o discurso ou apenas de parte dele e, se apenas de uma parcela, de quais espécies de discurso e em quais ocasiões se aplica.

Nesse sentido, é interessante considerar o modo como Górgias pensa o *logos* no seu célebre *Elogio de Helena*. Neste discurso, o orador siciliano procura “isentar a personagem Helena de Troia da acusação de ter abandonado o marido”, Menelau, e ter se envolvido com Páris, episódio que ocasiona a Guerra de Troia.⁴⁹ O discurso traz a ocasião para Górgias apresentar sua concepção do poder das palavras para agir sobre o espírito humano; segundo ele,

o discurso é um grande soberano que, por meio do menor e do mais inaparente dos corpos, realiza os atos mais divinos, pois ele tem o poder de dar fim ao medo, afastar a dor, produzir a alegria, aumentar a piedade.⁵⁰

As palavras possuem o poder de alterar as vontades, tornar a realidade perceptível sob outra perspectiva e, inclusive, de criá-la, como no caso das assembleias, onde “um único discurso encanta e persuade uma massa considerável, e quando é a arte que engendra sua redação e não a verdade que determina o seu pronunciamento” ou, ainda, nos combates dos filósofos, nos quais “se mostra a rapidez do juízo, capaz de modificar, com facilidade, a confiança depositada na opinião”.⁵¹ Estes exemplos mostram que Górgias pensa na relação entre discurso e realidade; esta relação não é simplesmente de adequação entre as palavras e o mundo que descrevem. As palavras têm algo a dizer que não existe previamente, o que acaba por dar ao *logos* a capacidade de criar e inventar, tornando as palavras independentes de seu referente. Estas considerações levam a pensar na relação entre retórica e conhecimento:

Pois se todos, de tudo guardassem a memória do que se passou e pudessem prever presente e futuro, o discurso, permanecendo o mesmo, não iludiria de um mesmo modo. Mas, em realidade, não há meio de lembrar do passado, nem de examinar com cuidado o presente, nem de ser o oráculo do futuro. De modo que, na maior parte dos casos, a maior parte dos

46 Cf. ASSUNÇÃO, Teodoro Rennó; FLORES-JÚNIOR, Olimar; MARTINHO, Marcos (orgs.). *Ensaio de retórica antiga*. Belo Horizonte: Tessitura, 2010.

47 Cf. DETIENNE, Marcel. *Mestres da verdade na Grécia Arcaica*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

48 Cf. KENNEDY, George A. *Comparative Rhetoric: An Historical and Cross-Cultural Introduction to Rhetoric*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

49 DINUCCI, Aldo Lopes. Apresentação e tradução do Elogio de Helena de Górgias de Leontinos. *Ethica*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 202, 2009.

50 GÓRGIAS *apud* CASSIN, Barbara. *O efeito sofístico. Sofística, filosofia, retórica, literatura*. São Paulo: Editora 34, 2005, p. 296-297.

51 *Ibidem*, p. 299.

homens fornece à alma a opinião como conselheira. Ora, a opinião, que é vacilante e sem resistência, coroa aqueles que dela fazem uso de uma felicidade vacilante e sem resistência.⁵²

O discurso, *logos*, existe porque o conhecimento seguro a respeito de tudo não é possível; por isso, é preciso contar com a opinião (*doxa*), que varia conforme as pessoas, os tempos e os lugares. Para Górgias, porém, este parece ser o domínio de uma estranha felicidade, já que por meio do discurso é possível experimentar tanto os benefícios quanto os malefícios da liberdade humana.

Deve-se notar que Górgias em nenhum momento usa a palavra “retórica”, mas sim *logos*, “discurso”. Este ponto se torna central na condenação da retórica feita por Platão (428-348 a.C.) no diálogo *Górgias*. É tanto paradoxal quanto significativo que o termo *rhetoriké* tenha feito sua primeira aparição neste texto.⁵³ Nele, a personagem denominada Górgias argumenta ser a retórica ciência de todo o discurso, afirmação refutada por Sócrates ao demonstrar que existem outras artes que também se valem da palavra.⁵⁴ Górgias recebe uma segunda chance para defender seu ponto de vista quando define o “objeto específico” da retórica como a “capacidade de persuadir os juízes no Tribunal, os senadores no Conselho, o povo na Assembleia, enfim, os participantes de qualquer espécie de reunião política”.⁵⁵ A retórica se refere ao discurso público feito com fins de persuasão. Na sequência, Sócrates explora mais a fundo o caráter da persuasão após distinguir entre a ciência (ou o saber), perene e imutável, e a crença (ou a opinião), efêmera e variável:

SÓCRATES: Concordas então em distinguir duas espécies de persuasão, a que produz a crença sem a ciência e a que produz a ciência?

GÓRGIAS: Absolutamente.

SÓCRATES: Sendo assim, qual é destes dois tipos de persuasão aquele que é produzido pela retórica nos tribunais e nas outras assembleias, relativamente ao justo e ao injusto? Será aquele donde nasce a crença sem a ciência ou a que produz a ciência?

⁵² GÓRGIAS *apud* CASSIN, Barbara. *O efeito sofístico... Op. cit.*, p. 298.

⁵³ MARTINHO, Marcos. Prefácio. In.: ASSUNÇÃO, Teodoro Rennó; FLORES-JÚNIOR, Olimar; MARTINHO, Marcos (org.). *Ensaio de retórica antiga*. Belo Horizonte: Tessitura, 2010, p. 15.

⁵⁴ PLATÃO. *Górgias... Op. cit.*, 440d-450c.

⁵⁵ *Ibidem*, 452d-453a

GÓRGIAS: É evidente, Sócrates, que é aquele donde nasce a crença.

SÓCRATES: Podemos, portanto, dizer que a retórica é obreira da persuasão que gera a crença, não o saber.⁵⁶

Se, para Górgias, seja ele o platônico ou o histórico, a retórica maneja um saber válido porém incerto e cambiante, ou válido porque se adapta às diferentes circunstâncias, para Platão o conhecimento válido é fixo, constante e imutável, e não se adapta conforme a ocasião ou as pessoas entre as quais é proferido. Trata-se de desmontar a pretensão da retórica ao campo do conhecimento válido e reduzi-la à aparência de verdade, simulacro do real, ilusão do saber. É neste sentido que Platão a compara à culinária, à ginástica e à cosmética, formas paliativas da medicina e da legislação.⁵⁷ Ao cabo desta condenação, a retórica resta apenas como “atividade empírica”, a qual “não tem na sua base um princípio racional que permita justificar as várias formas de seu procedimento no que diz respeito à sua natureza e às suas causas”.⁵⁸ Incapaz de ser teorizada, ela não pode, logo, ser ensinada tampouco ser concebida como uma ciência.

Teoria e empiria; ciência e técnica.

Entre os gregos, o saber verdadeiro era o que poderia ser teorizado e abstraído, sendo passível de demonstração - sobretudo lógica ou matemática. É por isso que Platão condena a retórica como “atividade empírica”, pois uma atividade empírica está presa aos objetos que estuda e não é capaz de abstrair leis mais gerais que expliquem a origem e o funcionamento destes objetos.

Esta oposição entre verdade filosófica e empiria é de grande importância para a conceituação da história no pensamento grego. Aristóteles considera que a poesia é “mais filosófica” e “universal” que a história, pois essa trata apenas do particular, enquanto aquela trata do geral. O que está por trás desta divisão é a concepção de saber que mencionamos acima. O saber verdadeiro não está limitado às circunstâncias efêmeras do mundo.

Esta situação é diferente da atual. Embora pensemos na explicação científica como um conjunto de leis de validade universal,

⁵⁶ PLATÃO. *Górgias... Op. cit.*, 454c.

⁵⁷ *Ibidem*, 464b-466a.

⁵⁸ *Ibidem*, 466a.

costumamos considerar que a ciência ganha validade quando consegue comprovar empiricamente suas afirmações. Para os gregos, o mundo empírico não era capaz de garantir o conhecimento válido, pois o saber verdadeiro era o da teoria, não o da empiria.

Quando qualificamos a retórica como “ciência-mãe” do discurso, deve-se ter em mente, entretanto, que não se trata de ciência nem no sentido moderno nem no sentido antigo. Aqui, ciência é utilizada como codificação de um conjunto de procedimentos específicos. Por isso, ela é aproximada de técnica ou de arte. A palavra “ars”, no latim, de onde foi derivada a palavra “arte”, servia para traduzir o termo grego “tekhne”, do qual surge “técnica” depois. Este conjunto de palavras forma campo semântico em torno às noções de método ou procedimento, e não de reflexão no sentido filosófico, como era a ciência para os gregos.

O ataque de Platão à retórica no *Górgias* é quase total. A retórica não possui objeto específico do qual trate; o conhecimento que mobiliza é o da opinião, da crença, não o do saber, da verdade; ela também não é uma ciência racional, mas técnica irrefletida que não pode ser transmitida por preceitos, no máximo por exemplos. Por fim, ela diz respeito apenas a uma parte pequena – e bastante desqualificada – do discurso. O que Platão faz triunfar, na verdade, é a distinção entre retórica e filosofia, sob os polos da aparência e da verdade, respectivamente, contrapondo-se ao que ocorria com *Górgias*, para quem o termo *logos* se referia tanto à retórica quanto à filosofia.⁵⁹

Ainda assim, estas não são as últimas palavras de Platão a respeito da retórica. Em outro diálogo, *Fedro*, o filósofo grego chega ao esboço de uma arte retórica pela qual teria real apreço. Como resume George A. Kennedy, esta seria uma na qual o orador “possui um bom conhecimento do assunto discutido, da argumentação lógica e da psicologia humana que torna possível que os argumentos sejam adaptados a seu público”; o objetivo da retórica também deve ser alcançar o bem público e a verdade simultaneamente.⁶⁰ Platão não oferece pistas, entretanto, de como atingir esta retórica ideal.

59 TIMMERMAN, David M; SCHIAPPA, Edward. *Classical Greek Rhetorical Theory and the Disciplining of Discourse...* Op. cit., p. 131.

60 KENNEDY, George A. *A New History of Classical Rhetoric...* Op. cit., p. 42-43.

Os sofistas

Muito da má-fama da retórica provém de sua associação com a sofística e os sofistas. Os sofistas foram desconsiderados pela tradição filosófica por ensinarem – mediante pagamento, normalmente – técnicas de argumentação que poderiam fazer seus alunos ganharem discussões mesmo que não conhecessem o assunto em questão. Percebe-se, portanto, uma íntima relação entre os sofistas e a retórica.

Entretanto, o termo sofista nem sempre carregou conotações negativas. A palavra provém de *sophos*, que significa “perito” e, em Homero, ela indica apenas “pessoas que dominavam habilidades específicas”, como um “condutor de navios, um cocheiro ou um músico”.⁶¹ Existe, todavia, uma ambiguidade colocada desde o início, pois se o perito é apenas aquele que executa bem uma atividade, esta não possui necessariamente um sentido moral e está, por isso, desvinculada da justiça.⁶²

A palavra ganhou nova importância no contexto de consolidação da polis grega, quando uma educação mais laicizada e a participação nos negócios públicos contribuiu para desvincular o conhecimento dos sofistas e sua aplicação à justiça – objeto último da política. Nessa situação, os sofistas eram os mestres do discurso.

Atualmente, existem pensadores que procuram reavaliar o legado da sofística para a reflexão filosófica. Entre eles, encontra-se a filósofa francesa Barbara Cassin. Para esta autora, os traços que distinguem filosoficamente a sofística de outras abordagens, como a de Platão e Aristóteles, são a concepção segundo a qual as categorias filosóficas são resultado da linguagem, e não o contrário, além da ênfase na eficácia do discurso, sempre vinculado às condições sociais de sua realização e significação, e não como um decalque de uma verdade prévia.

Para Cassin, a sofística possui uma concepção sempre variável e contextualizada da linguagem. Sendo assim, teria sido Aristóteles,

61 QUIRIM, Diogo Jardim. *Recontar as coisas antigas com novidade e as novas de uma forma antiga. O kairós na philosophía de Isócrates: filosofia grega e historiografia contemporânea*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, 2014, p. 30.

62 *Ibidem*, p. 31.

e não Platão, que teria desferido o mais forte golpe contra os sofistas ao enunciar o princípio de não-contradição, pelo qual

falar é significar alguma coisa, uma só coisa, a mesma, para si e para outrem. A palavra é, assim, a primeira entidade a obedecer ao princípio: uma palavra não poderia ter e não ter ao mesmo tempo o mesmo sentido”.⁶³

Toda a inventividade retórica e linguística da sofística encontra-se em xeque no momento em que uma palavra só tem um e o mesmo significado não importa quando e onde é enunciada.

Algumas das questões apontadas por Platão receberão resposta no tratado de Aristóteles, enquanto outras acompanharão a retórica como uma sombra, permanentemente lançando dúvidas sobre suas pretensões. Uma destas é a que diz respeito ao papel do ensino de retórica como forma de conduzir o orador para a retidão moral, e não apenas para um uso mal-intencionado da palavra, e a importância deste mesmo ensino frente ao talento intato daquele que fala. A tradição retórica também percorre caminhos mais variados do que os citados até o momento, e antes de abordar Aristóteles, é preciso mencionar Isócrates (436-338/336 a.C.), fundador de uma influente escola de retórica contemporânea, tanto de Platão quanto de Aristóteles. Isócrates, idiossincrático orador fictício, pois nunca pronunciou nenhum de seus discursos, mas apenas os compunha e divulgava por escrito,⁶⁴ estabeleceu um programa de educação para o que denominava não apenas de retórica mas também de “filosofia”:

Já que eu cheguei até aqui, quero falar sobre tais assuntos de modo ainda mais clara. Declaro, então, que deter o conhecimento das formas, a partir das quais falamos e compomos todos os discursos, não é tarefa das coisas mais difíceis em absoluto, desde que o sujeito se entregue não para os que fazem promessas com facilidade, mas para aqueles que conhecem alguma coisa sobre elas. Mas, dentre cada um dos assuntos, escolher as formas devidas, misturá-las umas às outras e ordená-las sob um determinado critério, e ainda não se equivocar quanto às situações oportunas para usá-las, como também ornar convenientemente o discurso inteiro com raciocínios e proferi-lo melodicamente com palavras bem ritmadas, são essas coisas que precisam de muito cuidado e que são trabalho para alma

63 CASSIN, Barbara. *O efeito sofístico. Sofística, filosofia, retórica, literatura...* Op. cit., p. 8.

64 HARTOG, François (org.). *A História de Homero a Santo Agostinho*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, p. 36.

viril e opinativa. E é necessário que o discípulo, além de ter a natureza como ela deve ser, aprenda as formas dos discursos e exercite o uso delas, enquanto o professor tem de ser capaz de dissertar com precisão de modo a não deixar de lado nenhuma das coisas que podem ser ensinadas, e, por fim, de mostrar-se de tal forma como modelo, que os discípulos, os quais são moldados por ele e têm a capacidade de imitá-lo, pareçam imediatamente mais exuberantes e mais graciosos do que outros quando discursam. E, quando todas essas coisas se fundirem, aqueles que se dedicam à filosofia estarão completos; porém, se algo do que foi elencado não for levado em conta, os discípulos permanecerão necessariamente inferiores neste aspecto.⁶⁵

Aristóteles e a retórica, mais uma vez

Apesar de ter iniciado a reflexão sistemática sobre a retórica, a Grécia clássica (séculos VI-V a.C.) só nos legou dois tratados completos sobre o tema: o primeiro é a *Retórica*, de Aristóteles, o segundo é a *Rethorica ad Alexandrum*, considerada por muito tempo como composta também por Aristóteles, mas cuja autoria foi atribuída com maior certeza a Anaxímenes de Lâmpsaco. A última é um pequeno compêndio retórico e, ainda que não seja desprovido de valor, sua importância maior reside como documento do estado do saber sobre a retórica na Grécia do século IV a.C., sendo um dos vetores de transmissão do saber retórico na Antiguidade.⁶⁶ Na presente seção, portanto, abordaremos apenas a *Retórica* aristotélica.

Curiosamente, a *Retórica* não foi a primeira obra de Aristóteles (384-322 a.C.) sobre o tema. O filósofo, oriundo de Estagira, nas fronteiras do mundo grego com o reino da Macedônia, escreveu um diálogo intitulado *Gryllus* quando ainda era um estudante na academia platônica. Segundo o testemunho de Quintiliano, no diálogo, assim intitulado por causa do filho do historiador Xenofonte.⁶⁷ Aristóteles defende que a retórica não é uma arte.⁶⁸ O filósofo segue a opinião de Platão sobre o assunto. Mas esta

65 ISÓCRATES apud LACERDA, Ticiano Curvelo Estrela de. *Contra os Sofistas e Elogio de Helena de Isócrates*: tradução, notas e estudo introdutório. São Paulo: FFLCH/USP, 2011, p. 60-61.

66 KENNEDY, George A. *A New History of Classical Rhetoric...* Op. cit., p. 51; TIMMERMAN, David M; SCHIAPPA, Edward. *Classical Greek Rhetorical Theory and the Disciplining of Discourse...* Op. cit., p. 115 et. seq.

67 KENNEDY, George. Introduction. In: ARISTOTELES. *On Rhetoric. A Theory of Civic Discourse*. Oxford: Oxford University Press, 2007, p. 4.

68 QUINTILIANO. *Institutio oratoria*. v. II. Trad. H. E. Butler. Cambridge: Harvard University

opinião é exatamente contrária à que assumirá em seu próprio tratado. O que teria levado a tal mudança?

A tradição atribui a Aristóteles ter ministrado um curso sobre retórica quando ainda era aluno de Platão. O curso não estava restrito aos discentes da Academia, mas era aberto a um público amplo, provavelmente para competir com a escola de Isócrates. Enquanto a instrução de Isócrates era centrada sobre o estilo e os conhecimentos necessários ao orador, Aristóteles desenvolvia uma teoria retórica centrada na argumentação e fortemente ancorada na lógica.⁶⁹ Este é um argumento interessante, mas não definitivo, pois a *Retórica* parece ter sido revisada ao longo da vida de Aristóteles, em diversos contextos – por exemplo, quando era tutor de Alexandre e quando retornou a Atenas no final de sua vida. A provável reelaboração constante do tratado torna difícil saber, por exemplo, se ele foi composto antes ou depois de suas obras lógicas (o chamado *Órganon*), com as quais a *Retórica* se relaciona desde sua primeira frase.⁷⁰ A referência à história da composição do tratado, no entanto, ajuda-nos a retirar do texto seu estatuto de obra definitiva e acabada, percebendo-o não apenas em seu contexto mas também como um dos elementos, e não necessariamente o principal, a influenciar a história da retórica. E se não sabemos exatamente o que fez Aristóteles mudar de opinião acerca da retórica, podemos dizer, ao menos, que em determinado momento ele passou a considerá-la de acordo com uma concepção de ciência radicalmente diferente de Platão.

Aristóteles abre o tratado afirmando que a retórica é a “contraparte” (*antistrophos*) da dialética.⁷¹ O que isto significa? Talvez uma pista seja oferecida se procurarmos compreender primeiro o que é a dialética. Uma passagem logo no princípio dos *Tópicos*, um dos tratados de lógica que compõem o *Órganon*, anuncia que

O propósito deste tratado é descobrir um método que nos capacite a raciocinar, a partir de opiniões de aceitação geral, acerca de qualquer problema que se apresente diante de nós e nos habilite, na sustentação

de um argumento, a nos esquivar da enunciação de qualquer coisa que o contrarie.⁷²

Para Aristóteles, a dialética (e, por extensão, a retórica) é um método de aplicação geral, logo não exclusivo a um assunto específico, que trata de *opiniões* tidas como comuns e que pode ser usado em dois sentidos, para defender ou atacar argumentos a favor ou contra o que dizemos. A próxima passagem, agora retirada da *Retórica*, elabora mais a fundo o paralelo entre ambas as artes, demonstrando o âmbito do saber ao qual se aplicam:

ambas igualmente dizem respeito a estas coisas que se situam, mais ou menos, no horizonte geral de todos os indivíduos, sem ser do domínio de nenhuma ciência determinada. Assim, todos, de uma maneira ou de outra, servem-se de ambas; de fato, em certa medida, todos procuram discutir e sustentar teses, realizar a própria defesa e a acusação de outros. Pessoas comuns o fazem ou sem método, ou por força da prática, e com base em hábitos adquiridos. Sendo possíveis as duas maneiras, pode-se evidentemente tratar o assunto sistematicamente, uma vez que é possível indagar a razão por que alguns falantes obtêm êxito pela prática, enquanto outros o obtêm espontaneamente. Todos concordarão que tal indagação constitui a função de uma arte.⁷³

A retórica se situa definitivamente no campo do conhecimento porque, uma vez ensinada a partir de seus princípios, e não apenas pela imitação dos oradores que vieram antes,⁷⁴ aperfeiçoa uma prática que antes se dava de maneira espontânea. Neste ponto, Aristóteles ainda se mantém preso à concepção platônica (e grega, no geral) de ciência como saber organizado por um conjunto de preceitos; na sequência de sua argumentação, entretanto, percebe-se que ele modifica esta concepção. Para o filósofo, a “retórica não se vincula a um único gênero definido de assuntos”, no que ela se assemelha à dialética, pois ambas “são faculdades fornecedoras de argumentos”.⁷⁵ Ao contrário de Platão, para quem cada ciência correspondia a um objeto específico, para Aristóteles existem ciências que são, na verdade, “métodos” para os quais a correlação com

Press/Loeb Classical Library, 1980, 17.14.

69 KENNEDY, George. Introduction... *Op. cit.*, p. 4.

70 Cf. BRUNSCHWIG, Jacques. *Rhetorique et dialectique, Rhétorique et Topiques*. In: FURLEY, David; NEHAMAS, Alexander. *Aristotle's Rhetoric: Philosophical Essays*. Princeton: Princeton University Press, 1994.

71 ARISTÓTELES. *Retórica...* *Op. cit.*, 1354a1.

72 ARISTÓTELES. *Tópicos*. In: ARISTÓTELES. *Órganon*. Trad. Edson Bini. Bauru: EDIPRO, 2005, 100a18 - 100a22.

73 *Idem*. *Retórica...* *Op. cit.*, 1354a1.

74 *Idem*. *Refutações sofisticas*. In: ARISTÓTELES. *Órganon*. Trad. Edson Bini. Bauru: EDIPRO, 2005, 181b25-184a5.

75 *Idem*. *Retórica...* *Op. cit.*, 1356b10 - 1356b30.

um objeto não é necessária, pois são passíveis de aplicação a mais de uma matéria. Esta desestabilização do conceito platônico de saber também é perceptível quando Aristóteles defende que a retórica é uma habilidade de domínio geral que pode ser aperfeiçoada pela reflexão e pelo estudo e, por isso, não está restrita aos especialistas tampouco aborda apenas o que é considerado como certo. Para ele, o papel da retórica é

tratar das questões sobre as quais deliberamos e a respeito das quais não dispomos de artes ou sistemas que nos guiem, isso diante de um auditório incapaz de captar um argumento complexo, ou acompanhar um longo encadeamento de raciocínios.⁷⁶

Por fim, o caráter moral desta arte é indiscutível porque trata justamente de fazer triunfar o que se considera melhor por meio do discurso, e o melhor naturalmente vence o pior.⁷⁷

A reabilitação aristotélica da retórica passa pela aproximação com a dialética, todavia existe uma série de características que as distanciam. A principal delas é que o âmbito da retórica é notavelmente maior que o da dialética. Segundo Aristóteles, a retórica é a faculdade de observar o que, em cada caso, conduz à persuasão,⁷⁸ e, neste sentido, “os meios de persuasão são os únicos autênticos elementos constituintes desta arte, tudo o mais não passando de acessório”.⁷⁹ Por meios de persuasão se traduz a palavra grega *pistis* (no plural, *pisteis*), que possui certo número de significados relacionados às noções de prova ou crença. Não obstante isso, enquanto a dialética trata apenas da argumentação lógica, na retórica o argumento lógico é apenas um dos meios de persuasão.

Entre os meios de persuasão, define Aristóteles, alguns são construídos pelo orador ao longo de seu discurso e outros não.⁸⁰ Aos primeiros se dá o nome de *provas técnicas*, enquanto as últimas são denominadas *provas não-técnicas*. O que distingue ambas se torna mais compreensível caso abordemos antes estas últimas, as *provas não-técnicas*. Essas são as que existem antes ou independentemente do discurso feito pelo orador, como são o caso das leis, dos testemunhos, dos documentos,

dos juramentos e das confissões obtidas mediante tortura, admitidas segundo o costume grego.⁸¹ As *provas não-técnicas* são trazidas de fora para dentro do discurso pelo orador, enquanto as *provas técnicas* são criadas ao longo do discurso; por isso, essas são resultado da habilidade do orador, enquanto aquelas não.

Aristóteles aborda mais detalhadamente as *provas técnicas* do que as *não-técnicas*. Entre as *provas técnicas*, ele admite três meios de persuasão. O primeiro, diz ele, “depende do caráter pessoal do orador; o segundo, de levar o auditório a uma certa disposição de espírito; e o terceiro, do próprio discurso no que diz respeito ao demonstrar ou parecer demonstrar”.⁸² Os três meios de persuasão costumam receber o nome de *ethos*, *pathos* e *logos*, respectivamente. O caráter não-especializado da retórica indica que o sucesso do discurso não se apoia exclusivamente na consistência interna dos argumentos; logo, questões de ordem afetiva são relevantes para se alcançar a persuasão.⁸³ O *ethos* é voltado para a apresentação do orador e como ele consegue expressar um perfil que o público considere confiável, moralmente correto etc.; o *pathos*, por sua vez, é direcionado ao auditório e indica o conjunto dos diferentes estados de espírito que os distintos auditórios possuem, assim como as possibilidades do orador de atender e, eventualmente, transformá-los. Um discurso feito num momento de revolta, por exemplo, terá de lidar com um auditório encolerizado, e o orador tem de conhecer os motivos por que as pessoas estão assim para saber como amainar sua raiva ou utilizá-la a seu favor. *Ethos* e *pathos* implicam considerar o que, em cada ocasião, é capaz de gerar a crença, e levam a retórica a incluir matérias designadas hoje como “sociológicas” ou “psicológicas”. Não por acaso, boa parte do livro II da *Retórica*, os capítulos 1 a 17, é dedicada às diferentes emoções que podem ser experimentadas pelos seres humanos. Quanto a isso, a retórica se transforma também em uma teoria da ação por meio do discurso e conduz Aristóteles a conceituá-la como não apenas um “ramo da dialética” mas também “do estudo dos costumes”.⁸⁴

A respeito do *logos*, Aristóteles o caracteriza sob duas formas: o exemplo e o entimema. O exemplo obtém conclusões gerais a partir de

76 ARISTÓTELES. *Retórica... Op. cit.*, 1357a1.

77 *Ibidem*, 1355a5

78 *Ibidem*, 1355b30.

79 *Ibidem*, 1354a15.

80 *Ibidem*, 1355b35.

81 ARISTÓTELES. *Retórica... Op. cit.*, 1357a25.

82 *Ibidem*, 1356a1.

83 *Ibidem*, 1377b25.

84 *Ibidem*, 1356a25.

uma situação particular, procedendo de maneira indutiva. Ele pode ser real ou inventado pelo orador,⁸⁵ o que abre espaço para a argumentação de caráter histórico. O exemplo serve para raciocinar a partir da experiência de outrem, comparando-a com o caso em questão que está sendo debatido. Já o entimema faz o caminho inverso, estabelecendo condições mais gerais a partir das quais uma conclusão específica é alcançada. Para Aristóteles, o entimema é o “mais eficaz dos meios de persuasão”,⁸⁶ pois é o que mais se aproxima da demonstração. Como afirma em outro momento, “algo é persuasivo quer porque é de imediato e por si só evidente, quer porque parece ser demonstrado a partir de outras premissas que o são, elas, persuasivas e convincentes”.⁸⁷ Se o entimema é construído a partir de premissas convincentes, ele chegará numa conclusão que parecerá incontornável, isto é, evidente, para aqueles que escutam o discurso.

Existe certa ambivalência, no entanto, na caracterização dos exemplos e dos entimemas. Como dissemos acima, o termo *pistis* possui certa gama de significados, dos quais se pode mencionar, no interior do tratado aristotélico, os de *meios de persuasão*, indicando o *ethos*, o *pathos* e o *logos*; os argumentos lógicos utilizados na retórica, como o exemplo e o entimema; ou, mais simplesmente, a noção de prova, que incluiria tanto as *provas técnicas* quanto as *não-técnicas*. Esta ambivalência é sentida no decurso da *Retórica*, em que o exemplo e o entimema, devido à forte base dialética da obra, parecem se sobrepor aos demais *meios de persuasão*. Essa é uma das inconsistências do tratado e, apesar de se tratar de questão especializada, é interessante ao leitor que ele esteja atento ao fato de que mesmo o texto de Aristóteles – e, na verdade, toda a tradição clássica – possui uma série de arestas não aparadas.

O entimema

O termo entimema é, com certeza, um dos conceitos mais controversos da Retórica aristotélica. A palavra está ligada, em sua origem, aos verbos “refletir” ou “considerar” e é com estes sentidos que ela aparece sob a forma substantivada de “enthymematai” em Sófocles ou em Xenofonte.⁸⁸ Entimema designaria simplesmente

85 ARISTÓTELES. *Retórica...* Op. cit., , 1393a25 - 1393a35.

86 *Ibidem*, 1355a5.

87 *Ibidem*, 1356b5.

88 SÓFOCLES; XENOFONTE *apud* BURNYEAT, M.F. *Enthymeme: Aristotle on the logic*

algo a considerar sem que houvesse uma conclusão prevista de antemão.⁸⁹

Na tradição retórica, ele é normalmente definido como um “silogismo retórico”. O silogismo é uma espécie de raciocínio que procede por dedução, retirando uma conclusão a partir de certas premissas. Para mostrar o caráter dedutivo do silogismo, é possível se referir ao exemplo clássico deste tipo de argumento:

Todos os seres humanos são mortais.

Sócrates é um ser humano.

Logo, Sócrates é mortal.

O que significa o caráter “retórico” do entimema, no entanto, tem sido matéria de especulação.

Nos Analíticos Anteriores, Aristóteles se refere ao entimema como um “silogismo com base em probabilidades ou signos”.⁹⁰ Todavia todo silogismo, por seu caráter dialético, trabalha a partir de probabilidades, e não de certezas.

Para F.M. Burnyeat, o entimema seria simplesmente um silogismo utilizado no contexto de uma discussão retórica. Por causa disso, o número e a natureza de suas premissas não seriam fixos, pois a discussão pode ser levada por caminhos inesperados, e ele tem de ser breve, já que o público não-especializado da discussão teria dificuldade em seguir uma argumentação mais longa e complexa.⁹¹

Ainda que constitua o “corpo da prova”, portanto, a definição do que é um entimema está longe de ser precisa.

Ainda que a argumentação constitua o cerne da teoria retórica aristotélica, ela não compõe a integridade de seu trabalho. Aristóteles é responsável por ter definido ainda os três gêneros do discurso retórico. Segundo a concepção aristotélica, é o público que determina qual o

of persuasion. In.: FURLEY, David; NEHAMAS, Alexander. *Aristotle's Rhetoric: Philosophical Essays*. Princeton: Princeton University Press, 1994, p. 11.

89 *Ibidem*, p. 12.

90 ARISTÓTELES. *Analíticos Anteriores*. In.: ARISTÓTELES. *Órganon*. São Paulo: Edipro, 2005, 27, 70a10.

91 BURNYEAT, M.F. *Enthymeme...* Op. cit., p. 22.

gênero do discurso feito pelo orador.⁹² Por exemplo, se o orador fala perante juízes no tribunal, trata-se de um discurso judiciário (ou forense); se ele fala numa assembleia com vistas a uma decisão política, o discurso é deliberativo; se o orador apresenta uma composição sobre um assunto variado frente a espectadores que devem julgar sua qualidade, trata-se de um discurso demonstrativo (ou epidíctico). Estes três públicos e ocasiões levam a outras distinções importantes. Por exemplo, o *judiciário* lida com uma ação que aconteceu no passado e se presta à condenação ou defesa de alguém; o *deliberativo* produz consequências no futuro e procura aconselhar ou desaconselhar a tomada de uma ação; o *demonstrativo* se dedica ao louvor ou à censura de determinada personagem em consideração do presente no qual o discurso é pronunciado.

A classificação dos gêneros retóricos estabelecida por Aristóteles sofrerá intensas modificações ao longo da história da retórica. Certos autores identificam sete gêneros, como a *Rhetorica ad Alexandrum*, por exemplo, ou, até mesmo, vinte e um, como é o caso de Hermágoras. Outros excluíram o gênero epidíctico ou o verão como expressão máxima da retórica. O importante é compreender que as amplas categorias dos gêneros retóricos são codificações do uso da palavra que permitem adequar as intenções do orador às expectativas do público. Do que trata o discurso? O que se pretende com ele? Para quem é feito? Estas são as perguntas implícitas em sua classificação.⁹³ Por ora, entretanto, vale a pena levantar a indagação, que responderemos em momento oportuno: em qual destes gêneros retóricos a história se enquadra?

“Com Aristóteles”, afirma o filósofo francês Paul Ricoeur, “atinge-se um tempo forte da retórica”, chegando-se a uma “retórica filosófica”.⁹⁴ Certamente, o esforço de sistematização empreendido pelo filósofo grego dotou a retórica de uma sólida base de sustentação frente aos demais campos do saber. Esta sistematização é continuamente evocada, junto a outros trabalhos de Aristóteles, para pensar o estatuto conceitual da história, do uso do discurso, da linguagem e da literatura. A importância do tratado aristotélico hoje, contudo, é significativamente maior do que na Antiguidade. Como destaca Malcolm Heath, as expectativas modernas

92 ARISTÓTELES. *Retórica...* Op. cit., 1358b1.

93 REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica...* Op. cit., p. 47.

94 RICOEUR, Paul. *A Metáfora Viva*. São Paulo: Loyola, 2005, p. 50.

e antigas com relação à teoria retórica são bem diferentes, pois enquanto nós lemos o texto de Aristóteles em busca de um conjunto de definições teóricas, os antigos liam os tratados de retórica em busca de lições práticas de como vencer o debate.⁹⁵ Por isso, e também pela conturbada história do texto, sua influência sobre a história da retórica na Antiguidade ocorreu, na verdade, de forma indireta, por meio dos teóricos que estudaram com Aristóteles, do que pela leitura da *Retórica* em si. Ganhar esta perspectiva não significa diminuir a importância do trabalho para a reflexão contemporânea, mas sim abrir espaço para o caráter multifacetado da própria tradição retórica.

A constituição da tradição retórica

As obras de Aristóteles foram dadas como perdidas entre os séculos IV e I a.C. Os textos que conhecemos resultam provavelmente de anotações de aulas dadas no Liceu (a escola fundada por Aristóteles em Atenas, no final de sua vida) ou outras escolas onde o filósofo lecionou. Por isso, eles são chamados de “esotéricos”, isto é, direcionados a um público interno, ao contrário de seus diálogos, chamados de “exotéricos”, pois eram voltados a um público mais amplo. Não deixa de ser curioso que os diálogos aristotélicos, de ampla circulação em seu tempo, não tenham sobrevivido, sendo conhecidos apenas por citações e referências de outros autores, enquanto os tratados, que pouco foram difundidos até o século I a.C., representam hoje o conjunto da obra do filósofo. Uma passagem da *Tópica*, de Cícero (106-43 a.C.), atesta o escasso conhecimento de Aristóteles entre seus contemporâneos. O escritor romano desculpa seu interlocutor por ignorar os trabalhos do estagirita pois “eu não me surpreenderia que um retor desconhecesse um filósofo que não é conhecido nem entre os próprios filósofos, com algumas poucas exceções”.⁹⁶

A mudança na consideração da obra aristotélica ocorreu quando sua biblioteca – onde haviam sido guardadas suas obras “esotéricas” – foi vendida para Roma em inícios do século I a.C. e, depois, seus trabalhos foram “editados” por Tirânio e Alexandre de Rodes, eruditos ligados à biblioteca de Alexandria. Trata-se uma época muitas vezes negligenciada na imagem que fazemos da Antiguidade, frequentemente centrada sobre

95 HEATH, Malcolm. *Codifications of Rhetoric...* Op. cit., p. 63.

96 CÍCERO. *On Invention. Best Kind of Orator. Topics*. Trad. H. M. Hubbela. Cambridge: Loeb Classical Library/Harvard University Press, 1949, § 2.

a Atenas clássica ou a Roma imperial, mas o período helenístico e sua continuação na história romana foram responsáveis pela preservação, seleção e sistematização de uma grande parte do legado da cultura antiga. Essa era uma tarefa levada a cabo pelos gramáticos e bibliotecários junto ao meio erudito de Alexandria e outros polos de saber da época.⁹⁷ Também é deles a concepção de um cânone cultural, ou seja, uma seleta de autores ou obras que são alçados ao estatuto de referência obrigatória para a formação do indivíduo ou da sociedade.⁹⁸ Nesta cultura obcecada com a ideia de compilação, organização e preservação do saber, a *Retórica* aristotélica não era uma das obras de referência para a formação do orador.

Os desenvolvimentos mais importantes na teoria retórica após Aristóteles foram o estabelecimento da doutrina dos três estilos do discurso e a noção de *stasis*. Ao longo do livro III da *Retórica*, dedicado quase que todo ele à elocução (*lexis*), Aristóteles identifica apenas dois estilos para o discurso, o elevado e o baixo, distinção que se aproxima da categoria da tragédia e da comédia em outra obra sua, a *Poética*.⁹⁹ Estes estilos são utilizados para finalidades diferentes, respectivamente, comover e provar. Teofrasto (371-287 a.C.), discípulo de Aristóteles, teria sido responsável por teorizar a respeito do estilo médio, que seria mais apropriado para narrar e cujo objetivo seria agradar, escapando à grandiloquência do estilo alto ou do caráter pedestre do estilo baixo. O estilo médio é de grande importância para o desenvolvimento do gênero epidíctico,¹⁰⁰ pois demonstra a possibilidade de a prosa abarcar gama mais ampla de assuntos que aqueles ligados apenas a ação ou a argumentação, como a narrativa histórica e outros assuntos mais próximos da “literatura”.

Com relação a *stasis*, ela foi desenvolvida por Hermágoras no século II a.C. a partir de aspectos já presentes na teorização retórica e se transformou em um dos elementos mais importantes do ensino retórico nos séculos seguintes.¹⁰¹ Por *stasis* (ou *status*, na tradução latina), indicase a classificação dos tipos de disputa nos quais o orador se envolve,

organizando-as, por exemplo, de acordo com “questões de fato (ele realmente fez isso?), definição (isto foi um assassinato?) e qualidade (era em legítima defesa?)”.¹⁰² A contribuição de Hermágoras foi ligar estas perguntas ao diagnóstico dos argumentos mais apropriados para cada situação e a identificação da estrutura argumentativa em uso.¹⁰³

De modo geral, pode-se apontar para esta época o surgimento da “paixão pela classificação” que caracteriza a retórica.¹⁰⁴ As divisões da retórica, que são cinco (alguns autores elencam apenas quatro), as partes do discurso, as categorias internas a estas, os gêneros oratórios (três ou incontáveis), as figuras de linguagem, de pensamento e expressão, os lugares-comuns etc. Estas classificações dão origem a um verdadeiro sistema retórico, modo pelo qual a oratória é ensinada e a partir do qual se torna possível construir virtualmente qualquer discurso.

Para além disso, entretanto, o que é importante considerar aqui é o lugar que a retórica ocupará no cotidiano antigo e que chegará a seu ponto máximo, ao menos até o Renascimento, em Roma. A conquista da Grécia pelos romanos em 146 a.C. levou a um rápido processo de helenização da cultura romana. Ainda que já houvesse exemplos de eloquência romana antes da vinda de professores gregos para ensiná-la em Roma,¹⁰⁵ o ensino retórico grego se adaptou facilmente à sociedade romana, embora os procedimentos jurídicos, a estrutura administrativa e as ocasiões para o uso público da palavra fossem ligeiramente diferentes. A síntese da filosofia grega, da erudição helenística e da vida social romana conduziu ao ideal da *eloquentia* e, com ela, a um modelo de homem público atuante na esfera civil, o *orador*.¹⁰⁶

O primeiro tratado retórico de origem romana que sobrevive até nós é a *Rhetorica ad Herennium*, cuja autoria é desconhecida, mas que durante muito tempo foi atribuída a Cícero. Muito da instrução retórica era centrado sobre a retórica judiciária e a *Rhetorica ad Herennium* não escapa a isso, ao dedicar seus dois primeiros livros ao assunto. Para o

97 Cf. CANFORA, Luciano. *A biblioteca desaparecida – histórias da biblioteca de Alexandria*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

98 KENNEDY, George A. *A New History of Classical Rhetoric...* Op. cit., p. 64 et. seq.

99 ARISTÓTELES. *Arte Poética*. Trad. Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix, 2005, pp. 144-145.

100 ZANGARA, Adriana. *Voir l'histoire. Theories anciennes du récit historique*. Paris: VRIN/EHESS, 2007, p. 153.

101 HEATH, Malcolm. *Menander: A Rhetor in Context*. Oxford: Oxford University Press, 2004, p. 5.

102 HEATH, Malcolm. *Codifications of Rhetoric...* Op. cit., p. 64.

103 HEATH, Malcolm. *Codifications of Rhetoric...* Op. cit., p. 64; KENNEDY, George A. *A New History of Classical Rhetoric...* Op. cit., p. 82.

104 BARTHES, Roland. *O método estruturalista...* Op. cit., p. 45; FUMAROLI, Marc. *L'Âge de l'éloquence...* Op. cit., p. XIII.

105 Cf. CÍCERO. *Brutus*. Paris: Société d'Édition Les Belles Lettres, 1966.

106 FUMAROLI, Marc. *L'Âge de l'éloquence...* Op. cit., p. 45-47.

gênero judiciário, a *invenção* de argumentos a serem usados no tribunal é o aspecto mais importante e não é à toa que o livro é dedicado quase em sua integridade a este aspecto, aliás como faz Cícero em obra de juventude (o *De inventione*). O terceiro e último livro trata dos demais gêneros do discurso – o deliberativo e o demonstrativo – e das demais partes da retórica, enquanto o livro IV aborda o estilo, com uma elaborada classificação das figuras de linguagem e de pensamento disponíveis ao orador.

No século I a.C., entretanto, o representante maior da eloquência romana é Cícero. Sua extensa obra se destaca pelo esforço de tradução e sistematização da filosofia grega para o público romano e pela reunião, exemplificada em sua atuação pública, entre teoria e prática. Além de seus muitos discursos, destacam-se as obras nas quais Cícero reflete sobre a própria retórica.

Uma delas é o *Brutus*, diálogo sobre a história da oratória romana desde o período anterior ao contato com a cultura grega até sua época; o *De optimo genere dicendi*, é uma defesa do estilo escolhido por Cícero em seus pronunciamentos e uma tentativa de escapar à dicotomia entre dois estilos oratórios; um, mais rebuscado, conhecido como *asianismo*; e, outro, mais contido, chamado de *aticismo*. Já o *De partitionibus oratoriae* é uma pequena síntese sobre as partes do discurso oratório. Dentre estas obras teóricas “menores”, deve-se dar destaque ao *De inventione*, um manual de retórica forense com maior elaboração da primeira das cinco partes da retórica, a *invenção*, detalhando-se as causas, os argumentos, as partes do discurso retórico e na qual se apresenta uma leitura lógica por trás da argumentação retórica. Embora seja uma obra de juventude que sobreviveu de forma incompleta, ela pode ser lida junto com a *Rhetorica ad Herennium* de modo a revelar o conhecimento dos romanos sobre a retórica no começo do século I a.C. Também é interessante lê-la junto à *Tópica*, já citada aqui, obra em que se aborda não apenas a argumentação lógica mas também se realiza a síntese entre a filosofia aristotélica e a estoica.

Obras de maior relevância, porém, são o *De oratore* e o *Orator*, escritas com um intervalo de dez anos entre si. Na primeira, Cícero refaz a história da fala pública, as características dos diferentes gêneros literários a partir da retórica e aborda também os conhecimentos que o orador

deve possuir e o caráter que deve ter, enquanto na última adiciona a estas indagações a busca pelas características do que seria o orador ideal. O que ressalta nas duas obras é, primeiro, que o orador não é apenas aquele que compõe e pronuncia discursos, mas sim quem detém em si a cultura de seu tempo além de ser representante da retidão moral e defensor dos melhores costumes romanos; segundo, que a retórica se transforma em matriz do discurso, um instrumento a partir do qual são medidos e realizados todos os outros gêneros de fala e escrita, incluindo a história.

Todos estes aspectos são retomados por Quintiliano (35-100 d.C.), que na sua *Institutio oratoria* oferece um programa de educação para o nobre romano desde a infância até se tornar um orador pleno. Como já fora sinalizado em Cícero, pode-se perceber em Quintiliano a transformação da retórica no saber que sintetiza todas as demais áreas do conhecimento. Educação moral-política e instrução retórica se confundem e a retórica é, sobretudo, um ideal cultural. Dentro deste ideal, a oratória não é apenas uma técnica para ganhar a discussão verbal mas sim uma *ars bene dicendi*, isto é, a arte de bem dizer,¹⁰⁷ o que implica também a excelência em fazer o pensamento chegar à expressão, à correção em público e a adoção de uma postura ética. Definindo-a como uma “arte do bem dizer”, Quintiliano desvincula o sucesso da arte retórica do êxito em ganhar a argumentação, pois o orador pode ter feito uma bela argumentação sem que o público lhe conceda a palma pela vitória.¹⁰⁸

O vigor destas obras não significa que não havia oposição à retórica – e se pode pensar se a força com que a retórica é defendida não é indício das suspeitas que pairavam a seu respeito.¹⁰⁹ O que estes diferentes autores fazem é oferecer um modelo pelo qual o orador se torna moral e conceitualmente válido, afastando-se a desconfiança a respeito da maleabilidade da retórica em adaptar-se a qualquer situação e defender, por exemplo, dois pontos de vista contrários a respeito do mesmo assunto. A ligação com a moral torna a retórica segura, retirando parte do poder demiúrgico da palavra que ela possuía com Górgias; em contrapartida, a retórica passa a se estender por toda a trama do tecido social.

107 QUINTILIANO. *Institutio oratoria*. v. II... *Op. cit.*, 14-5.

108 *Ibidem*, 15.

109 *Ibidem*, 16-17.

A retórica e as mulheres

Afirmar que a retórica se espalhava por “toda a trama do tecido social” implica levar em conta os limites da cidadania no mundo antigo, da qual estavam excluídas as mulheres e inúmeros outros grupos, como os escravos, os estrangeiros e parcela bastante significativa dos pobres. Como a oratória estava associada ao espaço público, no qual eram efetivadas as realizações políticas, estavam dela excluídos todos que não compartilhassem de uma posição proeminente na sociedade antiga. O conceito de “homem público”, deve-se lembrar, refere-se primeiro a homem, somente depois a público.

Quintiliano, logo na abertura de sua obra, deixa visíveis os limites da concepção de orador. Segundo o pedagogo romano, “somente o homem bom pode ser orador perfeito”.¹¹⁰ A expressão “homem bom”, tradução do latim *uir bonus*, indica tratar-se da nobreza romana. Logo em seguida, reforça-se essa declaração:

*homem realmente político, adaptado à administração dos assuntos públicos e privados, que possa dirigir as cidades com deliberações, alicerçar com leis e corrigir com julgamento, certamente não po[de] ser outro senão o orador.*¹¹¹

Embora expresse um ideal que se pretenda universal, a utilização da palavra *uir*, que significa o indivíduo do sexo masculino, e não *homo*, que indica a humanidade em geral, mostra que a figura do orador é marcada pelos recortes de gênero e posição social da época em que foi criada.

Existem apenas breves menções às mulheres na história da retórica antiga. Quintiliano, novamente, provê a passagem mais longa, na qual se recordam o nome de certas oradoras:

*ficamos sabendo que muito contribuiu para a eloquência dos Gracos a mãe Cornélia, cuja linguagem corretíssima foi legada pelas cartas também aos pósteros, e afirmar-se que Lélia, filha de Caio, fez reviver a elegância do estilo do pai ao discursar; e o discurso de Hortênsia, filha de Quinto, proferido perante os triúmviros, é lido não apenas em homenagem ao sexo feminino.*¹¹²

¹¹⁰ QUINTILIANO. *Institutio oratoria*. v. I... *Op. cit.*, 9.

¹¹¹ *Ibidem*, 10.

¹¹² *Ibidem*, 6.

Percebe-se, entretanto, que as oradoras são citadas apenas no papel de mães ou filhas, com uma brevíssima exceção a Hortênsia, cuja eloquência é lida “não apenas em homenagem”, ou seja, apesar de seu gênero.

É fácil ler estas obras e desconsiderá-las como inadequadas ou derivadas, todavia, elas criaram um modelo para a atuação na esfera pública que teve vigência ainda na Antiguidade, depois foi retomado com o movimento intelectual do humanismo, no Renascimento, e só encontrou seu fim no surgimento da sociedade de massa no começo do século XX. Retórica, moral e política estiveram estreitamente ligadas, ainda que o primeiro termo pareça sobreviver apenas nos cursos que ensinam oratória ou na boca daqueles que condenam os excessos “retóricos” dos políticos em campanha eleitoral. A fortuna da retórica após a Antiguidade, entretanto, será assunto do qual tratarei logo; antes, é preciso adentrar justamente naquelas densas classificações que constituem a retórica como matéria de ensino e pensamento.

O “sistema” retórico

A retórica antiga se caracteriza por sua estabilidade. Faz parte de sua natureza como “estrutura viva”, no entanto, que novos elementos sejam incorporados, ou que apêndices que se tornaram inúteis sejam removidos, sem que o esquema geral se modifique substancialmente. Este diagnóstico não implica que a retórica seja estática tampouco que não existam debates ou contradições entre autores ou entre teoria e prática,¹¹³ mas se pode identificar um conjunto de termos, noções e conceitos que aparecem recorrentemente quando se fala sobre a retórica que é preciso sistematizar agora. Chamamos esta estrutura de “sistema” retórico.¹¹⁴ Esta sistematização estrutura tanto a teoria quanto o ensino da retórica e oferece um conjunto de categorias com os quais o leitor moderno pode fazer suas próprias análises retóricas.

¹¹³ HEATH, Malcolm. *Codifications of Rhetoric...* *Op. cit.*, p. 70-71; TIMMERMAN, David M; SCHIAPPA, Edward. *Classical Greek Rhetorical Theory and the Disciplining of Discourse...* *Op. cit.*, p. 137.

¹¹⁴ REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica...* *Op. cit.*, p. 43; STEEL, Catherine. *Divisions of speech*. In.: GUNDERSON, Erik (ed.). *The Cambridge Companion to Ancient Rhetoric*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 77.

A retórica clássica se divide normalmente em cinco partes: *invenção*, *disposição*, *elocução*, *memória* e *ação*. Uma vez criada esta distinção em cinco partes, ela foi aplicada até mesmo a discursos elaborados antes que a codificação da retórica tenha ocorrido; é nesse sentido que é utilizada para perceber a existência da retórica já nos discursos incluídos nos poemas homéricos. Ainda que a existência desta divisão se proponha válida a todo discurso de caráter retórico, é importante ter consciência de que a prática oratória e a teorização retórica não são exatamente contemporâneas, embora uma influencie a outra constantemente. Do mesmo modo, o esquema em cinco partes costuma refletir simplesmente a ordem dos tratados retóricos, e o valor atribuído a determinada seção muda de acordo com o autor ou o texto consultado.¹¹⁵ É por isso que adicionei aspas à denominação “sistema” retórico, pois sua sistematização não é necessariamente rigorosa, antes obedece a uma série de critérios organizados de acordo com a situação em que foi realizada.

Tendo isso em mente, a *invenção* é o processo de desenvolver argumentos para o discurso. Nos primeiros tratados retóricos antigos, a *invenção* era a parte da retórica que ganhava maior destaque, o que reflete a prática oratória da época, realizada em contexto de debate no qual desenvolver argumentos que soassem novos e convincentes era visto como principal meio para obter a persuasão. Os argumentos, como já vimos, podem ser o exemplo e o entimema, ou podem ser classificados de acordo com a distinção entre *provas técnicas* e *provas não-técnicas*. “O foco da maior parte dos tratados retóricos antigos”, entretanto, lembra Catherine Steel, “não era no processo de investigação e pensamento que poderia gerar material” útil à formulação de argumentos, mas a “classificação minuciosa das maneiras que uma situação podia ser analisada de modo a identificar todas as linhas possíveis de argumentação”,¹¹⁶ provém daí a importância da *stasis* como este instrumento de análise dos argumentos próprios a cada caso. O processo ativo de procura e criação de argumentos é substituído pelo recurso a argumentos já prontos, os quais são adaptados às situações específicas de debate.

Existe mais um termo retórico que devemos conhecer aqui, o dos *topoi* ou lugares da argumentação. Os *lugares* são tipos genéricos

de raciocínio ou esquemas argumentativos que podem ser preenchidos com os mais diversos conteúdos;¹¹⁷ no dizer de Quintiliano, são as *sedes* do argumento, os lugares dos quais se parte para atacar as mais diversas matérias.¹¹⁸ Segundo Aristóteles, eles podem estar restritos a uma determinada espécie de situação, recebendo o nome de *lugares próprios*, ou podem ser aplicados a diferentes assuntos, ocasião em que são chamados de *lugares-comuns*.¹¹⁹ Se costumamos utilizar a expressão “lugar-comum” para indicar uma “opinião banal expressa de modo estereotipado”, o “lugar comum clássico é um esquema de argumento que se aplica aos dados mais diversos”.¹²⁰ Os tratados retóricos investiam fortemente nesta espécie de esquema argumentativo, o que não deixava de ser uma forma de mostrar sua própria eficácia, cobrindo o maior número de situações possíveis que seu leitor poderia encontrar no desenrolar da discussão.

O termo *invenção* pode ser enganador se lido em hoje em dia, pois ele nos remete às noções de criação original e genialidade individual, duas noções bem distantes da retórica clássica. Caso se pense, todavia em sua origem latina, *inuentio*, percebe-se que também está ligada à ideia de “inventário”. *Invenção*, portanto, é a atividade de prospecção de um dado repertório de argumentos feita pelo orador ao elaborar seu discurso.

A segunda parte da retórica é a *disposição*, ou seja, a estruturação do discurso. O *sistema* retórico clássico normalmente a divide em cinco seções, *exórdio*, *narração*, *comprovação*, *digressão* e *peroração*. O *exórdio*, também chamado de *proêmio*, é a parte inicial do discurso, em que são apresentadas as matérias debatidas e na qual o orador procura captar a benevolência do público; após o *exórdio*, segue-se a *narração*, momento em que são descritos os detalhes da disputa e, depois dessa, chega-se à *comprovação*, núcleo do discurso oratório, no qual o orador desenvolve seus argumentos. Deve-se notar que a *narração* já é uma espécie de comprovação, pois a escolha das palavras para descrever um caso e a seleção do que será relatado já implicam em diferentes formas de julgá-lo. Depois da *comprovação*, situam-se a *digressão* e a *peroração*. O objetivo da *digressão* é manipular os sentimentos do público, aumentando a tensão

117 REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica...* Op. cit., p. 51.

118 QUINTILIANO. *Institutio oratoria*. v. V... Op. cit., 10.20; CURTIUS, Ernst Robert. *Literatura Europeia e Idade Média Latina*. São Paulo: EdUSP, 1996, p. 109.

119 ARISTÓTELES. *Retórica*. Trad. Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2011, 1358a1.

120 REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica...* Op. cit., p. 52.

115 STEEL, Catherine. *Divisions of speech...* Op. cit., 77-78.

116 *Ibidem*, p. 77.

ou dissipando-a, por exemplo, por meio de um pequeno desvio que, a princípio, não parece estar relacionado com o caso debatido, mas que contribui para mover os afetos do público; a *peroração*, por sua vez, é a conclusão, na qual o orador retoma os argumentos e procura fixá-los na mente dos espectadores.

As partes do discurso oratório fornecem um mapa para o orador preparar sua fala, assim como ao auditório para acompanhar o que diz. O leitor deve ter consciência, porém, de que existem divergências entre os autores a seu respeito. Também se deve perceber que as duas primeiras partes da retórica (e, na verdade, a distinção de todas as suas cinco partes) possuem o discurso judiciário como modelo oratório, o que leva a certa dificuldade em conceber gêneros discursivos – como o demonstrativo – ou elementos do discurso que não estão ligados claramente ao *que é* dito, mas sim a *como se* diz. Este é o caso da *elocução*.

A *elocução* designa o momento de colocar o discurso em palavras. Os antigos a tratavam de uma maneira altamente esquemática, mas pode-se dizer que priorizavam a clareza, a adequação dos termos, a correção gramatical e a ornamentação discursiva como elementos que conduziam à persuasão.¹²¹ A *elocução* era tão importante quanto as demais partes da retórica e era vista com bastante prestígio entre os tratadistas clássicos; para Cícero, escrevendo no *Orator*, por exemplo, o orador brilha pela excelência de sua oração, não apenas pelo talento em encontrar argumentos, em compor o discurso ou pronunciá-lo.¹²² No limite, entretanto, *elocução* e *invenção* guardam uma relação potencialmente conflituosa entre si, pois se o orador consegue encontrar belos termos mesmo para dizer algo moralmente danoso ou somente para expressar de outras formas um raciocínio que já é comum, então sua capacidade de encontrar argumentos, pensar o discurso ou apresentá-lo se subordinam ao talento em manejar as palavras.

Esta tensão abre a possibilidade de um conjunto de situações não necessariamente previstas pela retórica antiga mais tradicional. Primeiro, a constante presença de uma oratória distanciada da moral, como se fosse um tema de fundo a correr sob as tentativas de legitimá-la. Segundo, a

capacidade das palavras de ornar ou, até mesmo, inventar um mundo, levando não tanto ao poder demiúrgico do discurso gorgiano mas sim à ficção, e não será à toa que a elocução receberá um grande desenvolvimento justo no contexto da Segunda Sofística, entre os séculos II e IV d.C., quando a escrita ficcional aparece com bastante força.¹²³ Terceiro, a transição da retórica de uma técnica própria ao debate oral, realizado face a face, a um conjunto de regras para a produção e avaliação de peças escritas, longe do âmbito público de discussão das repúblicas e cidades-estado antigas. O tratamento da elocução será importante para o desenvolvimento do gênero epidíctico e o abordarei mais tarde neste livro.

As duas partes restantes da retórica são a *memória* e a *ação*. Alguns autores divergem quanto ao lugar ocupado pela *memória* ou até se ela é efetivamente uma das partes da retórica. Sua importância, porém, enraíza-se na prática oratória antiga. Com exceção do gênero epidíctico, era costumeiro proferir discursos sem o auxílio de anotações. Como lembrar, então, de uma peça oratória de grande extensão? Os antigos desenvolveram um amplo conjunto de técnicas mnemônicas que contribuíam na tarefa de decorar um grande número de informações. Não se deve esquecer que a memória era o principal fundamento da educação até o século XVIII – ou, entre os maus professores, até hoje – e que, logo, estas técnicas mnemônicas constituíam uma boa parte do ensino até esta época.

A retórica e as artes da memória

O poeta grego Simônides de Ceos (ca. 556 a.C.-268 a.C), convidado para um jantar no qual deveria fazer o elogio do anfitrião, Scopas, teceu também um encômio dos deuses Castor e Póllux. “De forma mesquinha”, lembra Frances Yates,

*Scopas disse ao poeta que só pagaria a metade da soma combinada pelo panegírico e que ele cobrasse a diferença dos deuses gêmeos, a quem havia dedicado a metade do poema.*¹²⁴

Felizmente, ele foi chamado para atender dois moços que estavam fora da casa de Scopas. Quando saiu da casa, percebeu que

¹²¹ STEEL, Catherine. Divisions of speech... *Op. cit.*, 88.

¹²² CÍCERO. *De Oratore*. In.: SCATOLIN, Adriano. *A invenção no Do orador de Cícero: um estudo à luz de Ad Familiares* 9, 9, 23. São Paulo: FFLCH/USP, 2009, XIX.61.

¹²³ ZANGARA, Adriana. Voir l'histoire... *Op. cit.*, p. 147; BRANDÃO, Jacyntho Lins. *A invenção do romance. Narrativa e mimese no romance grego*. Brasília: Editora UnB, 2005.

¹²⁴ YATES, Frances. *A Arte da Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007, p. 17.

não havia ninguém. Essa saída, no entanto, lhe poupou a vida, pois o teto da residência de Scopas desmoronou, matando o dono e todos os convivas do banquete. Simônides, graças à intervenção de Castor e Póllux, salvou-se e, já que possuía uma memória prodigiosa, pode reconhecer as vítimas do desabamento pela posição que ocupavam no banquete. Assim nasceram as artes da memória.

Esse relato tradicional era bastante conhecido no mundo antigo e teve grande influência até à Idade Moderna. Ele foi relatado por Cícero e Quintiliano e normalmente é considerado uma narrativa mítica sobre a origem da mnemotécnica.¹²⁵ A mnemotécnica, ou arte da memória, é o exercício da memória de modo a aprimorá-la ou aperfeiçoá-la. Até à modernidade, como a memória individual era um dos principais veículos de educação e transmissão do conhecimento, a memória era uma faculdade bastante apreciada e desenvolvê-la para além de seu limite natural era digno de louvor.

A principal fonte que temos para a arte da memória é a *Rhetorica ad Herennium*,¹²⁶ que trabalha com as categorias de lugares (*loci*) e imagens (*imagines*). O exercício mais comum é criar mentalmente um espaço no qual os elementos a serem lembrados estão ordenados. Este espaço pode ser uma casa, mais simples, ou um palácio, com vários aposentos. A rememoração ocorre quando se imagina um passeio por este espaço mental no qual estão distribuídas as imagens do que deve ser lembrado. Ao associar ideias ou palavras a imagens e percorrê-las em ordem, é possível chegar a feitos admiráveis de memória.

Para conhecer mais sobre a história das artes da memória, a obra de referência é o livro de Frances Yates.¹²⁷

Quanto à ação, por sua vez, é a realização de fato do discurso. O modelo forense sobre o qual se constituem as cinco partes do discurso previa que o discurso teria uma performance sobretudo oral, o que significa que os espectadores não estavam atentos apenas ao conteúdo ou

¹²⁵ QUINTILIANO. *Institutio oratoria*. v. XI... *Op. cit.*, 2; CÍCERO. *De Oratore*, II, LXXXVI.

¹²⁶ CÍCERO. *Rhetorica ad Herennium*. Trad. Harry Caplan. Cambridge: Loeb Classical Library/Harvard University Press, 1954, III, 16-24.

¹²⁷ Cf. YATES, Frances. *A Arte da Memória*... *Op. cit.*

disposição do discurso ou ao estilo empregado pelo orador. Uma série de elementos não-verbais estavam em jogo no momento de gerar a persuasão. Os antigos dividam a ação em dois campos, a voz e os gestos. Com relação à voz, importava o volume, a constância e a maleabilidade, capaz de dar a ênfase ou o tom necessários para os diferentes assuntos e etapas do discurso. Problemas de fala e as características de uma boa dicção, aspectos que hoje pertencem à fonologia, eram tratados aqui. Quanto aos gestos, diziam respeito ao conjunto das expressões faciais, movimentos corporais e a própria aparência do orador enquanto fazia seu discurso.

Não se deve esquecer que as categorias apresentadas, embora tenham sofrido extenso detalhamento ao longo dos séculos, ainda apresentam certo aspecto esquemático. Como afirmamos acima, estas divisões provêm do ensino e servem essencialmente para estruturar os próprios tratados retóricos, que costumam abordá-los nesta ordem (ou em outra que revele a maior importância desta ou daquela categoria). Elas ainda fornecem o principal meio de estruturação de tratados que visam ensinar oratória no mundo moderno, como aqueles de Olivier Reboul,¹²⁸ de amplo acesso ao público brasileiro, ou outros, em língua estrangeira.¹²⁹ Estas categorias revelam a tensão fundamental que atravessa todo o ensino retórico, aquela entre a prática e os preceitos. O grande orador, é preciso lembrar, não é o que sabe de cor ou exaustivamente como conceituar as partes do discurso ou da oratória, ou que as segue à risca, mas sim aquele que consegue dominar a arte retórica de tal modo que parece que sequer a utiliza.¹³⁰ O melhor uso da arte, já disse o provérbio antigo, é esconder o próprio artifício.

Da retórica às Belas Letras

O principal veículo de transmissão e difusão da retórica no Ocidente foi a educação. O ensino formal de retórica era feito por professores especializados (os retores) e se iniciava após os alunos aprenderem as primeiras letras e os conceitos básicos da literatura antiga. Esta primeira etapa da educação era levada a cabo por um gramático. Existia, entretanto, certa imprecisão no que toca aos limites entre as atividades do retor e do gramático, até mesmo por causa da expansão da gramática a uma atividade de crítica formal e julgamento da qualidade das peças escritas,

¹²⁸ Cf. REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*... *Op. cit.*

¹²⁹ Cf. OLMSTED, Wendy. *Rhetoric: An Historical Introduction*. Malden: Blackwell, 2006.

¹³⁰ Cf. CAHN, Michael. *The Rhetoric of Rhetoric*... *Op. cit.*

aproximando-se da crítica literária moderna. O tratado de Quintiliano serve como exemplo, pois dedica muitas de suas páginas à tentativa de retirar das mãos do gramático atribuições que considerava mais próprias ao retor.¹³¹

O estudante que dava seus primeiros passos no estudo da retórica era agraciado com um programa de exercícios cada vez mais complexos dedicados a desenvolver a habilidade na composição de diferentes peças oratórias ou no uso de figuras de estilo específicas. Estes exercícios introdutórios recebiam o nome de *progymnasmata* e a composição de tratados dedicados a eles, voltados mais para os professores do que para os alunos, muitas vezes, foi constante do período helenístico até Bizâncio e o Renascimento.¹³² Pode-se apontar como uma das principais consequências dos *progymnasmata* a noção de que cada espécie de texto obedece a um conjunto preciso de regras.

A retórica foi um dos muitos elementos da tradição clássica apropriados pelo cristianismo. Sua absorção, todavia, não foi automática. As epístolas de Paulo e algumas das obras de Agostinho apontam a incompatibilidade entre a palavra de Deus e a dos indivíduos – não deixa de ser significativo, porém, que eles o façam de maneira bastante retórica, o que demonstra conhecimento dos preceitos que estruturavam a composição escrita.¹³³ Agostinho, não se pode esquecer, fora professor de retórica antes de se converter ao cristianismo.

Ao longo da Idade Média, a perda de grande parte dos textos antigos significou que a retórica teve muito de seu âmbito reduzido. O desconhecimento do tratado de Quintiliano (redescoberto em 1416 por Poggio Bracciolini) e dos trabalhos de Cícero, especialmente suas orações, associado ao surgimento do espaço social cortesão, levou à ausência de um modelo atuante de homem público, o cidadão. A Europa medieval conhecia, entretanto, a *Rhetorica ad Herennium* e os trabalhos de Boécio (c. 480-524 d.C.), importante veículo de manutenção da herança clássica

durante o medievo. Ao longo da Idade Média, retórica e dialética passaram a se confundir, com as diferenças entre ambas sendo suprimidas em nome da *invenção*.¹³⁴ Posteriormente, a retórica passou a ser uma das artes do *trivium*, expressão que designava o currículo básico de formação para as artes liberais, situando-se junto à lógica e à gramática. Outro caminho de preservação da retórica foi a *ars dictaminis*, isto é, a técnica de composição de cartas, em que se deveria respeitar a dignidade do destinatário e o modo mais apropriado de expressão dos assuntos nelas tratados. Estudos recentes têm destacado o papel dos *dictatores* medievais no desenvolvimento do humanismo nas cidades-estado italianas e na reelaboração do legado clássico.¹³⁵

A redescoberta dos textos antigos e as modificações no panorama político conduziram à revalorização da retórica no contexto do primeiro Renascimento, entre os séculos XV e XVI. A retomada do direito, utilizado para garantir a viabilidade política das cidades-estado italianas em meio às disputas entre o papado e o Sacro Império, além da forma de governo republicana adotada por muitas destas cidades, conduziram à criação de um novo espaço público, modelado a partir daquele que se acreditava ter existido na Antiguidade romana. O republicanismo renascentista reconsiderou o ideal romano do *orador* – cidadão capacitado para o exercício da vida prática.¹³⁶

Um capítulo importante na trajetória da reflexão sobre a retórica é a história do tratado homônimo escrito por Aristóteles. A *Retórica* passou a figurar no pensamento ocidental a partir da redescoberta dos trabalhos aristotélicos por meio do contato com a filosofia árabe no século XII.¹³⁷ Neste primeiro momento, entretanto, o texto não gerou tamanha repercussão. Teria sido apenas no século XV, quando editada por Jorge da Trebizonda (1395-1482), que a *Retórica* passou a ser conhecida, ganhando suas primeiras traduções latinas e a divisão em capítulo pela qual hoje a

¹³⁴ Cf. SERJEANTSON, R.W. Proof and Persuasion. In: PARK, Katherine; DASTON, Lorraine (eds.). *The Cambridge History of Science*. v. 3. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, pp. 132-175.

¹³⁵ Cf. MACK, Peter. *A History of Renaissance Rhetoric, 1380-1620*. Oxford: Oxford University Press, 2011; WITT, Ronald G. *In The Footsteps of the Ancients: The Origins of Humanism from Lovato to Bruni*. Leiden: Brill, 2000.

¹³⁶ Cf. BIGNOTTO, Newton. *Origens do republicanismo moderno*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

¹³⁷ Sobre a Retórica no contexto do Oriente medieval, ver: VAGELPOHL, Uwe. *Aristotle's Rhetoric in the East. The Syriac and Arabic Translation and Commentary Tradition*. Leiden: Brill, 2008.

¹³¹ QUINTILIANO. *Institutio oratoria*. v. I... *Op. cit.*, 4; 2.1-3.

¹³² KENNEDY, George (ed.). *Progymnasmata: Greek Textbooks of Prose Composition and Rhetoric*. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2003, p. X.

¹³³ KENNEDY, George A. *Classical Rhetoric and its Christian and Secular Tradition from Ancient to Modern Times*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1999, p. 137 *et. seq.*; PENNER, Todd; Caroline Vander STICHELE. Rhetorical Practice and Performance in Early Christianity. In: GUNDERSON, Erik (ed.). *The Cambridge Companion to Ancient Rhetoric*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 254-255.

conhecemos. Algo semelhante aconteceu com a *Poética*, que passou para o discurso filosófico por volta da mesma época, traduzida em 1498, ainda que tenha ganhado maior espaço apenas mais tarde no século XVI.¹³⁸ Ambos os textos passaram a ser pensados em conjunto, oferecendo um marco teórico – até então inédito – para a reflexão e a prática artística e literária.

É interessante perceber os diferentes programas estéticos para os quais o nome de Aristóteles foi invocado como patrono ou inspiração original. No século XVII, por exemplo, autores como o conde italiano Emanuele Tesauro (1592-1675) e o espanhol Baltasar Gracián (1601-1658) estabeleceram toda uma doutrina para a expressão literária a partir da definição aristotélica de metáfora e do jogo com as categorias da interpretação lógica estabelecidas por Aristóteles no *Órganon* que pautará o estilo poético baseado em jogos de conceitos e antíteses que chamamos – muito equivocadamente – de barroco.¹³⁹ No final do mesmo século, porém, iniciando-se na França, a obra de Aristóteles, em especial a *Poética*, será invocada por outros preceptistas, como Nicolas Boileau (1636-1711) para defender um estilo claro e simples, associado a uma imagem cristalina da Antiguidade, na qual a poesia, de preferência pastoril, servia como representação figurada do jogo social cortesão: em suma, o classicismo.

Retórica e as letras seiscentistas

Um dos campos mais fecundos de investigação sobre a história da literatura produzida no Brasil é aquela sobre as práticas letradas dos séculos XVII e XVIII. Originando-se nos trabalhos de João Adolfo Hansen, em especial A sátira e o engenho,¹⁴⁰ essa bibliografia procura estudar os escritos produzidos nesse intervalo de tempo em seus próprios termos e de acordo com a expectativa dos leitores da época, e não como projeção de categorias analíticas posteriores. Nesse sentido, a originalidade e a transgressão longamente associadas com o nome de Gregório de Matos (1636-1696), estudada por Hansen

¹³⁸ MUHANA, Adma. *A epopeia em prosa seiscentista*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997, p. 22, nota 17.

¹³⁹ HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. São Paulo: Ateliê Editorial; Campinas: Editora da UNICAMP, 2004, p. 291-387; CARVALHO, Maria do Socorro Fernandes de. *Poesia de Agudeza em Portugal*. São Paulo: Humanitas; EdUSP; Fapesp, 2007, p. 44-91.

¹⁴⁰ HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho... Op. cit.*, primeira edição 1984.

em seu livro, por exemplo, é interpretada como adoção de um conjunto de preceitos estabelecidos para a composição de poemas satíricos. Gregório de Matos, longe da fama de figura iconoclasta que a tradição historiográfica lhe atribuiu, segue noções bastante estabelecidas sobre o que a sátira deve realizar e não se afasta das concepções morais de sua época ao realizá-las.

Outro pesquisador, Alcir Pécora, para compreender os sermões de Antônio Vieira (1608-1697), afirma existir uma “unidade teológico-retórico-política” em vigor nestes séculos, por meio da qual concepções sobre a religião remetem a noções políticas e práticas de composição escrita. Sendo assim, é possível entender a relação entre representações literárias e figurações do poder, seja ele real ou divino.¹⁴¹

Estes dois trabalhos e outros, como os de Ivan Teixeira e Eduardo Sinkevisque, permitiram reavaliar a pertinência da noção de retórica e o enfoque sobre as condições de produção destes textos que, de outro modo, seriam apenas assinalados à rubrica de “literatura colonial”.¹⁴²

Para compreender a produção escrita entre os séculos XVII e XVIII e as alterações que sofrerá na passagem para o mundo moderno, é preciso pensar nas modificações pelas quais a retórica passa ao se transformar nas Belas Letras. Se a retórica era, inicialmente, um domínio voltado ao uso persuasivo e oral da linguagem, a fusão da retórica com a poesia nos séculos finais da Antiguidade e a maior presença da escrita a partir de então colocam a retórica em outra posição perante a prática discursiva. Ela se transforma numa ciência-mãe – ou técnica-chave – da produção dos discursos, guiando a composição por meio de categorias que prescrevem as características e a recepção dos diferentes gêneros literários.

Estes gêneros não escondem, porém, que se trata de divisões de uma mesma matéria, as letras. De fato, retórica e as “letras” se confundem, o que era representado pela concepção da retórica como arte do “escrever

¹⁴¹ Cf. PÉCORA, Alcir. *Teatro do sacramento: a unidade teológico-retórico-política dos sermões de Vieira*. São Paulo: EdUSP, 1994.

¹⁴² Cf. TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato pomalino e poesia neoclássica*. São Paulo: FAPESP/EdUSP, 1999; SINKEVISQUE, Eduardo. *Retórica e política: a prosa histórica dos séculos XVII e XVIII – introdução a um debate de gênero*. São Paulo: FFLCH/USP, 2000.

bem”, noção que reúne correção gramatical e adequação na exposição das matérias.¹⁴³ Nesse sentido, o que hoje entendemos como “literatura” e designa, grosso modo, os escritos de caráter ficcional ou que não possuem um caráter utilitário frente ao mundo, não existia no período, pois o uso das letras abarcava todo o conjunto da produção escrita. Esta união entre técnica de composição do discurso, escritos feitos com a intenção de defender motivações pessoais ou corporativas e adequação em sua criação formal e estilística indica o âmbito das Belas Letras.

O humano e o discursivo

*A retórica clássica é inseparável da noção segundo a qual o lugar próprio ao ser humano no mundo é garantido pelo uso da palavra. O ser humano se distingue tanto dos deuses quanto dos animais por sua capacidade de articular a linguagem, o que lhe possibilita viver em sociedade e agir segundo princípios racionais. É isso que se encontra por trás da visão aristotélica segundo a qual o ser humano é um “animal racional”.*¹⁴⁴

*Para Quintiliano, falar é natural ao ser humano, assim como “o voar o é para as aves, o correr para os cavalos e as feras nascem para a selvageria”.*¹⁴⁵ *O uso da palavra também constitui a comunidade política, pois “os legisladores não teriam conseguido, sem discursos de suma persuasão, que as próprias pessoas se sujeitassem à servidão do direito”.*¹⁴⁶ *Esta passagem também demonstra que viver politicamente significa discursar, de modo que onde as palavras acabam, só resta a violência.*

*Todas estas concepções também estão vinculadas ao assombro com o poder da palavra. Como afirma Barbara Cassin, ao comentar o Elogio de Helena, de Górgias, o discurso é semelhante a um deus, caso se considere a incongruência entre “sua pouca materialidade”, uma vez que ele é composto de sons, e os resultados que pode gerar.*¹⁴⁷

¹⁴³ WHITE, Hayden. La supresión de la retórica en el siglo XIX. In.: WHITE, Hayden. *La ficción de la narrativa. Ensayos sobre historia, literatura y teoría 1957-2007*. Buenos Aires: Eterna Cadencia Editora, 2011, pp. 500; COSTA LIMA, Luiz. *História...* Op. cit., p. 321.

¹⁴⁴ ARISTÓTELES. *Política*. Brasília: Ed. UnB, 1997, 1253a1-11.

¹⁴⁵ QUINTILIANO. *Institutio oratoria...* I.I.I; II.XVI.II.

¹⁴⁶ *Ibidem*, II.XVI.9.

¹⁴⁷ CASSIN, Barbara. O efeito sofístico... *OP. CIT.*, P. 297.

*Estas concepções mantiveram sua vigência até o advento da modernidade. Um exemplo é encontrado no debate sobre a poesia no século XVII. Discutia-se se os anjos seriam capazes de produzir poesia. A resposta é negativa, pois os anjos não falam “com os signos dos conceitos, mas com os próprios conceitos”, não precisando de palavras para se comunicar.*¹⁴⁸ *A palavra, portanto, é instrumento exclusivo do ser humano para a comunicação e constituição de seu universo comum.*

A retórica, como fenômeno de longa duração, sustentou-se como uma maneira adequada de trabalhar com a palavra em diferentes configurações sociais. As mudanças que ocasionaram a derrocada da retórica na transição para a modernidade serão estudadas no próximo capítulo; por ora, entretanto, bastante já se viu sobre a retórica na história, mas o que se pode dizer acerca da história na retórica?

A escrita da história na retórica clássica

Chegou o momento de responder a pergunta que deixamos aberta algumas páginas acima: a qual dos gêneros retóricos a história pertence? O leitor que respondeu “demonstrativo” acertou. O problema que surge, porém, é porque a história pertence ao gênero demonstrativo, que trata do presente, e não ao judiciário, que lida com o passado? O objetivo desta seção é explorar as múltiplas veredas que conduzem à resposta desta pergunta.

Antes de tudo, é preciso lembrar que não é um dado que a história trate do passado, ao menos no caso dos antigos. Se pensarmos em Heródoto ou Tucídides, no caso grego, em Tácito e na injunção de Ático a Cícero para que este escrevesse a história de seu próprio consulado,¹⁴⁹ no caso romano, teremos historiadores ou propostas para escrever a história que levam em consideração acontecimentos que são contemporâneos aos próprios escritores. Além disso, os gêneros se diferenciam não apenas pelo que dizem, mas também por seus objetivos e a quem se dirigem. Pensar os diferentes significados que a escrita da história assume no interior da retórica implica em levar todos estes fatores em consideração.

¹⁴⁸ HANSEN, João Adolfo. Retórica da Agudeza. In.: HANSEN, João Adolfo. *Letras Clássicas*, São Paulo, vol. 4, 2002, p. 331-332.

¹⁴⁹ CÍCERO. *Traité des lois (De legibus)*. Paris: Société d'Édition Les Belles Lettres, 1968, I,3.8.

Um primeiro significado da palavra *historia* no interior da teorização retórica é dado quando se aborda a *narração* oratória. Como já vimos, a *narração* é o momento no qual se apresentam os fatos que estão sendo debatidos. Segundo o anônimo da *Rhetorica ad Herennium*, ela pode ser feita de três modos, recebendo os nomes de *historia*, *argumentum* ou *fabula*.¹⁵⁰ Já no *De inventione*, Cícero explora mais a fundo a diferença entre as três categorias, organizando-as segundo critério de veracidade:

a *fabula* é o que contém coisas que não são nem verdadeiras nem verossímeis: “Dragões gigantescos alados reunidos pelo jugo”. A *historia* é uma coisa que se produziu anterior à nossa geração; por exemplo: “Appius declarou guerra aos cartagineses”. O *argumentum* é uma coisa fictícia, mas que poderia ter sido feita.¹⁵¹

Percebe-se que a *historia* – aqui, o relato de eventos passados preservados pela memória – ocupa o grau maior de veracidade, ao qual se segue o *argumentum*, que mistura ficção e realidade, chegando até à *fabula*, que é puramente fictícia. O fato de a *historia* aparecer, ainda que como uma subcategoria da *narração*, sob o viés da hierarquização dos gêneros discursivos de acordo com uma escala de verossimilhança, significa que só se pode refletir sobre história e retórica no mundo antigo caso se adicione um terceiro termo à discussão, a poesia. Antes de chegarmos a este problema, entretanto, é preciso compreender o sentido que a *narração* assume para o mais elusivo dos gêneros retóricos, aquele que mais se aproveita dela, o demonstrativo, também conhecido como gênero epidíctico.

O discurso epidíctico recebe seu nome da palavra grega *epideixis*, que significa “apontar”, “indicar” ou, em sentido mais amplo, “demonstrar”. Segundo Adriana Zangara, o termo *epideixis* designava “qualquer exposição pública falada” e, como tal, era uma especialidade dos sofistas.¹⁵² Estas exposições públicas não eram feitas com o objetivo explícito de avaliar uma ação no passado (discurso forense) ou decidir os rumos a se tornar no futuro (discurso deliberativo). Num momento inicial, portanto, é mais fácil pensar o discurso demonstrativo em forma negativa, como o inverso dos demais gêneros retóricos, abarcando tudo que não é deliberativo nem judiciário.

¹⁵⁰ CÍCERO. *Rhetorica ad Herennium*... Op. cit., I.8.13-14.

¹⁵¹ CÍCERO apud PAVEZ, Leonardo Acquaviva. *Historia Magistra Vitae: História e Oratória em Cícero*. São Paulo: FFLCH/USP, 2011, p. 41.

¹⁵² ZANGARA, Adriana. *Voir l'histoire*... Op. cit., p. 137.

Estas características acabam por torná-lo um gênero de difícil conceptualização na tradição retórica clássica. No tratado aristotélico, o gênero é comprimido dentro das categorias do louvor e da censura e é o único a ser entendido como constituído de duas partes: uma, que não é criada pelo orador,¹⁵³ referindo-se aos fatos narrados, e outra, feita por ele, que é a demonstração da existência do que é narrado e à amplificação ou diminuição de seu valor ou importância.¹⁵⁴ Esta vinculação do discurso epidíctico com o que está fora do âmbito discursivo mas é representado por ele se torna importante quando se pensa a escrita da história.

Entre os romanos, reproduz-se a mesma dificuldade. Para Cícero, o gênero é mais apropriado para o cortejo triunfal e o ginásio que para o fórum,¹⁵⁵ e a ele também são atribuídos os discursos cujo objetivo é o deleite e não a defesa de uma causa;¹⁵⁶ do mesmo modo, no *De partitionibus oratoriae*, Cícero desconfia que o epidíctico faça parte da retórica pois

consiste em narrar e exibir ações passadas, sem empregar argumentos, e seu estilo visa influenciar suavemente as emoções, em vez de buscar convencimento e aquisição de provas. Ele não estabelece proposições que são duvidosas; ao contrário, ele amplifica o que é certo, ou tido por certo.¹⁵⁷

A mesma suspeita é expressa por Quintiliano, para quem os discursos epidícticos são compostos – por escrito – para o prazer dos ouvintes e não para a resolução de uma disputa, atribuição primordial do orador.¹⁵⁸ Esta dificuldade de pensar o gênero demonstrativo mostra que ele abre outro campo de problemas que o tradicionalmente concebido sob a retórica.

O nome de Isócrates está particularmente associado ao desenvolvimento do gênero epidíctico. Um discurso-chave na história do gênero é o *Evágoras*, de autoria de Isócrates, com o qual se inaugura o discurso fúnebre em prosa. Até então, a poesia possuía o privilégio de transmitir a memória dos mortos, pois apenas por meio da palavra

¹⁵³ ARISTÓTELES. *Retórica*... 1358b1.

¹⁵⁴ *Ibidem*, 1416b20.

¹⁵⁵ CÍCERO. *De Oratore*, XIII. 42.

¹⁵⁶ *Ibidem*, XI.37.

¹⁵⁷ CÍCERO apud TEIXEIRA, Felipe Charbel. *Timoneiros: retórica, prudência e história em Maquiavel e Guicciardini*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010, p. 171.

¹⁵⁸ QUINTILIANO. *Institutio oratoria*... III.7.3.

poética era possível chegar à adequação entre o discurso e os feitos. Isócrates reclama para a oratória a relação entre palavra, memória e os acontecimentos, como se percebe na seguinte passagem do *Evágoras*:

Eu, Nícoles, penso serem sim belos os monumentos e as imagens do corpo, mas terem muito mais valor as imagens das ações e da reflexão que, nos discursos – mas só naqueles feitos com arte –, se poderia contemplar. E prefiro estas, em primeiro lugar, porque sei que os homens belos e bons não se gabam tanto da beleza do corpo, quanto são estimados pelos feitos e pela inteligência. Em seguida, porque as representações se encontram necessariamente junto somente daqueles em cujas casas se erigem, enquanto os discursos podem ser transportados pela Grécia e, difundindo-se nas conversas dos bem pensantes, podem ser amados na casa daqueles cuja estima vale mais que a dos outros todos [...]. Por isso, empenhe-me mais em escrever este discurso, considerando que, para ti, para teus filhos e para todos os outros descendentes de Evágoras, seria a mais bela exortação, caso alguém ajuntasse as virtudes deste homem, adornasse-as com o discurso e oferecesse-as a vós, para que as contemplásseis e convivésseis com elas.¹⁵⁹

Pode-se destacar vários aspectos da passagem acima. Primeiro, o argumento utilizado pelo autor segundo o qual as virtudes do homenageado necessitam do auxílio do discurso para que se mantenham sólidas e perenes faz o discurso epidíctico apropriar-se da pretensão de conduzir à imortalidade que era, até então, própria da poesia. Segundo, o fato de a palavra ser mobilizada por conta de uma celebração pública, e não para defender uma causa num tribunal ou tomar uma decisão numa assembleia, o que revela bem o âmbito do gênero demonstrativo. Por último, a ênfase colocada na escrita, capaz de penetrar onde a voz não alcança ou os olhos não chegam – e convém lembrar que os discursos de Isócrates eram divulgados por escrito.¹⁶⁰ Era uma característica do gênero que ele pudesse ser lido a partir de uma composição escrita,¹⁶¹ ao contrário das demais formas oratórias que eram faladas e, por isso, abriam espaço para o improvisado resultante do debate.

A partir do século I d.C., o gênero demonstrativo conheceu intensa

¹⁵⁹ ISÓCRATES *apud* HARTOG, François (org.). *A História de Homero a Santo Agostinho...* Op. cit., p. 95.

¹⁶⁰ HARTOG, François. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 39.

¹⁶¹ ARISTÓTELES. *Retórica...* 1414a10

expansão. A redução dos espaços de discussão política e o surgimento de um amplo meio literário, aliado à realização de festejos públicos, com maior codificação do prestígio na vida social, garantiram que o gênero fosse aplicado às mais diversas circunstâncias, até mesmo privadas, como os casamentos.¹⁶² Esta expansão é acompanhada pela fusão da retórica epidíctica com a poesia e com a transformação da *elocução* em parte principal do discurso oratório, em detrimento da invenção.¹⁶³ Estas transformações são corroboradas nos exercícios retóricos, pois neles era comum utilizar excertos de poemas para ensinar princípios de retórica, como as figuras de linguagem.¹⁶⁴ Esta situação já estava prefigurada em Cícero e Quintiliano, no entanto, quando o primeiro afirma que o orador se destaca pela excelência de sua oração, não pelos argumentos que apresenta ou por sua apresentação do discurso,¹⁶⁵ ou quando o segundo diz que o orador pode exercer bem sua arte mesmo que não tenha obtido sucesso na argumentação.¹⁶⁶ O discurso epidíctico denuncia a passagem da retórica enquanto técnica da argumentação para a retórica como *arte do bem dizer* e denota o surgimento de uma “retórica generalizada”.¹⁶⁷

Existe certa ambivalência, portanto, no tratamento do gênero demonstrativo. Se o objetivo da retórica é conduzir à persuasão e mover os ouvintes ao ponto de levá-los a tomarem uma decisão, o demonstrativo visa causar prazer e aplacar os ânimos dos ouvintes por meio da contemplação estética;¹⁶⁸ enquanto os demais discursos retóricos dependem de um estilo grave ou demorado, para comover ou convencer, o epidíctico pede uma dicção suave e tranquila, de modo que o estilo médio é o mais apropriado a ele.¹⁶⁹ O estilo médio aponta a predominância da *narração* nas composições epidícticas, afastando-as da esfera da comprovação. Por estes motivos, o gênero acaba por se

¹⁶² Cf. WERNER, Erika. O epitalâmio na visão de dois retores: algumas considerações acerca dos tratados atribuídos a Menandro, o rétor, e ao Pseudo-Dionísio de Halicarnasso. In.: ASSUNÇÃO, Teodoro Rennó; FLORES-JÚNIOR, Olimar; MARTINHO, Marcos. *Ensaio de retórica antiga*. Belo Horizonte: Tessitura, 2010, p. 145-161.

¹⁶³ ZANGARA, Adriana. *Voir l'histoire...* Op. cit., p. 141.

¹⁶⁴ HEATH, Malcolm. *Menander...* Op. cit., p. 245-246.

¹⁶⁵ CÍCERO. *De Oratore...* Op. cit., XIX.61.

¹⁶⁶ QUINTILIANO. *Institutio oratoria...* II.18.23.

¹⁶⁷ ZANGARA, Adriana. *Voir l'histoire...* Op. cit., p. 137.

¹⁶⁸ *Ibidem*, p. 151.

¹⁶⁹ *Ibidem*, p. 154; CÍCERO. *De Oratore...* Op. cit., XIII. 42.

aproximar da poesia. Em termos retóricos, ambos – o epidíctico e a poesia – são “inúteis”, pois estão removidos da esfera do combate e não se prestam ao auxílio na tomada de decisões.¹⁷⁰ É por este mesmo motivo que Cícero afirma ser o demonstrativo mais apropriado ao cortejo triunfal e à composição escolar (o ginásio) do que ao fórum, lugar por excelência em que as decisões são feitas. Agora que já conhecemos o discurso epidíctico, porém, quais são as características suas que ajudam a compreender como a história era pensada no interior da retórica?

Uma série de caracterizações e valores associados à escrita da história no interior da retórica resultam de sua dependência ao gênero demonstrativo. Cícero, em especial, aborda em diversos momentos a relação entre retórica e história, o orador e o historiador, em termos nem sempre amistosos. No *Orator*, por exemplo, ele concede a Tucídides o elogio de “ter narrado os acontecimentos de maneira bela e grave, com imparcialidade e honestidade”, mas também sustenta que “nada do que ele disse pode ser transferido à prática forense e pública”.¹⁷¹ Em outro trabalho, o *De optimo genere dicendi*, o orador e filósofo romano deixa mais claro porque se recusa a utilizar a obra do historiador ateniense no tribunal:

uma coisa é expor os acontecimentos em uma narrativa, outra compor argumentos para ganhar um caso contra um adversário ou refutar uma acusação. Uma coisa é manter o interesse do ouvinte por uma história, outra inflamá-lo [...]. Pois o orador que estamos procurando deve tratar casos diante do tribunal em estilo apropriado para instruir, deleitar e comover. Assim, se alguém vier no tribunal a pleitear seus casos no estilo de Tucídides, tem-se a prova de que ele não possui nem a mais tênue noção do que se passa na atuação política e legislativa.¹⁷²

Uma passagem mais extensa, retirada do *De oratore*, é relevante porque refere tanto a importância de Isócrates para a escrita da história quanto sua distância do âmbito forense:

depois, provenientes de uma ilustríssima, por assim dizer, oficina retórica, Teopompo e Éforo, homens de eminentes engenhos, impelidos por seu mestre Isócrates, dedicaram-se à história; nunca, absolutamente, ocuparam-se das causas. Em seguida, também proveniente da filosofia, Xenofonte, o famoso discípulo de Sócrates, depois o companheiro de

Alexandre, Calístenes, de Aristóteles, escreveram história, e este último, por sinal, quase sempre à maneira retórica; o primeiro empregou uma sonoridade mais branda também para que não apresentasse aquele ímpeto próprio do orador, menos veemente, talvez, mas, segundo me parece, ao menos, mais agradável. O mais jovem de todos eles, Timeu, pelo quanto sou capaz de julgar, de longe o mais erudito e o mais abundante pela riqueza de temas e variedade de pensamentos, além de não grosseiro na própria composição das palavras, trouxe grande eloquência à escrita, mas nenhuma prática ao fórum.¹⁷³

A escrita histórica e a prática dos tribunais diferem porque a história é apenas uma narração, não sendo necessário argumentar ou comprovar o que se diz. Como afirma Luciano, com exceção do próêmio, o “restante corpo da história é simplesmente uma longa narrativa”, de modo que narração e história se confundem.¹⁷⁴ E, sendo toda ela narração, a história não precisa provar. Ninguém colhe todas as consequências disso com mais clareza do que Quintiliano:

a história pode nutrir o orador com certo suco abundante e agradável; contudo, também ela deve ser lida em si mesma, de modo que saibamos que a maior parte de suas qualidades devem ser evitadas pelo orador. Com efeito, ela está muito próxima dos poetas, é uma espécie de poema em prosa, escreve-se para narrar, não para provar [*ad narrandum, non ad probandum*] – e a totalidade da obra é composta não para a realização de algo ou para um combate presente, mas para a memória da posteridade e a fama do talento.¹⁷⁵

Vista pelo prisma da oratória, logo, a história aproxima-se da poesia porque ambas estão distantes da esfera pública e da tomada de decisões. A elas compete apenas narrar, a uma o que aconteceu de fato, a outra o que foi inventado pelo poeta ou é contado pela tradição. Incumbidos apenas de narrar, tanto o historiador quanto o poeta só têm a preocupação de prender a atenção dos ouvintes ou leitores, e não precisam convencê-los. Por último, as duas estão ligadas à preservação da memória, ou seja, estão deslocadas do momento de tomada das decisões relevantes para a vida pública – ainda que a história estabeleça

¹⁷⁰ ZANGARA, Adriana. *Voir l'histoire... Op. cit.*, p. 137-138.

¹⁷¹ CÍCERO. *De Oratore... Op. cit.*, IX, 30.

¹⁷² CÍCERO *apud* MURARI PIRES, Francisco. *Modernidades tucidideanas... Op. cit.*, p. 173)

¹⁷³ CÍCERO *apud* ZANGARA, Adriana. *Voir l'histoire... Op. cit.*, p. 144, grifo nosso.

¹⁷⁴ LUCIANO. *Como se deve escrever a história*. Belo Horizonte: Tessitura, 2009; ZANGARA, Adriana. *Voir l'histoire... Op. cit.*, p. 148.

¹⁷⁵ QUINTILIANO *apud* HARTOG, François (org.). *A História de Homero a Santo Agostinho... Op. cit.*, p. 165.

um estreito laço com a política.¹⁷⁶ Mas isso não é tudo que a retórica antiga tem a dizer sobre a história.

No princípio do livro II do *De oratore*, após um extenso elogio da arte oratória, a personagem de Marco Antônio exprime aquelas famosas palavras que se tornarão conhecidas como a concepção “ciceroniana” de história. Diz ele que a história é “testemunha dos tempos, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida, mensageira da Antiguidade”, mas arremata, porém, com uma pergunta: “que outra voz a confia à eternidade, senão a do orador?”.¹⁷⁷ De que modo Cícero pode dizer, num momento, que a história pouco tem a ver com a prática do orador para, logo depois, afirmar que apenas o orador pode escrevê-la bem?

É preciso se perguntar a respeito de qual história se fala. No decorrer do diálogo ciceroniano, Marco Antônio lamenta que a escrita da história não tenha sido assunto abordado nos tratados retóricos.¹⁷⁸ Entre os romanos, ainda por cima, ela se limita à enumeração dos fatos passados, resultando numa “escrita monótona, [...] sem qualquer ornamento, apenas os registros de épocas, homens, lugares, feitos”.¹⁷⁹ O próprio fato de que os romanos de sua época restringissem a oratória à esfera jurídica impedia o desenvolvimento da escrita histórica.¹⁸⁰ Concebida apenas desta maneira, não é difícil compreender porque ela não foi tratada nos manuais de retórica, uma vez que suas regras são bastante evidentes:

de fato, quem ignora que a primeira lei da história é não ousar dizer algo de falso? Em seguida, ousar dizer algo de verdadeiro? Não haver suspeita de favorecimento na escrita? Ou de ressentimento? É claro que esses fundamentos são do conhecimento de todos.¹⁸¹

“O dever de veracidade”, explica Francisco Murari Pires, é o “imperativo primordial da história”,¹⁸² do qual resulta a dupla injunção segundo a qual o historiador não deve, de um lado, misturar nada de falso à narrativa verdadeira da história, de outro lado, não omitir nada que seja verdadeiro, relegando-o ao esquecimento, que é o destino da mentira e

da falsidade.¹⁸³ Estas regras são evidentes, todavia, apenas caso a história seja concebida somente como registro dos acontecimentos; neste ponto, ela ainda está longe de ser a composição que ganha corpo apenas pela voz do orador.

O problema da história, lembra François Hartog, é encontrar a adequação entre “as palavras e as ações”, “os discursos e as façanhas”, pois o historiador “deve encontrar as palavras (adequadas, precisas, verdadeiras) para relatar as proezas dos homens e as ações das cidades com o objetivo de preservá-las do esquecimento”.¹⁸⁴ Para além dos acontecimentos, que podem ser pensados como a parcela *não-técnica*, no sentido retórico, do discurso histórico, é preciso também construir a história por meio do discurso. Segundo Cícero, a história exige que se ordene os acontecimentos de acordo com o tempo (a cronologia) e o espaço (a geografia). Além disso, é preciso expor os planos que levaram às ações e as consequências dessas; a história também deve apontar, “acerca dos planos”,

o que o escritor aprova, bem como que se declare, em relação aos feitos, não apenas o que se fez ou se disse, mas também de que modo, e, ao tratar do resultado, que se expliquem todas as causas, seja da queda, da sabedoria ou da temeridade, e, dos homens propriamente ditos, não apenas os feitos, mas também, por se sobressaírem pela fala e pelo renome, acerca da vida e natureza de cada um.¹⁸⁵

O historiador tem de usar seu juízo para estabelecer como os feitos ocorreram, porquê ocorreram e quais consequências geraram; ele não se limita aos fatos, mas os avalia de acordo com critérios cronológicos, epistemológicos e morais. Tudo isso deve ser feito, Cícero acrescenta, com uma “estrutura das palavras e um gênero de discurso amplo, cadenciado, de uma fluência uniforme com certa leveza, sem esta aspereza dos julgamentos e sem os aguilhões forenses dos pensamentos”, ou seja, no estilo apropriado para a narrativa, o médio.¹⁸⁶

“O discurso da história”, afirma Francisco Murari Pires, “tece o nexo que entrelaça os tempos pela trama do fio das virtudes,

176 HARTOG, François. *Evidência da história...* Op. cit., p. 23.

177 CÍCERO. *De Oratore...* Op. cit., II. 35-36).

178 *Ibidem*, II.64.

179 *Ibidem*, II.53.

180 *Ibidem*, II. 55.

181 *Ibidem*, II, 62.

182 MURARI PIRES, Francisco. *Modernidades tucídideanas*. São Paulo: EdUSP, 2007, p. 176.

183 MURARI PIRES, Francisco. *Modernidades tucídideanas...* Op. cit., p. 176.

184 HARTOG, François. *Evidência da história...* Op. cit., p. 41-42.

185 CÍCERO. *De Oratore...* Op. cit., II. 63.

186 *Ibidem*, II. 64.

viabilizando o diálogo por que os homens do presente espelham-se em seus antepassados”.¹⁸⁷ Já para Adriana Zangara, toda a arte de compor a história e “pintar” as belas ações no “relato da história exemplar consiste em transferir, por assim dizer, a força da palavra que ‘faz ver’ à força de valor que ‘faz fazer’ e que ‘faz ser’”.¹⁸⁸ O gênero histórico possui função pedagógica ao transformar a memória do passado em exemplo para o presente por meio de discurso abertamente moral e confeccionado pelo engenho do orador, o qual concatena ações e juízos; não é à toa, logo, que a voz do orador seja a mais apropriada para a escrita da história, pois

Quem exorta a virtude mais ardentemente, quem mais severamente faz recuar dos vícios? Quem vitupera os ímprobos mais asperamente, quem mais elegantemente louva os bons? Quem pode, acusando, abater a cupidez com mais veemência? Quem, consolidando, alivia mais docemente as aflições?¹⁸⁹

Entre as palavras e as coisas

Qualquer apreciação da escrita da história na Antiguidade, todavia, tem de lidar com o conhecido capítulo IX da *Poética* de Aristóteles. Segundo famosas palavras, ele diz que a poesia é mais “filosófica” do que a história porque trata do “universal” como a história aborda apenas o que é particular. A passagem merece ser citada integralmente:

é claro, a partir do que foi dito, que não é obra do poeta dizer o que aconteceu, mas o que poderia acontecer –, e o possível é conforme o verossímil ou o necessário. Portanto, o historiador e o poeta não diferem por falar em metros ou sem eles (pois as obras de Heródoto poderia ser metrificadas e não seriam menos histórias com metro ou sem ele), mas diferem nisto: no dizer um o que aconteceu, o outro o que poderia acontecer. Por isso também a poesia é algo mais filosófico e mais sério que a história: pois a poesia diz sobretudo o que respeita ao geral, a história o que respeita ao particular. O que respeita ao geral é a quais homens acontece dizer ou fazer quais coisas conforme o verossímil ou o necessário – e é a isso que visa a poesia, mesmo atribuindo nomes às personagens; enquanto o que respeita ao historiador é o que fez ou sofreu Alcibíades.¹⁹⁰

O que está em jogo aqui, em termos bastante semelhantes ao que já foi abordado com relação à retórica, é o estatuto da história como conhecimento. Para Aristóteles, a história é meramente uma “atividade empírica”, não possuindo um princípio ordenador que a torne inteligível. Esta questão se torna mais clara em outra passagem. No capítulo XXIII, o autor assevera que

na epopeia [...] devem-se compor fábulas [*mythoi*], tal como nas tragédias, em forma dramática, em torno *duma só ação inteira e completa, com início, meio e fim*, para que, como um vivente uno e inteiro, produza o prazer peculiar seu; *não sejam os arranjos como os das narrativas históricas, onde necessariamente se mostra, não uma ação única, senão um tempo único, contando tudo quanto nele ocorreu a uma ou mais pessoas, ligado cada fato aos demais por um nexos apenas fortuito*. Com efeito, assim como se deram na mesma ocasião a batalha naval de Salamina e o combate dos cartagineses na Sicília, sem visarem a nenhum objetivo comum, assim também às vezes, na sequência dos tempos, um fato vem após outro, sem que deles ocorra nenhum fim único.¹⁹¹

Enquanto a poesia narra uma ação única (o *mythos*) com início, meio e fim, cujos eventos estão concatenados tendo em vista o desenrolar da trama, a história, por sua vez, não possui enredo e está condenada à mera enumeração do que aconteceu em determinado período de tempo, espaço delimitado ou a certa personagem. A unidade característica da poesia lhe permite projetar “aspirações cognitivas maiores”, pois através da coerência interna da narrativa ela consegue transpor o significado dos eventos na forma de padrões interpretativos da conduta humana, assumindo caráter universal.¹⁹² A história, por sua vez, cuja narrativa não possui coerência interna, só pode dizer o que aconteceu a esta ou aquela personagem particular – o que Alcibíades fez ou deixou de fazer, em seu famoso exemplo – sem encontrar ali causas ou motivações que sejam aplicáveis a outras personagens. Sem narrativa coerente, a história também não conseguiria estabelecer as relações causais entre os eventos, tampouco torná-los inteligíveis; restrita à enumeração dos fatos, a história está condenada ao particular.

187 MURARI PIRES, Francisco. *Modernidades tucidideanas...* op. cit., p. 175.

188 ZANGARA, Adriana. *Voir l'histoire...* Op. cit., p. 84.

189 CÍCERO. *De Oratore...* Op. cit., II, 35-36.

190 ARISTÓTELES. *Arte Poética...* Op. cit., IX, 1451a36-1451b11.

191 ARISTÓTELES. *Arte Poética...* Op. cit., XXXIII, 1459a20-28; *sigó aqui a tradução de Jaime Bruna com algumas leves alterações; os destaques são todos meus*

192 MURARI PIRES, Francisco. *Modernidades tucidideanas...* op. cit., p. 168.

Na opinião de François Hartog, a “divisão aristotélica” entre história e poesia “permanecerá uma das principais escansões da historiografia ocidental e há de alimentar questionamentos recorrentes”.¹⁹³ A frequente inquietação a respeito do estatuto científico da história não deixa “de remontar, em resumo, a este primeiro abalo”.¹⁹⁴ Para a nossa narrativa, a passagem aristotélica, ainda que cronologicamente anterior à absorção da história pela retórica, traz a necessidade de nos determos mais nas relações entre história e poesia, de um lado, e entre retórica e filosofia, de outro, como um tema de fundo que traz à tona, repetidas vezes, o problema das relações entre as palavras e as coisas.

Caso nos lembremos da seção anterior, teremos em mente que o termo retórico *historia* designava um dos modos da *narração*, sendo acompanhado por outros dois termos, *fabula* e *argumentum*. A palavra *fabula* é importante porque ela normalmente é utilizada para traduzir o grego *mythos* – mesmo termo utilizado por Aristóteles –, que além do sentido tradicional de “mito” como o conhecemos hoje, também ocupa papel central na *Poética* aristotélica, indicando uma unidade poética com sentido e estruturada com início, meio e fim. Para o texto aristotélico, o critério de veracidade não era relevante para determinar qual gênero, a história ou a poesia, era mais verdadeiro ou “filosófico”, pois ainda que a história abordasse conteúdos que possam ser comprovados factualmente, não se poderia retirar dela qualquer lição que servisse para além de saber que aquilo que ela narra realmente aconteceu. Aristóteles (e também Platão) seguia a concepção grega segundo a qual o saber com maior legitimidade não era aquele que encontrava verificação no mundo empírico, mas o que poderia se submeter a um exame lógico rigoroso e, ainda assim, sair incólume. Ciência e verdade se equacionavam com teoria e filosofia, não com empiria, no mundo grego.

A hierarquização entre *historia*, *fabula* e *argumentum* feita pelos tratadistas romanos aponta para momento importante na trajetória da teorização aristotélica sobre a poesia na história do Ocidente. A tradição aponta que a distinção entre três modos de realizar a *narração* fora elaborada por Teofrasto, discípulo de Aristóteles, no século IV a.C., e que cada uma das categorias correspondia a um gênero poético pensado por Aristóteles,

193 HARTOG, François. *Evidência da história... Op. cit.*, p. 35.

194 *Ibidem*, p. 35.

respectivamente, a poesia épica, a tragédia e a comédia. Transposta para o ambiente romano segundo um critério de veracidade, ela acaba tendo a história – gênero de maior prestígio – como correspondente a uma narração mais verdadeira. Esta situação demonstra, como já o apontara Luiz Costa Lima, para uma “carência de teorização” a respeito da poesia entre os romanos,¹⁹⁵ em que a proposta aristotélica é esquecida em favor da retórica.¹⁹⁶ Como consequência, mantém-se a oposição entre os dois gêneros ao mesmo tempo em que se invertem os valores associados a eles, a história é mais verdadeira pois trata do que aconteceu (*res factae*), enquanto a poesia é menos crível pois inventa (*res fictae*), não precisando se ater à realidade factual.

Como vimos, entretanto, a história não pode ser pensada junto à retórica senão com o recurso à poesia. A inclusão da poesia na retórica significa uma reorientação na relação entre os gêneros retóricos e literários. Nesse sentido, a história tem de se aproximar da poesia – por meio da retórica – para se contrapor à condenação que sofrera por parte de Aristóteles. Como ela pode fazer isso?

O problema do historiador, já abordamos acima, era como adequar as palavras aos acontecimentos. “As palavras”, porém, “correm sempre o risco de ser inferiores, [ou] insuficientes”, diante dos façanhas realizadas pelos indivíduos.¹⁹⁷ A história está inextricavelmente ligada a algo que se situa para além do discurso. Algumas passagens ajudam a compreender como se delineava o campo de discussões a respeito deste problema na historiografia antiga. O historiador romano Salústio (86-35 a.C.) corrobora que a primeira dificuldade que o historiador encontra é a de “adequar as palavras aos fatos”,¹⁹⁸ enquanto Cícero, no *De oratore*, elogia o texto tucidideano porque nele “não se sabe se os fatos dão brilho ao estilo ou a língua ao pensamento”.¹⁹⁹ A narração histórica bem-sucedida é aquela em que os acontecimentos e as palavras que os descrevem são intercambiáveis.

É preciso, então, tornar a história inteligível, seja pela atribuição

195 COSTA LIMA, Luiz. *História... Op. cit.*, p. 99.

196 *Ibidem*, p. 103.

197 HARTOG, François. *Evidência da história... Op. cit.*, p. 42.

198 SALÚSTIO *apud* TEIXEIRA, Felipe Charbel. *Timoneiros: retórica, prudência e história* em Maquiavel e Guicciardini. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010.

199 CÍCERO. *De Oratore... Op. cit.*, II,56.

de um sentido à própria história, seja pela confecção de uma narrativa que suprima a distância entre o discurso e os feitos e revele o sentido da história acompanhando-se a própria narrativa do historiador. A primeira é a opção do historiador helênico Políbio (200-118 a.C.), que teria “transformado um princípio de composição em um procedimento de compreensão histórica”;²⁰⁰ a segunda opção é a dos retores e dos historiadores que cunham e aperfeiçoam um modelo retórico de história.

Segundo a reflexão romana sobre a história, é apenas por meio de uma narrativa bem-feita que a escrita da história se eleva acima da simples enumeração dos acontecimentos. A história, lembra a personagem de Marco Antônio no *De oratore*, começara como simples narração (*narratio*) para se aprimorar como uma “narração ornada” (*exornatio*).²⁰¹ A palavra “ornamento”, que compõe o par “narração ornada”, não deve ser compreendida como se fosse uma espécie de acessório ou excesso retórico que se estabelece por sobre o conteúdo factual da história. A *exornatio* ciceroniana aspira dotar o discurso histórico não apenas de sentido moral, mas também de princípio explicativo, desenvolver as potencialidades intrínsecas aos acontecimentos e representá-los adequadamente, revelando o significado da história conforme se desenrola – aos olhos do leitor – a narrativa criada pelo historiador/orador.²⁰² Respondendo à objeção aristotélica ante à história, o propósito seria *mostrar* os fatos históricos de modo a *demonstrar* que é a narrativa do historiador que os torna compreensíveis.

Não é a descoberta da realidade factual que anima os historiadores antigos, e sim o estabelecimento de uma relação adequada entre realidade e discurso. Esta questão coloca o problema da narrativa e da escrita histórica em primeiro lugar – e a história será sobretudo uma atividade “escriturária”, para não dizer literária, termo que pode ser enganoso. Pode-se dizer que o discurso pode estabelecer uma relação na qual ele é inspirador dos feitos, ou uma na qual ele mesmo é compreendido como uma façanha, um acontecimento, ou um discurso que não possui relação com os eventos.²⁰³ No primeiro e no segundo caso, tem-se a oração pronunciada no espaço público e, depois, a história; no último caso,

200 ZANGARA, Adriana. *Voir l'histoire...* Op. cit., p. 49.

201 MURARI PIRES, Francisco. *Modernidades tucídideanas...* op. cit., p. 178.

202 *Ibidem*, p. 183.

203 HARTOG, François. *Evidência da história...* Op. cit., p. 41.

tem-se a bajulação, a mentira e a ficção.²⁰⁴ A narrativa histórica tem de buscar o frágil equilíbrio de uma palavra que esteja à altura dos feitos sem subestimá-los, transformando-se em censura, tampouco ultrapassá-los, caso contrário se transformaria apenas em louvor ou elogio.

A representação histórica, para os antigos, tem a intenção de tornar visível o que é narrado, constituindo uma “unidade discursiva calcada na indissociabilidade entre o conhecimento da matéria e sua exposição ornada”.²⁰⁵ “O valor da história ornada”, portanto, “repousa na supressão retórica da oposição entre *res* [realidade] e *verba* [palavra]”, por meio da criação de uma unidade discursiva que engloba realidade e discurso e que o orador pleno, sob as vestes do historiador, pode prover.²⁰⁶ Torna-se difícil saber se é a natureza nobre dos fatos narrados pela história ou se é o caráter elevado do relato histórico que dão valor à história, mas apenas o orador pode desfazer – ainda que temporariamente – a distância entre representação e realidade.

Somente por meio de um gesto simultaneamente retórico e poético, o historiador cria a ilusão (ou o efeito) de que a veracidade de seu relato corresponde à realidade do passado. O conhecimento histórico, portanto, adquire consistência retórica e resulta numa fusão entre instrução moral, identificação causal e representação visual. Alcançadas estas condições, a história se transforma, diz outro ditado ciceroniano, em *opus oratorium maxime*, isto é, a maior atividade à qual os oradores podem se dedicar.²⁰⁷

204 LUCIANO. Como se deve escrever a história... Op. cit., p. 8.

205 TEIXEIRA, Felipe Charbel. *Timoneiros...* Op. cit., p. 179.

206 TEIXEIRA, Felipe Charbel. *Timoneiros...* Op. cit., p. 167.

207 CÍCERO. *Traité des lois (De legibus)...* Op. cit., I. 2. 5.

II

A retórica da história

Agora, saltaremos do mundo antigo ao século XIX. O objetivo será compreender, nos termos das relações entre história e retórica, a constituição da história como disciplina científica e as alterações que ela sofreu neste processo, tanto em suas condições institucionais de existência, quanto em seus modos de figurar a realidade histórica por meio do discurso. Para isso, será necessário que lidemos também com as mudanças que destronaram a retórica de sua posição de ciência-mestra do discurso na transição para o mundo moderno e a impossibilitaram como categoria conceitual válida para pensar a relação entre as palavras e as coisas.

Sabemos hoje, porém, que em certo sentido mais amplo a retórica nunca desapareceu de fato, ape nas foi suprimida ou subsumida sob outras configurações discursivas, assim como alguns de seus conteúdos se dispersaram por variadas disciplinas. Por este motivo, o principal propósito deste capítulo é debater como a historiografia se constitui como forma de discurso dominante para abordar o passado, ou seja, como se constituem, por meio da ênfase no método histórico, na profissionalização dos historiadores, numa determinada forma de representação, entre outros motivos, uma espécie de “retórica da história” que lhe assegura uma relação privilegiada com o que já foi e que exclui a retórica propriamente dita como parte desta prática de conhecimento.

O eclipse da retórica

Nos termos da longa duração de que se ocupa este livro, a retórica nunca desapareceu por completo, mas houve um momento em que as tendências antirretóricas a sobrepujaram, diminuindo sua credibilidade até ela ser virtualmente eliminada como categoria conceitual válida e prática socialmente aceita. Este momento corresponde a um intervalo de mais ou menos duzentos anos situado entre meados do século XVIII e a

metade do XX. Ao longo deste período, a retórica também foi afetada em termos institucionais, e para compreender como se deu o que chamamos aqui de um “eclipse da retórica” – parafraseando Paul Ricoeur quando este fala da narrativa – é importante ter em mente como a retórica vai perdendo a proeminência que ela possuía na cultura clássica. Uma maneira de perceber isso é na educação.²⁰⁸

A retórica continuou a ser ensinada formalmente até períodos bastante avançados do século XIX. No caso brasileiro, por exemplo, a tradução de obras ligadas à tradição retórica – como as *Categorias*, de Aristóteles, por Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846) – fez parte do esforço de aclimatar os referenciais antigos à paisagem nacional.²⁰⁹ A mesma perspectiva também aparecia em outros compêndios de retórica compostos e publicados no Brasil da primeira metade do XIX, como os de Miguel do Sacramento Lopes ou de Francisco Freire de Carvalho.²¹⁰ Já no Colégio Pedro II, a cátedra de “Retórica e Poética” fez parte do currículo desde sua fundação, em 1837, até o ano de 1860, quando foi substituída pela de “Poética e Literatura Nacional”.²¹¹ Segundo a ementa da cátedra de “Retórica e Poética”, nela se deveria realizar exercícios de composição em prosa e verso assim como análises críticas dos clássicos da literatura em língua portuguesa, somando-se a isso o estudo da história da literatura luso-brasileira; na mudança de 1860, a ênfase é trocada para o estudo da história da literatura, os exercícios retóricos diminuem de importância e a retórica, por fim, é restrita à análise estilística dos clássicos.²¹² Caso pensemos no conhecido texto de Manoel Luiz Salgado Guimarães sobre a escrita da história no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, oscilando entre a instituição da “civilização” e o desenvolvimento da “nação” nos trópicos, podemos perceber, no caso da retórica, que o surgimento da noção de literatura nacional fez o pêndulo mover-se mais em direção a

208 RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. v. I. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p. 157 et. seq..

209 AUGUSTO, Maria das Graças de Moraes. A tradição da retórica clássica no Brasil: entre a filosofia e a poesia. In.: ASSUNÇÃO, Teodoro Rennó; FLORES-JÚNIOR, Olimar; MARTINHO, Marcos (org.). *Ensaio de retórica antiga*. Belo Horizonte: Tessitura, 2010, p. 335-336.

210 DURAN, Maria Renata da Cruz. *Retórica e eloquência no Rio de Janeiro (1759-1834)*. Doutorado (Tese em História). Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2009, p. 80-81.

211 Cf. SOUZA, Roberto Acízelo de. *O império da eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

212 *Ibidem*, p. 164.

este extremo, sem que os vínculos com a ideia de civilização tenham sido rompidos, deve-se lembrar.²¹³

Outro local no qual a retórica continuou a ser ensinada ao longo do Oitocentos foi nos Estados Unidos, onde se continuou a produzir manuais de retórica – inclusive a nível de ensino superior – até o final do século.²¹⁴ Em ambos os casos, o estadunidense e o brasileiro, pode-se lançar a hipótese de que a retórica mantinha seu crédito e seu espaço no ensino porque era meio de acesso à tradição cultural clássica que estava distante dos novos países americanos. Conforme a história literária vai sendo orientada de acordo com um princípio nacionalista, entretanto, a tendência universalizante da retórica vai perdendo espaço frente à necessidade de afirmação da produção cultural destas nações. Esta tensão será resolvida, ao longo do XIX, em favor das histórias literárias, e a retórica será desconsiderada no processo de formação nacional.

No contexto europeu, ainda que as reações à retórica tenham sido variadas, elas levaram ao descrédito da retórica. No espaço geográfico e cultural de língua alemã, o desenvolvimento da filosofia idealista e a presença, desde um primeiro momento, do romantismo, ajudaram a conceber a história da cultura como uma história do contínuo desenvolvimento do espírito humano, em que a produção cultural de língua alemã podia se situar. Para os alemães, cuja unificação estatal foi um processo tardio, a identidade nacional passou a ser concebida em termos linguísticos, literários e culturais. Esta identidade atravessava as fronteiras políticas dos reinos alemães e era vista como uma essência da comunidade de língua alemã; nesta situação, a retórica foi considerada desnecessária ou irrelevante, sendo descartada como superficial, mero ornamento do discurso.

No caso francês, a sociedade de corte e a cultura dos salões mantiveram a retórica florescendo ao longo do século XVIII. O aparecimento de novos discursos e movimentos intelectuais, entretanto, como o cartesianismo e o Iluminismo, contribuíram para a perda de legitimidade da retórica. Estes movimentos enfatizavam a busca subjetiva e individual do conhecimento para além do respeito às autoridades estabelecidas, contrapondo-se

213 Cf. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988.

214 PLETT, Heinrich. *Literary Rhetoric. Concepts... Op. cit.*, p. 21.

aos elementos de memorização e erudição que caracterizavam o ensino retórico. Associada à retórica, a erudição passou a ser vista como contrária à razão. A retórica acabou por se reduzir ao estudo do estilo e ao catálogo de figuras de linguagem, aliás como o denuncia o título de um dos últimos tratados de retórica escritos em língua francesa a receber algum destaque, intitulado *Les figures du discours* (1830), de autoria de Pierre Fontanier (1765-1844).

Cultura e civilização

As diferentes atitudes de franceses e alemães no que concerne à retórica, podem ser creditadas à diferença que o sociólogo alemão Norbert Elias encontrou entre os conceitos de “civilização” (Zivilisation) e “cultura” (Kultur). “Civilização” expressa o orgulho pelo progresso do Ocidente e se refere a “fatos políticos ou econômicos, religiosos ou técnicos, morais ou sociais”, enquanto “cultura” diz respeito “basicamente a fatos intelectuais, artísticos e religiosos”.²¹⁵ Cabe adicionar que “cultura” é intrínseca a um povo determinado, enquanto “civilização” está aberta a todas as nações que pretendam ou que sejam forçadas a aceitar as maneiras ocidentais.

O principal aspecto da divisão era o contraste entre a elite cortesã, que falava francês, e a burguesia, a qual se expressava em alemão.²¹⁶ Pode-se pensar que, para a primeira, envolvida nos modos da sociabilidade cortesã, a retórica era um instrumento válido para regular a conversa entre iguais, enquanto para a última, a retórica se tornara símbolo das “maneiras externas e superficiais” da corte.²¹⁷ O conceito de “cultura”, portanto, era essencialmente antirretórico.

Esse aspecto é interessante porque David Wellbery afirma ser o nacionalismo um dos elementos que inviabilizaram a retórica. Ao valorizar as línguas nacionais, o nacionalismo rompeu com a comunidade linguística que caracterizava a República das Letras, baseada primeiro no latim, depois no francês.²¹⁸

De modo geral, pode-se dizer que a retórica, num plano institucional, foi substituída pela história literária e reduzida à figura de linguagem, sobrevivendo no campo da análise formal da literatura ou na mera estilística. O diagnóstico de que a retórica desapareceu porque se converteu apenas em forma esvaziada de qualquer conteúdo, entretanto, é afirmada tão recorrentemente que segue o risco de se tornar suspeita. Ela já era altamente formalizada antes e já realizara um extenso catálogo de lugares-comuns, figuras de linguagem, estilo e pensamento, mas porque somente agora se passou a considerar isso como negativo? Esta pergunta abre a possibilidade de mostrar que não são apenas modificações próprias à retórica, mas também alterações relativas à sociedade e à cultura num sentido mais amplo que garantem a retórica ter encontrado seu ocaso.

As condições de impossibilidade da retórica

Para compreender porque a retórica se torna impensável ou, ao menos, passível de ser pensada apenas pela via negativa, é preciso considerar aquilo que David Wellbery chamou, numa feliz expressão, de “condições de impossibilidade da retórica”, ou seja, “pressuposições culturais que, realocando e remodelando o discurso no interior da sociedade, tornaram a prática e a doutrina tradicionais da retórica obsoletas”.²¹⁹ Encarar o eclipse da retórica como ocasionado por estas “pressuposições culturais” implica colocar no centro das atenções a relação entre discurso e sociedade como elementos que desacreditaram a retórica.

A retórica era apropriada a uma cultura na qual os signos de prestígio social são explicitados por meio de símbolos de notoriedade ou desfavor. Nesse sentido, o discurso retórico “marca e é marcado pela hierarquia”,²²⁰ pois estes símbolos também constituem figuras da interlocução que determinam mais ou menos claramente o que se diz e a quem se diz. Todo discurso retórico é relativo, já que varia conforme o sujeito que fala, o destinatário, a situação e a matéria que se quer falar. É por isso que a retórica é a “arte da tomada da posição no discurso”,²²¹ pois não existe discurso sem lugar social de origem tampouco de destino. O uso da palavra é sempre social.

215 ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990, p. 24.

216 *Ibidem*, p. 28.

217 *Ibidem*, p. 29.

218 WELLBERY, David. *Retoricidade... Op. cit.*, p. 27-28.

219 WELLBERY, David. *Retoricidade... Op. cit.*, p. 28.

220 *Ibidem*, p. 14.

221 *Ibidem*, p. 15.

Numa situação enunciativa de caráter retórico, a distinção entre escritos que visam algum propósito e, outros, que servem a contemplação desinteressada não é aplicável. Todo discurso retórico possui um objetivo – persuadir. Além disso, os discursos tinham diferentes funções e características,²²² configurando gêneros com limites mais ou menos precisos.²²³ Certas formas só poderiam expressar determinados conteúdos, e o contrário também existia, inviabilizando a distinção entre forma e conteúdo que costuma marcar, senão muito da análise literária atual, ao menos uma boa parcela das leituras realizadas segundo o “modelo documentalista” que vimos acima. A transformação da retórica em arte significava reduzir as variáveis destas situações comunicativas aos limites de preceitos que servissem ao maior número de casos possíveis, daí o “formalismo vazio” dos extensos catálogos retóricos. Tratava-se de prever todos os usos possíveis do discurso, ainda que os preceitos pudessem sempre ser superados.

O primeiro golpe contra a retórica foi o surgimento de uma concepção de discurso que se pretendia “neutra, sem posição e transparente”.²²⁴ Este é o discurso da ciência, cujo fundamento é a ideia de objetividade. Segundo Wellbery,

o discurso científico já não se embute na ordem de posições de poder relativo que caracteriza uma estrutura social estratificada ou hierárquica; ele se retira dessa refrega interpessoal [...]. O sujeito que retém essa nova forma de poder não é mais um líder individual ou grupo hegemônico, mas em vez disso a humanidade em geral, um sujeito neutro ou abstrato, papel que pode ser representado por qualquer um que atinja o requisito de neutralidade para exercê-lo.²²⁵

Ao invés do caráter parcial e localizado da retórica, a ciência é uma progressiva abstração daquele que fala e a quem ele se dirige, assumindo-se como imparcial e universal. Percebe-se no cotidiano como se considera a verdade científica como válida independentemente das forças sociais que a tornam possível e, com isso, surge a noção segundo a qual bastaria dizer a verdade para que o discurso científico seja válido e legítimo.

222 WHITE, Hayden. La supresión de la retórica en el siglo XIX... *Op. cit.*, p. 499.

223 PÉCORA, Alcir. *Máquina de Gêneros*. São Paulo: EdUSP, 2001, p. 11.

224 WELLBERY, David. *Retoricidade...* *Op. cit.*, p. 15.

225 *Ibidem*, p. 16.

No âmbito político, a substituição do modelo retórico implicou no surgimento da noção de esfera pública de matiz liberal. Ao menos em termos ideais, esta seria uma esfera de discurso separada “dos interesses particulares e pressões de instituições e autoridades políticas e religiosas”.²²⁶ Os indivíduos cederiam espaço ao livre embate de ideias, que seriam submetidas a um processo de depuração pela crítica, conduzindo à verdade.²²⁷ Ambas as transformações são antirretóricas porque elas são feitas a partir de um ponto de vista alheio às circunstâncias materiais e específicas que condicionam a ocorrência do discurso.

Se estas mudanças afetam a produção do conhecimento e a condução dos assuntos públicos, outras condições de impossibilidade da retórica dizem respeito aos aspectos “estéticos” do discurso. A própria separação entre uma dimensão prática ou cognitiva do discurso e outra, ligada ao prazer e à fruição, já é um sintoma do ocaso da retórica. O conceito de estética entrou no vocabulário filosófico com a obra de Alexander Baumgarten (1714-1762), em que ela indica a faculdade de representação e julgamento de gosto internos a mente. A avaliação da pertinência de uma obra de arte sai do domínio da comunicação interpessoal em que a retórica a havia instalado para se encerrar na subjetividade daquele que a julga.²²⁸ A estética é a investigação filosófica das condições transcendentais que permitem a apreciação do belo e, porque são transcendentais, elas existem em todos os indivíduos independente de sua posição social.

A passagem da retórica à estética no campo da representação aponta para eleição de um elemento central que conduz a obra de arte, qual seja, a subjetividade humana. Considera-se que a obra resulta da expressão das emoções de sujeito artístico autônomo, e não mais da interação entre diferentes sujeitos e as regras que validam a criação artística. Surge, entretanto, o seguinte problema: se a obra de arte se origina de uma subjetividade específica, como é possível que outro sujeito a compreenda uma vez que os parâmetros do código retórico, que estabeleciam como ela deveria ser lida ou apreciada, não são mais

226 WELLBERY, David. *Retoricidade...* *Op. cit.*, p. 21.

227 *Ibidem*, p. 21. Sobre a noção de esfera pública e sua criação ver: KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999; HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural na esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

228 WELLBERY, David. *Retoricidade...* *Op. cit.*, p. 24.

válidos?²²⁹ Não é à toa que os últimos séculos tenham assistido à constante elaboração de teorias que procuram entender como ocorre este processo, da estética à teoria da recepção, passando pela hermenêutica e chegando à teoria da comunicação.

No que tange ao escrito, estas transformações apontam para a criação do conceito de literatura. Esta noção se consolida apenas no final do século XVIII pelo trabalho dos românticos alemães, ingleses e franceses,²³⁰ desfazendo o conceito de Belas Letras que então era vigente. A noção de Belas Letras se apoiava sobre a unidade entre escrever bem e escrever corretamente, daí as ênfases, de um lado, no decoro e no tratamento apropriado dos assuntos, de outro lado, na correção gramatical e na dicção apropriada das palavras. “A antiga unidade”, entretanto, “corporificada por aquele que sabia combinar palavras e períodos, tende a se dissipar” em favor da aproximação entre poesia e literatura.²³¹ A partir de então, a literatura se diferencia da escrita meramente correta porque esta é útil, enquanto aquela é bela. Esta separação mostra que a escrita “normal”, como a científica (ou a historiográfica), é concebida como um veículo neutro para a difusão de informações; já a literatura, que é a expressão subjetiva de um gênio individual, não pode ser ensinada, separando-se do âmbito da correção gramatical, e se distanciando também da esfera pública, refugiando-se no domínio da contemplação.²³² Nesta partilha entre o saber e o prazer, os aspectos inventivos da linguagem foram deixados a cargo dos “escritores” e dos “poetas”, já os aspectos retóricos foram domesticados pelo ideal de uma exposição clara e simples.²³³

Estas duas transformações atingem o âmbito do discurso, substituindo o caráter pessoal, intersocial e comunicativo da retórica por práticas ancoradas, de um lado, na objetividade e na neutralidade, de outro lado, na subjetividade, repartindo duas esferas, a da ciência e a da estética, a do saber e a do prazer. Esta cisão está na origem daquilo que Hayden White chama de “tática fabiana” dos historiadores. Diante das pretensões de cientificidade das ciências sociais, os historiadores apressam-se a afirmar que seu saber possui muito de arte; quando criticados

por escritores e literatos pela insuficiência de suas representações, eles reagem argumentando que a história é sobretudo uma ciência.²³⁴ Por trás desta “tática”, encontram-se as concepções bastante arraigadas de que a literatura é somente uma escrita subjetiva sem pretensões de dar a conhecer o mundo e preocupada apenas com o estilo, enquanto a ciência é uma prática do conhecimento caracterizada por ser veraz, neutra, objetiva e metodologicamente controlada. Sustentar que a história é tanto arte quanto ciência, portanto, significa se apoiar sobre a própria fratura que faz a retórica ruir na paisagem intelectual da modernidade.

Além destas duas transições, gostaríamos de adicionar uma terceira que subjaz à argumentação de Wellbery, mas não é explicitada pelo autor. Trata-se da modificação do próprio tempo histórico no limiar do mundo moderno.

Ao longo dos séculos, a retórica acabou por se transformar numa espécie de “memória cultural” do Ocidente. Ela era responsável por preservar um conjunto de textos, formas literárias e práticas de composição escrita. Um de seus pressupostos era a possibilidade de recorrência de situações em que certos conteúdos fixados no passado ainda seriam válidos no presente. Essa é a noção de *tópica*, transformada em “celeiro de provisões” disponível ao orador ou ao escritor no momento de conceber seu discurso.²³⁵ A *tópica* e os *topoi* guardam uma relação de parentesco, todavia, enquanto os *topoi* indicavam o processo ativo de busca e criação de argumentos pelo orador, a *tópica* se constituiu como catálogo enciclopédico de fórmulas prontas.

O uso da *tópica* e a recorrência de situações em que elas mantêm sua validade é sintoma de uma concepção de história baseada na permanência e na continuidade, por meio das quais os eventos históricos são semelhantes entre si e podem ser compreendidos como análogos uns aos outros. O passado fornece um repertório de experiências que auxiliam na condução e na compreensão dos problemas do presente, resultando na concepção de história mestra da vida (*historia magistra uitae*), outro nome para a visão ciceroniana de história. A constância da natureza humana garante que ensinamentos ocasionados do passado preservem sua relevância mesmo em períodos mais recentes; isso se

229 COSTA LIMA, Luiz. *História...* Op. cit., p. 328 et. seq.

230 *Ibidem*, p. 321-322.

231 *Ibidem*, p. 321.

232 WHITE, Hayden. La supresión de la retórica en el siglo XIX... Op. cit., p. 502.

233 *Ibidem*, p. 507.

234 WHITE, Hayden. La supresión de la retórica en el siglo XIX... Op. cit., p. 39.

235 CURTIUS, Ernst Robert. *Literatura Europea e Idade Média Latina...* Op. cit., p. 121.

verifica mesmo quando a transformação social ocorria, pois se dava “de modo tão lento e em prazo tão longo, que os exemplos do passado continuavam a ser proveitosos”.²³⁶

A tópica

O conjunto de lugares-comuns reunidos na tópica constituiiu “para os letrados fonte inesgotável de instrumentos para a representação e, também, a compreensão da existência do fluxo universal da vida”, afirma Sérgio Alcides.²³⁷ Existe, todavia, certa diferença entre o funcionamento dos topoi tal como foram pensados por Aristóteles e como eles se constituíram na tradição literária europeia.

Na opinião de Sérgio Alcides, os estudos literários se concentraram demasiadamente no conteúdo dos lugares-comuns em detrimento do que eles significavam como processo de pensamento. Com base na obra do jurista alemão Theodor Viehweg (1907-1988), o autor sustenta que “para Aristóteles, a tópica, mais que um conjunto de pensamentos, era uma maneira de pensar – determinando um pensamento dialético (que operava pela reunião de elementos já disponíveis), por oposição a um pensamento sistemático-dedutivo (que só legitimava conclusões baseadas em “verdades primeiras” (ALCIDES, 2003, p. 128).²³⁸ Assim, a tópica seria própria ao raciocínio retórico, baseado na opinião.

“O locus de Cícero”, afirma o autor, “é visto portanto como a ‘sede’ de um conteúdo fixo”, mas Aristóteles “escolhera a palavra ‘lugar’ para denotar não um conteúdo e sim um contêiner; uma suposta área da mente onde se estocam argumentos vários”. Os topoi, desse modo, foram objeto da cristalização do sistema retórico, passando de processo ativo de pensamento a conjunto fixo de conteúdos.

No final do século XVIII, esta concepção de história passou a sofrer forte inflexão. Como foi proposto por Reinhart Koselleck em

artigo já clássico, a história passou a ser concebida como um conjunto de acontecimentos únicos, invalidando a relação de analogia entre eventos distantes sobre a qual a história mestra da vida se sustentava.²³⁹ A história não se repetia mais. Concomitantemente, a história passou por uma profunda aceleração, cujo resultado foi o crescente distanciamento entre passado e presente.²⁴⁰ Esta aceleração possui estreita relação com os dramáticos câmbios sociais que acontecem por volta desta época, como a Revolução Industrial, a independência dos Estados Unidos, a Revolução Francesa e, posteriormente, o ciclo de independências latino-americanas, inauguradas com a Revolução Haitiana. A rapidez com a qual o mundo social muda é tamanha que o recurso ao “espaço de experiência” que se possuía não é mais válido. O passado não está somente cada vez mais distante mas é também distinto do presente, o que invalida o recurso à tópica e ao repertório cultural legado pela retórica.

As três passagens que descrevemos nesta seção acabam por erodir as bases de sustentação do edifício retórico. Elas invalidam a retórica como elemento válido para a prática social, no fundo porque são simultâneas – ao mesmo tempo causa e consequência – de transformações que causam a derrocada da própria sociedade de Antigo Regime. O eclipse da retórica foi um dos resultados do surgimento do próprio mundo moderno.

A supressão da retórica na constituição da ciência histórica

Pode-se afirmar que a retórica “morre” quando sua pretensão de universalidade é desafiada por um mundo em rápida transformação. Em sua forma clássica, a retórica era simultaneamente técnica de composição do discurso, teoria do comportamento humano, repertório cultural comum às mais diversas atividades do saber e da representação, conjunto de instrumentos de avaliação do que os outros diziam e escreviam, além de se estender por todos os âmbitos do uso da palavra pública – do governo à recreação. O surgimento de formas de leitura interior, a distinção entre os âmbitos público e privado, o crescente uso da imprensa, entre outros, também podem ser apontados como “condições de impossibilidade” que afetaram os destinos da retórica.²⁴¹ O que sobressai, entretanto, é a forma

²³⁶ KOSELLECK, Reinhart. *Historia magistral vitae...* Op. cit., p. 43.

²³⁷ ALCIDES, Sérgio. *Estes penhascos – Cláudio Manuel da Costa e a paisagem das Minas, 1753-1773*. São Paulo: Hucitec, 2003, p. 127.

²³⁸ *Ibidem*, p. 129.

²³⁹ KOSELLECK, Reinhart. *Historia magistral vitae...* Op. cit., p. 49.

²⁴⁰ *Ibidem*, p. 58-59.

²⁴¹ WELLBERY, David. *Retoricidade...* Op. cit., p. 28.

como a retórica escapa às fronteiras consideravelmente mais estreitas das disciplinas científicas modernas, que possuem propósitos e objetos muito mais limitados. Paul Ricoeur parece acertar em cheio quando diz que “talvez a retórica tenha sido morta [...] por um excesso de formalismo no século XIX, mas o paradoxo é que ela já estava condenada por seu excesso de conteúdo”.²⁴²

A retórica entra cada vez mais em conflito com a especialização dos saberes que caracteriza a ciência moderna. É neste contexto que surgem as disciplinas científicas e que a história começa a desenvolver seu próprio estatuto como uma ciência, embora ela tenha de encontrar um espaço com características próprias em meio à organização dos saberes. Antes de compreendermos este processo, é preciso nos perguntarmos rapidamente o que são disciplinas científicas e o que elas significam para nossa narrativa.

Segundo Donald R. Kelley, inicialmente as disciplinas se referiam à relação estabelecida entre mestre e estudante,²⁴³ de onde também provém um segundo sentido, metafórico, pelo qual se designa determinada tradição de ensino. Ainda segundo o mesmo autor,

por mais remoto que esteja da epistemologia, o conceito de ‘disciplina’ é essencial ao problema do conhecimento em termos humanos, representando as categorias do ensino e os veículos da transmissão intelectual ao longo de muitos séculos.²⁴⁴

Disciplina e discípulo mantinham estreita relação. Estes significados do termo “disciplina” se mantêm vigentes na transição entre os séculos XVIII e XIX, todavia eles passam pelo processo, de um lado, de fragmentação e reorganização, de outro lado, de institucionalização da produção de saber no interior da universidade, agora transformada num centro de pesquisa.²⁴⁵

As classificações do saber pré-modernas eram normalmente baseadas na comparação e na similitude entre assuntos diferentes, estabelecendo-se como uma espécie de cartografia do mundo visível, de onde a importância da taxonomia. Ao cabo do século XVIII, entretanto, a organização do

saber passará a se estruturar a partir da descoberta de analogias ocultas entre os objetos, que são entendidos em termos de suas funções ou em torno a problemas que unem campos do saber.²⁴⁶ Simultaneamente, esta organização que se dava em função do espaço, uma vez que a natureza era imutável, passa a absorver o problema do tempo, já que o mundo natural é passível de evolução. Trata-se do que Michel Foucault, com sua usual elegância, denominou de “idade da história”:

A ordem clássica distribuía num espaço permanente as identidades e as diferenças não-quantitativas que separavam e uniam as coisas: era essa a ordem que reinava soberanamente, mas a cada vez segundo formas e leis ligeiramente diferentes, sobre o discurso dos homens, o quadro dos seres naturais e a troca das riquezas. A partir do século XIX, a História vai desenrolar numa série temporal as analogias que aproximam umas das outras as organizações distintas. É essa História que, progressivamente, imporá suas leis à análise da produção, à dos seres organizados, enfim, à dos grupos linguísticos.²⁴⁷

Pode-se substituir “ordem clássica” por “retórica” sem prejuízos à frase.

Esta nova organização do saber encontrou seu lugar em comunidades restritas delimitadas por métodos e problemas em comum.²⁴⁸ Esta organização, resultado de uma fragmentação dos saberes, provinha de seu próprio crescimento exponencial. O conhecimento produzido não podia mais ser abarcado apenas por uma mesma pessoa, invalidando o modelo intelectual do sábio capaz de reunir todos os saberes necessários à sua época que existia até então. Estas comunidades também se reuniam em torno a procedimentos utilizados em comum, que funcionavam como uma espécie de “segredo compartilhado” entre os iniciados a um saber – normalmente, os estudantes de um determinado curso universitário ou os profissionais graduados nos mesmos. Desfazia-se, assim, o caráter não-especializado da comunicação retórica em favor da ênfase em conhecimentos para os quais é necessária uma formação específica, compartilham um mesmo conjunto de regras para a produção do saber e possuem, até mesmo, vocabulário e terminologia próprias.

242 RICOEUR, Paul. *A Metáfora Viva...* Op. cit., p. 54.

243 KELLEY, Donald R. *History and the Disciplines: The Reclassification of Knowledge in Early Modern Europe*. Rochester: University of Rochester Press, 1997, p. 15.

244 *Ibidem*.

245 WEINGART, Peter. A short history of knowledge formations. In: FRODEMAN, Robert (ed.). *The Oxford Handbook of Interdisciplinarity*. Oxford: Oxford University Press, 2010, p. 4.

246 WEINGART, Peter. A short history of knowledge formations... Op. cit., p. 5.

247 FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 299-300.

248 WEINGART, Peter. A short history of knowledge formations... Op. cit., p. 5.

No caso do conhecimento histórico, esta necessidade de se distanciar das apreensões populares ou “vulgares” do que era a escrita da história é percebida nos manuais compostos por volta do final do século XIX e início do século XX. No caso do historiador e pedagogo alemão Ernst Bernheim (1850-1942), é preciso defender a disciplinarização da ciência porque “o material com que [a história] trabalha é tão popular e acessível que, desde sempre, interesses práticos e científicos se encontram nele misturados”.²⁴⁹ De maneira semelhante, Charles Seignobos (1854-1942) desqualifica o fato de que, “Na linguagem vernácula”,

a palavra “histórico” é apreendida, ainda, no sentido antigo: digno de ser relatado; nesse sentido, quando se fala de um “dia histórico”, de uma “palavra histórica”. Mas essa noção da história é abandonada; [como se] qualquer incidente passado pertence à história.²⁵⁰

Nesse contexto, aparece uma oposição cada vez mais forte entre a história-ciência e a retórica. Dentre os muitos exemplos deste crescente desacordo entre ambas, pode-se considerar a seguinte passagem do historiador e teórico da história alemão Johann Gustav Droysen (1808-1884), na qual se percebe que a retórica se encontra atravancando caminho, dificultando o progresso da ciência histórica:

que depois da genial historiografia da era de Péricles e de Maratona, cujo último representante é Tucídides, tenha sido Isócrates e não Aristóteles a formar uma escola histórica é algo que colocou a História em uma trilha da qual Políbio tentou em vão retornar. A História tornou-se, então, parte da Retórica, das “belas letras”, permanecendo nesta situação entre os romanos até o momento em que a Filologia dela tomasse posse. Divididos entre a Filologia e a Retórica, os escritos acerca da finalidade prática da História – e a estes devem ser somados também os textos enciclopédicos e os manuais escolares – foram gradualmente decaindo, tornando-se, por fim, áridos e pobres.²⁵¹

249 BERNHEIM, Ernst. Metodologia da ciência histórica. In: MARTINS, Estevão Rezende (org.). *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do Século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 54.

250 SEIGNOBOS, Charles. O método histórico aplicado às ciências sociais. In: MALERBA, Jurandir (org.). *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Porto Alegre: EdiPUCRS, 2010, p. 383.

251 DROYSEN, Johann Gustav. Arte e método. In: MARTINS, Estevão Rezende (org.). *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do Século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 38.

O historiador alemão estabelece uma clara oposição entre história e retórica que caracteriza a genealogia da própria ciência histórica. Segundo esta narrativa, ela teria alcançado um ponto alto com a obra de Tucídides, porém teria sido sufocada pela retórica, da qual Isócrates é o nome principal, transformando-se em domínio das belas letras, as quais faltava sentido de investigação. A eleição de Tucídides como modelo do historiador ideal significa escolher um modelo de historiografia que se pressupõe neutro, imparcial e objetivo, o qual serve de apoio a uma reflexão sobre a história centrada sobre o método, a veracidade do discurso historiográfico e a sobriedade de sua exposição.²⁵² A passagem também demonstra, por fim, que toda disciplina se constituiu também reorganizando seu passado, estabelecendo uma “memória disciplinar” que distingue entre os exemplos que merecem ser seguidos e os que devem ser esquecidos.²⁵³

A constituição de disciplinas científicas representa processo de dinamização e especialização do saber, processo ao qual a história não se furtou. As disciplinas se constituem, entretanto, em torno a pressupostos, metodologias, assim como “inquietações” e “não-ditos” cuja função é justamente interditar a reflexão sobre si mesmas.²⁵⁴ Ainda que o triunfo da história-ciência tenha sido “precedida por inúmeras controvérsias”,²⁵⁵ a história também passou por este processo de especialização que alterou significativamente o perfil de seus praticantes e a relação entre a escrita da história e a sociedade a sua volta. Nosso objetivo nos próximos itens é analisar os debates em torno a dois elementos que ocupam uma posição central no estatuto da história como ciência, o método e a representação. Como esperamos demonstrar, estes debates também significam colocar de novo, embora de forma bastante diferente, os problemas que ligam história, retórica, poesia e filosofia.

252 Cf. MURARI PIRES, Francisco. *Modernidades tucidideanas... op. cit.*

253 GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, 2005; TURIN, Rodrigo. História da historiografia e memória disciplinar: reflexões sobre um gênero. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 13, 2013.

254 KELLNER, Hans. *Language and Historical Representation... Op. cit.*, loc. 351; CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 67.

255 CEZAR, Temístocles. Fustel de Coulanges. In: MALERBA, Jurandir (org.). *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 312.

O método histórico de um ponto de vista retórico

Costuma-se dizer que a moderna disciplina histórica possui um de seus primeiros representantes na figura do historiador alemão Leopold von Ranke (1795-1886), normalmente lembrado por sua declaração segundo a qual se limitava apenas a “contar como realmente aconteceu” (*wie es eigentlich gewesen*). Embora usualmente considerada um atestado de ingenuidade metodológica, a sentença rankeana é uma afirmação ambiciosa por meio da qual se traçam a fronteiras de um domínio ainda contestado: a escrita da história.²⁵⁶ Ela ainda possui relevância por expressar dois princípios que parecem caracterizar as fundações da historiografia moderna. Em primeiro lugar, a *factualidade* da história, atribuindo ao conhecimento histórico a necessidade de descobrir o que “realmente existiu”; em segundo lugar, a *objetividade* do historiador, que se atém ao que foi e cuja atuação é limitada pelos documentos que consegue encontrar. Em ambos os casos, a historiografia é o resultado de uma operação controlada metodologicamente, baseada na distância entre sujeito (o pesquisador) e objeto (a história), na qual o historiador deve se aproximar do passado deixando de lado os preconceitos e os juízos do presente. A famosa frase de Ranke permite compreender a história científica quase que antes mesmo da ocorrência dos debates que a estabeleceram.

Pode-se dizer, *grosso modo*, que dois elementos distinguem a historiografia moderna com relação à antiga. Primeiro, a distinção entre fontes primárias e secundárias, ou fontes originais e derivadas,²⁵⁷ o que tornava mais relevantes os procedimentos para analisá-las; segundo, e consequência daquela, uma “consideração nova” segundo a qual a história “tinha de ser reconstruída, e não simplesmente achada, nos historiadores antigos”.²⁵⁸ O conhecimento histórico, assim, baseia-se numa incongruência entre o visto e o sabido, pois se a história deixou suas marcas em tudo que existe no presente, ela a deixou por meio de vestígios, que revelam apenas uma parcela do que foi – e, por meio do estudo dos vestígios, pode-se

²⁵⁶ BENTIVOGLIO, Julio. Leopold von Ranke. In.: MALERBA, Jurandir. *Lições de história: da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2010., p. 138.

²⁵⁷ MOMIGLIANO, Arnaldo. História antiga e o antiquário. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 21, n. 39, p. 21, 2014.

²⁵⁸ GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição: pequeno tratado sobre a nota de rodapé*. São Paulo: Papirus, 1994, p. 28.

descobrir o que não se sabia antes. A história existe, mas ela se encontra além do que os historiadores escreveram.

Nos termos que analisamos no último capítulo, isso significa que a unidade entre o dito e o acontecido, o discurso e a realidade, que caracterizava a escrita da história segundo o modelo ciceroniano é substituída por uma ruptura entre os relatos históricos e a realidade passada. Esta quebra tem de ser sanada pelo historiador por meio da análise e da interpretação das evidências históricas, os documentos. Esta distância entre a realidade histórica e o trabalho do historiador aparece de forma clara na seguinte passagem de Johann Gustav Droysen, segundo a qual o estudo das fontes demonstra que

o passado não nos é imediato – porquanto se apresenta, ao contrário, sempre de maneira mediada, e que, portanto, não conhecemos objetivamente o passado, mas podemos, por meio das fontes, produzir dele apenas uma concepção, uma visão, uma contraimagem, e de que as visões e concepções adquiridas e adquiríveis desse modo são tudo o que podemos saber do passado, de maneira que a História não é fenomênica [*äusserlich*] e realista, mas somente mediada, pesquisada e conhecida desta maneira – essa visão precisa ser, ao que parece, o ponto de partida caso se queira cessar o hábito de se naturalizar a História.²⁵⁹

A consideração de que a história é um conhecimento indireto também estrutura o famoso tratado de Langlois e Seignobos, tornando-se cada vez mais abstrata desde o exame do documento ao estabelecimento da interpretação.²⁶⁰ Em outras palavras, a história está para ser encontrada nos documentos, e não nas narrativas dos historiadores progressos. A objetividade de que fala Droysen não é mais a do relato histórico, intermediário entre a experiência entre um indivíduo – o historiador – que “viu” a história e a torna visível por meio de seus relatos, para se transformar na objetividade do historiador, que torna o passado acessível por meio de uma operação metodologicamente controlada.

Voltando a Ranke, o que lhe garante o lugar de “fundador de uma nova escola histórica”, lembra Anthony Grafton, é o “apelo retórico de sua documentação”,²⁶¹ convencendo gerações de historiadores acerca do

²⁵⁹ DROYSEN, Johann Gustav. *Arte e método...* *Op. cit.*, p. 41-42.

²⁶⁰ LANGLOIS, Charles-Victor; SEIGNOBOS, Charles. *Introducción a los estudios históricos*. Salamanca: KADMOS, 2003, p. 219 *et. set.*

²⁶¹ GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição...* *Op. cit.*, p. 44.

valor de “uma das grandes descobertas da história do início do século XIX: os prazeres do arquivo”.²⁶² O estudo da documentação original permitia construir outra perspectiva, até então inacessível, sobre o passado. Por isso, o historiador alemão se volta contra o modelo de história caracterizado como escrita retórica que constituía muito da tradição historiográfica com a qual ele mesmo se relacionava. Isso é perceptível em seu juízo a respeito do historiador renascentista Francesco Guicciardini (1483-1510), espécie de antecessor no estudo das relações diplomáticas entre o papado e as potências italianas. Ainda que Ranke admirasse seu estilo e o caráter agudo de seus juízos históricos, ele criticava Guicciardini por ter copiado “material de outros historiadores não apenas na parte inicial de suas histórias, que cobriam os anos de sua infância, mas até mesmo nos eventos de sua maturidade”, dos quais fora contemporâneo.²⁶³ O problema é que Guicciardini não era um “historiador ‘documental’” e, logo, não estava à altura dos objetivos dos historiadores modernos de “contar como realmente aconteceu”.²⁶⁴

“Dizer só o que aconteceu”

Apesar de ter se tornado célebre, a noção de objetividade e neutralidade contida no dito rankeano era um dos “lugares-comuns” do pensamento histórico oitocentista e antecede a própria declaração do historiador alemão. O historiador francês Augustin Thierry (1795-1856), por exemplo, afirmou em Dix ans d'études historiques (1817) que tentara “apenas descrever de maneira simples e verdadeira as principais revoluções” da Inglaterra, fazendo referência a outra obra sua.²⁶⁵ Já em Sismondi (1773-1842), encontramos a declaração de que seu objetivo ao contar a história dos franceses foi simplesmente em “pesquisar [...] o que realmente existiu e saber porque existiu”.²⁶⁶

Da mesma maneira, o “retorno às fontes” já era defendido antes da publicação dos trabalhos de Ranke. No caso de Thierry,

²⁶² GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição...* Op. cit., p. 43.

²⁶³ *Ibidem*, p. 48.

²⁶⁴ *Ibidem*, p. 49.

²⁶⁵ THIERRY, Augustin. *Dix ans d'études historiques*. In.: LETTERIER, Sophie-Anne. *Le XIXe siècle historien. Anthologie raisonnée*. Paris: Belin, 1997, p. 86.

²⁶⁶ SISMONDI, Jean-Charles Léonard de. *Histoire des Français*. In.: LETTERIER, Sophie-Anne. *Le XIXe siècle historien. Anthologie raisonnée*. Paris: Belin, 1997, p. 110.

novamente, localizamos a afirmação de que para sair do caos da história, “só existe um recurso”, qual seja, “o retorno às fontes originais”.²⁶⁷ O chamado às fontes era feito para corrigir os erros das obras históricas e, em especial, daquelas que pertenciam ao gênero das “sínteses” ou “epítomes”, nas quais “se encontram enunciados de uma maneira breve e peremptória, como se fossem axiomas matemáticos, todos os erros contidos nos grandes livros”.²⁶⁸

Essas declarações apontam para a história mais ampla do desenvolvimento do método histórico antes do século XIX.

O que faltava a Guicciardini não apenas Ranke mas outros historiadores do século XIX possuíam de sobra: a capacidade de comprovar suas afirmações por meio do recurso aos documentos e às operações metodológicas que os tornavam compreensíveis. Quanto a isso, porém, a frase de Ranke situa-se apenas na metade de uma história que é muito mais longa.

Muitos dos historiadores do século XIX reconheciam no Renascimento momento importante na genealogia da moderna disciplina histórica. Segundo Gabriel Monod, traçando o panorama do progresso dos estudos históricos desde o século XVI até à fundação da *Revue Historique*, em 1876, não “poderia ocorrer ao pensamento” de um homem do medievo “a ideia de buscar nas diversas obras antigas ensinamentos [...] para criar um conjunto novo, um quadro original”.²⁶⁹ Este somente teria ocorrido pelo surgimento dos métodos de análise documental iniciados no Renascimento, uma linha que tradicionalmente vai de Lorenzo Valla (1407-1457), que desmontou as pretensões da chamada “Doação de Constantino”, até o erudito francês Jean Mabillon (1632-1707), que teria depurado as biografias dos santos de seus elementos fantásticos e estabelecido novas regras para a crítica de documentos. Este quadro resultaria, por fim, na consideração de que “Graças aos progressos das ciências e dos métodos científicos, a história possui hoje maravilhosos meios de investigação”.

²⁶⁷ THIERRY, Augustin. *Lettres sur l'histoire de France*. In.: LETTERIER, Sophie-Anne. *Le XIXe siècle historien. Anthologie raisonnée*. Paris: Belin, 1997, p. 99.

²⁶⁸ THIERRY, Augustin. *Lettres sur l'histoire de France...* Op. cit., p. 100.

²⁶⁹ MONOD, Gabriel. *Do progresso dos estudos históricos na França desde o século XVI*. In.: MALERBA, Jurandir (org.). *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Porto Alegre: EdPUCRS, 2010, p. 333.

Pela filologia comparada, pela antropologia, até pela geologia, ela mergulha seus olhares em épocas para as quais os monumentos fazem falta, assim como os textos escritos. As ciências acessórias, a numismática, a epigrafia, a paleografia, a diplomática, lhe fornecem documentos de uma autoridade indiscutível. Enfim, a crítica dos textos, estabelecida sobre princípios e classificações verdadeiramente científicos, permitem-lhe reconstruir, se não em sua pureza primitiva, ao menos sob uma forma tão pouco alterada quanto possível todos os escritos históricos, jurídicos, literários que não foram conservados em manuscritos originais e autógrafos. Assim secundada, armada de tais instrumentos, a história pode, com um método rigoroso e uma crítica prudente, se não descobrir sempre a verdade completa, ao menos determinar exatamente sobre cada ponto, o verossímil, o duvidoso e o falso.²⁷⁰

Nesta construção em que a história preside sobre as chamadas “ciências auxiliares”, o título de precursores deve ser dado, sem sombra de dúvida, aos alemães, como Ranke. Ranke era herdeiro desta institucionalização universitária, baseando seu método de crítica documental nos trabalhos de figuras como Johann Christoph Gatterer (1727-1799), August Ludwig von Schlözer (1735-1809), Friedrich A. Wolf (1759-1824) e August Böckh (1785-1867), figuras que desenvolveram a filologia crítica ao longo do século XVIII e XIX. Esta proeminência se explica não apenas pelo gênio alemão “essencialmente adequado às pesquisas pacientes da erudição”, mas também a “forte organização de suas universidades”,²⁷¹ presença universitária que é garantida pelo prestígio associado à carreira de professor e pelo caráter de instituição de pesquisa que universidades alemãs como as de Göttingen e Berlim assumiram já na transição do XVIII para o XIX.²⁷² Não é à toa que Ranke aperfeiçoou não apenas o método histórico mas também uma forma de ensiná-lo, o seminário de pesquisa.²⁷³

²⁷⁰ MONOD, Gabriel. Do progresso dos estudos históricos na França desde o século XVI... *Op. cit.*, p. 343.

²⁷¹ *Ibidem*, p. 344.

²⁷² BENTIVOGLIO, Julio. Leopold von Ranke... *Op. cit.*, p. 135. Ver também: IGGERS, Georg. Desafios do século XXI à historiografia. *Revista História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 4, p. 105-124, 2010.

²⁷³ BENTIVOGLIO, Julio. Leopold von Ranke... *Op. cit.*, p. 137. Para mais ver: NOVICK, Peter. *That Noble Dream: The 'Objectivity Question' and the American Historical Profession*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. Para uma perspectiva crítica ver: SMITH, Bonnie. *Gênero e história: homens, mulheres e a prática histórica*. São Paulo: Edusc, 2003.

As ferramentas desenvolvidas pelas chamadas “ciências auxiliares” foram cunhadas no contexto altamente conturbado das discussões em torno ao estabelecimento jurídico das formas de direito moderno, do Estado absolutista e das controvérsias religiosas. Não temos espaço para discorrer mais a respeito deste contexto, mas o importante é destacar que a partir da absorção pela história destes instrumentos forjados em intensas disputas entre partidos políticos e religiosos diversos, a concepção de que a escrita da história é feita apenas *ad narrandum* cede lugar a uma compreensão da história como escrita *ad probandum*, ou seja, a historiografia deixa de se situar junto ao gênero epidíctico para se aproximar da disputa, as quais caracterizam o gênero judiciário. Esta necessidade de comprovação traz à tona a necessidade de meios para comprovar a veracidade do que é dito que se estendam para além da credibilidade do historiador; a factualidade da história transparece por meio dos documentos, e os escritos históricos assumem uma nova forma, seja publicando os originais ao cabo dos volumes, transcrevendo-os no corpo do texto ou mencionando-os em notas de rodapé.²⁷⁴ Todos são recursos que atestam a veracidade e a factualidade do que é narrado pela história.

Apenas o apelo ao arquivo, entretanto, não é o bastante, e o historiador tem de interpretar os documentos e assinalar aos eventos históricos – cuja existência foi devidamente comprovada – um lugar numa concepção mais ampla do desenrolar da história que conta. O próximo item é dedicado as tarefas da interpretação histórica, tal como concebidas ao longo do século XIX, e a progressiva diferenciação que é feita, em nome da história ciência, em relação à literatura e à filosofia. Por ora, podemos apontar, a respeito do método histórico, que ele é testemunha das transformações operadas no próprio modo de compreender a história no período estudado. Em comparação com as formas antigas de escrita da história, ganha-se a possibilidade de reescrever e revisar a história, descobrindo, por meio do estudo das evidências e da proposição de novas interpretações, o que não se conhecia antes; por outro lado, porém, tem-se de reconhecer que, embora a história efetivamente exista, os historiadores têm acesso apenas a uma pequena parcela do que foi. Se a história, antes, possuía uma função de memória, preservando o que valia a pena ser conhecido e condenando à obscuridade o que não era transmitido aos

²⁷⁴ Cf. GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição...* *Op. cit.*; para uma perspectiva acerca do século XIX ver: THIERRY, Augustin. *Lettres sur l'histoire de France...* *Op. cit.*, p. 100-101.

pósteros, agora a história se arroga uma dimensão de conhecimento, pela qual ela sempre pode encontrar algo que não foi estudado antes. Nos arquivos descobre-se a história, mas ela sempre pode estar à espera dos relatos dos historiadores.

Compor a história no século XIX

A atenção apenas ao método pode levar à perspectiva errônea de que a historiografia oitocentista se reduzia a famosa condenação de “positivismo”. Este termo, utilizado de forma tão banal quanto inexistente para designar uma “escola histórica” calcada na valorização dos registros documentais, acaba por obscurecer não apenas a diversidade dos debates no século XIX, como cria uma falsa distância entre o que os historiadores faziam e a prática historiográfica atual. Afinal, apesar da crença na investigação arquivística, ninguém quer ser chamado de “positivista”.

No presente item, nosso objetivo é explorar um pouco mais os debates a respeito da interpretação e da composição da história no século XIX. Não falamos apenas da escrita da história, mas sim da relação entre o juízo do historiador e a maneira como ele dá a entender a história por meio de seu relato. Trata-se, portanto, de retomar o debate a respeito das relações entre história, poesia, retórica e filosofia, mas de uma forma bastante distinta daquela tal como se desenvolvia na historiografia epidíctica.

Em conferência pronunciada em 1821 na Academia de Ciências de Berlim, o linguista e filósofo alemão Wilhelm von Humboldt (1767-1835), irmão do famoso naturalista Alexander von Humboldt (1769-1859), abordou o que seria para ele a “tarefa do historiador”. Segundo o pensador alemão, esta consistiria na “exposição do acontecimento”, obtendo maior sucesso quanto mais “pura e completa for esta exposição”.²⁷⁵ Esta breve definição possui ressonâncias múltiplas, lembrando o requisito de diligência do historiador ciceroniano, que não deveria omitir, princípio que não deixa de ser retomado por Luciano em sua diátribe a respeito de como se deve escrever a história para, por fim, tornar-se uma espécie de prenúncio da famosa frase de Leopold von Ranke segundo a qual é preciso “contar como aconteceu”. A continuação da passagem, todavia, parece colocar a questão sob uma nova luz:

²⁷⁵ HUMBOLDT, Wilhelm von. Sobre a tarefa do historiador. In.: MARTINS, Estevão Rezende (org.). *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do Século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010, pp. 82.

No mundo dos sentidos, porém, o acontecimento só é visível parcialmente, precisando o restante ser intuído, concluído e deduzido. O que surge desse mundo se encontra disperso, isolado e estilhaçado, permanecendo alheio ao horizonte de observação imediata o elemento que articula esses fragmentos, que põe o particular sob sua verdadeira luz e que dá ao todo a sua forma.²⁷⁶

Aqui, o autor parece retomar, por sua vez, tanto a concepção aristotélica segundo a qual a história é apenas um arrazoado de eventos, sem um sentido intrínseco; a passagem também lembra aquela de Droysen, que vimos acima, pois a história não é passível de ser conhecida pelos sentidos, de forma imediata. Para o pensador alemão, porém, apenas o recurso aos documentos não é o bastante para compreender a história, como ele deixa claro na seguinte citação:

Mal se obtém o esqueleto do dado através da crua triagem do que realmente aconteceu. O que se adquire por essa triagem é o fundamento necessário da história, seu material, mas nunca a própria história. Parar neste ponto significaria sacrificar uma verdade autêntica, interna e fundamentada em um contexto causal, em benefício de uma outra, superficial, literal e aparente.²⁷⁷

Que instrumento, porém, seria capaz de criar uma história significativa? A imaginação.

A verdade do acontecimento baseia-se na complementação a ser feita pelo historiador ao que chamamos anteriormente de parte invisível do fato. Visto por esse lado, o historiador é autônomo, e até mesmo criativo; e não na medida em que produz o que não está previamente dado, mas na medida em que, com sua própria força, dá forma ao que realmente é, algo impossível de ser obtido sendo meramente receptivo. De um modo diverso do poeta, mas ainda assim mantendo semelhanças com ele, o historiador precisa compor um todo a partir de um conjunto de fragmentos.²⁷⁸

Mas trata-se, é claro, de uma imaginação controlada pelo método e limitada pelo que as fontes revelam em si, pois o historiador não possui a “liberdade pura” do poeta para inventar como também não precisa ceder aos imperativos formais que aquele respeita.²⁷⁹

²⁷⁶ HUMBOLDT, Wilhelm von. Sobre a tarefa do historiador... *Op. cit.*, p. 82.

²⁷⁷ *Ibidem*, p. 83.

²⁷⁸ *Ibidem*.

²⁷⁹ *Ibidem*, p. 84.

Embora escape às caracterizações mais corriqueiras da historiografia da época, no século XIX a imaginação era concebida como ferramenta necessária para o historiador compor sua história. Antes mesmo de Humboldt, o conde Volney já escrevera que, enquanto as ciências naturais apelam aos sentidos, a história trabalha com a memória e a imaginação.²⁸⁰ Ela se encontra presente até mesmo na outra ponta do mesmo século, na *Introdução aos estudos históricos*, de Langlois e Seignobos, quando afirmam que “toda imagem histórica contém uma parte considerável de fantasia”.

O historiador não pode se livrar dela, mas sim ser consciente da proporção de elementos reais a partir dos quais forma suas imagens, para apoiar-se exclusivamente neles; esses elementos reais são aqueles que ele tomou dos documentos.²⁸¹

Estas passagens demonstram que a objetividade não era definida como exclusão da subjetividade do historiador, mas apenas dos entraves que a subjetividade poderia colocar a correta interpretação dos fatos históricos. Daí a importância do método, pois se não era possível descartar a subjetividade, era necessário canalizá-la para a boa pesquisa histórica. Deixar de tê-la como um obstáculo para utilizar dela apenas o que é positivo, a capacidade de prover juízos e tecer a trama da história.

No início do século XIX, a recorrência da aproximação entre história e poesia aponta para o caráter indeterminado dos termos do debate. Antes da consolidação do termo “literatura”, a história possuía uma relação mais próxima – e até mesmo proveitosa – com a poesia, que também se transformava por volta desta época, como já vimos acima. Nesse sentido, é interessante que Leopold von Ranke abra outro texto com a afirmação segundo a qual “a História se diferencia das demais ciências porque ela é, simultaneamente, uma arte”, pois se outras ciências se contentam apenas em registrar, na história também é necessário possuir “capacidade de recriação”.²⁸² Ou seja, a imaginação como instrumento do historiador orienta a capacidade de recriação da história. Esta recriação ocupa todo o arco que vai do estabelecimento dos nexos causais entre

²⁸⁰ LETTERIER, Sophie-Anne. *Le XIXe siècle historien. Anthologie raisonnée*. Paris: Belin, 1997, p. 63.

²⁸¹ LANGLOIS, Charles-Victor; SEIGNOBOS, Charles. *Introducción a los estudios históricos...* *Op. cit.*, p. 223.

²⁸² RANKE, Leopold von. O conceito de história universal. In.: MARTINS, Estevão Rezende (org.). *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do Século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 202.

os acontecimentos e a determinação de um sentido para a história até o momento de colocá-la por escrito. Ainda no mesmo texto, a história seria capaz de “unificar arte e ciência” caso reproduzisse a vida com “aquela parcela da força poética que não inventa algo novo, mas apenas reproduz o que é captado e compreendido em suas feições verdadeiras”.²⁸³ Como destaca Temístocles Cezar,

a exclusão da narrativa histórica dos domínios e injunções provenientes dos saberes que lidam com a imaginação, com a subjetividade e com o ficcional não era uma condição predeterminada; trata-se, acima de tudo, de uma opção epistemológica.²⁸⁴

Caso se leia as passagens com maior atenção, entretanto, pode-se perceber como o recurso à imaginação como instrumento heurístico e a afirmação de uma realidade factual para o passado podem andar juntas. Segundo Wilhem von Humboldt, mais uma vez, a verdade histórica “pode ser equiparada às nuvens, que somente ganham forma a distância dos olhos”.²⁸⁵ O olhar do historiador tem de estar distanciado dos eventos que narra para apreender o sentido deles, caso contrário sua visão será perturbada. Isso demonstra que o discurso sobre o método histórico também se sustenta sobre uma discussão acerca do ato de observação realizado pelo historiador e sobre uma nova delimitação das fronteiras entre o visível e o invisível, entre o aparente e o profundo, na história.

Segundo Ranke, o estabelecimento da relação causal entre os eventos tem de ser feita apenas após a determinação de se “somos capazes de descobrir as verdadeiras razões nas informações verdadeiras”, legadas pelos documentos, algo que é mais comum de acontecer do que se supõe.²⁸⁶ Após a leitura atenta da documentação, pode-se perceber que as “causas verdadeiras” da história são sempre “variadas, profundas, [e] passíveis de uma observação própria”.²⁸⁷ A visão do historiador não se interessaria pelo que é facilmente detectável, mas sim pelo que existe de mais profundo nos acontecimentos. Pode-se perceber, de uma maneira mais desenvolvida, a mesma concepção na seguinte passagem escrita pelo historiador francês Fustel de Coulanges (1830-1889):

²⁸³ RANKE, Leopold von. O conceito de história universal... *Op. cit.*, p. 213.

²⁸⁴ CEZAR, Temístocles. Fustel de Coulanges... *Op. cit.*, p. 315.

²⁸⁵ HUMBOLDT, Wilhelm von. Sobre a tarefa do historiador... *Op. cit.*, p. 83.

²⁸⁶ RANKE, Leopold von. O conceito de história universal... *Op. cit.*, p. 209.

²⁸⁷ *Ibidem*.

há sempre nos eventos humanos uma parte que é apenas exterior e aparente; é comum que essa parte impressione mais os olhos dos contemporâneos. É raro também que um grande fato tenha sido realizado por aqueles mesmos que trabalharam para produzi-los. Quase sempre cada geração engana-se sobre seus feitos.²⁸⁸

A passagem, com um tom de certa forma pessimista sobre a capacidade dos sujeitos de apreenderem a sua própria história, revela que a distância temporal do historiador também é acompanhada pela capacidade inerente ao seu olhar de prospectar as camadas mais fundas dos acontecimentos em busca das causas verdadeiras dos acontecimentos. A adoção de Tucídides como um modelo de historiador significa reproduzir a operação de autópsia – ver com os próprios olhos – do historiador grego na forma de uma visão objetiva da história por meio dos documentos; mais uma vez, o método.

O jogo entre proximidade e distância, entre aparência e profundidade, presente na atividade do historiador acaba por revelar mais uma terceira camada de significados para o juízo do historiador, qual seja, a remissão do particular ao geral. De acordo com Ranke, novamente, o estabelecimento das relações causais entre os acontecimentos permite observar “a sequência das condições que tornam um fator possível por intermédio do outro”.²⁸⁹ A história estaria, então, toda ela interligada. Este aspecto leva a perceber a existência de uma totalidade “tão certa como cada manifestação em seu favor”.²⁹⁰ Esta totalidade engloba os acontecimentos da história e lhes fornece não apenas uma ordem na sucessão cronológica, mas também um sentido. Para Ernst Bernheim, por sua vez,

os fatos particulares devem sempre ser colocados em relação causal tanto com a totalidade do desenvolvimento correspondente, [...] quanto com a dimensão geral do mesmo desenvolvimento [...]. Isso, contudo, não pode impedir que cada elemento singular seja apreciado na sua especificidade e no seu significado perante a totalidade do desenvolvimento.²⁹¹

288 COULANGES, Fustel de. Aula inaugural do curso de história da Faculdade de Estrasburgo. In: MALERBA, Jurandir (org.). *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 322.

289 RANKE, Leopold von. O conceito de história universal... *Op. cit.*, p. 212.

290 *Ibidem*.

291 BERNHEIM, Ernst. Metodologia da ciência histórica... *Op. cit.*, p. 56.

Em outras palavras, o historiador deve exercitar uma “contínua remissão do particular a totalidades”, sem interromper sua análise nem no âmbito do particular nem do universal.

O que queremos demonstrar aqui é o fato de que os historiadores do século XIX trabalham com uma variação do mesmo problema colocado para seus colegas da Antiguidade, qual seja, a composição de um relato histórico que não se renda à ausência de sentido que caracteriza o fluxo dos acontecimentos humanos. Segundo Reinhart Koselleck, na transição para o conceito moderno de história, passou-se a exigir que a escrita da história possuísse uma espécie de “unidade épica”, pela qual a história era dotada de

uma maior capacidade de representação, de modo que se mostrasse capaz de trazer à luz – em lugar de sequências cronológicas – os motivos que permaneciam ocultos, criando assim um complexo pragmático, a fim de extrair do acontecimento causal uma ordem interna. A história submetesse, dessa forma, às mesmas exigências às quais se submetida a poética.²⁹²

Enquanto para os antigos a resposta passava pela composição de um relato que, transmitisse a memória do passado, tornando os acontecimentos visíveis para o leitor e estabelecendo os motivos – frequentemente de ordem ética ou moral – que levaram as personagens a cometer seus atos, para a historiografia científica do século XIX era a própria história que se tornava visível ao historiador por meio de sua análise. Esta modificação troca a ênfase na escrita pela maior relevância da pesquisa nos procedimentos do historiador.

Não é à toa que em um manual como o de Langlois e Seignobos, a parte dedicada à “exposição histórica” venha não apenas por último como ocupe também apenas poucas páginas, assim como eles avaliam que a exposição é o “refúgio” dos maus historiadores, pois as regras metodológicas não são tão evidentes nela quanto na análise e na interpretação dos fatos históricos.²⁹³ Esta visão revela que a escrita é concebida como mero veículo para uma realidade histórica que existe por si só, ainda que tenha sido descoberta pelo historiador por meio de seu trabalho de arquivo. No final do século XIX, isso demonstra a redução das preocupações “poéticas” dos

292 KOSELLECK, Reinhart. “Historia magistral vitae... *Op. cit.*, p. 51.

293 LANGLOIS, Charles-Victor; SEIGNOBOS, Charles. *Introducción a los estudios históricos...* *Op. cit.*, p. 155.

historiadores apenas ao âmbito do estilo da narrativa. Como consequência, toda a “questão da composição do discurso do historiador foi silenciada: ela pareceu ser somente uma função da aplicação rigorosa das ‘regras de evidência’ ao exame do ‘registro histórico’”.²⁹⁴ O que os historiadores do século XIX fazem é “esquecer” – ou, nos termos colocados por Hayden White, “suprimir” – a natureza poética do ato que torna a história compreensível em favor da afirmação de que estão simplesmente “contando o que aconteceu”, supostamente representando a história como ela é. A imaginação não desapareceu do conjunto de ferramentas do historiador, mas tornou-se invisível no discurso que legitima sua profissão.

Pode-se pensar em outras consequências deste abandono da natureza poética do trabalho histórico e da pressuposição de totalidade que se esconde por trás dele. Como lembra Hans Kellner, cada “tribo acadêmica produz e abriga um sistema de ansiedades que, talvez mais do que qualquer outra coisa, identifica o estudioso” como pertencente a uma determinada disciplina.²⁹⁵ O pesquisador aponta, então, quatro angústias que caracterizam os historiadores disciplinares, das quais destacaremos apenas duas delas. A primeira é a noção de que

a *totalidade*, não importa como seja entendida, não é uma construção retórica (e, logo, uma ilusão artística), mas a essência da natureza das coisas (isto é, que *existe* de fato uma totalidade mais do que apenas uma *noção* de totalidade).²⁹⁶

Como consequência desta afirmação de que uma totalidade histórica existe e possui sentido, surge a necessidade de que o relato histórico possua “coerência”,

de onde nós podemos inferir que, embora *esta* ou *aquela* representação coerente do passado possa estar errada, existe *em realidade* uma coerência no que “realmente aconteceu” que mais pesquisas e investigações possam aproximar melhor.²⁹⁷

Desta forma, características que são próprias à interpretação histórica são atribuídas à realidade do processo histórico, confundindo-

294 WHITE, Hayden. *The Content of the Form: Narrative Discourse and Historical Representation*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1987, p. 66.

295 KELLNER, Hans. *Language and Historical Representation...* *Op. cit.*, loc. 351.

296 *Ibidem*.

297 *ibidem*, loc. 372.

se ambos.²⁹⁸ Essas não deixam de ser escolhas filosóficas a respeito de como compreender a história – escolhas que, subordinadas ao ideal do historiador de apenas representar a realidade, acabam sendo esquecidas como tal, e passam a funcionar de maneira implícita em seus trabalhos.

Antes de finalizarmos esta seção, torna-se interessante compreender um pouco do debate que a historiografia científica do século XIX travou com a filosofia da história. Para os historiadores da época, a história precisava guardar sua independência perante a filosofia da história, que procurava analisar o processo histórico de acordo com conceitos ou leis que os dotassem de sentido e inteligibilidade.²⁹⁹ Do ponto de vista dos historiadores, era como se a filosofia da história colocasse a interpretação antes dos fatos, de modo que não apenas a heurística e a crítica acabavam por ficar em segundo plano, como também a interpretação do historiador se tornava condicionada por modelos *a priori* que limitavam o entendimento do passado em seus próprios termos.³⁰⁰ Por outro lado, como lamenta Hayden White, se pensarmos nas filosofias da história do século – o marxismo sendo a principal delas –, percebe-se também que os historiadores acadêmicos abandonaram quaisquer pretensões utópicas de transformar o mundo em nome da objetividade e da neutralidade envolvidas na tarefa de representar o real.³⁰¹ Como lembra Hans Kellner, a “força retórica” da prosa histórica depende da apresentação de uma “solução única, a verdadeira apresentação do passado”,³⁰² e não por mostrar o que poderia ter sido, o que não foi ou, ao menos, as interpretações conflitantes sobre um mesmo evento.

Para contrapor à filosofia e diferenciar-se da poesia, a historiografia reforçou a importância das noções de objetividade e neutralidade, convertendo-as em princípios que sustentam seu lugar especial entre as disciplinas “científicas” – a história, deve-se lembrar, seria a única a unir ciência e arte. Esta definição repousa sobre a ausência de questionamento do que caracteriza, justamente, ciência e arte. Embora a transformação

298 BARTHES, Roland. “O método estruturalista...” *Op. cit.*, p. 155.

299 RANKE, Leopold von. O conceito de história universal... *Op. cit.*, p. 204-205.

300 MARTINS, Estevão Rezende. Historicismo: o útil e o desagradável. In: ARAUJO, Valdei Lopes de; MATA, Sérgio Ricardo da; MOLLO, Helena Miranda; VARELLA, Flávia Florentino (eds.). *A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008, p. 29.

301 WHITE, Hayden. *The Content of the Form...* *Op. cit.*, p. 61.

302 KELLNER, Hans. *Language and Historical Representation...* *Op. cit.*, loc. 1020.

da história em ciência tenha resultado em inegáveis ganhos no que toca ao conhecimento do passado, ele também se assenta sobre uma série de interdições que orientam sua constituição como disciplina acadêmica – uma destas interdições é a respeito do papel da linguagem na configuração da representação histórica. Por causa disso, um bom diagnóstico a respeito da situação da historiografia disciplinar foi feito em meados dos anos 1960 por Hayden White, quando diz que “A história é talvez a disciplina conservadora por excelência,” pois

Desde meados do século XIX, a maioria dos historiadores simulou um tipo de ingenuidade metodológica deliberada. A princípio, essa ingenuidade servia a um bom propósito: resguardava o historiador da tendência a adotar os sistemas explicativos monísticos de um idealismo militante na filosofia e de um positivismo igualmente militante na ciência. Mas esta suspeição de sistema tornou-se uma espécie de reação condicionada entre historiadores que tem levado a uma oposição, em todos os setores dessa área profissional, a praticamente qualquer tipo de auto-análise crítica.³⁰³

A história no panorama das disciplinas científicas

Apesar do empenho em definir-se como uma disciplina científica, principalmente por meio das noções de objetividade, imparcialidade e neutralidade, o estatuto da história como ciência sempre foi disputado. A acusação, no fundo, reverberava àquela feita por Aristóteles em sua *Poética*, qual seja, a matéria de que trata a história é apenas um conjunto de eventos sem ordem ou lógica entre si. Os próprios historiadores tinham consciência dos problemas de sua área em se constituir como ciência, o que se tornava evidente pelos apelos para que ela fosse compreendida ao mesmo tempo como ciência e como arte. A partir do último terço do século XIX e nos primeiros anos do século XX, um conjunto de debates visa colocar em questão o estatuto da história como ciência; estes debates ganham força conforme o ideal de cientificidade se confunde com os sentidos variados que a expressão “ciência positiva” e o termo “positivismo” assumem neste contexto. Em geral, o que se ressalta é a ausência de leis a reger o desenvolvimento histórico, de modo que a explicação histórica também não poderia apelar a elas para

³⁰³ WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EdUSP, 2001, p. 40.

certificar a validade de seu conhecimento. A história seria, enfim, como já fora notado na Antiguidade, mero saber empírico, sem valor real de conhecimento.

Estas disputas ganharam força a partir da década de 1880, com a ascensão de um ideal cientificista e o debate sobre a organização do conhecimento. Embora se deva estar consciente de que o fenômeno possuiu inúmeras variações de lugar a lugar, uma noção como a de “cientificismo” está conectada, afirma Francisco Sevillano Calero em seu estudo introdutório ao manual de Langlois e Seignobos, por três elementos principais: a fé no progresso humano, a crença no valor fundamental da ciência para obtê-lo e a organização da sociedade a partir da descoberta das grandes leis.³⁰⁴ Não é à toa que o debate travado na transição entre o século XIX e o XX esteja relacionado não apenas à definição do estatuto das ciências humanas frente às ciências naturais como também ao entendimento da natureza do conhecimento histórico em sua relação com o emergente campo da sociologia.

É neste contexto que o filósofo alemão Wilhelm Dilthey (1833-1911) formula sua célebre distinção entre “ciências da natureza” (*Naturwissenschaften*) e “ciências do espírito” (*Geisteswissenschaften*). Segundo o autor, nas ciências do espírito o “mundo histórico humano” não se apresenta como “cópia de uma realidade que se encontra fora”; o conhecimento para estas ciências ocorre quando “o único, o acidental e o momentâneo é referido a uma trama de valores plena de sentido”.³⁰⁵ Por sua ênfase no sentido, estas ciências estão ligadas à tarefa de “compreensão”, enquanto as ciências da natureza se propõem “conhecer” o mundo. Estas duas formas de se relacionar com a realidade derivam do estatuto de seus diferentes objetos de saber. No caso das ciências do espírito, o incidental e o excepcional, enquanto no caso das ciências da natureza, o regular e o normal. As ciências do espírito estariam ligadas à interpretação de fenômenos únicos, já as ciências da natureza explicariam os fenômenos pelo recurso a leis regulares.

No que toca à história, a distinção feita por Dilthey entre dois tipos de ciência é mais uma proposta do que a resolução do debate, o qual

³⁰⁴ CALERO, Francisco Sevillano. Estudio introductorio. In.: LANGLOIS, Charles-Victor; SEIGNOBOS, Charles. *Introducción a los estudios históricos*. Salamanca: KAD-MOS, 2003, p. 18.

³⁰⁵ DILTHEY *apud* CALERO, Francisco Sevillano. Estudio introductorio... *Op. cit.*, p. 23.

continua pelas décadas seguintes. No centro do problema está a questão de como é possível conhecer o passado para além dos procedimentos da crítica documental que atestam que ele realmente aconteceu. Valendo-se do linguajar oitocentista, como compreender as intuições, os sentimentos, os pensamentos e as experiências daqueles que viveram tão recuados de nós? E como conhecer o passado sem projetar nele as expectativas do presente, mas também sem que se torne impossível compreendê-lo, justamente porque ele se refere a uma realidade diferente da nossa?

O problema se torna ainda mais complexo nos termos do debate oitocentista porque a unidade do processo histórico garante que o objeto do qual a historiografia trata é sempre o mesmo, qual seja, os seres humanos e suas vivências. Trata-se de um mesmo espírito humano que se projeta no passado e se estende no futuro. Como afirma Wilhelm Dilthey, a tarefa das ciências do espírito pode ser resumida como

o fato de compreender mediante o qual a vida se esclarece a si mesma em sua profundidade e, por outra parte, compreendemos a nós mesmos e compreendemos os outros à medida que vamos colocando nossa própria vida “vívada” por nós em todo gênero de expressão de vida própria e alheia.³⁰⁶

A compreensão acaba por ser um constante ajuste de foco das lentes utilizados por aquele que investiga os fenômenos humanos em sua dimensão histórica, de modo a não cair em nenhuma das deficiências apontadas acima – projetar o presente no passado ou fechá-lo aos investigadores modernos.

No contexto da constituição da moderna disciplina histórica, estas dificuldades eram pensadas por meio de duas noções, simpatia ou empatia, que foram repensadas atualmente sob a denominação de “distância histórica”.³⁰⁷ Trata-se de um problema nunca bem resolvido, como se percebe pela leitura da seguinte passagem do manifesto escrito por Gabriel Monod:

O historiador não pode de fato compreender o passado sem certa simpatia, sem esquecer os seus próprios sentimentos, suas próprias ideias,

306 DILTHEY *apud* CALERO, Francisco Sevillano. Estudio introductorio... *Op. cit.*, p. 24.

307 Cf. HOLLANDER, Jaap den; PAUL, Herman; PETERS, Rik. Introduction: The Metaphor of Historical Distance. *History & Theory*, p. 1-10, December 2011; SALBER PHILLIPS, Mark. Rethinking Historical Distance: From Doctrine to Heuristic. *History and Theory*, v. 50, n. 4, p. 11-23, December 2011.

para se apropriar por um instante daqueles dos homens do passado, sem se colocar em seu lugar, sem julgar os fatos no meio em que ocorreram. [...] Ao mesmo tempo, porém, o historiador conserva a perfeita independência de seu espírito e não abandona nada de seus direitos de crítica e de julgamento.³⁰⁸

No outro extremo, entretanto, situa-se Fustel de Coulanges, para quem “A primeira regra que devemos nos impor é, portanto, afastar toda ideia preconcebida, toda maneira de pensar subjetiva”.³⁰⁹ O “espírito crítico” aplicado à história, afirma ele,

consiste [...] em deixar de lado a lógica absoluta e as concepções intelectuais do presente; consiste em tomar os textos tais como foram escritos, no sentido próprio e literal, em interpretá-los de modo mais simples possível, em admiti-los ingenuamente, sem nos metermos muito.³¹⁰

A exortação do historiador francês está assentada na consciência de uma separação radical entre passado e presente, a qual torna equívoca a utilização de noções vindas do presente para conhecer o passado. Ela é o sonho do apagamento total do historiador – operação impossível, na realidade, de ser feita. A opção mais comum tanto para os historiadores na tradição rankeana (Bernheim) quanto na metódica (Monod), entretanto, foi a compreensão de que a simpatia do historiador, utilizada como instrumento cognitivo, modulava a distância com relação ao passado, estabelecendo os critérios de objetividade e neutralidade da pesquisa histórica. Não se tratava, portanto, nem de se restringir ao passado distante em detrimento do mais próximo, como se a separação temporal garantisse a imparcialidade do historiador, nem de exigir o apagamento – impossível – do historiador ao longo da realização de sua pesquisa, mas sim de distanciá-lo com relação ao presente, de modo que o historiador assumisse ponto de vista equânime com relação ao passado, sem reduzi-lo ao presente nem torná-lo apenas exótico.³¹¹ Por fim, este era um processo ativo realizado pelo historiador, e nunca um conjunto de ferramentas já prontas.

308 MONOD, Gabriel. Do progresso dos estudos históricos na França desde o século XVI... *Op. cit.*, p. 350-351.

309 COULANGES, Fustel de. Aula inaugural do curso de história da Faculdade de Estrasburgo... *Op. cit.*, p. 319.

310 *Ibidem*, p. 321.

311 PAUL, Herman. Distance and Self-Distanciation: Intellectual Virtue and Historical Method Around 1900. *History & Theory*, p. 104-116, December 2011. Sobre a noção de distância histórica ver: PHILIPS, Mark Salber. *On Historical Distance*. New Haven: Yale University Press, 2013.

Esta confiança no papel da simpatia para tornar o passado compreensível, entretanto, também tinha suas desvantagens. Uma delas é que o passado é compreendido em termos individuais, e não coletivos; outra desvantagem, decorrente daquela, é que a história trata quase que apenas de acontecimentos, e não de processos mais amplos ou profundos. Estas características, que renderão à historiografia do século XIX o epíteto, cunhado por Lucien Febvre (1878-1956), de *histoire événementielle* ou, na tradução para o português, *história historizante*, indicam que a historiografia do século XIX continua, de certa forma, presa aos modelos retóricos de escrita da história que vimos no capítulo anterior, ainda que este parentesco com a retórica fosse constantemente rejeitado pelos historiadores. Trata-se de uma relação enviesada com a retórica que resulta da eleição do modelo tucidideano como maneira adequada de escrever a história; diante das transformações sociais e epistemológicas ocorridas no final do século XIX, entretanto, este modelo começa a se esgotar.

É por este motivo que os ataques provenientes da sociologia acabam por ganhar tamanha relevância (isto é, ao menos na França). O que está em xeque é o estatuto da historiografia como ciência. Pode-se encontrar passagens que atestam a existência de inquietações a este respeito no próprio campo dos historiadores. Langlois e Seignobos, por exemplo, trazem à tona esta discussão:

as ciências experimentais trabalham com objetos *reais* e completos. A ciência mais próxima à história por seu objeto, a zoologia descritiva, procede mediante o exame de animais reais e completos. Podemos ver o organismo em seu conjunto, dissecá-lo para decompô-lo nos elementos que o formam; a dissecação é uma *análise* no sentido estrito [...]. Depois, podemos devolver cada elemento a seu lugar, de forma que estejamos em condições de apreciar a estrutura do conjunto, o que equivale a uma síntese *real*. Podemos observar o comportamento *real* de seus órgãos em movimento e estudar como as partes do organismo interagem. Podemos comparar os conjuntos *reais* e ver em que aspectos se assemelham, para classificá-los conforme suas similitudes reais. A ciência é um conhecimento objetivo baseado na análise, na síntese, na comparação *reais*; a observação direta dos objetos guia o especialista e lhe dita as perguntas que deve colocar-se.

Não existe nada de parecido na história.³¹²

³¹² LANGLOIS, Charles-Victor; SEIGNOBOS, Charles. *Introducción a los estudios históricos...* Op. cit., p. 218-219.

Em outro escrito, cerca de uma década mais tarde, e diretamente inserido no debate entre a história e a sociologia, Charles Seignobos afirma que o método histórico “difere, radicalmente, de todos os outros métodos das outras ciências”,³¹³ pois

ao invés de observar os fatos diretamente, ele opera indiretamente pela reflexão sobre os documentos. Todo conhecimento histórico sendo indireto, tem-se que a história é essencialmente uma ciência de raciocínio. Seu método é um método indireto, por meio do raciocínio.³¹⁴

O caráter indireto do conhecimento histórico, que Droysen revelava como um trunfo, em meados do século XIX, agora se torna um fardo frente aos novos critérios de cientificidade baseados na quantificação do conhecimento e na descoberta de leis causais comprováveis empiricamente.³¹⁵

Costuma-se dizer que a historiografia do século XIX seria “positivista”. Esta não é uma afirmação adequada para o pensamento histórico da época, que se divide por muitas tendências. A principal objeção a ser feita a esta acusação, todavia, é que se a prática historiográfica da época se apoiou – como a nossa – no estudo de uma grande quantidade de registros documentais, ela não se sustentou sobre a elaboração de leis a partir desta massa documental que pudessem explicar os desenvolvimentos histórico-sociais. O que distingue o positivismo como filosofia da ciência é a elaboração de regras constantes e abstratas que permitem explicar fenômenos que, aparentemente, não possuem lógica ou sentido. O estabelecimento destas regras de interpretação dos fatos resulta numa análise que vai para além da “poeira” – ou da “espuma”, para citarmos Fernand Braudel – dos acontecimentos em direção às causas profundas que os determinam. Caso se leia as injunções dos historiadores da tradição francesa dos *Annales* em nome de uma “história-problema” se tornará perceptível que a maior proximidade com o positivismo se encontra, ironicamente, neles, e não nos grandes nomes da historiografia oitocentista.

A historiografia percorreu longo caminho até alcançar o patamar de cientificidade. Este caminho se inicia com a inauguração de uma

³¹³ SEIGNOBOS, Charles. O método histórico aplicado às ciências sociais... Op. cit., p. 384.

³¹⁴ *Ibidem*, p. 384.

³¹⁵ CALERO, Francisco Sevillano. Estudio introductorio... Op. cit., p. 21.

experiência histórica moderna em finais do século XVIII, desenvolve-se teórica e institucionalmente ao longo do século XIX, mas só se completa, de fato, com o desenvolvimento da história social no decurso da primeira metade do século XX. No caminho, a história abraçou as ideias de neutralidade e objetividade que constituiriam os critérios da ciência de meados do Oitocentos; ela não mostrou a mesma abertura para a elaboração de interpretações baseadas em leis que demonstrassem o funcionamento do sistema social, mas guardou do desdobramento dos ideais de cientificidade a noção de que o conhecimento histórico resulta das perguntas que o historiador faz. Curiosamente, o acordo em torno a esta concepção não trouxe o questionamento do papel que a linguagem, os conceitos, as palavras, colocam à prática do historiador.

Como procuramos mostrar ao longo deste capítulo, entretanto, os problemas colocados pelo processo de constituição da história como uma disciplina científica não são muito diferentes daqueles colocados para a historiografia antiga, apenas recebem outros nomes e novas formulações. O que está por trás do estabelecimento do conhecimento histórico como saber científico ainda é a relação entre as palavras e as coisas, o discurso e a realidade, assim como o estabelecimento – sempre criador e criativo – de um sentido para os acontecimentos humanos. A historiografia acadêmica objetivou alcançar o estatuto de discurso privilegiado para a representação da realidade do passado suprimindo o caráter poético e retórico de seus procedimentos mais importantes.

No próximo capítulo, veremos como a emergência de discursos que competem com a história traz à tona novamente o problema da retórica no conhecimento histórico. Antes, porém, pode ser interessante apresentar outro desenvolvimento importante da teoria retórica que pode nos ajudar a compreender as relações entre retórica e ciência.

Demonstração e argumentação

Ao longo da década de 1950, o filósofo belga Chaïm Perelman (1912-1984) – junto com sua parceira de estudos, Lucie Olbrechts-Tyteca (1899-1987) – desenvolveu o campo da lógica ao qual deu o nome de *nova retórica*. Segundo Perelman, a retórica possui dois legados – um, relacionado com a argumentação, outro, com o estilo;³¹⁶ a *nova retórica*

³¹⁶ PERELMAN, Chaïm. *Lógica e retórica*. In.: PERELMAN, Chaïm. *Retóricas*. São Paulo:

seria um desenvolvimento da primeira, situando-se, por isso, como um ramo da lógica. Percebe-se que o autor se vale da proximidade entre retórica e dialética para seus próprios propósitos.

Esta nova valorização da argumentação só seria possível por meio de uma “ruptura com uma concepção de razão e de raciocínio “que marcou com seu cunho a filosofia ocidental dos últimos três séculos”.³¹⁷ “É a *ideia de evidência* como característica da razão”, afirmam Perelman e Olbrechts-Tyteca,

que cumpre criticar, se quisermos deixar espaço para uma teoria da argumentação que admita o uso da razão para dirigir nossa ação e para influenciar a dos outros. A evidência é concebida, ao mesmo tempo, como a força à qual toda mente normal tem de ceder e como sinal de verdade daquilo que se impõe por ser evidente [...]. Toda prova seria redução à evidência e o que é evidente não teria necessidade alguma de prova.³¹⁸

Esta noção de evidência acabou se cristalizando, no campo da lógica, no privilégio concedido às conclusões obtidas por meio de argumentação que se pretende rigorosa justamente porque se situa “no interior de um dado sistema” fechado.³¹⁹ Valendo-se de um vocabulário especializado e destituído de ambiguidades – não é à toa que pertença tanto à filosofia quanto à matemática –, a lógica preocupa-se apenas com a demonstração, considerando todo o resto supérfluo.³²⁰ Embora não se trate do mesmo tema ao qual o autor se refere, é fácil perceber o domínio desta noção de evidência no valor que é dado aos estudos de caráter quantitativo, como se a tabulação de dados fosse um instrumento de saber neutro, e não o resultado da interpretação destes dados e do questionário criado pelo pesquisador.

Frente a esta situação, trata-se de resgatar a racionalidade e a validade da argumentação. Contrastando com a demonstração, no caso da argumentação não é possível isolar as condições psíquicas e sociais em torno a ela, “pois toda argumentação visa à adesão dos espíritos e,

Martins Fontes, 2004, p. 69.

³¹⁷ PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação. A nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. I.

³¹⁸ *Ibidem*, p. 4.

³¹⁹ PERELMAN, Chaïm. *Lógica e retórica... Op. cit.*, p. 77.

³²⁰ *Ibidem*, p. 80.

por isso mesmo, pressupõe a existência de um contato intelectual”.³²¹ Ela seria essencialmente retórica pela necessidade de levar em consideração todos os fatores envolvidos no processo de argumentação, sejam eles favoráveis a seu sucesso ou não. Também da retórica, Perelman e sua colega retiram a ideia de *auditório*. Segundo os autores, o auditório é simplesmente o “conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação”.³²² Ainda que simples, o conceito de auditório é relevante porque estabelece a conexão entre o discurso do orador e aqueles que o escutam. A argumentação necessitaria, assim, de duas condições prévias. Primeiro, que ela ocorra numa língua comum compartilhada pelo orador e pelo auditório;³²³ ainda que a argumentação seja utilizada também no discurso científico, esta primeira condição retira a primazia do uso de um vocabulário especializado comum para situá-la num âmbito cotidiano da linguagem. Segundo, o auditório tem de prestar atenção ao orador,³²⁴ o que abre espaço para pensar na relevância das comunidades discursivas – científicas ou não – e os consensos estabelecidos que garantem que um determinado discurso seja válido. Trata-se, novamente, do uso social da palavra.

Estas considerações se tornam relevantes quando se pensa que a historiografia trata de assuntos que são, por definição, de domínio comum a um amplo espectro da sociedade. Todos possuem certo interesse pelo que já passou e a historiografia acadêmica é apenas uma das formas de se relacionar com o passado. Ao mesmo tempo, todos estes discursos – às vezes conflitantes – a respeito do que foi ou pretendem ser, senão verdadeiros, ao menos críveis. Além disso, o conhecimento histórico, por mais forte que tenha sido sua pretensão ao estatuto de ciência, nunca desenvolveu um vocabulário especializado e sem ambiguidades para abordar a realidade, aproximando-se dela com a mesma linguagem utilizada no cotidiano, em todas as suas dimensões, inclusive a figurada.³²⁵ Apenas por estes dois fatores, o interesse pelo funcionamento da argumentação no discurso histórico já deveria ser relevante, reconhecendo-se que o conhecimento

³²¹ PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação...* Op. cit., p. 16.

³²² *Ibidem*, p. 22.

³²³ *Ibidem*, p. 17.

³²⁴ *Ibidem*, p. 20.

³²⁵ WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso...* Op. cit., p. 122-123.

histórico não é resultado apenas do manejo das evidências ou do recurso às fontes.

Nas últimas décadas o estudo da argumentação tem sido retomado em muitas frentes, inclusive nas ciências humanas.³²⁶ Além de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, outros autores, como Stephen Toulmin e Michel Meyer têm demonstrado interesse em desenvolver teoricamente os estudos sobre a argumentação.³²⁷ Não se trata de questionar o estatuto das ciências como tal, mas reconhecer que elas não se reduzem aos sistemas fechados constituídos por laboratórios (ou departamentos universitário) isolados de processos mais amplos da sociedade; trata-se, enfim, de saber “qual o valor de comprovação de um discurso de verdade que implica *também* na presença intersticial de um discurso de crença”.³²⁸

Como o próximo capítulo pretende mostrar, a crença e a opinião nunca deixaram de andar lado a lado com o saber e o conhecimento, ao menos ou sobretudo na historiografia.

³²⁶ Cf. FORNEL, Michel de. Le destin d'un argument. Le relativisme linguistique de Sapir-Wolf. In.: FORNEL, Michel de; PASSERON, Jean-Claude. *L'argumentation, preuve, persuasion*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2002, p. 121-147.

³²⁷ Sobre a história destes estudos ver: BRETON, Philippe; GAUTHIER, Gilles. *História das teorias da argumentação*. Lisboa: Bizâncio, 2001.

³²⁸ GRIZE, Jean-Blaise. Les deux faces de l'argumentation. L'inference et la deduction. In.: FORNEL, Michel de; PASSERON, Jean-Claude. *L'argumentation, preuve, persuasion*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2002, p. 13.

III

Retórica, giro linguístico e historiografia

Alguém que houvesse adormecido no começo do século XX e despertado nas décadas finais do mesmo século seria recepcionado por um “surpreendente imperialismo da retórica”,³²⁹ ao menos se estivesse atento às ciências humanas. Na segunda metade do século, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990, a retórica voltou com grande força ao vocabulário conceitual das humanidades. O termo “retórica” foi aplicado à ciência, à política, à arte, à história e, até mesmo, à própria retórica. Esta (re)descoberta do caráter retórico dos diferentes discursos que almejam uma relação privilegiada com a realidade ou se pretendem verdadeiros não significa, entretanto, que se trata apenas de um retorno da retórica tal e qual concebida e praticada pelos antigos. Pelo contrário, trata-se de “retóricas”, no plural, ou de um sentimento difuso a respeito do caráter retórico que está por trás das práticas discursivas. Pode-se dizer que a retórica retorna como adjetivo, e não mais como substantivo, de modo a qualificar como retóricas as mais diversas iniciativas políticas, estéticas ou científicas da contemporaneidade.

O objetivo do presente capítulo é apresentar os variados caminhos pelos quais a retórica voltou à prática das ciências humanas e suas consequências para a escrita da história. Na historiografia, o impacto da retórica coincidiu, em parte, com as iniciativas teóricas que receberam o nome de *giro linguístico*, as quais partem da preocupação com a linguagem para indagar o estatuto de conhecimento das representações elaboradas pelas ciências humanas. É a reflexão sobre a linguagem que renova o significado do termo retórica. A retórica se transforma tanto num instrumento destas diferentes áreas que possuem a linguagem como preocupação central quanto numa forma de conceitualizar a própria linguagem, oscilando entre um aspecto restrito ou generalizado da

³²⁹ KELLNER, Hans. *Language and Historical Representation... Op. cit.*, loc. 4940.

experiência linguística humana. Esta atenção constante à linguagem, quando aplicada à história, não deixou de causar certo mal-estar aos historiadores, resultando numa série de debates que parecem colocar em xeque a pertinência da própria disciplina histórica.

Ao longo das próximas páginas, primeiro apresentaremos brevemente o movimento intelectual do giro linguístico, sua trajetória e as dificuldades de conceituação. Num segundo momento, estudaremos os vários itinerários que a retórica percorreu até se tornar novamente um vocábulo corrente nas ciências humanas. O percurso da retórica passa por uma gama de disciplinas que compreende desde a filosofia até à crítica literária, ressaltando o caráter transdisciplinar que o termo assume para a reflexão contemporânea. Por fim, voltaremos à escrita da história e aos debates nos quais a linguagem e a retórica tiveram lugar de protagonismo na reflexão histórica.

Uma introdução ao giro linguístico

Na historiografia, o retorno da retórica ocorreu por caminhos acidentados e tortuosos. Ao contrário de outros retornos que parecem sinalizar a retomada de aspectos tradicionais da escrita histórica, como o regresso da narrativa, da política ou do sujeito histórico, o retorno da retórica se deu a partir de investigações provindas de áreas diversas, as quais trouxeram novas indagações ao campo da historiografia ou questionaram alguns de seus pressupostos mais básicos.

A retórica foi instrumento para um intenso questionamento dos critérios de objetividade, neutralidade e imparcialidade que caracterizavam o discurso histórico – e, por este motivo, trouxe questões incômodas até mesmo às formas historiográficas que procuraram atender aos parâmetros de cientificidade das ciências sociais ou se apoiavam na filosofia da história. O retorno da retórica pareceu colocar em questão o próprio estatuto da história como ciência, desfazendo as fronteiras que a separavam de outros discursos capacitados a abordar o passado, como a literatura. Por fim, o terceiro fator que torna complexo repensar a retórica nos domínios da historiografia foi que ele se confundiu com o giro linguístico.

Giro linguístico e as novas apropriações da retórica não são necessariamente sinônimos, mas ambos compartilham muitos pontos

de contato entre si e o primeiro envolve uma consideração renovada pelos aspectos retóricos do discurso. A expressão “giro linguístico” (em inglês, *linguistic turn*) foi popularizada em decorrência da publicação da coletânea homônima organizada pelo filósofo norte-americano Richard Rorty (1931-2007), em 1967. Ela dizia respeito, inicialmente,

aos debates internos que a filosofia analítica anglo-saxã colocava a respeito da questão de saber se os problemas que deveriam ocupar a filosofia eram, na verdade, problemas de elucidação da linguagem.³³⁰

Contra a tradição “especular” que concebe o conhecimento como um reflexo da realidade, o giro linguístico propunha a centralidade do papel da linguagem na compreensão do mundo, ao ponto de se transformar “num verdadeiro paradigma linguístico que marcou duradouramente as ciências sociais”.³³¹

Sobre o conceito, entretanto, é necessário precisar que a concepção de linguagem adotada por Richard Rorty na coletânea e o que se tornou conhecido no giro linguístico são praticamente opostos. Segundo Jean-Marie Schaeffer, em contribuição recente, a obra que deu nome ao giro linguístico concebia a linguagem como um *instrumento* a partir do qual os problemas filosóficos podiam ser resolvidos, e não como “realidade última” ou possível entrave ao conhecimento do real.³³² Na passagem da filosofia analítica para as ciências humanas em sentido mais amplo, o giro linguístico passou a se referir ao caráter opaco da linguagem em sua relação com o mundo.³³³ Em outra avaliação recente, Marcelo Rangel e Valdeci Lopes de Araújo afirmam que “o questionamento significativo de toda e qualquer relação privilegiada entre linguagem e realidade” é o problema central que ocupa as tradições que confluem no giro linguístico.³³⁴ Esta alteração no papel da linguagem na transição da filosofia analítica para o conjunto mais amplo das ciências humanas indica a repercussão obtida pelas áreas da linguística e da crítica literária na década de 1960, pois é

330 DELACROIX, Christian. Linguistic turn. In.: DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick; OFFENSTADT, Nicolas (eds.). *Historiographies. Concepts et débats*. Paris: Gallimard, 2010, pp.476.

331 *Ibidem*.

332 SCHAEFFER, Jean-Marie. Langue, récit, vérité et fiction. In.: LILTI, Antoine; LORIGA, Sabina; SCHAUB, Jean-Frédéric; SEBASTIANI, Silvia. *L'expérience historiographique: autour de Jacques Revel*. Paris: Editions EHESS, 2016, p. 221-236., §9)

333 *Ibidem*, § II.

334 ARAUJO, Valdeci Lopes de; RANGEL, Marcelo de Mello. Apresentação... *Op. cit.*, p. 321.

principalmente delas que provêm a reorientação da linguagem sobre a qual está assentado o giro linguístico.

Segundo o parecer de Temístocles Cezar, ainda que “possa parecer, à primeira vista, uma organização disciplinar”, o giro linguístico se caracteriza “pela dispersão de ideias e a ausência de um centro aglutinador que as unifique de fato”, de modo que “falar em ‘movimento’ só não se constitui em abuso de linguagem se mantivermos certa tolerância teórica”.³³⁵ O rótulo serviu para enquadrar uma série de iniciativas que partiam, do lado anglo-americano, da filosofia analítica, principalmente em torno aos debates sobre o papel da narrativa na compreensão histórica, já no do lado francês indica uma gama de reflexões que problematizam a escrita e a prática da história. Entre essas, pode-se citar o texto intitulado “O discurso da história”, de Roland Barthes, publicado também em 1967,

em 1971, aparecem *Comment on écrit l'histoire: essai d'épistémologie*, de Paul Veyne, e a aula inaugural no Collège de France de Foucault, *L'ordre du discours*. Ambos são alvos de ácidas críticas de outro francês que também se torna conhecido pelo uso criativo da linguagem da e na história, Michel de Certeau [...]; ainda em 1973, Régine Robin publica *Histoire et linguistique*, obra mais voltada para a metodologia da análise do discurso marcadamente francesa. Em 1974, surge *Faire de l'histoire*, coletânea dirigida por Jacques Le Goff e Pierre Nora, em três volumes, obra importante por abrir novas perspectivas de análise nas quais a linguagem ocupa um lugar de destaque, apesar de nela não haver nenhuma menção aos narrativistas americanos [...]. Por último, em 1975, aparece *L'écriture de l'histoire*, de Michel de Certeau.³³⁶

Este conjunto de textos, mencionados aqui a modo de linhagem intelectual, não escondem, entretanto, que a cronologia do giro linguístico é uma construção realizada “nos anos 1960 e 1970 para os filósofos e críticos literários anglo-saxões e, *a posteriori*, para boa parte dos historiadores”.³³⁷ De modo ainda mais preciso, o nome *linguistic turn* só passa a designar um “movimento” intelectual quando da recepção das teorias pós-estruturalistas francesas no ambiente acadêmico norte-americano, processo que se dá a partir da década de 1980.³³⁸ Nesse

³³⁵ CEZAR, Temístocles. Hamlet brasileiro: ensaio sobre o giro linguístico e indeterminação historiográfica. *Revista História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 17, p. 441, 2015.

³³⁶ *Ibidem*, p. 444.

³³⁷ *Ibidem*, p. 485-486.

³³⁸ DELACROIX, Christian. *Linguistic turn... op. cit.*, p. 485-486.

contexto, os autores associados ao giro linguístico procuravam “romper com o sexismo e o etnocentrismo considerados como dominantes na historiografia ocidental”,³³⁹ o que significa que considerá-lo sob o viés do conservadorismo ou do reacionarismo pela suposta distância que estabelece com relação à realidade é despropositado.

Tudo isso não significa que o uso do conceito seja inválido, apenas que ele resulta de um conjunto bastante complexo de tradições, reflexões e recepções de movimentos intelectuais diversos. Mas, para o âmbito deste livro, como podemos conceituar o giro linguístico?

Podemos pensar o giro linguístico como uma *tendência* presente nas ciências humanas a partir da década de 1960 que prioriza a linguagem como intermediário ativo, e não meramente “meio neutro entre a realidade e suas representações”.³⁴⁰ A atenção à linguagem ressalta a importância do conceito de discurso ou prática discursiva, pela qual se tecem os nexos entre representação e mundo. Consideramos que o que distingue o giro linguístico não é apenas o estudo do texto, mas também a perspectiva crítica com a qual é assinalada a presença da linguagem – isto é, das práticas discursivas – na constituição da vivência social. No giro linguístico, combinam-se o estudo da linguagem e a crítica da ideologia.

Estes dois aspectos estão presentes em *O discurso da história*, de Barthes, e na obra do historiador e crítico norte-americano Hayden White, os quais ocupam lugar de destaque na cronologia que leva ao giro linguístico. Por este motivo, as próximas páginas serão dedicadas a apresentá-los.

Em “O discurso da história”, publicado originalmente em 1967, o linguista e semiólogo francês Roland Barthes (1915-1980) parte de uma pergunta da crítica literária – qual a validade de se pensar ainda dentro dos limites dos gêneros literários – para colocar a questão, se a narrativa histórica

difere realmente, por algum traço específico, por uma pertinência indubitável, da narração imaginária, tal como se pode encontrar na epopeia, no romance, no drama?³⁴¹

³³⁹ DELACROIX, Christian. *Linguistic turn... op. cit.*, p. 481.

³⁴⁰ *Ibidem*, p. 478.

³⁴¹ BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 145.

A pergunta feita por Barthes permite indagar o discurso historiográfico para além da aplicação do método histórico – o qual pressupõe a adequação entre realidade e a escrita do historiador – em direção à natureza do texto histórico, no qual esta relação se torna, senão um problema, ao menos um tema a ser investigado.

Em sua argumentação, Roland Barthes prioriza dois aspectos do texto histórico, os quais ele chama de “embreantes”, pois modificam o caráter do discurso. O primeiro é o que ele denomina de “embreante *da escuta*”, que designa “toda menção das fontes, dos testemunhos”.³⁴² O papel do que Barthes denomina escuta é importante porque traz algo que se encontra em outro lugar para dentro do texto histórico. Esta operação é complementada pelo segundo embreante, qual seja, os termos organizadores do discurso, com os quais o historiador distribui a matéria de sua narrativa, atenta para situações anteriores ou posteriores no tempo e avança pontos de sua argumentação.³⁴³ Este segundo fator indica a diferença entre o tempo próprio ao texto e o tempo da própria história; como lembra o autor, “um mesmo número de ‘páginas’ [...] cobre lapsos de tempo variados”, de modo que não existe uma relação natural entre o transcurso do tempo e o progresso da narrativa do historiador.³⁴⁴ Embora bastante simples à primeira vista, esta consideração abre a possibilidade de reconhecer que é a narrativa que organiza o fluxo dos acontecimentos, e não o contrário. O “sentido” da história, portanto, é construído pelo discurso histórico.

A consequência é que entre o que se fala no discurso histórico e os acontecimentos que lhe servem de referente surge um intermediário, o texto. Utilizando categorias da linguística, Barthes percebe no discurso da história uma confusão entre o significante e o referente, pelo qual tudo que é dito no texto “se passa como se [...] não fosse senão a ‘cópia’ pura e simples de uma outra existência, situada no campo extraestrutural, o ‘real’”.³⁴⁵ A análise do autor desmascara a pretensão do discurso histórico de se apresentar como substituto da realidade histórica, como se pudesse narrar apenas “o que realmente aconteceu”. É neste contexto que o semiólogo francês lança sua famosa – e, muitas vezes, mal compreendida – frase segundo a qual “o fato nunca tem mais do que uma existência

linguística”, pois é função de um discurso, e não de uma realidade que lhe serve de baliza.³⁴⁶

A “*ilusão referencial*”

Em “*O efeito de real*”, texto também datado de 1968 e, muitas vezes, lido em conjunto com “*O discurso da história*”, Roland Barthes se centra sobre o papel da descrição de detalhes aparentemente supérfluos na criação da verossimilhança das obras literárias modernas. Existe, todavia, um conjunto de técnicas derivadas já da retórica antiga que trabalham com a criação de “efeitos de real”, como a *enargeia* e a *ecfrase*.

A *enargeia* é a descrição viva de algum acontecimento ou objeto, enquanto a *ecfrase* indica a descrição detalhada – em ambos os casos, o resultado é semelhante, qual seja, criar na mente do espectador um similar ao fenômeno externo que está sendo apresentado por meio das palavras.³⁴⁷

Para Barthes, entretanto, a descrição detalhada dos pormenores tem efeito perverso pois leva à ilusão de que o real se intromete no trabalho da ficção. No caso da “*ilusão referencial*”, o referente e o significante se confundem e excluem o significado, de modo que a palavra que descreve não pode ser interrogada em si, mas apenas aceita enquanto descrição de algo que realmente existe. Para o autor, a história é o “modelo dessas narrativas que admitem” ser preenchidas com detalhes supérfluos.³⁴⁸ O problema seria que tal designação do real impediria a tomada de consciência a respeito da “*representação*”, isto é, do caráter textual e da atuação do autor no momento de escrevê-la.³⁴⁹

O problema do discurso histórico é que confunde uma apropriação do real com a própria realidade. Esta apropriação do real pretende-se neutra, mas a neutralidade e a objetividade são efeitos de operações que

342 BARTHES, Roland. *O rumor da língua...* Op. cit., p. 146.

343 *Ibidem*, p. 147.

344 *Ibidem*.

345 *Ibidem*, p. 155.

346 BARTHES, Roland. *O rumor da língua...* Op. cit., p. 155.

347 Sobre a *ecfrase*, ver as páginas iniciais de: BAXANDALL, Michael. *Padrões de intenção: a interpretação histórica dos quadros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006; WEBB, Ruth. *Ekphrasis, Imagination and Persuasion in Ancient Rhetorical Theory and Practice*. Farnham: Ashgate, 2009.

348 BARTHES, Roland. *O rumor da língua...* Op. cit., p. 163.

349 *Ibidem*, p. 165.

são elas mesmas ideológicas. Ao confundir as representações históricas com a própria história, o discurso da história tende a formar sujeitos complacentes com a ideologia dominante e que cedem ante ao realismo historiográfico, incapazes de imaginar outras versões do passado além da história oficial.³⁵⁰ Esta denúncia crítica da confluência entre representação e poder se encontra também no trabalho de Hayden White.

No artigo intitulado “O fardo da história”, originalmente publicado em 1966, o historiador norte-americano ataca frontalmente a separação entre arte e ciência que sustentava a historiografia oitocentista. Para o autor, formas inovadoras da representação literária e novas propostas sobre como conceber os problemas científicos inviabilizavam a posição de “agente mediador entre arte e ciência” que o historiador ocupava.³⁵¹ O problema seria mais simples caso não houvesse uma suspeição generalizada com relação à história tanto entre as humanidades quanto na sociedade em geral, a qual deriva do reconhecimento do papel negativo exercido pela história na realização e na compreensão das catástrofes da primeira metade do século XX.³⁵² Seria necessário reconhecer, desse modo, que o prestígio alcançado pela história no século XIX foi “uma consequência de forças culturais determináveis”, e não um apreço permanente pelo que a história pode oferecer à sociedade.³⁵³ Por este motivo, Hayden White afirma que os historiadores têm de se preocupar em

reestabelecer a dignidade dos estudos históricos numa base que se coloque em harmonia com os objetivos e propósitos da comunidade intelectual como um todo, ou seja, transforme os estudos históricos de modo a permitir que o historiador participe positivamente da tarefa de libertar o presente do *fardo da história*.³⁵⁴

Trata-se, como já destacou Herman Paul, de um traço existencialista do pensamento de White, pelo qual ele não é necessariamente *contra* a história, mas sim crítico à corporação dos historiadores que não estaria à altura da tarefa de encontrar na história “um meio de fornecer perspectivas

350 BARTHES, Roland. *O rumor da língua...* Op. cit., p. 164-165; RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007, p. 262.

351 WHITE, Hayden. La supresión de la retórica en el siglo XIX... Op. cit., p. 41.

352 *Idem*. *Trópicos do discurso...* Op. cit., p. 41-45; 47.

353 *ibidem*, p. 41.

354 *Ibidem*, p. 53.

sobre o presente que contribua para a solução dos problemas peculiares do nosso tempo”.³⁵⁵

O autor reserva suas mais duras objeções à disciplina histórica e aos departamentos universitários que a abrigam. Hayden White critica que os historiadores busquem legitimidade para seu saber por meio de uma erudição apartada dos problemas do presente e voltada para resultados pouco acessíveis para o público mais amplo.³⁵⁶ Esta especialização que justificaria os estudos históricos como ciência se torna contraditória, entretanto, quando se pensa que “Apesar de tudo, os historiadores sustentaram convencionalmente que nem uma metodologia específica nem uma bagagem intelectual específica são requeridas para o estudo da história”, pois

o que se costuma denominar a “preparação” do historiador consiste, na maioria dos casos, no estudo de algumas línguas, em estágio nos arquivos e no cumprimento de alguns exercícios destinados a familiarizá-lo com trabalhos de referência comuns e periódicos ligados ao seu campo. Quanto ao mais, uma experiência geral dos negócios humanos, a leitura de áreas periféricas, a autodisciplina e o *Sitzfleisch* [i.e., a capacidade de ficar horas sentado] são tudo quanto se requer.³⁵⁷

Ainda que o autor incorra em certa caricatura, a listagem dos requisitos comumente feitos ao historiador é um ataque direto à consolidação da disciplina como área do saber desde meados do século XIX até sua época. Seu veredito, portanto, é o de que “Qualquer um é capaz de dominar os requisitos [da ciência histórica] com toda a facilidade”, o que coloca o problema da autoridade do historiador com relação à elaboração e circulação das representações do passado, pois

como é possível dizer, então, que o historiador profissional está especificamente qualificado para definir as perguntas acerca do registro histórico e por si só é capaz de determinar quando foram dadas as respostas adequadas às questões assim colocadas?³⁵⁸

Para oferecer respostas a esta pergunta, White propõe repensar os critérios tradicionais de cientificidade e objetividade que sustentam o

355 WHITE, Hayden. La supresión de la retórica en el siglo XIX... Op. cit., p. 53; PAUL, Herman. Distance and Self-Distanciation... Op. cit., p. 35-36.

356 WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso...* Op. cit., p. 52.

357 *Ibidem*, p. 52-53.

358 WHITE, Hayden. La supresión de la retórica en el siglo XIX... Op. cit., p. 53.

ofício do historiador. Sua proposta é considerar que a explicação histórica não precisa se situar entre os polos do “literalmente verídico, de um lado, ou do puramente imaginário, de outro”, mas pode ser julgada de acordo com a “riqueza das metáforas que regem a sua sequência de articulação”.³⁵⁹ Caso seja aceito que a representação histórica não é a história, mas apenas uma maneira de narrar o passado, o resultado seria uma espécie de “cosmopolitismo metodológico e estilístico” segundo o qual se reconheceria que não existe “essa coisa de visão única correta de algum objeto em exame, mas sim muitas visões corretas, cada uma requerendo o seu próprio estilo de interpretação”.³⁶⁰

isto nos permitiria considerar seriamente as distorções criativas oferecidas pelas mentes capazes de olhar o passado com a mesma seriedade com que o fazemos, mas com diferentes orientações de ordem afetiva e intelectual. Então, já não deveríamos esperar ingenuamente que as afirmações sobre uma dada época ou sobre um conjunto de acontecimentos do passado “correspondam” a algum corpo preexistente de “fatos em estado natural”. Pois deveríamos reconhecer que o *que constituiu os próprios fatos* é o problema que o historiador, como o artista, tem tentado solucionar na escolha da metáfora com que possa ordenar o seu mundo passado, presente e futuro.³⁶¹

A leitura de “O fardo da história” revela a ligação entre o pensar as formas da representação histórica e a consideração do papel político do conhecimento histórico. Por isso, no começo do texto, White sugere que a “tarefa mais difícil que a atual geração de historiadores é chamada a realizar seja expor o caráter historicamente condicionado da disciplina histórica”,³⁶² o que demonstraria os ocultamentos, interdições assim como as condições de possibilidade do saber histórico, de modo a tornar os historiadores mais conscientes dos caminhos de sua disciplina.

Estas preocupações caracterizam o conjunto da obra de Hayden White, inclusive seu livro mais famoso, *Meta-história*, lançado em 1973. O termo “meta-história” se refere à “rede de compromissos que o historiador estabelece no curso de sua interpretação nos níveis estético, cognitivo

359 WHITE, Hayden. La supresión de la retórica en el siglo XIX... *Op. cit.*, p. 59.

360 WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso...* *Op. cit.*, p. 59.

361 *Ibidem*, p. 59-60.

362 *Ibidem*, p. 41.

e ético”,³⁶³ o que estabelece um marco amplo para a reflexão acerca do fazer histórico. Estudaremos com maior atenção o *Meta-história* quando abordarmos o papel da tropologia na retomada da retórica, mas, por enquanto podemos destacar a correlação entre o estudo da história, da escrita histórica, a inserção social do conhecimento histórico e a preocupação com a textualidade e a representação. É neste sentido que White afirma que todo texto histórico resulta da mediação entre o que chama de *campo histórico*, ou seja, “o registro histórico não processado, outros registros históricos e um público”.³⁶⁴ Esta definição do “campo histórico” deve alertar para a incompreensão que existe quando se rotula Hayden White como um “relativista” inconsequente, pois ele não nega o papel das evidências no trabalho do historiador, mas sim considera que a remissão aos documentos é apenas um dos fatores que condiciona a validade do discurso do historiador (e não necessariamente o principal).

Esta caracterização ampla das condições de produção da história permite compreender que, para White, não existem critérios externos, provenientes da própria realidade histórica, que permitam julgar qual é a perspectiva mais adequada para estudar o passado, já que a escolha de uma ou outra interpretação é sempre o resultado de uma escolha ética. Não seria possível escolher uma interpretação porque esta seria mais “realista” ou “científica” que outra, pois os parâmetros para definir as categorias de “realismo” ou “cientificidade” variam de situação a situação.³⁶⁵

Por meio da leitura das contribuições de Roland Barthes e Hayden White, realizadas sobre o pano de fundo do giro linguístico, podemos apontar o surgimento ou o reconhecimento, entre as décadas de 1960 e 1970, de que o conhecimento histórico (e o científico, em geral) não possui a neutralidade e a objetividade que a pretensão de cientificidade procurou lhe atribuir. Não existiria posição neutra a partir da qual o conhecimento é construído. Todo enunciado que se pretende verdadeiro é tão condicionado socialmente quanto qualquer outro. O que os autores associados ao giro linguístico apontam é a inexistência de qualquer discurso que não seja também um posicionamento ético ou político. Esta tomada de posição constitui o campo do que são os discursos considerados

363 WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso...* *Op. cit.*, p. 91.

364 WHITE, Hayden. *Metahistória. A imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: EdUSP, 2008, 21.

365 *Ibidem*, p. 40-41.

verdadeiros ou socialmente aceitos. Esta é, em essência, a compreensão da retórica como “arte da tomada de posição no discurso”.³⁶⁶ Política, representação e pretensão de verdade estão sempre imbricados.

Segundo afirmação de Temístocles Cezar a respeito da obra de Hayden White, mas que pode ser extrapolada para a tradição intelectual estabelecida pelo giro linguístico, “trata-se de uma reflexão continuada sobre a história que durante muito tempo foi instigante para alguns (poucos) historiadores e incômoda para (muitos) outros”.³⁶⁷ Na terceira seção deste capítulo teremos a oportunidade de estudar as polêmicas motivadas pelo giro linguístico no campo da historiografia; por ora, pretendemos alargar um pouco o horizonte de nossas referências estudando o contexto intelectual mais amplo no qual ocorreu a retomada da retórica, da qual o giro linguístico foi uma das consequências.

A retórica e o problema da linguagem

Por que a retórica se tornou novamente válida nas humanidades? Se seguirmos a perspectiva de David Wellbery que estudamos antes, o retorno da retórica só poderia acontecer quando não mais existissem as condições que a impossibilitavam.³⁶⁸ Seria possível encontrar, de um lado, o questionamento da objetividade e neutralidade científicas, invalidando qualquer “padrão confiável de transparência representativa” com relação à realidade.³⁶⁹ Neste caso, são significativos os avanços na física no começo do século XX, que trazem o observador como um problema para a experimentação científica, antes de passarem a consideração do papel social da ciência e da produção do conhecimento. De outro lado, teríamos a reformulação do papel da subjetividade na criação artística, desde o modernismo até às propostas de escrita automática dos surrealistas e o concomitante descentramento do sujeito por meio de teorias como a psicanálise, que retiram do eu seu caráter soberano.³⁷⁰

No panorama da reflexão do século XX, o espaço aberto por estas modificações pode ser qualificado simultaneamente como condição

geral do retorno da retórica e sua consequência. Uma série de iniciativas teóricas ao longo do século trouxeram um objeto privilegiado para a prática das ciências humanas: a linguagem. A linguagem se torna um problema comum das humanidades do começo até às últimas décadas do século XX e os ramos de sua investigação se estendem entre a linguística, a filosofia, a comunicação, a estética, a política e, por que não, a história. É pela problematização da linguagem que a retórica se torna novamente pensável, porém agora não mais como um sistema e sim um conjunto de noções, conceitos e princípios de investigação compartilhados entre os diferentes campos do saber.³⁷¹

Estudaremos três debates nos quais a retórica desempenha um papel relevante. O primeiro é o estudo do uso da linguagem e sua significação de acordo com as diferentes situações em que ela é mobilizada. Depois, os debates em torno da metáfora e aos tropos linguísticos, que remetem a relação entre o entendimento do mundo e as palavras para dizê-lo. O terceiro momento é o da discussão acerca da natureza e função dos gêneros literários. Cada um destes momentos privilegia um conjunto específico de áreas do conhecimento – no primeiro, a filosofia da linguagem e a pragmática; no segundo, a linguística e a teoria literária; no último, a poética e a crítica literária. Por meio de todas elas, a retórica ganha novos significados.

Percebe-se que a história não é citada aqui como proponente destes debates; o papel de receptor adotado pela historiografia indica um pouco da aversão à teoria que caracterizou a consolidação da disciplina histórica em finais do século XIX. Com a significativa exceção de Hayden White, ocupar-nos-emos em tecer os fios que ligam os historiadores aos debates aqui realizados na terceira seção deste capítulo.

Retórica e filosofia da linguagem

A expressão “giro linguístico”, como vimos, foi utilizada para nomear a coletânea organizada pelo filósofo norte-americano Richard Rorty em 1967, o que aponta para desenvolvimentos importantes na filosofia analítica anglo-saxã. A filosofia analítica é uma tendência na investigação filosófica que se tornou dominante no meio acadêmico de língua inglesa ao longo do século XX, caracterizada pela aplicação da lógica à linguagem para a resolução de problemas filosóficos. O que a distingue é a ênfase no

366 WELLBERY, David. *Neo-retórica e desconstrução...* Op. cit., p. 15.

367 CEZAR, Temístocles. *Hamlet brasileiro...* Op. cit., p. 442.

368 WELLBERY, David. *Neo-retórica e desconstrução...* Op. cit., p. 29.

369 *Ibidem*.

370 *Ibidem*, p. 30.

371 WELLBERY, David. *Neo-retórica e desconstrução...* Op. cit., p. 43.

estudo das proposições filosóficas e a preocupação com as condições de validade dos enunciados. O “giro linguístico” representaria a consolidação da importância da linguagem e das situações em que é utilizada para refletir filosoficamente.

Este desdobramento da filosofia analítica em direção ao uso da linguagem deve muito de sua realização ao trabalho tardio do filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein (1889-1951). No começo de suas *Investigações filosóficas*, obra publicada dois anos após a morte do autor, o autor critica a concepção de linguagem segundo a qual

as palavras da linguagem denominam objetos – [e] as sentenças são os liames de tais denominações. – Nessa imagem da linguagem encontramos a raiz da ideia: toda palavra tem um significado. Este significado é atribuído à palavra. Ele é o objeto que a palavra designa.³⁷²

De acordo com esta concepção, as palavras possuem significado ao apontar para algo que existe no mundo. Esta concepção é apropriada aos substantivos concretos, como “mesa” ou “cadeira”, todavia não parece tão apropriada quando se pensa nos “nomes de certas atividades e qualidades e nas restantes espécies de palavras”.³⁷³ O significado das palavras não depende apenas de sua remissão aos objetos do mundo, os quais formam uma espécie de “imagem mental” para os interlocutores, mas envolve também o funcionamento da linguagem:³⁷⁴

pense agora no seguinte emprego da linguagem: eu envio alguém às compras. Dou-lhe uma folha de papel onde se encontram os signos: “cinco maçãs vermelhas”. Ele leva o papel ao comerciante. Este abre a gaveta sobre a qual está o signo “maçã”. Ele procura a palavra “vermelho” numa tabela e encontra defronte a ela uma amostra de cores. Ele diz a sequência dos numerais – suponho que ele a saiba de cor – até à palavra “cinco”, e a cada número tira da gaveta uma maçã que tem a cor da amostra. – Da mesma forma, operamos com palavras. – “Como ele sabe onde e como deve procurar a palavra ‘vermelho’ e o que tem que fazer com a palavra ‘cinco’? – Ora, suponho que ele aja conforme descrevi. As explicações apontam um fim em algum lugar. – Qual é o significado da palavra ‘cinco’? – Aqui não se falou disso mas somente de como a palavra ‘cinco’ é usada.”³⁷⁵

³⁷² WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco; Petrópolis: Vozes, 2005, § 1.

³⁷³ *Ibidem*.

³⁷⁴ *Ibidem*, § 5.

³⁷⁵ *Ibidem*, § 1.

Ao prestar atenção para os usos da linguagem, o trabalho de Wittgenstein permite distinguir entre a definição da palavra e seu significado, o qual depende de sua relação com o enunciado e o sentido que este possui. O esforço teórico do filósofo austríaco consiste em examinar estes usos da linguagem, desde a designação de objetos no mundo até proferir uma ordem ou pedir informação. Todos estes usos são incluídos por Wittgenstein no conceito de “jogos de linguagem”, pelo qual se indica que o significado das frases e dos enunciados escapa ao nível gramatical em direção à sua dimensão de ato ou performance.

Por volta da mesma época, o filósofo britânico J. L. Austin (1911-1960) propôs uma teoria semelhante para abordar os usos cotidianos da linguagem, a qual ele chamou de “teoria dos atos de fala”. No livro significativamente intitulado *How to do things with words*, ou, na tradução, *Quando dizer é fazer*, resultado de conferências proferidas no ano de 1955, o autor critica o fato de que a filosofia da linguagem se centrou sobre o estudo de declarações (*statements*), que se caracterizam por possuírem valor de verdade, serem verificáveis e impedirem duas proposições simultaneamente adequadas a respeito do mundo.³⁷⁶ Mais importante ainda, o estudo das afirmações acaba por se dedicar apenas ao exame do aspecto constativo da linguagem, ou seja, aquele que está relacionado à designação e à denotação. Existem outros usos da linguagem e classes de proposições que restariam por examinar.

J. L. Austin concentra-se nos casos em que fazer é dizer,³⁷⁷ como no famoso exemplo “Eu vos declaro marido e mulher”. O significado desta frase não é dado pelas palavras que a constituem ou pelo ato de decifrar seu sentido; pelo contrário, a oração, relativamente simples, é utilizada para realizar um ato, qual seja, um casamento. Estes casos envolvem o que Austin denomina sentenças performativas (*performative utterances*) e apontam para o significado de seu conceito de atos de fala, ou seja, quando as palavras constituem, realizam ou participam da ação.

Os atos de fala são compostos por três ações que ocorrem simultaneamente. A primeira é o ato locucionário, que é a palavra, frase ou fórmula utilizada para realizar uma ação; depois, o ato ilocucionário,

³⁷⁶ AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer: os atos de fala*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990, p. 22-23.

³⁷⁷ *Ibidem*, p. 25.

que indica o que se faz quando se diz determinada frase. Os resultados dos atos ilocucionários são normalmente convencionais e podem ser compreendidos pela diferença que existe entre o que se diz e o que se quer dizer quando se fala. Por exemplo, para fazer um pedido, pode-se utilizar uma variedade de palavras ou fórmulas, como “eu gostaria”, “eu quero” etc. O proferimento se completa com o ato perlocucionário, o qual indica o efeito produzido pelo enunciado sobre o interlocutor. Como afirma Austin,

os efeitos consequentes das perlocuções são realmente resultados, que não incluem efeitos convencionais, tais como [...] o fato de a pessoa que fala ficar comprometida a cumprir sua promessa”, o que corresponde ao ato ilocucionário.³⁷⁸

Sempre é possível causar efeitos imprevistos no ato de enunciação.

O sucesso ou o fracasso dos atos de fala indica que eles dependem da situação em que são realizados e da familiaridade dos interlocutores com estas ocasiões. O auditório está implícito na teoria dos atos de fala. Este aspecto aponta para uma consideração mais ampla a respeito, senão da linguagem, ao menos dos próprios atos de fala: seu aspecto convencional. É necessário um acordo – frequente, mas não necessariamente tácito – entre os interlocutores a respeito de determinada ação para que o ato de fala seja executado satisfatoriamente. Este acordo não diz respeito ao sentido das palavras que compõem a proposição, mas sim a situação na qual ela é proferida. A teoria de Austin remete, portanto, da significação dicionarizada das palavras a seus usos sociais e culturais.³⁷⁹

A Escola de Cambridge

*A contribuição da chamada Escola de Cambridge da história intelectual pode ser compreendida como uma aplicação do modelo dos atos de fala de Austin ao estudo dos textos político-filosóficos da primeira modernidade, aliás como o reconhece um dos maiores nomes associados a essa tendência de investigação, o historiador britânico Quentin Skinner.*³⁸⁰

³⁷⁸ AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer...* Op. cit., p. 90.

³⁷⁹ *Ibidem*, p. 29-30.

³⁸⁰ SKINNER, Quentin. *Meaning and Understanding in the History of Ideas*. In.: SKINNER, Quentin. *Vision of Politics*. v. 1. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, p. 82.

Em artigo publicado no ano de 1969 intitulado “Meaning and Understanding in the History of Ideas”, Skinner apresenta sua metodologia de leitura. Ela consiste, primeiro, em reconstruir de maneira válida para os termos da época o conteúdo do texto; depois, é preciso perceber o que o autor quis realizar com seu texto analisando o contexto no qual escreve.³⁸¹ Com essa metodologia, o historiador britânico não se dedica apenas à leitura detalhada dos textos como também à reconstrução dos sentidos possíveis pelos quais o texto podia ser entendido em sua época. Essa proposta tem consequências importantes para a história da filosofia, uma vez que

assim que vemos que não existe uma ideia determinada para a qual todos os autores contribuíram, mas apenas uma variedade de afirmações feitas por vários agentes diferentes com uma gama de intenções diversas, o que vemos é que não existe uma história da ideia a ser escrita.³⁸²

Não é necessário muito para perceber a proximidade entre estas abordagens do fenômeno linguístico e a teoria retórica. Convencer e persuadir, por exemplo, são acontecimentos realizados por meio das palavras pelos quais se procura influenciar no mundo ao redor da enunciação. Por meio da filosofia da linguagem, retoma-se a unidade entre palavra e ação que caracterizava a retórica antiga.

O trabalho da metáfora

Existe outra corrente de interpretação linguística que correu ao longo do século XX que foi igualmente frutífera no pensar o lugar da palavra e suas relações com o mundo. Esta é a da linguística saussuriana e sua radical transformação do conceito de signo. Neste item, o qual será mais extenso que os demais, percorreremos o caminho que vai da proposta de um novo entendimento do signo linguístico até o debate acerca da natureza da metáfora, do qual resulta uma nova apreensão da retórica. Para isso, temos de compreender algo a respeito do objeto de estudos da linguística: a linguagem.

Teorias antigas do discurso, dentre as quais a retórica clássica, baseavam-se numa concepção tripartite da linguagem. A linguagem seria

³⁸¹ SKINNER, Quentin. *Meaning and Understanding in the History of Ideas...* Op. cit., p. 77-79.

³⁸² *Ibidem*, p. 85.

composta pela *palavra* ou *expressão*, que relaciona o *conceito* (ou *ideia*) localizada no espírito de quem fala a um *objeto* ou *referente* externo, o qual é perceptível na realidade compartilhada entre quem fala e quem escuta. Esta concepção sustenta o ideal de clareza retórica expresso por Aristóteles.³⁸³ É necessário mencionar duas consequências desta concepção de linguagem.

Em primeiro lugar, já que não apenas o *conceito* mental mas também o *referente* exterior participa da natureza da expressão linguística, então é possível encontrar palavras que se situem em pé de igualdade com o mundo, em que surge a capacidade do discurso substituir a realidade. É o que deveria ocorrer com o discurso histórico, por exemplo. Em segundo lugar, uma vez que o significado das palavras é garantido pela designação de um referente externo – como na concepção criticada por Ludwig Wittgenstein que vimos acima –, então existe um uso *próprio* ou *natural* da linguagem, o qual se contrapõe ao uso *figurado* da mesma. Se a linguagem se apoia sobre a indicação de objetos existentes no mundo, então trocar o nome das coisas só pode ser um desvio.

Esta concepção de linguagem é questionada pelo trabalho do linguista suíço Ferdinand de Saussure (1857-1913) em seu *Curso de linguística geral*.³⁸⁴ Editado postumamente a partir das anotações de seus alunos, a obra de Saussure reestrutura o objeto e os termos da linguística, elaborando uma nova concepção de signo linguístico. Ao invés de uma concepção tripartite, Saussure apresenta uma definição binária composta por *significado* e *significante*. O *significante* seria o som (ou forma, no caso da escrita) pela qual o signo se apresenta, e o *significado* seria o conceito que ele expressa. O signo é o resultado da unidade entre os dois elementos. Esta concepção permite ao autor afirmar que “o signo linguístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica”,³⁸⁵ ou seja, o signo não é definido pela referência que faz a um objeto exterior, mas pelo jogo com os outros signos pertencentes à linguagem. Uma vez removida a referencialidade como critério que define a natureza do signo, é possível anunciar o princípio de sua *arbitrariedade*, pelo qual “não [se] deve dar a ideia de

que o significado dependa da livre escolha do que fala”, mas sim que “o significante é *imotivado*, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural em realidade”.³⁸⁶

Por meio do princípio da *arbitrariedade* do signo, o que a linguística saussuriana acaba por questionar é a contraposição entre sentido *próprio* e *figurado*. Se a relação entre significado e significante não é determinada de antemão, ainda que seja condicionada pelo sistema da língua, então não existem propriamente desvios de linguagem, apenas usos da mesma. A transição da linguística de Saussure aos estudos sobre os tropos linguísticos e a metáfora repousa sobre esta constatação inicial desvelada pelos trabalhos do linguista suíço. É preciso ter em mente, todavia, que embora Saussure retire a referencialidade ao mundo como critério necessário para o funcionamento da linguagem, ele não nega a função referencial do discurso. Segundo o crítico literário francês Antoine Compagnon, a realização saussuriana foi situar o arbitrário da língua “precisamente entre o som e o conceito, e não mais, como se fazia tradicionalmente, entre o signo e a coisa”.³⁸⁷ Entre as décadas de 1950 e 1970, porém, a crítica literária, sobretudo aquela de inspiração francesa, expandiu o

convencionalismo restrito, relacionado com a natureza arbitrária do signo linguístico, para um convencionalismo generalizado, relacionado com o irrealismo da língua e mesmo da palavra, um convencionalismo tão absoluto que as noções de adequação e de verdade perdem toda pertinência.³⁸⁸

Os trabalhos que abordam a metáfora partem – em sua maioria – desta extrapolação do modelo saussuriano da palavra ao discurso, defendendo que a relação entre discurso e realidade é marcada pela mesma arbitrariedade que caracteriza o sistema composto pelo significado e pelo significante. Este gesto teórico permite indagar a linguagem em sua profundidade; ao mesmo tempo abrem a possibilidade de sua exploração como uma dimensão autossuficiente do discurso, o que será motivo de relativa controvérsia no estudo das ciências humanas e, em particular, da história.

383 ARISTÓTELES. *Retórica*... 1410b.

384 Ver: SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.

385 *Ibidem*, p. 80.

386 SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*... *Op. cit.*, p. 83.

387 COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p. 123.

388 *Ibidem*, p. 124.

A aplicação do modelo saussuriano às dimensões mais amplas do discurso permitiu transferir o *insight* segundo o qual não existe uso figurado da linguagem, uma vez que a relação entre significado e significante é arbitrária, para uma concepção na qual todo discurso é uma espécie de desvio com relação à realidade. Como a relação entre discurso e realidade é arbitrária, não existe modo mais adequado ou correto do que os demais para abordá-la. Aliada ao prestígio que a linguística obteve entre as décadas de 1960 e 1970,³⁸⁹ esta concepção leva a uma grande ênfase no estudo dos tropos linguísticos e das figuras de linguagem.

Em seu sentido estrito, os tropos indicam qualquer uso da linguagem pelo qual se diz uma coisa por meio de outra, podendo ocorrer tanto ao nível das palavras quanto das frases ou dos discursos. No contexto teórico que ora estudamos, entretanto, os tropos foram vistos como uma dimensão inescapável da linguagem e, se antes eles eram uma parte dos domínios muito mais amplos da retórica, agora a retórica é reformulada como uma teoria dos tropos linguísticos – a tropologia.³⁹⁰ Um exemplo é dado na introdução ao volume não por acaso intitulado *Trópicos dos discursos*, de Hayden White, em que o “elemento trópico” indica o “processo pelo qual todo discurso constitui os objetos que ele apenas pretende descrever e analisar objetivamente”.³⁹¹ Os tropos apontam para a linguagem como participante ativo de nossa compreensão do mundo. Por que a metáfora, porém, teria sido escolhida para representar este papel?

Como lembra o crítico e teórico da literatura francês Gerard Genette, a metáfora é um dos “raros termos que sobreviveram ao naufrágio da retórica” e sua sobrevivência não é fortuita.³⁹² A metáfora veio a representar muito do que se entende pelo funcionamento da poesia. Esse é um aspecto que pode ser encontrado até mesmo em sua primeira definição, por Aristóteles, pois a metáfora pertence tanto à retórica quanto à poética. No capítulo 21 da *Poética*, o filósofo define metáfora como a “transferência dum nome alheio do gênero para a espécie, da espécie para o gênero, duma espécie para outra, ou por via

da analogia”.³⁹³ O que ressalta nesta definição é a possibilidade de uma palavra – o nome – ocupar o lugar de outra de modo a realizar a passagem de um termo impróprio para um próprio.³⁹⁴ A metáfora transforma o inadequado em oportuno e, por meio desta operação, cria o sentido figurado, em que uma palavra simultaneamente é e não é aquilo que ela significa.

No caso da *Retórica*, a metáfora aparece como um dos usos do discurso que criam efeitos persuasivos ao estabelecer conexões não pensadas entre dois elementos distintos. Ela ganha valor cognitivo, pois é “através da metáfora que podemos melhor apreender alguma coisa nova”.³⁹⁵ Além disso, a metáfora expressa esta relação entre conceitos e fenômenos diferentes de um modo ágil e rápido. Ela se aproxima, portanto, do entimema, o argumento retórico por excelência, uma vez que ambos instruem “por uma aproximação repentina entre coisas que parecem distantes”.³⁹⁶ A metáfora transita do estilo à cognição, transferindo o desconhecido – e, logo, indizível – ao campo do conhecido e passível de ser dito.

Para a reflexão teórica do século XX, a metáfora ascende como categoria privilegiada para pensar o funcionamento da linguagem – e, quebra, como importante vetor para a reconceitualização da retórica. São estas propostas teóricas que estudaremos agora.

No livro intitulado *The Philosophy of Rhetoric*, o crítico literário britânico I. A. Richards (1893-1979) propõe uma reformulação do objeto da retórica. Ao invés do estudo e catálogo dos fenômenos do discurso, ele pretende que a retórica seja uma “disciplina filosófica que visa ao domínio das leis fundamentais do uso da linguagem”.³⁹⁷ Para isso, é necessário voltar a atenção das palavras ao discurso, pois as palavras não possuem sentido específico em si, mas ganham sentido em companhia de outras, de acordo com seus contextos.³⁹⁸ Com esta constatação, torna-se inválida a distinção entre sentido próprio e figurado, pois

393 ARISTÓTELES. *Arte Poética...* Op. cit., 1457b7.

394 CARVALHO, Maria do Socorro Fernandes de. *Poesia de Agudeza em Portugal...* Op. cit., p. 66.

395 ARISTÓTELES. *Retórica...* 1410b10-1410b15.

396 RICOEUR, Paul. *A metáfora viva*. São Paulo: Loyola, 2006, p. 60.

397 RICHARDS, I. A. *The Philosophy of Rhetoric*. Oxford: Oxford University Press, 1935, p. 7.

398 *Ibidem*, p. 10.

389 KELLNER, Hans. *Language and Historical Representation...* Op. cit., loc. 4920.

390 GENETTE, Gerard. *Figure III*. Paris: Editions du Seuil, 1972, p. 21; KELLNER, Hans. *Language and Historical Representation...* Op. cit., loc. 4950.

391 WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso...* Op. cit., p. 14.

392 GENETTE, Gerard. *Figure III...* Op. cit., p. 32.

são os contextos nos quais as palavras são utilizadas que garantem ou não a estabilidade de seus significados.³⁹⁹ O que o autor reserva para a retórica, a partir daí, é que esta disciplina tem de se ocupar dos modos de significação tanto ao nível das partes do discurso quanto das unidades fundamentais do sentido.⁴⁰⁰

A metáfora retorna, então, como a forma constitutiva da linguagem.⁴⁰¹ Para o crítico britânico, as palavras reúnem sob um único nome aspectos diferentes. Esta atividade de síntese é de natureza metafórica, pois na metáfora “nós temos dois pensamentos de coisas diferentes atuando juntos e apoiados por uma única palavra, ou frase, cujo significado é resultante de sua interação”.⁴⁰² O equívoco da retórica tradicional seria considerar a metáfora como puramente verbal, quando ela é uma transação entre pensamentos.⁴⁰³ Por meio desta definição de metáfora, Richards procura assegurar que a metáfora seja considerada uma atividade corrente da linguagem, e não uma característica somente do discurso poético.⁴⁰⁴ A metáfora é o modo normal de funcionamento da linguagem, e os significados das palavras são todos emprestados uns aos outros e aos contextos em que são utilizados.

Na perspectiva da crítica literária do autor, isso também significa que cada escritor compõe seu próprio “contexto” linguístico por meio de sua escrita, o que dota o texto de virtual autonomia frente ao sistema da língua ou a outros textos. Pode-se apontar também, entretanto, que na concepção de Richards, a “linguagem literal torna-se muito rara, com exceção da linguagem técnica das ciências”,⁴⁰⁵ uma vez que todo uso da linguagem é ambíguo por natureza. A autonomia do escritor e a ambivalência da linguagem levariam, paradoxalmente, a uma retórica sem a parte da comunicação. Para Richard, entretanto, tratava-se justamente de defender a autonomia do texto literário frente à biografia do autor ou ao contexto social, um dos principais fundamentos da corrente teórica chamada *New Criticism*, nos Estados Unidos.

399 RICHARDS, I. A. *The Philosophy of Rhetoric...* Op. cit., p. 11.

400 *Ibidem*, p. 23-24.

401 *Ibidem*, p. 90.

402 *Ibidem*, p. 93.

403 *Ibidem*, p. 94.

404 *Ibidem*, p. 89-90.

405 RICOEUR, Paul. *A metáfora viva...* Op. cit., p. 131.

Outra proposta é a do linguista e semiólogo russo Roman Jakobson (1896-1982), elaborada em vários estudos sobre os distúrbios de fala – a afasia –, dos quais apresentaremos apenas um deles, intitulado “Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia”, publicado originalmente em 1955. No texto, o autor anuncia que a linguagem opera de acordo com dois procedimentos básicos: a combinação e a seleção. A combinação age sobre o contexto no qual o signo se insere, uma vez que o signo pode ou servir de contexto a outro signo ou adquirir sentido pelo contexto em que está inscrito; a seleção, por sua vez, “implica [n]a possibilidade de substituir [um signo] pelo outro”, que lhe é ao mesmo tempo equivalente e diferenciado.⁴⁰⁶ No primeiro caso, tem-se o predomínio da frase e do enunciado, no segundo se tem o privilégio da palavra.

Os distúrbios de fala incidem sobre estas duas operações. No caso que o autor chama de “distúrbio de similaridade”, encontram-se os afásicos com dificuldade em articular a seleção e a substituição, mas que preservam a capacidade de combinação e criação de contextos linguísticos, enquanto no “distúrbio de contiguidade”, os afetados têm dificuldade quanto à combinação e ao contexto, “apoiando-se, assim, na integridade das operações de seleção e similaridade”.⁴⁰⁷ Quando afeta a “similaridade”, a afasia resulta em circunlóquios e paráfrases, e o afásico tem problemas em substituir uma palavra por outra, já no segundo caso é o inverso que ocorre, a linguagem se reduz a palavras isoladas, pois o uso dos nexos conjuntivos assim como a elaboração de unidades de sentido maiores – as frases – se encontra perturbada.⁴⁰⁸

Seleção e combinação, similaridade e contiguidade são aspectos que Roman Jakobson relaciona aos polos da metáfora e da metonímia. Como afirma em outro texto, “os dois tropos opostos, metáfora e metonímia, apresentam a mais condensada expressão de dois modos básicos de relação”, a relação interna de similaridade e contraste serve de base para a metáfora, e a relação externa de contiguidade e distanciamento determina a metonímia.⁴⁰⁹ No distúrbio da afasia, a

406 JAKOBSON, Roman. Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia. In: JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 2003, p. 38-39.

407 FLORES, Valdir do Nascimento; SURREAUX, Luiza Milano; KUHN, Tanara Zingano. *Introdução aos estudos de Roman Jakobson sobre afasia*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 36.

408 JAKOBSON, Roman. Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia... Op. cit., p. 49-50.

409 JAKOBSON *apud* LORES, Valdir do Nascimento; SURREAUX, Luiza Milano; KUHN, Tanara Zingano. *Introdução aos estudos de Roman Jakobson sobre afasia...* Op. cit., p. 32.

linguagem se concentra em um destes polos, ao invés de alternar entre eles, como ocorreria normalmente.

O esforço teórico de Jakobson permitiu encontrar uma polaridade estrutural em torno da qual se constitui a linguagem. Os tropos da metáfora e da metonímia não são somente expressões figuradas da linguagem, mas processos de pensamento. Após figurar a relação entre discurso e realidade, os trabalhos que abordam a metáfora se estendem sobre a conceituação da linguagem e do pensamento. É isso que vemos em outras duas propostas teóricas sobre a metáfora.

No ano de 1971, o periódico francês *Poétique* organizou o dossiê intitulado *Rhétorique et philosophie*, o qual girava em torno a Friedrich Nietzsche (1844-1900) e contou com a participação do filósofo franco-argelino Jacques Derrida (1930-2004). O objetivo do dossiê era apresentar e discutir uma série de trabalhos de Nietzsche acerca da retórica, entre os quais se destacava o póstumo “Sobre a verdade e a mentira em sentido extra-moral”, escrito em 1873. Este trabalho e sua recepção no século XX são importantes para o debater acerca da metáfora.

Segundo o filósofo alemão, os conceitos que usamos para apreender o mundo são resultado de metáforas. “Todo conceito”, afirma Nietzsche, “surge da postulação da identidade do não-idêntico”, pois

assim como é evidente que uma folha não é nunca completamente idêntica à outra, é também bastante evidente que o conceito de folha foi formado a partir do abandono arbitrário destas características particulares e do esquecimento daquilo que diferente um objeto do outro.⁴¹⁰

O problema é que os conceitos apreendem as categorias criadas pelos seres humanos como se fossem a realidade e, com isso, distanciam os indivíduos do mundo à sua volta. Para Nietzsche, o processo de abstração que constitui os conceitos é de natureza metafórica.⁴¹¹ Estas metáforas se transformam em verdades pelo uso, ou, como pergunta o autor,

o que é portanto a verdade? Uma multidão móvel de metáforas, metonímias e antropomorfismos; em resumo, uma soma de relações humanas que foram realçadas, transpostas e ornamentadas pela poesia e pela retórica e que, depois de um longo uso, pareceram estáveis, canônicas

e obrigatórias aos olhos de um povo: as verdades são ilusões das quais se esqueceu que são, metáforas gastas que perderam a sua força sensível, moeda que perdeu sua efígie e que não é considerada mais como tal, mas apenas como metal.⁴¹²

Estas “metáforas gastas” ordenam o comportamento humano de acordo com abstrações amplas e elas impõem a ideia de que existe maneira correta de olhar o mundo, a verdadeira. Entre os sujeitos e os objetos, entretanto, afirma Nietzsche, não existe “qualquer laço de causalidade, qualquer exatidão, qualquer expressão possíveis, mas, antes de mais nada, uma relação *estética*” no sentido em que são traduções da percepção para a linguagem.⁴¹³ Ganhar consciência disso significaria redescobrir o potencial artístico e criador do ser humano.⁴¹⁴

A contribuição de Jacques Derrida procura orientar a interpretação de Nietzsche para o interior da própria filosofia. Intitulada “A mitologia branca”, ela deve ser compreendida junto do projeto de destacar o aspecto *logocêntrico* da filosofia ocidental, melhor apresentado em *Gramatologia* (1967). O logocentrismo se caracteriza por modelar a reflexão filosófica sobre a língua falada, esquecendo-se o processo de escrita que a caracteriza. Com isso, Derrida lança um ataque à metafísica ocidental, que confundiria os conceitos com a realidade, resultado da negligência da consciência textual do conhecimento filosófico. Em “A mitologia branca”, o filósofo franco-argelino expande ainda mais esta intuição e questiona a filosofia, que seria, para ele, nada mais que “este processo de metaforização que se apodera de si mesmo. Por constituição, a cultura filosófica sempre esteve gasta”.⁴¹⁵

A metáfora e o conceito

A reflexão sobre a metáfora na segunda metade do século XX ganhou força com o questionamento do privilégio concedido à linguagem técnica, o que também se relaciona com a percepção dos descaminhos da sociedade industrial no imediato pós-guerra. Colocar a técnica em questão possibilitou abrir perspectivas críticas

412 NIETZSCHE, Friedrich. Verdade e mentira no sentido extramoral... *Op. cit.*, p. 12-13.

413 *Ibidem*, p. 16.

414 *Ibidem*, p. 15.

415 DERRIDA, Jacques. La mitologia blanca. In.: DERRIDA, Jacques. *Márgenes de la filosofía*. Madrid: Cátedra, 1994, p. 251.

410 NIETZSCHE, Friedrich. Verdade e mentira no sentido extramoral. *Comum*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 17, p. 12, 2001.

411 *Ibidem*, p. 11.

a respeito da constituição da modernidade, o que envolve também a reflexão sobre a linguagem.

Quanto a isso, o pensamento de Giambattista Vico (1668-1774) passa a ter novo prestígio, após sua retomada no início do século por filósofos como Benedetto Croce (1866-1952). Vico é conhecido como o autor da *Ciência Nova*, que recebeu três redações entre 1725 e 1744. Escrevendo no contexto de propagação e consolidação do cartesianismo, assim como da formação da ciência moderna, Vico procura resgatar outro tipo de saber, de caráter retórico-poético. Para isso, ele se baseia na metáfora, que não é considerada mero desvio de linguagem, mas o elemento fundador da cultura.⁴¹⁶ Segundo Renata Sammer, comentadora da obra de Vico, trata-se de “uma característica humana fundamental, isto é, a resposta invariavelmente metafórica ao desconhecido”.⁴¹⁷ Sendo assim, muito além da filosofia da história com a qual seu nome é habitualmente associado, o propósito de Vico é evidenciar um fundo metafórico comum a toda cultura e linguagem humanas. Este fundo é ocultado pela racionalidade instrumental moderna, que separa a linguagem do mundo, retirando seu poder criador, e institui a problemática da verdade.⁴¹⁸ Em outras palavras, estabelece-se a doutrina segundo a qual a adequação à realidade é o principal critério de validação dos enunciados, o que resulta na valorização da ciência e no desprezo da poesia, assim como da retórica.

Na segunda metade do século XX, algo desse projeto é retomado pelo filósofo alemão Hans Blumenberg (1920-1996). Para ele, existem dois eixos da linguagem, os quais estão imbricados, embora um deles seja comumente negligenciado: o metafórico e o conceitual. O conceito substitui a realidade, transpondo a distância entre a experiência imediata do indivíduo e o mundo, tornando-o operacional. Assim, o conceito “introduz o processo no qual um objeto que se tornara tremendo, desconhecido e fonte de pavor retorna

como objeto de fruição”.⁴¹⁹ O conceito, pode-se dizer, domestica o mundo. Por seu turno, a metáfora não se presta a essa redução, uma vez que ela está “privada de determinação”.⁴²⁰ Nesta situação, a metáfora abre-se para o campo das totalidades, isto é, o conjunto de ideias que não podem ser reduzidas a esquemas conceituais.

O propósito de Blumenberg se concentra no estabelecimento de uma metaforologia. Para o autor, esta não seria mero adendo à história dos conceitos, mas se tornaria “um campo prévio regulador da conceitualização”.⁴²¹ Dessa maneira, os conceitos não são as ferramentas da reflexão tampouco da apreensão do mundo, mas o resultado de processos reflexivos cuja origem é metafórica. Estas metáforas se desgastam, tornando-se nossa linguagem habitual.

O mesmo processo de desconstrução da filosofia está presente em *The Epistemology of the Metaphor*, escrito para um dossiê organizado pela revista *Critical Inquiry*, em 1978, pelo crítico literário belga Paul de Man (1919-1983), de controversa fama. Para de Man, é inútil tentar “reprimir a estrutura retórica dos textos em nome de modelos de texto pré-concebidos acriticamente” como esquemas filosóficos, presunções metafísicas ou teleologias explícitas.⁴²² Todo texto é função de um código, o qual é essencialmente retórico, não existindo um grau zero da escrita que escape à retórica. Como consequência, os conceitos filosóficos também são metáforas. Esta consideração encontra seu ponto alto em uma das típicas assertivas “desnorteadoras” do autor, cujo efeito é tanto mais eficaz quanto mais parece romper o andamento normal do texto.⁴²³ No caso, estudando o papel da consciência como personagem filosófico em Condillac (1714-1780), de Man afirma que

ser e identidade são o resultado de uma semelhança que não se encontra nas coisas mas é colocada por um ato mental que, enquanto tal, somente pode ser verbal. E sendo verbal, neste contexto, significa que permite

419 BLUMENBERG, Hans. *Teoria da não-conceitualidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, p. 66.

420 *Ibidem*, p. 108.

421 BLUMENBERG apud COSTA LIMA, Luiz. *Os eixos da linguagem: Blumenberg e a questão da linguagem*. São Paulo: Iluminuras, 2015, p. 166.

422 DE MAN, Paul. *The Epistemology of the Metaphor*. In.: DE MAN, Paul. *Aesthetic Ideology*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996, p. 49.

423 MACIEL, Emilio Carlos Roscoe. *O manto de Nesso: retórica e referencialidade em Paul de Man*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2007, p. 7-8.

416 SAMMER, Renata. *Os caracteres poéticos de Giambattista Vico*. São Paulo: Editora FAPUnifesp, 2018, p. 68.

417 *Ibidem*, p. 80.

418 *Ibidem*, p. 86.

substituições baseadas em semelhanças ilusórias [...], então a mente, ou o sujeito, é a metáfora central, a metáfora das metáforas.⁴²⁴

Mesmo o conceito que estrutura a filosofia ocidental moderna – o sujeito – é o resultado de uma operação linguística de substituição de aspectos por palavras, ou seja, uma metáfora. Para o autor, portanto, a metáfora não implica apenas numa troca entre palavras, mas na atribuição de propriedades e essências a substâncias e objetos físicos.⁴²⁵ Em sua natureza como operação do pensamento, a conexão entre o que pode ser pensado e o que é percebido adquire um caráter ético, e todo texto procura “forçar” sua visão de mundo como realidade.⁴²⁶

A metáfora e os demais tropos linguísticos, entretanto, escapam a esta teia confeccionada pelo caráter autoritário de todo discurso. Em outra passagem, Paul de Man sugere que as propriedades e essências filosóficas “não tratam de ontologia, das coisas como elas são, mas de autoridade, das coisas como se decreta que elas sejam”.⁴²⁷ O uso figurado da linguagem, no entanto, exerce uma função de zombaria frente à pretensão autoritária da filosofia:

nós não temos como definir ou policiar as fronteiras que separam o nome de uma entidade do nome de outra; tropos não são apenas viajantes, eles tendem a ser contrabandistas ou prováveis contrabandistas de bens roubados destes. O que torna tudo ainda mais difícil é que não existe meio para descobrir se o que eles fizeram foi com uma intenção criminosa ou não.⁴²⁸

O uso figurado da linguagem indica que sempre algo escapa na realização do discurso, algo que não estava previsto tanto por aquele que o profere quanto pela situação enunciativa em que o faz. Como contrabandistas de ideias, a atuação dos tropos escapa à própria consciência daquele que utiliza a língua. Não existe maestria no manejo da linguagem que evite este excesso (ou esta ausência) que eles carregam.

É pertinente considerar a inversão quase total da retórica conduzida pela reflexão sobre a linguagem e a metáfora. Se antes a retórica era uma

habilidade cujo domínio levava ao controle do discurso, agora ela é um meio para reconhecer a insuficiência de qualquer tentativa de controle sobre o uso do discurso. Trata-se de um fato significativo na história da retórica, pois se ela se originou em meio a “disputas que diziam respeito à propriedade”, agora passa a designar a *impropriedade* inerente à linguagem em ação.⁴²⁹ A retórica como arte capaz de encontrar a adequação entre as palavras e as coisas transforma-se no reconhecimento, às vezes irreverente, da impossibilidade de qualquer discurso se alçar acima das limitações e possibilidades estabelecidas pela linguagem. É também por este motivo que o estudo da retórica, na reflexão contemporânea, transforma-se em *desconstrução*, pois tende a desconfiar das pretensões de estabelecimento de um contato privilegiado entre discurso e realidade.

A tropologia

O estudo dos tropos se tornou uma das tendências dominantes da investigação retórica na segunda metade do século XX, o que não impediu que fosse objeto de crítica por parte de autores próximos a ela.

Segundo Hans Kellner, os trabalhos da segunda metade do século acabaram por “inflar” os tropos para além de sua importância original. Segundo o autor, a tropologia opera por meio de uma série de reduções da retórica. Primeiro, da retórica à própria tropologia, o que implica na subordinação da invenção à elocução; segundo, a redução dos aspectos elocutórios à “figuração”; terceiro, a redução da variedade dos tropos aos binômios metáfora/metonímia ou similaridade/contiguidade; quarto, a metáfora subsume a metonímia e ganha o estatuto de “tropo dos tropos”.⁴³⁰

O elenco dos tropos, além disso, muitas vezes é tratado sem rigor, e muitas vezes não se percebe que eles engendram um processo narrativo, pois os tropos se sucedem até o triunfo de um deles.⁴³¹ O que se estabelece, então, é o “tropo da tropologia”, que é considerada um modo de entender ou figurar todo processo de pensamento.

Para finalizar este item, gostaríamos de abordar o trabalho de

424 DE MAN, Paul. *The Epistemology of the Metaphor...* Op. cit., p. 45.

425 *Ibidem*, p. 41.

426 *Ibidem*, p. 40-41.

427 *Ibidem*, p. 39.

428 *Ibidem*.

429 WELLBERY, David. *Neo-retórica e desconstrução...* Op. cit., p. 43.

430 KELLNER, Hans. *Language and Historical Representation...* Op. cit., loc. 4950

431 *Ibidem*, loc. 5326.

Hayden White como exemplo de elaboração da tropologia para o estudo da história. Os estudos do historiador norte-americano compartilham muitos dos pressupostos com a reflexão sobre a linguagem e a metáfora que vimos nas últimas páginas. Neste sentido, os tropos linguísticos, para White, não são apenas estéticos mas também cognitivos, pois o próprio ato de conhecer é de natureza tropológica. Como afirma em determinado momento, a compreensão é “um processo de tornar familiar o não-familiar” por meio de uma série de padrões que condicionam como o estranho pode ser incorporado ao conhecido – este padrão são os tropos.⁴³²

O trabalho do historiador é pensado, logo, como uma espécie de “tradução” da linguagem das fontes para o idioma corrente do historiador que é realizada por meio do arcabouço criado pela definição da matéria a ser tratada, de como os elementos que a compõem estão interligados, qual o sentido que o historiador encontra para eles e como eles podem ser apresentados de uma maneira inteligível para o público. Esta complexa sequência de procedimentos teórico-metodológicos é sistematizada por Hayden White na estrutura de análise do discurso histórico elaborada em seu mais conhecido livro, *Meta-história*. Segundo o historiador norte-americano, o trabalho do historiador começa com a *crônica*, ou os eventos em estado bruto, da qual é abstraída uma *estória*, na qual se estabelecem os nexos entre os acontecimentos. Depois, segue-se o *emplotment*, vertido em português como *modo de elaboração do enredo*, etapa que indica o enquadramento da história narrada segundo uma das categorias gerais que servem de arquétipo para as narrativas, como a sátira, a tragédia, o romanesco e o cômico.⁴³³ Após o *emplotment*, há a aplicação de um *modo de argumentação*, com o qual se estabelecem as cadeias de juízos que explicam a história. Por último, o *modo de implicação ideológica*, ou seja, a postura ética assumida pelo historiador ao narrar sua história.⁴³⁴ Esta longa sequência de encadeamentos estéticos, lógicos e cognitivos lhe permite dar conta do “problema do historiador”, qual seja, a elaboração de um

protocolo linguístico preenchido com as dimensões léxicas, gramaticais, sintáticas e semânticas, por meio do qual [o historiador] irá caracterizar o campo [histórico], e os elementos nele contidos, nos seus próprios termos (e não nos termos em que vêm rotulados nos documentos) e assim prepará-

432 WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso...* Op. cit., p. 18.

433 Idem. *Meta-história...* Op. cit., p. 23.

434 *Ibidem*, p. 36.

los para a explicação e representação que posteriormente oferecerá deles em sua narrativa.⁴³⁵

O texto histórico é uma criação verbal que resulta de um “ato poético” pelo qual os elementos que compõem o campo histórico são prefigurados no decorrer da atividade de escrita.⁴³⁶

Esta estrutura da produção retórico-poética da história encontra na narrativa seu objeto principal. Segundo Hayden White, a

narrativa histórica serve de mediadora entre, de um lado, os acontecimentos nela relatados e, de outro, a estrutura de enredo pré-genérica, convencionalmente usada em nossa cultura para dotar de sentido os acontecimentos e situações não-familiares.⁴³⁷

A narrativa perfaz o processo de transformar o desconhecido em conhecido; como este processo é tropológico, pode-se dizer que a narrativa histórica é uma “metáfora de longo alcance”:⁴³⁸

como estrutura simbólica, a narrativa histórica não *reproduz* os eventos que descreve; ela nos diz a direção em que devemos pensar acerca dos acontecimentos e carrega o nosso pensamento sobre os eventos de valência emocionais diferentes. A narrativa histórica não *imagina* as coisas que indica: ela *traz à mente* imagens das coisas que indica, tal como faz a metáfora.⁴³⁹

Para White, como o historiador tem de realizar a transição do não-sabido ao sabido, a linguagem figurada é uma dimensão inescapável de seu trabalho.⁴⁴⁰ Na ausência de uma linguagem técnica, precisa e sem ambiguidades, os tropos vêm em socorro para apreender as “operações pelas quais os conteúdos de experiência que resistem à descrição [...] podem ser prefigurativamente compreendidos e preparados para a apreensão consciente”.⁴⁴¹ Os tropos escolhidos por White são quatro, a metáfora, a metonímia, a sinédoque e a ironia, os quais são todos aspectos da metáfora, mas figuram a realidade cada um de modo diferente.⁴⁴²

435 WHITE, Hayden. *Meta-história...* Op. cit., p. 45.

436 *Ibidem*.

437 WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso...* Op. cit., p. 105.

438 *Ibidem*, p. 107.

439 *Ibidem*, p. 107-108.

440 *Ibidem*, p. 111.

441 WHITE, Hayden. *Meta-história...* Op. cit., p. 46-48.

442 *Ibidem*, p. 48.

Na opinião de Paul Ricoeur, o intento de Hayden White é melhor compreendido como o estabelecimento de uma “poética cujo tema é a imaginação, mais precisamente a imaginação histórica”.⁴⁴³ Como poética, o objetivo é indicar as condições de possibilidade e as características recorrentes que estruturam os textos que recebem o título de “históricos”. O parecer do filósofo francês é pertinente, entretanto, como uma avaliação das transformações que a linguística e a tropologia impuseram à retórica, principalmente o colapso das fronteiras entre a retórica e a poesia.⁴⁴⁴ Isso é perceptível no caso do próprio White, quando afirma, por exemplo, que os tropos são uma “teoria linguístico-retórico e poética dos signos”,⁴⁴⁵ ou que eles fornecem uma “teoria geral da linguagem poética”.⁴⁴⁶ Este colapso da diferença entre retórica e poética indica, no entanto, o caráter transdisciplinar da própria retórica, que atravessa os diferentes campos do saber e aponta as similaridades, muitas vezes ocultas, entre eles. Este questionamento das fronteiras disciplinares traz como dividendo o ato de escrita como objeto privilegiado de análise e pensamento – e a escrita é o que tanto o historiador quanto o ficcionista compartilham.

Retórica, poética e recepção

Nas páginas iniciais de um pequeno livro publicado no ano de 1968, em francês, e traduzido para o português quatro anos mais tarde sob o nome de *Estruturalismo e poética*, o crítico literário de origem búlgara Tzvetan Todorov apontou a existência de duas atitudes possíveis na análise do texto literário. Na primeira atitude, a obra é o fim último da análise, o que significa que ela é vista

antes como uma construção verbal que como a representação de uma realidade; e busca-se a explicação de suas particularidades nas relações que entretêm seus elementos constitutivos, ou nas relações que ela própria tem com outras obras.⁴⁴⁷

Constrói-se a obra como objeto dotado de autonomia e o objetivo do crítico é “permanecer tão próximo quanto possível da obra propriamente

dita”,⁴⁴⁸ o que é realizado com o fito de descrever a obra “por ela e em si mesma”.⁴⁴⁹ Essa é uma atitude próxima ao pressuposto do texto literário como contexto linguístico autônomo que está presente no pensamento de I. A. Richards e nos estudos pertencentes ao *New Criticism*.

A segunda atitude é a que “considera a obra literária como manifestação de alguma ‘outra coisa’”.⁴⁵⁰ Nesse caso, parte-se destas “manifestações particulares” que são as obras de literatura para chegar a “estruturas (ou propriedades, ou essências, etc.) abstratas, que constituem o verdadeiro objeto desse tipo de reflexão”.⁴⁵¹ “Não é a obra literária em si”, afirma Todorov, “que constitui o objeto da atividade estrutural”, pois

o que esta interroga são as propriedades desse discurso particular que é o discurso literário. Qualquer obra só é considerada, então, como a manifestação de uma estrutura abstrata mais geral, de que não é mais que uma das realizações possíveis. Nesse particular, tal ciência se preocupa não mais com a literatura real, mas com a literatura possível, em outras palavras: com essa propriedade abstrata que faz a singularidade do fato literário, a *literariedade*.⁴⁵²

Apenas esta última atitude pode merecer o nome, defende Todorov, de “poética estrutural”.⁴⁵³

É preciso entender as afirmações de Todorov contra o pano de fundo do ambiente intelectual francês de sua época, no qual o estruturalismo era uma das tendências dominantes, senão a tendência dominante. Embora o estruturalismo tenha designado um amplo conjunto de iniciativas intelectuais, pode-se dizer que seu pressuposto comum é a aplicação do modelo linguístico saussuriano ao estudo da cultura. A aproximação entre o estudo da cultura e o estudo da língua, perceptível tanto nos trabalhos pioneiros de Claude Lévi-Strauss (1908-2009), iniciados já na década de 1940, quanto na obra de Roman Jakobson na década seguinte, transforma a cultura num análogo da língua, sob a noção linguística de *paradigma*. A cultura é pensada como um sistema

443 RICOEUR, Paul. A memória... *Op. cit.*, p. 263.

444 GENETTE, Gerard. Figure III... *Op. cit.*, p. 24.

445 WHITE, Hayden. *Tropos do discurso...* *Op. cit.*, p. 24.

446 WHITE, Hayden. *Metahistória...* *Op. cit.*, p. 52.

447 TODOROV, Tzvetan. *Estruturalismo e poética*. São Paulo: Cultrix, 1972, p. 12.

448 TODOROV, Tzvetan. *Estruturalismo e poética...* *Op. cit.*, p. 13.

449 *Ibidem*, p. 12.

450 *Ibidem*, p. 14.

451 *Ibidem*, p. 14.

452 *Ibidem*, p. 15-16.

453 *Ibidem*, p. 15.

de signos – ou símbolos – que estruturam as impressões inconscientes e profundas do ser humano – e as manifestações particulares, como os costumes ou as obras literárias, seriam consolidações deste imaginário latente na cultura. O que isso implica, no entanto, como método para a análise das obras literárias?

Em um pequeno texto publicado em 1963, Roland Barthes procede ao que pode ser entendido como uma síntese do que seria o estruturalismo como “método” de análise. Segundo o autor,

o fim de toda atividade estruturalista, seja ela reflexiva ou poética, é de reconstruir um “objeto”, de maneira a manifestar nesta reconstituição as regras do funcionamento (as “funções”) deste objeto.⁴⁵⁴

O termo “função” é relevante porque indica que os significados não são considerados como estáticos ou dados de antemão, pelo contrário, a significação é um processo que ocorre de acordo com as possibilidades de um dado sistema cultural. Os significados não se referem às representações ou conteúdos culturais, mas a função que eles assumem em determinado sistema. Com isso, a análise procede primeiro a uma “decomposição” do objeto em partes menores e elementares e, depois, a uma reconstrução ou “arranjo” pelo qual se evidencia, a partir da abstração das funções, a *forma* que estas assumem dentro do sistema da obra ou da língua.⁴⁵⁵

As *formas* são regras de combinação entre os elementos deste sistema e ela “permite à contiguidade das unidades não aparecer como um puro efeito do acaso”, pois a “obra de arte é aquilo que o homem arranca ao acaso”.⁴⁵⁶ Em outras palavras, a obra de arte é uma construção de sentido. “Isso é novo?” pergunta-se Barthes, ao que responde, “Numa certa medida sim”,

certamente, o mundo não deixou de refletir sobre ele mesmo e de procurar o sentido do que lhe é dado e do que ele produz: o que é novo, é um pensamento (ou uma “poética”) que procura menos assinalar sentidos plenos aos objetos que ele descobre, que saber como o sentido é possível, a que preço e segundo que vias.⁴⁵⁷

No que toca a obra literária, o resultado é uma análise interessada mais na descrição das relações internas da obra – por isso dedicada ao

454 BARTHES, Roland. O método estruturalista... *Op. cit.*, p. 58-59.

455 *Ibidem*, p. 60-61.

456 *Ibidem*, p. 61.

457 *Ibidem*, p. 62.

fenômeno da textualidade ou da literariedade – do que nas intenções do autor.

Novidade ou não, foi notado na própria época que o estruturalismo tornava novamente válido o vocabulário conceitual associado às figuras e categorias retóricas. Segundo o historiador britânico Stephen Bann, ainda que os termos da retórica voltem a ser utilizados, é “necessário apontar a radical diferença” de procedimento que existe entre o estruturalismo e a retórica antiga:

assim como a figura retórica não pode mais ser vista como um ornamento ou um desvio, do mesmo modo o papel do crítico não é mais apenas identificá-la ou descrevê-la.⁴⁵⁸

A ênfase muda para a análise, e as figuras retóricas “se apresentam ao crítico não como categorias descritivas mas como estratégias para serem postas em operação”.⁴⁵⁹ Este foco no processo de análise e no uso de estratégias interpretativas permite construir uma espécie de nova ciência, a *poética*, ainda que isto seja feito por meio da retórica. Como afirma Tzvetan Todorov ao encerrar o livro *Estruturalismo e poética*, a obra literária é o caminho pelo qual a poética constrói seu objeto próprio, que é a teoria da literatura.⁴⁶⁰

Nesse panorama, os gêneros literários são uma forma de testar os limites da poética. Percebe-se a retomada da retórica na própria afirmação da existência dos gêneros. O romantismo rompera o sistema retórico dos gêneros literários afirmando a originalidade autoral e a incomparabilidade da obra literária.⁴⁶¹ Este discurso serviu para embasar até mesmo o modernismo literário, reivindicando-se a inexistência de qualquer “intermediário entre a obra particular e a literatura inteira, gênero derradeiro”, isso porque “a evolução da literatura moderna consiste precisamente em fazer de cada obra uma interrogação sobre o ser da literatura”.⁴⁶² Todavia, pode-se dizer também que “Nunca houve

458 BANN, Stephen. Structuralism and the revival of rhetoric. *The Sociological Review*, v. 25, p. 70, 1977.

459 *Ibidem*.

460 TODOROV, Tzvetan. *Estruturalismo e poética*... *Op. cit.*, p. 117-118.

461 SCHAEFFER, Jean-Marie. Du texte au genre. In: GENETTE, Gerard; TODOROV, Tzvetan [et. al.]. *Théorie des genres*. Paris: Éditions du Seuil, 1986, p. 195.

462 TODOROV, Tzvetan. *Os gêneros do discurso*. São Paulo: Martins Fontes, 1980, p. 43.

literatura sem gêneros”,⁴⁶³ pois os gêneros literários são codificações do uso da língua que condicionam como a obra será escrita ou recebida.⁴⁶⁴

Os gêneros

Existem outras teorizações que aproximam a retomada da retórica e a reavaliação dos gêneros discursivos.

Uma delas é a de Northrop Frye, em Anatomia da crítica, publicado originalmente em 1971. Para o crítico canadense, a retórica é a combinação entre persuasão (melos) e ornamento (opsis) e a diferença entre os gêneros não é dada pela matéria que tratam, mas pela relação que o autor estabelece com o auditório. Desse modo, ele distingue quatro gêneros, épica, ficção, drama e lírica. No primeiro, o autor fala diretamente com o público; no segundo, autor e público se escondem um do outro; no terceiro, o autor está ausente da apresentação do texto e o público recebe o escrito diretamente; no quarto, o público está “escondido” e a mensagem é ouvida por sobre os demais interlocutores.⁴⁶⁵

Outra proposta é a de Alcir Pécora,⁴⁶⁶ muito a partir dos trabalhos de João Adolfo Hansen sobre a sátira seiscentista.⁴⁶⁷ Para Pécora, os escritos realizados sob o modelo retórico não se prestam nem a serem analisados de acordo com sua relação com a sociedade tampouco com a subjetividade do autor. O critério para sua análise é a adequação com o gênero. Os gêneros são convenções que modulam como os textos serão escritos e recebidos, estabelecendo as relações de verossimilhança (decoro) próprias a cada espécie de obra literária. No caso da produção literária pré-moderna, eles são adequados para compreender escritos nos quais a distinção entre forma e conteúdo, ou interesse e contemplação, não se coloca, pois cada gênero distingue o que pode ser dito (conteúdo) e como deve ser

⁴⁶³ *Ibidem*, p. 46.

⁴⁶⁴ *Ibidem*, p. 49-50.

⁴⁶⁵ FRYE, Northrop. *Anatomy of Criticism: Four Essays*. Princeton: Princeton University Press, 2000, p. 243-337.

⁴⁶⁶ Cf. PÉCORA, Alcir. *Máquina de gêneros: novamente descoberta e aplicada a Castiglione, Della Casa, Nóbrega, Camões, Vieira, La Rochefoucauld, Gonzaga, Silva Alvarenga e Bocage*. São Paulo: EdUSP, 2001

⁴⁶⁷ Cf. HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho... Op. cit.*

dito (forma) de acordo com suas convenções genéricas.⁴⁶⁸

Na crítica literária francesa, os gêneros literários retornam à teorização não mais como modelo-ideal a partir do qual as obras são avaliadas, o que o crítico Jean-Marie Schaeffer denomina “exterioridade genérica”,⁴⁶⁹ mas sim como um aspecto imanente dos textos, perceptível por meio da leitura e presente em sua construção textual.⁴⁷⁰ Esta constatação transforma a classificação dos gêneros num processo ativo, e não mais na aplicação de categorias já formadas a textos que possuem ou não semelhanças, tornando-as passíveis de serem julgadas de acordo com sua adequação ou desvio aos preceitos ou modelos do gênero. Sendo assim, mesmo os grandes textos ou as obras dotadas de grande originalidade carregam os traços dos gêneros literários, ainda que o façam para questioná-los ou problematizá-los.⁴⁷¹

Ainda que não esteja diretamente relacionada a isso, a reflexão sobre os gêneros literários ajudou a pavimentar o trajeto para a reintrodução do leitor na teoria literária. Desenvolvimento semelhante estava sendo feito na Alemanha, a partir dos encontros do grupo *Poetik und Hermeneutik*, iniciados em 1966. Embora seja difícil lhe conceder uma pauta única de discussões, especialmente considerando-se a diversidade das disciplinas às quais seus membros pertenciam – o historiador Reinhart Koselleck foi um de seus integrantes –, pode-se dizer que a insatisfação com os moldes da história literária tradicional motivaram alguns dos interlocutores a procurarem outros meios de pensá-la. Partindo da hermenêutica de Hans Georg Gadamer (1900-2002), autores como Hans Robert Jauss, Wolfgang Iser e Karlheinz Stierle passaram a conceber o texto literário não como um objeto estético autônomo, cujo significado é intrínseco ao texto, tampouco como meramente determinado pelo contexto social ou pela biografia do autor. Pelo contrário, o texto possui uma historicidade própria, de modo que seu sentido não é resultado apenas da intenção do autor, mas é constituído pelas diferentes leituras a que é submetido. Este processo foi chamado de *recepção*.

⁴⁶⁸ PÉCORA, Alcir. *Máquina de gêneros... Op. cit.*, p. 11-16.

⁴⁶⁹ SCHAEFFER, Jean-Marie. *Du texte au genre... Op. cit.*, p. 190.

⁴⁷⁰ *Ibidem*, p. 186-187.

⁴⁷¹ SCHAEFFER, Jean-Marie. *Du texte au genre... Op. cit.*, p. 204.

A estética da recepção faz uso de categorias caras também aos historiadores, principalmente àquelas derivadas da hermenêutica, como horizonte de expectativa. Para o texto literário, isso significa que, se a *fusão de horizontes* não é possível, caso contrário autor e leitor teriam a mesma perspectiva, abstraindo assim a historicidade do texto, pode-se dizer que o texto é atualizado de acordo com as diferentes leituras, cada uma respondendo a seu horizonte específico. A leitura, portanto, é um ato dinâmico, que contribui para a variação no modo como os textos são entendidos ao longo do tempo.

Eventualmente, o projeto da estética da recepção se tornou muito mais amplo, englobando não apenas o questionamento da história da literatura,⁴⁷² mas também a reflexão sobre o próprio enunciado literário,⁴⁷³ assim como a leitura e o estatuto da ficção.⁴⁷⁴ Para os nossos propósitos, por mais diversas que a poética estrutural e a estética da recepção sejam entre si, ambas apontam, primeiro, para a relação entre norma e concretização do uso da palavra, tema de especial interesse para a continuidade e a validade da tradição retórica; segundo, as duas permitem compreender, com maior ou menor grau de abstração, que o texto literário não existe sozinho, pois ele faz parte de um ordenamento discursivo que inclui os demais gêneros, no caso da poética estrutural, ou abarca também os leitores e o aparato da crítica estabelecida, como na estética da recepção; terceiro, por este caminho, retoma-se algo da noção de auditório, isto é, da comunidade de ouvintes e leitores que fazem o texto ser não somente uma criação subjetiva, mas intersubjetiva. Em outras palavras, elas retomam a perspectiva, cara à retórica, de que todo enunciado, por mais particular que seja ao sujeito que o realiza, é parte de uma situação na qual ocorre a comunicação.

Embora relativamente distantes da historiografia, os problemas levantados aqui incidem sobre o modo de leitura das obras literárias no entrecruzamento de suas condições históricas de realização e os sentidos

⁴⁷² Cf. JAUSS, Hans-Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática, 1994.

⁴⁷³ Cf. STIERLE, Karlheinz. O que significa a recepção de textos literários? In: COSTA LIMA, Luiz (org.). *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 57-85.

⁴⁷⁴ Cf. ISER, Wolfgang. *O ato da leitura: uma teoria do efeito estético*. São Paulo: Editora 34, 1999; *Idem. O fictício e o imaginário: perspectivas de uma antropologia literária*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1996.

que ganham pelos leitores que vieram depois, inclusive o crítico ou teórico moderno. Por isso, eles também dizem respeito à maneira como os historiadores leem suas fontes ou, dito de outro modo, o papel da retórica na construção dos textos que servem de evidências para os historiadores.

Retórica(s), linguagem e os debates historiográficos do século XX

Uma vez que estudamos os caminhos pelos quais a retórica efetuou seu retorno às ciências humanas, podemos apreender os impactos que este regresso causou – muitas vezes sob a forma do giro linguístico – na escrita da história. Entre a defesa dos protocolos que assinalam a atividade do historiador a posição de assegurar a existência factual do passado e a pretensão de compreender o ofício do historiador como um trabalho da linguagem, a retórica se torna um termo contestado. Em certa medida, o teor polêmico que a retórica assume se deve à sua justaposição parcial com o giro linguístico, de modo que uma das contribuições que analisaremos nas próximas páginas – aquela de Carlo Ginzburg – procura justamente anunciar uma definição de retórica que seja oposta ao que qualifica como as “teses céticas” recentes.⁴⁷⁵ O que se encontra em jogo é o estatuto da história como conhecimento e o elemento ético presente na representação histórica diante de acontecimentos e situações que a desafiam.

Ao longo desta seção, passaremos ainda que brevemente ao longo de três debates nos quais a retórica e a linguagem tiveram papel fundamental. O primeiro é o debate em torno do papel da narrativa na compreensão histórica. Depois, estudaremos o papel da retórica na reavaliação da história intelectual de língua inglesa. Por último, o tenso debate em torno da referencialidade histórica e dos perigos do relativismo.

Compreensão e explicação

O desenvolvimento de um paradigma científico positivo na passagem do século XIX para o XX “progressivamente rebaixou o modo narrativo de representação” como meio válido para a descrição de seus objetos, isto porque o “modo de representação narrativo é tão natural à consciência humana [...] que seu uso em qualquer campo de estudo que aspira ao estatuto de ciência se torna suspeito”.⁴⁷⁶ O confronto com as

⁴⁷⁵ GINZBURG, Carlo. *Relações de força...* Op. cit., p. 47.

⁴⁷⁶ WHITE, Hayden. *The Content of the Form...* Op. cit., p. 26.

ciências sociais e a emergência do marxismo visaram solucionar o problema do estatuto da história como conhecimento científico justamente sobre o ponto cego da narrativa.

O caso da historiografia francesa é emblemático neste sentido. A tradição dos *Annales* foi construída por meio da deslegitimação da historiografia narrativa oitocentista. Segundo a análise de Paul Ricoeur, entretanto, é apenas “através da crítica de uma história política, que destaca o indivíduo e o acontecimento, que se faz a crítica da história-narrativa”, de modo que “o mais surpreendente” na condenação que os historiadores dos *Annales* fizeram da historiografia que lhes antecedeu é o fato de que “a noção de narrativa nunca seja interrogada em si mesma, tal como o são o primado da história política e o do acontecimento”.⁴⁷⁷ Contribui para este ocultamento da narrativa um terceiro motivo, qual seja, a consolidação das fronteiras entre história e literatura, desmotivando qualquer aproximação entre uma história-problema, de caráter científico, e as representações ficcionais ou literárias do passado.

Por esses motivos, não deixa de ser estranho que o problema da narrativa tenha ocupado tanto a reflexão acerca do conhecimento histórico nas décadas intermediárias do século XX. Como se fosse uma espécie de refluxo da constituição do campo historiográfico moderno ao longo da primeira metade do século, o debate acerca da narrativa acaba por levar ao questionamento do próprio lugar do conhecimento histórico entre as práticas científicas válidas. O problema ocupou tradições de pensamento distintas dos dois lados do Atlântico. No caso norte-americano, tratou-se de um debate travado na filosofia analítica e na filosofia da ciência, enquanto no contexto francês, ocupou a relação entre estruturalismo e história. Veremos rapidamente quais foram os termos do debate.

Na filosofia analítica norte-americana, entre as décadas de 1950 e 1970 surgiu uma série de trabalhos que procuravam compreender o caráter peculiar do conhecimento histórico. Entre esses, pode-se citar o livro *Laws and Explanation in History* (1957), de William H. Dray (1921-2009), assim como seu artigo *On the nature and role of narrative in historiography* (1971), o livro *Analytical philosophy of Science*, de Arthur Danto (1924-2013), publicado em 1965 e os artigos *The autonomy of historical understanding* (1965) e *History and fiction as modes of comprehension* (1970), de autoria de

Louis O. Mink (1921-1983). Estes trabalhos tinham como objeto principal o estatuto da explicação histórica e sua relação com a forma narrativa assumida pelo saber histórico.

O problema encontrava-se na concepção “nomológica” de ciência que presidia o entendimento de como as explicações científicas funcionam. A rigor, estas teses dizem respeito ao papel que leis gerais exercem na obtenção do conhecimento. Segundo esta perspectiva, explicar significa remeter fenômenos particulares a abstrações mais amplas que possam torná-los compreensíveis. Os modelos científicos permitiriam, então, compreender não apenas determinado fenômeno em sua ocorrência específica como também prever quando aconteceriam novamente, tal como funciona, por exemplo, nas ciências físicas ou naturais. Este caráter da explicação científica estaria presente na própria denominação do modelo, “nomológico”, que provém de *nomos*, ou seja, “lei”, em grego.

Não é preciso muito para perceber a dificuldade em aplicar o mesmo conceito de lei científica ao conhecimento histórico. Da maneira como o problema é formulado, pode-se perceber a recorrência da separação feita por Dilthey entre as “ciências da natureza” e as “ciências do espírito”. No que concerne à filosofia da ciência norte-americana do século XX, entretanto, o encontro com a história levou à desagregação do próprio modelo nomológico, ocasionando a separação da ideia de lei da noção mais ampla de explicação.⁴⁷⁸

O principal problema para a aplicação de leis à explicação histórica seria o caráter único dos acontecimentos históricos, em tese não passíveis de repetição. Seriam necessárias condições exatamente semelhantes às que aconteceram em determinada ocasião para que uma explicação válida a um evento servisse também para outro.⁴⁷⁹ Esta impossibilidade levou à necessidade de fazer ajustes no conceito de explicação científica, os quais são perceptíveis no texto de William H. Dray. Segundo o filósofo de origem canadense, o caso da ciência histórica revela a existência de uma cisão entre um modelo “forte” e um “fraco” de ciência; para o modelo fraco, as explicações estão ligadas aos eventos particulares, tornando-se ilustrações de uma *covering law*, uma espécie de lei que permite dar conta de casos particulares. Para os defensores do modelo nomológico, afirma

⁴⁷⁸ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. v.I... *Op. cit.*, p. 203.

⁴⁷⁹ *Ibidem*, p. 203-204.

⁴⁷⁷ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. v.I... *Op. cit.*, p. 169.

Paul Ricoeur na detalhada exposição do debate que faz no primeiro volume de *Tempo e narrativa*, a narrativa “era um modo de articulação elementar e pobre demais para pretender explicar”, de modo que ela possuía um “caráter apenas episódico e nenhum caráter configurante”.⁴⁸⁰ Em outras palavras, a explicação histórica, de caráter narrativo, é secundária em relação à explicação científica no que toca ao rigor e à validade.

Esta valoração é invertida entre os proponentes das teses “narrativistas”, para os quais o relato fornece um modo válido de explicação científica. Para um autor como Arthur Danto, a narração histórica já seria uma espécie de explicação,⁴⁸¹ enquanto Louis O. Mink avança a tese de que a narrativa seria uma forma totalizante que realiza uma *compreensão* (no original, *comprehension*) pela qual se estabelecem relações entre elementos desconexos ou discordantes.⁴⁸² A proposta narrativista procura defender a narrativa como modo de explicação válido próprio à história. É no conjunto deste debate que Hayden White faz sua contribuição; não é à toa, portanto, que ele defenda o recurso aos tropos para a compreensão histórica com o argumento de que somente uma “inteligência voluntariosa e tirânica poderia acreditar que o único tipo de conhecimento a que podemos aspirar é o representado pelas ciências físicas”.⁴⁸³

Na opinião de Paul Ricoeur, no entanto, o debate travado na filosofia analítica norte-americana tem dificuldade em pensar a narrativa para além da relação cronológica de eventos estabelecida pelos relatos de caráter factual, com a consequência de estar pouco atenta aos desdobramentos da própria historiografia que superaram este modo de exposição histórica.⁴⁸⁴ É necessário tecer os nexos entre o momento de narrar e o de explicar, caso contrário a narrativa ainda se situa como uma espécie de explicação “fraca”, subordinada às leis gerais do modelo nomológico.⁴⁸⁵ Por fim, seria uma das inadequações deste modo de proceder filosófico ao abordar a história, reduzir a compreensão do discurso às proposições que o compõem, removendo o elemento propriamente narrativo e temporal da

história em busca de uma lógica capaz de sustentar a validade de suas frases.⁴⁸⁶ É preciso mencionar que, nas últimas décadas, esta abordagem tem sido retomada, com resultados variados, pelo teórico da história Frank R. Ankersmit.⁴⁸⁷

Do outro lado do Atlântico, o problema da narrativa foi colocado indiretamente a partir da disputa em torno do conceito de estrutura, no qual se opuseram, como representantes maiores de suas tradições intelectuais, o antropólogo Claude Lévi-Strauss, para a antropologia, e o historiador Fernand Braudel, para os *Annales*. O diálogo, por vezes conturbado, entre história e antropologia se iniciara já em 1949, ano em que foram publicados, simultaneamente, a tese de Braudel, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*, e o artigo de Lévi-Strauss, “História e etnologia”, depois republicado em *Antropologia estrutural*, de 1958. Para Braudel, tratava-se de reclamar o conceito de estrutura para os historiadores, considerando-a sob o viés da *longa duração*, enquanto para Lévi-Strauss, tratava-se de mostrar o conceito de estrutura como o que separava o etnólogo – preocupado com os fenômenos inconscientes da cultura – do historiador, que se ocupava dos aspectos conscientes e explícitos da vivência cultural. Esta demarcação de limites acadêmica terminava, no caso de Lévi-Strauss, com uma indicação de que, no futuro, talvez a história se transformasse numa província da antropologia, conforme o historiador deixava de se contentar apenas em “enfiar cronologicamente as dinastias e as guerras no fio das racionalizações secundárias” e passava a se ocupar de fenômenos mais amplos, como a economia.⁴⁸⁸

A narrativa vem somente a reboque do debate acerca da estrutura e seu papel para diferenciar as duas áreas do saber. Este debate ganha contornos dramáticos quando Lévi-Strauss faz sua crítica a Jean-Paul Sartre (1905-1980), *História e dialética*, publicado em *O pensamento selvagem*.⁴⁸⁹ O antropólogo dá vazão à perspectiva que procura descentrar o indivíduo de sua posição privilegiada no interior do pensamento

480 RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. v.1... *Op. cit.*, p. 237.

481 *Ibidem*, p. 246.

482 *Ibidem*, p. 163.

483 WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso...* *Op. cit.*, p. 38.

484 RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. v.1... *Op. cit.*, p. 269.

485 *Ibidem*, p. 246.

486 RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. v.1... *Op. cit.*, p. 266-267.

487 Cf. ANKERSMIT, Frank R. *Narrative Logic. A semantic analysis of the historian's language*. Den Haag: Nijhoff, 1983.

488 LÉVI-STRAUSS, Claude. História e etnologia. In.: LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1973, p. 40.

489 LÉVI-STRAUSS, Claude. História e dialética. In.: LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972, p. 280-306.

histórico e, em sua época, mormente em sua vertente marxista. Para isso, denuncia a identificação entre história e humanismo, pela qual a primeira se transforma num “mito” que garante a permanência da identidade humana e a perspectiva de um progresso a garantir a realização da utopia futura.⁴⁹⁰ Daí procede a tentativa de desmanchar a “pretensa continuidade totalizadora” da história mostrando a inexistência de relações intrínsecas entre os eventos históricos.⁴⁹¹ O processo histórico, se é que ele existe, é composto por um conjunto de acontecimentos dispersos que o historiador e a cultura na qual se insere dá mais ou menos valor conforme se identifica com o que aconteceu no passado.⁴⁹²

Este rompimento do contínuo histórico afeta a pretensão de conhecimento da historiografia, uma pista que é retomada, dez anos mais tarde, pelo historiador francês Paul Veyne em *Como se escreve a história*. Para Veyne, a história é nada mais que uma narrativa verídica,⁴⁹³ e o conhecimento que oferece é limitado ao específico e ao particular; não é possível subsumir suas explicações em leis gerais.⁴⁹⁴ A história é, em suas palavras, uma ciência “sublunar” e procede, sobretudo, do interesse do historiador.⁴⁹⁵

Tanto no caso francês quanto no estadunidense, percebe-se que a reflexão se encontra defronte aporias resultantes dos próprios modelos de conhecimento mobilizados no debate. Sendo assim, ou a história é narrativa e o conhecimento que oferece é secundário, quando nulo, ou suas explicações procedem de elementos mais gerais e abstratos – as leis. Em nenhum dos casos, a narrativa é um veículo de conhecimento suficiente para as pretensões de conhecimento associadas à historiografia, quando não à literatura. Elaborar a síntese entre estas perspectivas e alçar a narrativa a sua posição devida no conhecimento é o objetivo de Paul Ricoeur.

490 *Ibidem*, p. 289-290; 294-295.

491 *Ibidem*, p. 292; 294-295.

492 Cf. IEGELSKI, Francine. *A astronomia das constelações humanas*. Reflexões sobre o pensamento de Claude Lévi-Strauss e a história. Tese (Doutorado em História) FFLCH-USP, São Paulo, 2012.

493 VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: Editora da UnB, 2008, p. 18.

494 *Ibidem*, p. 11-12; 189-190.

495 *Ibidem*, p. 187. Para uma leitura do livro de Veyne ver: RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. v.1... *Op. cit.*, p. 281-289.

O argumento central do filósofo francês em *Tempo e narrativa*, cujo primeiro volume foi publicado em 1983, é o de que o tempo torna-se “tempo humano”

na medida em que está articulado de modo narrativo, e a narrativa alcança sua significação plenária quando se torna uma condição da existência temporal.⁴⁹⁶

O tempo só é compreendido como fator humano quando disposto em forma narrativa, enquanto a narrativa só ganha relevância como meio para a expressão da natureza essencialmente temporal da experiência humana. Para isso, a passagem do tempo à narrativa é operada por meio de uma tripla mimese, a qual configura uma circularidade entre ação e relato.

A primeira etapa (*mimesis I*) é a imitação da ação, a qual depende da capacidade de compreender determinado gesto como possuindo um agente, circunstâncias que o condicionam e uma intencionalidade. Esta primeira etapa da mimese conecta a reflexão sobre a narrativa a uma teoria da ação.⁴⁹⁷ A segunda etapa (*mimesis II*) indica a composição da intriga pela qual os acontecimentos identificados no momento anterior podem receber uma forma específica de história. Segundo o autor,

o arranjo configurante transforma a sucessão dos acontecimentos numa totalidade significante, que é o correlato do ato de reunir os acontecimentos, e faz com que a história possa ser acompanhada,

e que também ganhe um ponto final.⁴⁹⁸ Esta atribuição simultânea de uma forma e um fim para a narrativa situa a *mimesis II* numa fase intermediária entre os acontecimentos e o relato. Ela possui, por isso, função mediadora:

um acontecimento tem que ser mais que uma ocorrência singular. Recebe sua definição de sua contribuição para o desenvolvimento da intriga. Uma história, por outro lado, tem de ser mais que uma enumeração de acontecimentos numa ordem serial, tem de organizá-los numa totalidade inteligível, de modo tal que se possa sempre perguntar qual é o “tema” da história. Em suma, a composição da intriga é a operação que tira de uma simples sucessão uma configuração.⁴⁹⁹

496 RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. v.1... *Op. cit.*, p. 93.

497 *Ibidem*, p. 96 *et. seq.*

498 *Ibidem*, p. 117.

499 *Ibidem*, p. 114.

A última etapa (*mimesis III*) recoloca a narrativa no mundo por meio da leitura (ou da escuta) efetuada por outrem. Neste momento, a narrativa se transforma em instrumento cognitivo, pois torna outras ações identificáveis e compreensíveis segundo os modos que a narrativa tornou compreensíveis por sua figuração.⁵⁰⁰

O esforço teórico de Paul Ricoeur possibilita remover o caráter negativo que assombrava os historiadores desde a condenação aristotélica segundo o qual a narrativa histórica não aborda nada mais do que fenômenos particulares. Assim o *é*, pois o tempo articulado narrativamente trata justamente do que *é* humano e, logo, particular. Entretanto, a conexão entre uma teoria da ação e uma teoria da narrativa permite estabelecer o potencial cognitivo da narração mesmo quando ela se refere ao que *é* único e singular. Outro ganho da proposta de Ricoeur *é* permitir a análise da estrutura narrativa mesmo de obras historiográficas que não se caracterizam pelo relato factual, como ocorre com muito da historiografia no século XX. Por meio da relação entre tempo e narrativa, a obra de Ricoeur articula uma antropologia da experiência histórica do gênero humano, de modo que todo viver histórico *é* também um viver narrado.

Do modo como revelado pela análise de Ricoeur, o problema da legitimidade da narrativa toca na questão da concordância entre os quatro elementos que viemos abordando ao longo deste livro, quais sejam, história, retórica, poesia e filosofia. A este respeito, a questão que se coloca *é* se a realidade já *é* apreendida com sentido narrativo ou, pelo contrário, até que ponto a forma narrativa *é* uma imposição sobre a matéria desordenada dos fatos? Em outras palavras, a realidade faz sentido ou nós *é* que lhe damos um? Nem um nem outro, responderia David Carr, mas algo entre os dois. Por este motivo, gostaria de encerrar este item com uma breve apresentação de sua proposta.

Carr argumenta a favor da continuidade entre a narrativa e o mundo real. Isso não significa que ambas sejam idênticas, mas que ambas são estruturadas, de modo que *é* possível afirmar a analogia entre elas. Já sabemos, desde Aristóteles, que um relato tem início, meio e fim, assim como sabemos, também graças ao filósofo grego, que o real não possui estruturação própria que lhe possa conceder sentido. Como *é* possível afirmar, então, que o mundo *é* estruturado?

⁵⁰⁰ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. v.1... *Op. cit.*, p. 112 et. seq.

Para responder esta questão, o historiador norte-americano recorre à fenomenologia de Edmund Husserl (1859-1938). Seguindo o principal fundamento da fenomenologia, segundo o qual a consciência apreende o mundo de maneira *intencional*, ele sustenta que não percebemos a realidade de modo meramente sequencial, como uma sucessão de antes e depois sem relação entre si, mas o fazemos por meio da projeção e da recordação.⁵⁰¹ Nossa consciência estrutura o mundo, o que encontra expressão material e interpessoal por meio da ação, que não só tem início, meio e fim, como já mostrara Ricoeur, mas também se interrelaciona com outras ações.⁵⁰² Deste modo, o que diferencia a narrativa e o mundo não *é* o fato de um ser estruturado e, o outro pelo contrário, o que os diferencia *é* que a primeira admite o estabelecimento de um ponto de vista externo que permite narrá-la, enquanto o último, não. Toda narrativa tem um narrador, mas o mesmo não se aplica à vida real:

assim, a real diferença entre “arte” e “vida” não *é* a organização *versus* o casos, mas sim a ausência daquele ponto de vista, o qual transforma eventos em estória ao contá-los.⁵⁰³

Não obstante seja formulada a partir da experiência individual, a proposta de Carr rende maiores dividendos quando transposta à ação coletiva dos sujeitos históricos. Para o autor, grupos e comunidades de ação narram a si mesmos assumindo a pessoa de um *nós*, formulando a possibilidade de um relato com narrador coletivo. Esta autonarração do grupo está em processo de constante reconfiguração e permite compreender como ocorre o entrelaçamento entre narração e identidade para grupos sociais.⁵⁰⁴ A perspectiva do historiador norte-americano resulta na valorização de uma perspectiva comunitária para a história, permitindo compreender a relação entre a vivência em grupo e a experiência individual na condução da história.

Ainda que sejam marginais à reflexão sobre a retórica, *é* próprio desta que seus problemas, como já anunciamos na abertura deste livro,

⁵⁰¹ CARR, David. A narrativa e o mundo real: um argumento a favor da continuidade. In: MALERBA, Jurandir (org.). *História & Narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica*. Petrópolis: Vozes, 2016, p234.

⁵⁰² *Ibidem*, p. 236.

⁵⁰³ *Ibidem*, p. 238.

⁵⁰⁴ *Ibidem*, p. 171 et. seq.

refratem-se por inúmeras disciplinas. Entretanto, os problemas da narratologia, da epistemologia e da filosofia da ação são outras formas assumidas por problemas que nos acompanham desde o início de nosso percurso: qual a relação entre o discurso e a realidade? O que isso indica sobre o papel da linguagem? E o que isso diz sobre a história?

Texto e contexto na história intelectual

Outro vetor para a reconsideração da retórica nos estudos históricos foi a história intelectual de língua inglesa. No contexto anglo-americano, a história possui certas especificidades. Seu objeto, em primeiro lugar, são textos, muitas vezes complexos, o que acaba por elidir a distinção entre fontes primárias e secundárias. Como *textos*, estes objetos da história intelectual trazem como problema as condições nas quais foram produzidos, o *contexto*. Um terceiro problema oriundo da natureza textual destas fontes é que elas não se esgotam no momento em que foram publicadas; elas se reatualizam conforme as leituras posteriores, elas mesmas realizadas em outros contextos, inclusive a do historiador. Coloca-se a necessidade de pensar os textos e sua relação com a recepção, até mesmo com a tradição de pensamento que eles estabelecem. Cria-se uma situação ambígua na qual a história intelectual, pelo lado das ideias, compartilha seu objeto com a filosofia, enquanto pelo lado do texto, o divide com a crítica literária.⁵⁰⁵

Muitos destes problemas já haviam sido atacados pela chamada Escola de Cambridge. A contribuição desta linha de pensamento na história intelectual foi trazer o contexto das obras como fator determinante para sua compreensão. O contexto não diz respeito apenas à situação imediata na qual o autor escreve, mas também às tradições de pensamento com as quais dialoga. Esta atenção ao contexto permite qualificar os textos a partir da teoria dos atos de fala, reconhecendo na intenção autoral uma estratégia que procura obter, pela via da persuasão ou do convencimento, o sucesso de determinada visão político-filosófica.

Esta maneira de abordar os objetos da história intelectual não parecia, entretanto, ser mais suficiente no início dos anos 1980, quando a recepção pela academia norte-americana dos debates pós-estruturalistas

⁵⁰⁵ KELLNER, Hans. *Language and Historical Representation...* Op. cit., loc. 5818.

franceses colocavam outra compreensão do fenômeno da textualidade. Os estudiosos do campo foram alguns dos principais interlocutores dos pensadores franceses e foi entre eles que se gestou o reconhecimento de uma tradição intelectual com o nome de giro linguístico.

Segundo o historiador norte-americano Dominick LaCapra, a história intelectual tem de se preocupar em definir de modo simultaneamente mais amplo e preciso o que entende por texto. “Texto”, ele defende, indica um “uso situado da linguagem caracterizado por uma tensa interação entre tendências mutuamente implicadas mas, às vezes, contraditórias”.⁵⁰⁶ A textualidade explicita o problema das relações entre os usos da linguagem, outras práticas de significação e os “modos de atividade humana que estão relacionados à significação”.⁵⁰⁷ Os textos não diferem das demais atividades humanas; pelo contrário, textos são, em uma bela definição, “eventos na história da linguagem”.⁵⁰⁸

Uma visão complexa da textualidade conduz a uma experiência complexa de leitura, problematizando o corte entre texto e contexto. Para LaCapra, o objetivo seria transformar o contexto num instrumento “limitado e crítico na pesquisa histórica”, e não uma salvaguarda para quaisquer interpretações históricas.⁵⁰⁹ O problema se torna mais candente quando se pensa no papel que a linguagem exerce na sociedade. No sentido usual do termo contexto, lembra Hayden White, esconde-se “uma teoria tácita da linguagem, do discurso e da representação” pela qual a tarefa do historiador intelectual é

separar as distorções da realidade presentes em qualquer texto sob análise e que pressupõe a concretude e acessibilidade do contexto histórico original de texto pelo qual certa distorção poderia ser verificada.

Este uso do contexto para identificar as distorções presentes no texto, no entanto, torna-se mais difícil quando se reconhece que

este contexto era ele mesmo acessível apenas através de artefatos verbais e que estes estavam sujeitos às mesmas distorções por conta de sua textualidade quanto a evidência da qual o contexto deveria servir como controle,

⁵⁰⁶ LACAPRA, Dominick. *Rethinking Intellectual History...* Op. cit., p. 26.

⁵⁰⁷ *Ibidem*, p. 27.

⁵⁰⁸ *Ibidem*, p. 65.

⁵⁰⁹ *Ibidem*, p. 16.

de modo que o problema de “identificar elementos ideológicos em dado texto foi estendido também ao conceito de contexto”.⁵¹⁰ O reconhecimento do elemento ideológico no contexto leva à necessidade de compreensão do lugar de fala do historiador, ele mesmo ideológico; por isso, voltando a LaCapra, seria preciso formular uma concepção performativa de história intelectual que resgatasse o caráter político, e não meramente descritivo, da interpretação histórica.⁵¹¹ Com isso, voltamos à retórica.

Em texto intitulado *Retórica e história*, publicado originalmente no livro *History and Criticism*, LaCapra sustenta que o retorno da retórica não levou os historiadores a repensar o papel da retórica de sua própria disciplina.⁵¹² Em boa parte, argumenta ele, esta ausência de reação à retórica se deve à predominância de um “modelo ‘documental’ ou ‘objetivista’ de conhecimento que é tipicamente cego acerca de sua própria retórica”. O que seria este modelo?

Em um modelo documental, a base da pesquisa é o “duro” fato derivado da inspeção crítica das fontes, e o propósito da historiografia é tanto fornecer descrição narrativa, quanto “descrição densa” dos fatos documentados ou submeter o registro histórico a procedimentos analíticos de hipóteses-formação, testes e explanação. [...] Desse modo, todas as fontes tendem a ser tratadas em termos estritamente documentais; ou seja, em termos da proposição factual ou referencial que delas pode ser derivada a intenção de providencial informação sobre tempos e lugares específicos.⁵¹³

O problema, retoma LaCapra, é considerar uma dimensão importante do trabalho do historiador como uma

definição virtual e exaustiva” da historiografia, esquecendo que os documentos são eles mesmos “textos que ‘processam’ ou retrabalham a ‘realidade’ e requerem, por esse motivo, um leitor crítico.⁵¹⁴

No caso da história intelectual, isso se torna ainda mais problemático porque ou tende a abordar a área como um campo marginal da disciplina histórica,⁵¹⁵ ou negligenciar os “grandes” textos em favor daqueles que

510 WHITE, Hayden. *The Content of the Form...* Op. cit., p. 191.

511 LACAPRA, Dominick. *Rethinking Intellectual History...* Op. cit., p. 63.

512 LACAPRA, Dominick. *Retórica e história...* Op. cit., p. 97.

513 *Ibidem*, p. 99.

514 *Ibidem*, p. 100.

515 *Ibidem*.

podem ser reduzidos mais facilmente a seu conteúdo documental, reduzindo-os ao registro histórico.⁵¹⁶

O problema alcança uma dimensão mais profunda quando se percebe que o modelo documental combina a crença na totalidade da história com a garantia de que o historiador possui uma posição-mestra com relação ao passado.⁵¹⁷ Este fundo presente no modo documental de leitura dos documentos leva à polarização entre objetividade descritiva e preconceito subjetivo ou à dicotomia entre narrativa e explicação causal.⁵¹⁸

A retórica traz uma série de implicações para os modos como se leem os documentos. Em uma série de apontamentos finais, Dominick LaCapra afirma que a retórica envolve um entendimento dialógico do discurso e da verdade, em contraste “com a ideia monologal de uma voz autoral unificada”;⁵¹⁹ além disso, a retórica coloca o problema da leitura dos textos, que não podem ser simplesmente reduzidos à sua dimensão documental ou à identificação das representações que fazem de uma determinada realidade.⁵²⁰ Os textos são entidades complexas e o historiador não pode apenas recorrer à paráfrase, reconstruindo o texto com suas próprias palavras, o que pressupõe que ele possui um núcleo de sentido que é mais relevante que outros elementos do mesmo, como o estilo ou sua construção narrativa.⁵²¹ Em última instância, o que se coloca é a necessidade de reconhecer o caráter limitado e condicionado de qualquer interpretação histórica; como afirma LaCapra em sua última observação a respeito da retórica:

deve-se reconhecer de forma efetiva que qualquer tentativa de articular a retórica e uma relação “dialógica” ao passado, incluindo o meu próprio, será irremediavelmente ideológica se ela não indicar seus limites e o problema de transformá-los.⁵²²

516 LACAPRA, Dominick. *Retórica e história...* Op. cit., p. 114; *Idem. Rethinking Intellectual History...* Op. cit., p. 33.

517 *Ibidem*, p. 104.

518 *Ibidem*, p. 105; 111.

519 *Ibidem*, p. 112.

520 *Ibidem*, p. 114.

521 KELLNER, Hans. *Language and Historical Representation...* Op. cit., loc. 5841; 6150.

522 LACAPRA, Dominick. *Retórica e história...* Op. cit., p. 117.

Retórica, referência e relativismo

Os debates em torno à retórica e ao giro linguístico no campo da história atingiram alto grau de polêmica no debate sobre a representação dos eventos traumáticos do século XX, em especial o Holocausto. Como afirma Paul Ricoeur, “a questão dos limites da representação sob suas formas narrativas e retóricas pode tomar a proporção de uma submissão à prova – uma provação – dos limites do próprio projeto de se representar” acontecimentos de tal magnitude.⁵²³ Este debate, que se iniciou com o problema do texto e da representação histórica passou pela questão da referencialidade do texto do historiador e conduziu a uma proposta de reavaliação da própria retórica. Nosso objetivo nas próximas páginas é seguir o curso destas discussões e apontar, mais uma vez, a possível saída apresentada por Ricoeur.

No final da década de 1970, uma série de produtos culturais – como obras literárias, cinematográficas e televisivas – e as investidas dos negacionistas trouxeram a memória do Holocausto como tema relevante para o discurso público. Este processo se intensificou na década seguinte, quarenta anos após a libertação dos campos de concentração e extermínio alemães, com o reconhecimento do envelhecimento dos sobreviventes desta catástrofe e o possível apagamento de suas memórias. A ascensão dos discursos de memória, por sua vez, colocava a questão do passado recente para a construção da identidade nacional. No caso da Alemanha, a “querela dos historiadores” (*Historikerstreit*) trazia como dilema epistemológico o caráter incomparável da experiência nazista e a validade do conceito de totalitarismo; na França, por seu turno, o debate se centrou sobre os processos judiciais que levaram aos tribunais figuras-chave do governo colaboracionista de Vichy. Em torno ao Holocausto e à Segunda Guerra Mundial ergueu-se uma miríade de discursos memoriais, ainda que estes acontecimentos tenham também adquirido o estatuto de eventos traumáticos por excelência. É a partir deste momento que os debates do giro linguístico começam a revelar a existência de uma tensão cultural mais profunda.

Este é o mesmo momento no qual é recebido o chamado “pós-modernismo”, sob cujo nome foram transmitidas tanto a retomada da retórica quanto o giro linguístico. No caso da disciplina histórica, o debate

sobre a representação dos eventos traumáticos colocava um peso moral a “um debate iniciado no plano inofensivo, se não inocente, da semiótica, da narratologia, da tropologia”.⁵²⁴ Como afirma, ainda, Paul Ricoeur,

o acontecimento “nos limites” traz a sua opacidade própria com seu caráter moralmente “inaceitável” [...] – seu caráter de “ofensa moral”. A opacidade dos acontecimentos passa então a revelar e denunciar a da linguagem.⁵²⁵

Os eventos traumáticos tornavam difícil aceitar a relação arbitrária entre discurso e realidade, uma vez que o imperativo da tomada de uma posição ética a seu respeito parecia invalidar a tese segundo a qual todos os discursos se equivalem, isto é, todos são igualmente distorções – o peso do negacionismo indicava que alguns discursos não eram iguais aos outros, pois feriam o posicionamento responsável da disciplina histórica.

Em meio a este contexto, começa a surgir certo mal-estar com relação às teorias que aproximavam história e literatura por meio da noção de textualidade. Para alguns historiadores, estas teorias pareciam questionar os pressupostos básicos que permitiam ao discernir as representações históricas mais adequadas das inapropriadas ou incorretas. É o que se depreende da contribuição de Arnaldo Momigliano intitulada *The Rhetoric of History and the History of Rhetoric*,⁵²⁶ na qual o historiador italiano comentava a obra de Hayden White. Partindo do método como elemento distintivo do discurso histórico, Momigliano argumenta que White parece ter eliminado a busca da verdade como objetivo do trabalho do historiador e, com isso, aproximou a história de maneira perigosa de gêneros para os quais “o controle da evidência é opcional, e não compulsório”.⁵²⁷ Em outro artigo, publicado no ano seguinte, o historiador italiano afirma que existe “certo ceticismo com relação ao valor da evidência” que reduziria todo discurso histórico à ideologia.⁵²⁸

Já vimos, no entanto, que o nível da “realidade” histórica ou o papel da documentação não é negado no trabalho de Hayden White, apenas não é suficiente para garantir que a história possua sentido. Na medida,

524 RICOEUR, Paul. *A memória...* Op. cit., p. 268.

525 *Ibidem*.

526 Cf. MOMIGLIANO, Arnaldo. The rhetoric of history and the history of rhetoric: On Hayden White's tropes. *Contemporary Criticism*, Cambridge, v. 3, pp. 259-268, 1981.

527 *Ibidem*, p. 261.

528 MOMIGLIANO, Arnaldo. History in an Age of Ideologies. *The American Scholar*, v. 51, n. 4, p. 495, 1982.

523 RICOEUR, Paul. *A memória...* Op. cit., p. 268.

porém, em que os eventos traumáticos oferecem dificuldades para ser representados narrativamente e uma vez que narração também significa compreensão, o próprio pensamento de White parece ter dificuldade em encontrar bases seguras para sua teoria ou se desvencilhar do peso do realismo ingênuo que tanto condenara.

Estes problemas se acentuam quando da conferência organizada por Saul Friedländer da qual resultou o livro *Probing the Limits of Representation* (1992). Trazendo o problema de que se o Holocausto poderia ser representado de maneira adequada, a conferência ocasionou o famoso “debate” entre Hayden White e Carlo Ginzburg. Na apresentação de White, a dificuldade em narrar satisfatoriamente o Holocausto impõe a necessidade de escapar dos limites da representação realista da história em direção a outros modos de representação, que ele chama de “modernistas”.⁵²⁹ O que White propõe é uma espécie de narração cujo narrador não se apresente acima, como que organizando os acontecimentos que relata e, por isso, distribuindo-lhes os significados, mas ao rés-do-chão, junto aos episódios que descreve.⁵³⁰

Esta solução não deixa de representar uma redução das categorias do *campo histórico* até ao nível do *registro histórico não processado*, pois o narrador não teria outro objeto ou ponto de vista para sua narrativa além daquele previsto pelos próprios eventos.⁵³¹ O mesmo recurso aos acontecimentos em si aparece em outro texto da mesma época, em que o historiador americano propõe que, diante de acontecimentos difíceis de serem representados, o recurso aos registros e aos testemunhos pode fornecer a representação mais adequada a eles.⁵³² Na contramão de sua teoria, o único meio de representar adequadamente os eventos traumáticos é retirando-lhes a forma narrativa. Encontra-se, neste sentido, um dos limites do narrativismo na própria identificação entre narrar e compreender; como lembra Paul Ricoeur, “A distinção entre [uma narrativa] aceitável e inaceitável não depende da tropologia, mas procede de outra região de nossa capacidade receptiva”, qual seja, da ética.⁵³³

529 WHITE, Hayden. *Figural Realism: Studies in the Mimesis Effect*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2000, p. 50-51.

530 WHITE, Hayden. *Figural Realism...* Op. cit., p. 47.

531 RICOEUR, Paul. *A memória...* Op. cit., p. 269.

532 WHITE, Hayden. *Figural Realism...* Op. cit., p. 67-69.

533 RICOEUR, Paul. *A memória...* Op. cit., p. 269.

Estranhamente, a tese de Hayden White não deixa de ter semelhanças com a de seu oponente, Carlo Ginzburg. Sob o argumento de que mesmo um único testemunho é testemunho suficiente para a escrita da história, o que Ginzburg apresenta é uma defesa da “própria realidade histórica do ponto de vista do testemunho”.⁵³⁴ Ao longo de sua apresentação, Ginzburg procede a uma defesa do papel moral envolvido na atividade do historiador, antes de encaminhar seu texto para a diatribe política contra Hayden White.⁵³⁵ A apresentação de Ginzburg parece encaminhar o debate para uma oposição entre o realismo da historiografia, embasado pelo método, contra a aproximação à ficção feita pelo giro linguístico, centrada no texto e na representação, e que chamará, alguns anos mais tarde, de “teses cétricas”.⁵³⁶ Esta qualificação pretende construir o corte também entre os que pertenceriam à disciplina histórica e os que lhe seriam *outsiders*.⁵³⁷

A controvérsia acabou por chegar à própria retórica, objeto em destaque nos ensaios que compõem o livro *Relações de Força. História, retórica, prova*, de Carlo Ginzburg.⁵³⁸ Segundo o historiador italiano, atualmente é dado como certo que “retórica e prova se excluem reciprocamente”; é seu propósito, portanto, mostrar

- a) que, no passado, a prova era considerada parte integrante da retórica
- e b) que essa evidência, hoje esquecida, implica uma concepção do modo de proceder dos historiadores, inclusive os contemporâneos, muito mais realista e complexa do que a que está hoje em voga.⁵³⁹

No que concerne à retórica, a argumentação de Ginzburg remonta ao texto de Nietzsche que apresentamos acima, *Sobre a verdade e a mentira em sentido extra moral*, a partir do qual ressalta a desestabilização da função referencial da linguagem e a redução da retórica aos tropos.⁵⁴⁰ Na ausência de referencialidade, a retórica escapa à prova ou à verdade e alcança o

534 *Ibidem*, p. 270.

535 GINZBURG, Carlo. *Unus testis – O extermínio dos judeus e o princípio de realidade*. In: GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 210-230.

536 GINZBURG, Carlo. *Relações de força...* Op. cit., p. 13.

537 CEZAR, Temístocles. *Hamlet brasileiro...* Op. cit., p. 442-443.

538 GINZBURG, Carlo. *Relações de força...* Op. cit.

539 *Ibidem*, p. 13.

540 *Ibidem*, p. 31.

relativismo. Para o historiador italiano, o problema do relativismo “é o de escamotear a distinção entre juízo de fato e juízo de valor, suprimindo conforme o caso um ou outro dos dois termos”.⁵⁴¹ Com estas passagens, torna-se claro que o objetivo é atacar simultaneamente aqueles que propõe a aproximação entre história e literatura e os autores ligados à tradição de reflexão sobre a metáfora.

Sem nos determos nos argumentos de cunho pessoal que Carlo Ginzburg lança a seus opositores, podemos afirmar que a proposta do historiador italiano é reorientar a retórica de volta ao que seria seu “núcleo fundamental”, qual seja, “as provas”,⁵⁴² algo que procura fazer no primeiro capítulo do livro, intitulado *Sobre Aristóteles e a história, mais uma vez*. Segundo o autor, teria sido na *Retórica*, e não na *Poética*, que o filósofo grego aborda mais detidamente a história. Uma consequência deste argumento é que a história e a retórica se encontrariam no uso da prova. Uma retórica ligada à prova estabeleceria, por meio da argumentação, os fios que unem o discurso histórico à realidade passada. A retórica, se vista sob o prisma aristotélico, por sua vez visto sob o prisma ginzburgiano, acabaria por se constituir em empresa análoga à historiografia “num sentido que nos é familiar hoje”,⁵⁴³ uma vez que se assentaria na crença de que

- a) a história humana pode ser reconstruída com base em rastros, indícios, *semeia*;
- b) tais reconstruções implicam, implicitamente, uma série de conexões naturais e necessárias (*tekmeria*) que têm caráter de certeza: até que se prove o contrário, um ser humano não pode viver duzentos anos, não pode encontrar-se, ao mesmo tempo, em dois lugares diferentes etc. e
- c) fora dessas conexões naturais, os historiadores se movem no âmbito do verossímil (*eikos*), às vezes do extremamente verossímil, nunca do certo – mesmo que, nos seus textos, a distinção entre “extremamente verossímil” e “certo” tenda a se desvanecer.⁵⁴⁴

Em outras palavras, uma retórica centrada sobre a prova e que compartilhasse com a história o desejo de estabelecer os fatos do passado utilizaria vestígios para construir um saber que está nas raias do provável

e que, por isso, não se identifica com o grau de certeza das ciências duras, mas nem por isso abdicaria da pretensão de verdade. Uma retórica do método para uma história que não é nem ciência nem arte, mas ambas, sem questionar nenhuma.

O esforço argumentativo de Ginzburg procura constituir a retórica como bastião do realismo historiográfico, invertendo a tendência assumida pela teorização retórica ao longo do século XX. Existe uma série de inconsistências em sua proposta, contudo, com relação à própria retórica clássica que pretende reviver. Em primeiro lugar, Ginzburg procede a uma “evidente simplificação” do esquema aristotélico dos *meios de persuasão* pois ele negligencia o *ethos* e o *pathos* em favor apenas do *logos*.⁵⁴⁵ Da mesma forma, o autor aproxima o entimema, que é um raciocínio argumentativo, de uma concepção de “prova” de base fortemente factual. Por último, ele inverte a relação entre história e retórica na Antiguidade, pois já vimos que a historiografia se identificava com o discurso epidíctico, e não com a oratória judiciária, como ele propõe.⁵⁴⁶

Todas estas contribuições foram escritas num contexto de crescente polarização historiográfica. Seria necessário, como afirma Christian Delacroix, “desdramatizar” o giro linguístico em nome de uma concepção que permitisse preservar a importância da linguagem,⁵⁴⁷ logo sem retornar à confusão entre significante e referente que marca o ilusório realismo do discurso histórico identificado por Barthes, mas que tampouco negasse as peculiaridades da historiografia. Encontramos esta tentativa de síntese, novamente, em Paul Ricoeur.

Para o filósofo francês, seria a aplicação pura e simples do modelo linguístico saussuriano ao discurso histórico que precisaria ser repensada. A própria teoria literária, na segunda metade do século XX, elaborou uma série de considerações que remetiam a referencialidade para dentro do texto; o mesmo deveria ser levado à historiografia, espécie de discurso no qual a referencialidade é uma dimensão incontornável.⁵⁴⁸ De acordo com Ricoeur,

⁵⁴⁵ OGAWA, Carlos Eduardo de Almeida. *História, retórica, poética, prova: a leitura de Carlo Ginzburg da Retórica de Aristóteles*. Dissertação (Mestrado em História). FFLCH-USP, São Paulo, 2010, p. 74-75.

⁵⁴⁶ OGAWA, Carlos Eduardo de Almeida. *História, retórica, poética, prova...* Op. cit., p. 59.

⁵⁴⁷ DELACROIX, Christian. “Linguistic turn...” Op. cit., p. 485.

⁵⁴⁸ RICOEUR, Paul. *A memória...* Op. cit., p. 259.

⁵⁴¹ GINZBURG, Carlo. *Relações de força...* Op. cit., p. 38.

⁵⁴² *Ibidem*, p. 63.

⁵⁴³ *Ibidem*, p. 57.

⁵⁴⁴ *Ibidem*.

somente uma semiótica imprópria para o discurso histórico sustenta a denegação do referente em favor do par exclusivo constituído pelo significante (narrativo, retórico, imaginativo) e o significado (o enunciado de fato). À concepção binária do signo herdada de uma linguística saussuriana, talvez já mutilada, oponho a concepção triádica do significante, do significado e do referente.⁵⁴⁹

Segundo esta concepção, o referente não seria o que garante o significado do texto no mundo por remissão aos objetos que nele existem; pelo contrário, o “referente é o simétrico do falante, a saber, o historiador e, antes dele, a testemunha”.⁵⁵⁰ Ou seja, o texto procede do referente ao significante, e não do significante à referencialidade externa, como denunciado por Barthes. Paul Ricoeur toma, então, uma “fórmula emprestada” ao linguista francês Émile Benveniste (1902-1976) segundo a qual “o discurso consiste em alguém dizer alguma coisa a alguém sobre alguma coisa segundo regras”.⁵⁵¹

A reflexão de Paul Ricoeur é a conclusão de uma longa trajetória que procurou escapar às versões mais extremadas da absorção da linguística pela crítica cultural no século XX. Esta trajetória já era perceptível em *A metáfora viva*,⁵⁵² no qual defendia a primazia da metáfora como base do funcionamento da linguagem sustentando ser a frase, e não a palavra, o referente dos enunciados. Em *A memória, a história, o esquecimento* (2007), já voltado, suas obras finais, mais diretamente à discussão sobre o estatuto da historiografia como atividade do conhecimento, o saldo é a recuperação do conceito de “discurso” como objeto de preocupação e, principalmente, como uma espécie de cenário no qual a comunicação ocorre, sendo ele organizado segundo suas próprias regras e realizado entre sujeitos e instituições particulares que o atravessam ou entram em contato com ele. Não existe discurso sem remissão a uma realidade específica, a qual é tanto seu condicionante quanto o meio no qual a comunicação procura intervir, com variado grau de sucesso. Esta realidade não é última, mas própria a cada situação discursiva – e, podemos dizer, alinha a reflexão tardia de Paul Ricoeur com desdobramentos que mostram, não sem a devida referência à retórica, que todo conhecimento é social e culturalmente situado.

549 RICOEUR, Paul. *A memória... Op. cit.*, p. 191.

550 *Ibidem*.

551 *Ibidem*, p. 191.

552 *Idem. A Metáfora Viva... Op. cit.*

Epílogo

História, retórica e os desafios do século XXI

Existem na *Odisseia* dois episódios nos quais Ulisses é confrontado com seus feitos passados. O primeiro, no canto VIII, é a narração feita pelo aedo Demódoco na corte dos feácios. Este é o momento, lembra François Hartog, no qual Ulisses se encontra diante de sua própria historicidade, pois escuta os feitos da guerra de Troia da qual foi não apenas testemunha mas também um dos principais agentes.⁵⁵³ O segundo episódio é contado por Ulisses, depois que toma a palavra de Demódoco e oferece o relato dos acontecimentos que viveu, da queda de Troia até sua chegada às praias da Feácia. Saindo da terra da feiticeira Circe, o herói é advertido da existência de criaturas que desviavam os viajantes de seu caminho e os capturavam com seu belo canto, as sereias. Os marinheiros que acompanham Ulisses tapam os ouvidos com cera para não serem apanhados nas armadilhas das sereias, todavia Ulisses decide realizar a travessia com os ouvidos descobertos, amarrado ao mastro do navio, para que não pudesse ceder aos seus encantos mas ainda assim conseguisse escutar o que as sereias cantam. O que ele escuta? A própria *Ilíada*.

O canto das Sereias representa assim, ao mesmo tempo, a imortalidade da glória e a realidade física da morte, dos ossos e das carnes em putrefação [...]. De fato, para que Ulisses conheça, enfim, o dia do retorno e “passe entre os seus o resto de sua vida”, é preciso que escape não apenas da morte, mas de sua glória e da própria epopeia.⁵⁵⁴

A passagem referente ao canto das sereias do poema homérico indica mais uma das ocasiões nas quais Ulisses teve de se ver despido de sua identidade para alcançar seu objetivo final: voltar para casa.

Entre os gregos, a fama era carregada por meio das palavras e seu produto final era a identidade. O herói era aquele que tinha sua vida

553 Cf. HARTOG, François (org.). *A História de Homero a Santo Agostinho... Op. cit.*

554 CASSIN, Barbara. O efeito sofístico... *Op. cit.*, p. 30.

contada e podia ser identificado, mesmo séculos após sua morte, pelos feitos que realizara. Memória, identidade e discurso estavam relacionadas. Existe outra personagem, no mundo moderno, que encarna em si estes três elementos, a testemunha.⁵⁵⁵ Segundo Paul Ricoeur, existe “uma dimensão suplementar de ordem moral destinada a reforçar a credibilidade e a confiabilidade do testemunho, a saber, a disponibilidade da testemunha de reiterar seu testemunho”, e o filósofo completa: “A testemunha confiável é aquela que pode manter seu testemunho no tempo”.⁵⁵⁶

O problema que a retórica coloca é o da instabilidade da relação que assegura a permanência entre identidade e discurso. E se duas afirmações sobre o mundo são válidas simultaneamente? E se a testemunha invalida seu próprio testemunho, afinal a memória é contraditória? E se o herói esquece voluntariamente sua identidade a fim de garantir o sucesso de sua empreitada, como Ulisses que se transforma em “Ninguém” para cegar o gigante Polifemo? A existência da retórica serve para lembrar que a linguagem, muitas vezes, enreda-se em seu próprio jogo e, ao fazer isso, desestabiliza a relação anteriormente dada entre as palavras e as coisas. Com este problema em mente, pode-se concordar com a filósofa francesa Barbara Cassin quando diz que “a grande réplica filosófica” contra a sofística e a retórica não foi dada por Platão, mas por Aristóteles ao afirmar o princípio de não-contradição, o qual constitui “por si só uma regulação do discurso”:

falar é significar alguma coisa, uma só coisa, a mesma, para si e para outrem. A palavra é, assim, a primeira entidade a obedecer ao princípio: uma palavra não poderia ter e não ter ao mesmo tempo o mesmo sentido.⁵⁵⁷

Também o historiador é vítima da identidade de seu discurso. Como lembra Hans Kellner, em citação já apresentada no segundo capítulo deste livro, a eficácia da história provém de demonstrar “uma solução única, a verdadeira apresentação do passado”.⁵⁵⁸ O discurso histórico, todavia, está em constante mutação. Interpretações são apresentadas, criticadas, descartadas e reavaliadas. Somente um argumento “retórico” poderia afirmar o contrário. Existiriam, assim, dois significados para a palavra

“retórica”, de um lado, a mudança de identidade e o jogo da linguagem, de outro lado, a transformação dos seres em entidades fixas e a vitória a qualquer custo. No primeiro caso, a retórica indica uma esfera pública plena e contraditória; no segundo caso, por meio de argumentos agora qualificados como “retóricos”, encontramos a supressão do lugar de fala do outro e a invalidação dos discursos contrários. Não podemos deixar de pensar que, no primeiro, encontramos algo das propostas de Hayden White, enquanto, no último, percebemos muito das atitudes de Carlo Ginzburg.

Ao longo deste livro acompanhamos o longo caminho que história e retórica entretêm mutuamente. No primeiro capítulo, a progressiva sistematização da retórica não deixa de indicar também seu controle e o congelamento das ocasiões públicas nos quais ela se originara. Também tivemos a oportunidade de perceber as relações contraditórias nas quais o pensamento clássico estabelece as relações entre história e poesia, mediadas pela retórica. Em momento seguinte, estudamos a constituição da disciplina histórica e o jogo, “retórico”, pelo qual a própria retórica foi escamoteada da reflexão sobre a história. Como vimos, entretanto, a retórica é uma dimensão inescapável de todo discurso, presente até mesmo quando se procura invalidá-la. Por fim, os debates no último século trouxeram novamente à tona a difícil relação entre identidade e discurso que parecia assegurada em outros entendimentos da linguagem. Se a linguagem não é mero instrumento mas intermediário entre o modo como percebemos e entendemos o mundo, então sempre há um excesso ou uma falta em nossa relação com a realidade. A retórica troca de sinal e, de técnica capaz de controlar o discurso a favor de quem o diz, transforma-se em meio para perceber a inexistência de controle dos modos como os discursos se constituem e serão recebidos. A retórica evidencia o que o discurso não quer dizer.

Por todo o percurso, enfatizamos o caráter social da experiência da linguagem marcada pela retórica. O mesmo é válido para a história. Se a historiografia é um discurso, e se o discurso é sempre entre interlocutores, então a história também é uma prática social, o que não significa que ela seja menos textual ou discursiva. Procuramos mostrar que não existe oposição entre o pensamento sobre o mundo e a reflexão sobre a linguagem; os dois são o mesmo, pois a linguagem é o principal meio que

555 RICOEUR, Paul. A memória... *Op. cit.*, p. 174.

556 *Ibidem*.

557 CASSIN, Barbara. O efeito sofístico... *Op. cit.*, p. 8.

558 KELLNER, Hans. *Language and Historical Representation...* *Op. cit.*, loc. 1020.

temos para apreender o mundo. A verdadeira oposição não está entre discurso e mundo, texto e realidade, palavra e coisa; pelo contrário, a oposição está entre discursos que se pretendem válidos à exclusão dos demais, principalmente quando adotam posição irresponsável diante da sociedade ao não oferecer seus argumentos para discussão, e discursos que se reconhecem como mais um perante outros, nem mais nem menos válidos, no máximo diferentes, dos outros discursos, mas nem por isso menos legítimos que os demais.

Tendo isto em mente, gostaríamos de apresentar brevemente dois desafios colocados à retórica em sua relação com a historiografia no século XXI, mas que também podem mostrar como o relacionamento entre ambas se transformará ao longo do século. Trata-se, primeiro, do questionamento dos pressupostos do giro linguístico e, segundo, das questões lançadas pelo pós-humano, nas quais incluirei os problemas surgidos com as novas tecnologias no espaço público. Veremos cada um deles, ainda que brevemente, nas próximas páginas.

Para além do giro linguístico

Os últimos anos têm assistido o crescimento do consenso a respeito da necessidade de superar o giro linguístico. Seja por sua incorporação na prática habitual dos historiador, por exemplo por meios dos conceitos de “discurso” e “narrativa”;⁵⁵⁹ seja devido à passagem do tempo, que possibilita colocar o giro linguístico em perspectiva, realizando o balanço de suas realizações,⁵⁶⁰ emerge a sensação de que os parâmetros estabelecidos pelo giro linguístico não são mais suficientes para os problemas do novo século. Por mais variadas que sejam estas críticas, assim como o próprio giro linguístico é bastante diverso, existe um elemento comum, escrevem Alexandre de Sá Avelar e Marcia de Almeida Gonçalves, que é

a reação à concepção de cultura como um sistema de símbolos, em favor de uma visão que enfatiza o caráter performativo de sua constituição, através de um conjunto de práticas permeadas por ações, relações de poder, lutas, contradições e mudanças.⁵⁶¹

559 Cf. PARTNER, Nancy. Narrative Persistence: The Post-Postmodern Life of Narrative The-ory. In.: ANKERSMIT, Frank; DOMANSKA, Ewa; KELLNER, Hans. *Re-Figuring Hayden White*. Stanford: Stanford University Press, 2009, edição Kindle; SPIEGEL, Gabrielle. The Task of the Historian. *American Historical Review*, p. 1-15, 2009.

560 Cf. CEZAR, Temístocles. *Fustel de Coulanges... Op. cit.*

561 AVELAR, Alexandre de Sá; GONÇALVES, Márcia de Almeida. Giro linguístico e

A principal metáfora, portanto, que estruturava o giro linguístico, qual seja, a apreensão da realidade social pelo prisma da textualidade, assim como seu modo de atuação, por meio da crítica, e, por fim, o embasamento das ciências humanas na reflexão sobre a linguagem, todos estes aspectos, em suma, parecem dar sinais de esgotamento, tornando possível pensar para além do giro linguístico.

De maneira ampla, pode-se dizer que as questões colocadas no século XXI, como a crescente desigualdade econômica, a derrocada da democracia liberal e a ascensão de novas formas de autoritarismo, a transformação da esfera pública, no que é significativa a relevância das novas tecnologias para este processo, a catástrofe climática e seu efeitos, assim como a proeminência alcançada pelas pautas raciais e de gênero, com sua ênfase na recuperação do protagonismo de grupos subalternos e o consequente destaque aos conceitos de experiência e prática, apresentam questões que não são facilmente incorporadas nos quadros teóricos do giro linguístico. Para além disso, há o questionamento da postura distanciada com a qual os historiadores tradicionalmente abordaram o espaço público. Principalmente considerando-se os usos sociais do passado, existe a demanda por uma maior intervenção dos historiadores e historiadoras no debate público, assim como existe a reivindicação por uma relação mais próxima entre o conhecimento histórico e a vivência individual. O que está em jogo, no conjunto destes questionamentos, é a justificativa da historiografia como conhecimento relacionado à sociedade, assim como o problema da utilidade da história no mundo contemporâneo.

Já em 1999, Hans Ulrich Gumbrecht defendia que dada a perda da cumplicidade entre a historiografia moderna e o conceito moderno de história, ressaltado na crença do progresso, a historiografia tinha poucos ensinamentos a oferecer, de modo que seria mais proveitoso concentrar-se na experiência de contato material e sensorial com o passado.⁵⁶²

Como a historiografia não é mais um guia seguro para a tomada de decisões tendo em vista o futuro, seria melhor aceitar o desejo de

escrita da história nos séculos XX e XXI: elementos para um debate. In.: MEDEIROS, Bruno Franco; SOUZA, Francisco Gouvea de; BELCHIOR, Luna Halabi; RANGEL, Marcelo de Mello; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria (org.). *Teoria e historiografia: debates contemporâneos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015, p. 67.

562 GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Em 1926: vivendo no limite do tempo*. Rio de Janeiro: Record, 1999; *Idem. Produção de presença: o que o significado não consegue transmitir*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

presentificação do passado. Cerca de quinze anos depois, a mesma preocupação marca a recuperação feita por Hayden White dos conceitos, inicialmente elaborados por Michael Oakeshott, de *passado histórico* e *passado prático*. Distinguindo entre o conhecimento histórico produzido por historiadores – o passado histórico – e uma perspectiva acerca do passado voltada para a ação – o passado prático –, White defende uma relação mais próxima entre história e vida.⁵⁶³

Da mesma forma, existem também os que defendem uma vinculação mais estreita entre o conhecimento histórico e o mundo político, seja entre os advogados do “giro ético-político”,⁵⁶⁴ seja entre os que defendem a existência de um “giro performático”.⁵⁶⁵ Podemos perceber, de maneira menos controversa, a presença desta mesma inquietação no crescimento de uma área como a história pública, preocupada com a interface entre historiadores e as diferentes facetas do público extra-acadêmico.⁵⁶⁶

O que estas transformações dizem a respeito da retórica e sua relação com a história? Em primeiro lugar, o esgotamento do giro linguístico significa o questionamento dos principais desdobramentos teóricos responsáveis pela retomada da retórica nas humanidades e na historiografia. Entretanto, a retórica e o giro linguístico não são idênticos, de modo que é possível vislumbrar a continuidade daquela mesmo que este perca sua relevância. Por este motivo, em segundo lugar, num contexto cada vez mais polarizado politicamente, no qual os usos do passado são cada vez mais abundantes,⁵⁶⁷ cabe à retórica não apenas desmascarar os

⁵⁶³ Cf. WHITE, Hayden. El pasado práctico. In.: TOZZI, Verónica; LAVAGNINO, Nicolás. *Hayden White, la escritura del pasado y el futuro de la historiografía*. Sáenz Peña: Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2012, p. 19-40.

⁵⁶⁴ Cf. ARAUJO, Valdeí Lopes de; RANGEL, Marcelo de Mello. Apresentação... *Op. cit.*; RANGEL, Marcelo de Mello; SANTOS, Fábio Muruci dos. Algumas palavras sobre o giro ético-político e história intelectual. *Revista Ágora*, Vitória, n. 21, p. 7-14, 2015. Para uma outra perspectiva crítica ver: VOIGT, André Fabiano. Há um giro ético-político na história? In.: MEDEIROS, Bruno Franco; SOUZA, Francisco Gouveia de; BELCHIOR, Luna Halabi; RANGEL, Marcelo de Mello; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria (org.). *Teoria e historiografia: debates contemporâneos*. Jundiá: Paco Editorial, 2015, p. 79-93.

⁵⁶⁵ Cf. DOMANSKA, Ewa. El viraje performativo en la humanística actual. *Criterios*, La Habana, n. 37, p. 125-142, 2011.

⁵⁶⁶ Cf. ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.). *Introdução à história pública*. São Paulo: Letra & Voz, 2011; MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (org.). *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra & Voz, 2016; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org.). *Que história pública queremos?* São Paulo: Letra & Voz, 2018.

⁵⁶⁷ Cf. BAUER, Caroline Silveira; NICOLAZZI, Fernando. O historiador e o falsário: usos

discursos que pretendem oferecer “a” versão sobre os fatos, mas também auxiliar os historiadores e historiadoras a retomarem seu espaço na sociedade.

Em texto breve porém instigante, a historiadora argentina María Inés Mudrovcic explora o que afirma ser, na esteira de Hayden White, a ruptura dos três compromissos que originaram a disciplina histórica na modernidade. Para a autora, uma vez que a nação não é uma entidade culturalmente homogênea tampouco o principal sujeito da história mundial, já que está atravessada por dinâmicas internas e externas que minam sua soberania e, da mesma forma, como os traumas históricos do século XX e as inquietações do XXI desestabilizaram a confiança no progresso histórico, o Belo, para utilizar as categorias de Friedrich Schiller adaptadas por White, foi substituído pelo Sublime. O resultado é a história se encontrar em forte questionamento. Mais interessante para este livro, porém, é a sugestão de que desfaz-se a ruptura entre história e literatura no mundo das letras. Esta renovada unidade do mundo da escrita é chamada pela autora de “re-retoricização” da história.⁵⁶⁸

Existem mais aspectos numa eventual re-retoricização da história do que a autora parece considerar, já que esta articulação não estaria confinada ao âmbito da representação histórica. Caso a história se torne novamente “retoricizada”, então isso significaria também que ela teria uma importância renovada na esfera pública, estando mais ligada aos problemas de seu tempo e, até mesmo, adquirindo valor de orientação para o futuro? Da mesma forma, se a historiografia receberá mais uma vez a marca da retórica, quais seriam os limites e a configuração da nova relação entre a disciplina e o espaço público? Podemos encontrar um indício para estas perguntas justamente na história pública.

A ênfase na comunicação dos debates historiográficos e resultados de pesquisas históricas mostra que a divulgação do conhecimento histórico, assim como o diálogo com a sociedade, se beneficia da consulta ao manancial que a retórica acumulou ao longo de mais de dois mil anos

públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 32, n. 60, p. 807-835, 2016.

⁵⁶⁸ MUDROVCIC, María Inés. El retorno de la historia retórica y lo sublime histórico: el fin de la política moderna de la representación histórica. In.: TOZZI, Verónica; LAVAGNINO, Nicolás. *Hayden White, la escritura del pasado y el futuro de la historiografía*. Sáenz Peña: Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2012, p. 95.

a respeito da relação entre a tomada da palavra e a obtenção da persuasão no debate público. Os praticantes da disciplina histórica terão de prestar mais atenção à forma como escrevem, os espaços nos quais circulam e a repercussão do que dizem, assim como as opiniões acerca do passado que, cada vez mais, influenciam o lugar dos historiadores e historiadoras na sociedade e como o público mais amplo concebe o conhecimento histórico. Independente dos resultados, nesta arena, cuja aposta é incrivelmente alta, a historiografia também tem algo a dizer.

O desafio do pós-humano

Em artigo sobre o estado das teses linguísticas no início do século XXI, Nancy Partner desdobra a listagem de temas trazidos por Michael Roth que seriam favorecidos na atualidade, tais como ética, intensidade, pós-colonialismo, império, o sagrado, cosmopolitanismo, trauma, animais, aos quais ela adiciona memória, experiência, agência, religião e o sublime.⁵⁶⁹ Segundo a autora, todos estes temas “compartilham o desejo de escapar à linguagem, restaurar uma conexão pura e imediata com o passado”.⁵⁷⁰ A identidade entre história e discurso como objeto de estudos se torna mais porosa; da mesma forma, a história começa a perder a prerrogativa que a colocava ao lado da cultura na divisão com a natureza, assim como do sujeito humano frente aos “objetos” não-humanos.

Esta situação pode ser definida, *grosso modo*, como a do pós-humano. Independente de como se queira conceituá-la, o pós-humano envolve, nas palavras de Rosi Braidotti,

uma mudança qualitativa na maneira que pensamos, qual exatamente é a unidade básica de referência comum para nossa espécie, nossa comunidade política e nossa relação com os outros habitantes do planeta.⁵⁷¹

Não se trata de afirmar que o humano foi superado, mas de que o antropocentrismo foi descentrado, muitas vezes como resultado da própria escala alcançada pela ação humana, como no caso do antropoceno. Assim, se a história se abre para o inefável, incorporando temáticas que escapam à mediação da linguagem, por outro lado, atributos anteriormente exclusivos à humanidade, como a cultura e a própria linguagem, agora

passam a ser compartilhados por animais e plantas.⁵⁷² Além disso, ao se considerar como outras culturas compreendem a ação humana, adotando-se suas próprias categorias, é possível incluir deuses e espíritos como agentes históricos, investigando como são resolvidas diferentemente as relações entre vivos e mortos. São as fronteiras entre humano e não-humano, portanto, que estão se modificando.

O que a retórica tem a dizer sobre isso? A resposta varia de caso a caso, problema a problema. Por ora, gostaria de abordar apenas uma dimensão que mostra uma possibilidade nova na relação entre retórica e história.

As transformações atuais da esfera pública, com efeitos notáveis sobre o campo da política e das relações sociais, são causadas em grande medida pelo uso de novas tecnologias de comunicação. Elas possibilitam a disseminação de boatos e a fragmentação e a criação de comunidades discursivas. Entretanto, se não é possível dizer que elas sejam integralmente automáticas, no sentido de não serem manipuladas por indivíduos, elas são o resultado, em grande medida, da ação de entidades que não são humanas mas, nem por isso, são menos sujeito destas situações. Algoritmos e *bots* são elementos que estruturam a apreensão da realidade nas novas mídias – as bolhas de filtro das redes sociais são exemplo de como estes mecanismos atuam, fazendo-o principalmente no âmbito pré-semiótico da apresentação do real.⁵⁷³ Com isso, eles contribuem para construir evidências da realidade que, para muitos que as acessam, parecem incontornáveis.

Já existe o campo, em desenvolvimento, da “retórica digital”, ocupado com as estratégias para obter efeitos de persuasão com as novas mídias.⁵⁷⁴ Tais estudos, no entanto, não ultrapassam a fronteira humano/não-humano e se baseiam numa concepção de comunicação intersubjetiva, a exclusão da comunicação humano-máquina tão recorrente hoje. Não é

⁵⁷² Cf. KOHN, Eduardo. *How Forests Think: Toward and Anthropology Beyond the Human*. Oakland: University of California Press, 2013; GAGLIANO, Monica. *Thus Spoke the Plant: A Remarkable Journey of Groundbreaking Scientific Discoveries and Personal Encounters with Plants*. Berkeley: North Atlantic Books, 2018.

⁵⁷³ Cf. PARISIER, Eli. *O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2012; LAZZARATO, Maurizio. *Signos, máquinas, subjetividades*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo/ n-1 edições, 2014.

⁵⁷⁴ Cf. EYMAN, Douglas. *Digital Rhetoric: Theory, method, Practice*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2015.

⁵⁶⁹ PARTNER, Nancy. “Narrative Persistence... *Op. cit.*, loc. 980.

⁵⁷⁰ *Ibidem*, loc. 995.

⁵⁷¹ BRAIDOTTI, Rosi. *The Posthuman*. Cambridge: Polity Press, 2013, edição Kindle, loc. 89.

apenas na atualização tecnológica da retórica, portanto, que ela conseguirá render os melhores frutos para a compreensão do presente.

A descoberta de vieses algorítmicos, os quais resultam em representações estereotipadas de grupos minoritários, e a manipulação do debate público, por meio da manipulação de algoritmos, levantam a necessidade do que alguns autores chamam “letramento digital”.⁵⁷⁵ O letramento digital – em inglês, *digital literacy* – envolveria o ensino de programação de modo que os indivíduos soubessem como são construídas as representações às quais têm acesso pelo computador. Independente da capacidade do sistema de ensino absorver esta demanda, a qual é difícil de ver incorporada na educação brasileira atual, é necessário formar cidadãos capazes de pensar criticamente a respeito das novas tecnologias.

Para os historiadores e historiadoras, o mais importante é o pressuposto subjacente segundo o qual, se os códigos de programação dificilmente podem ser considerados “textos”, eles certamente são uma forma de linguagem. Aprender estas linguagens significaria diminuir a transparência – o valor de evidência – das representações digitais, capacitando os profissionais da disciplina histórica a olhar para além do que recebem em suas telas, colocando-os no caminho da incorporação destes objetos digitais como parte do questionário dos historiadores e historiadoras, quando não como fontes históricas também.

Da mesma maneira, seria possível realizar novas formas de apresentação do conhecimento histórico, aproveitando-se do conhecimento adquirido pelo domínio destas linguagens.⁵⁷⁶ Mais pertinente às discussões que envolvem a retórica, contudo, seria o repensar as fronteiras dos debates públicos, da argumentação e da deliberação, de modo a incorporar estes elementos que, caracterizados como “técnicos”, parecem escapar à discussão sobre sua origem, seus usos e suas consequências, estando alheios ao controle pela sociedade e, por que não, mostrando-se contraditórios à vivência democrática.⁵⁷⁷

⁵⁷⁵ Cf. VEE, Annette. *Coding Literacy: How Computer Programming is Changing Writing*. Cambridge: The MIT Press, 2017.

⁵⁷⁶ Cf. LUCCHESI, Anita. Por que ensinar história digital nas universidades? In.: *X Seminário Nacional de História da Historiografia – Emergências: Desafios contemporâneos à historiografia*, Mariana, Minas Gerais, outubro de 2018, comunicação oral.

⁵⁷⁷ Para o conceito de “democracia técnica” ver: CALLON, Michel; LASCOUMES, Pierre; BARTHE, Yannick. *Acting in an Uncertain World: An Essay on Technical Democracy*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 2009.

Em todos os casos que percorremos, espero ter demonstrado que as relações entre história e retórica, não obstante os ocasionais distanciamentos que a marcaram, são caracterizadas por uma mesma preocupação, qual seja, a ampliação do domínio do debate, de maneira que nada possa escapar ao arbítrio e às decisões tomadas num âmbito que pouco foi falado nestas páginas, mas esteve subjacente a ele: a política. É a vitalidade do mundo político que a reflexão sobre a retórica interessa, ampliando-o e diversificando-o. Ainda assim, ressalta a dificuldade em enquadrar a reflexão sobre a retórica nos limites, muitas vezes incômodos, noutros momentos, demasiadamente convenientes das disciplinas modernas, pode-se dizer que, se nem todo uso da linguagem é um *lance retórico*, certamente todo *lance de retórica* envolve o uso da linguagem. E, sendo assim, na intersecção entre a linguagem e o mundo, pode-se afirmar, junto de Luiz Costa Lima, que “perguntar-se sobre a escrita da história, da ficção e da literatura salta aos muros das academias e remete ao cotidiano”.⁵⁷⁸

⁵⁷⁸ COSTA LIMA. *História... Op. cit.*, p. 77.

Sugestões de leitura

s estudos sobre a retórica no Brasil foram renovados, na última década, com a publicação da síntese de Olivier Reboul sobre o assunto,⁵⁷⁹ e o crescimento da repercussão em torno ao *Tratado da argumentação*, de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca.⁵⁸⁰ Ambos os livros possibilitaram diminuir o menosprezo comumente associado à retórica.

A breve introdução de Michel Meyer,⁵⁸¹ um pouco mais difícil de encontrar, também é um livro valioso para a leitora ou leitor que quiser ter um primeiro gosto da matéria. Para quem deseja uma história mais aprofundada da retórica e tem conhecimento de língua estrangeira, os trabalhos de Marc Fumaroli são um belo guia na intrincada floresta da tradição retórica e suas ramificações até o mundo moderno.⁵⁸²

Existe também uma série de autores que trabalham com a retomada da retórica de maneiras que não foram exploradas aqui, mas podem ser interessantes para aquelas e aqueles interessados nos problemas que ela traz. Penso nos trabalhos de Kenneth Burke,⁵⁸³ Pascal Quignard,⁵⁸⁴ Paolo Valesio,⁵⁸⁵ e Renato Barilli,⁵⁸⁶ especialmente, que elaboram propostas teóricas para a retórica que reúnem a teoria literária e a filosofia, escapando à relação com a análise do discurso que tanto marca uma apropriação instrumental da retórica no último meio século.

Nos últimos anos, têm sido numerosas as traduções de textos antigos, muitos deles fundamentais para o debate sobre a retórica, o caráter da

579 REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

580 PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação... Op. cit.*

581 MEYER, Michel. *A retórica*. São Paulo: Ática, 2007.

582 FUMAROLI, Marc. *Histoire de la rhétorique dans l'Europe moderne: 1450-1950*. Paris: Presses Universitaires de France, 1999

583 BURKE, Kenneth. *A Grammar of Motives*. Oakland: University of California Press, 1969a; *Idem. A Rhetoric of Motives*. Oakland: University of California Press, 1969b [1950].

584 QUIGNARD, Pascal. *La rhétorique spéculative*. Paris: Gallimard, 1997.

585 VALESIO, Paolo. *Novantiqua: rhetorics as a contemporary theory*. Bloomington: Indiana University Press, 1980.

586 BARILLI, Renato. *Retórica*. Lisboa: Presença, 1985.

escrita da história e o papel reservado às letras, no geral, no mundo antigo. Quanto a isso, existem muitas traduções do *Elogio de Helena*, de *Górgias*, assim como da *Poética* e da *Retórica*, de Aristóteles, para não mencionar os diálogos platônicos. Os textos latinos, no entanto, são encontrados apenas em traduções antigas ou trabalhos acadêmicos de mestrado e doutorado. Felizmente, os últimos são bastante acessíveis, e os interessados podem se beneficiar, tal como fizemos neste livro, das traduções do *De Oratore*, de Cícero, feita por Adriano Scatolin, e da *Institutio Oratoria*, de Antonio Martinez Rezende, agora publicada em livro. Para além destas, também recomendamos o acompanhamento das revistas especializadas em letras clássicas, que normalmente apresentam novas traduções.

Para o entendimento da retórica antiga, um belo conjunto de ensaios disponível aos leitores e leitoras brasileiros é *Ensaio de retórica antiga*, de Teodoro Rennó, Olimar Flores-Júnior e Marcos Martinho.⁵⁸⁷ Infelizmente, as informações sobre a retórica antiga encontram-se dispersas no mercado editorial brasileiro. Para os que têm conhecimento de inglês, recomenda-se os manuais de George Kennedy, assim como os *companions* editados por Ian Worthington e Erik Gunderson.⁵⁸⁸

Um problema pertinente à retórica antiga é o papel e a caracterização dos sofistas. Barbara Cassin há tempos se ocupa da reavaliação da sofística, resgatando seu potencial filosófico – ou, mais precisamente, de atravessar as questões interpostas pela filosofia de modo a tanto reafirmá-las quanto transgredi-las.⁵⁸⁹ No Brasil, a dissertação de mestrado de Diogo Jardim Quirim é uma bela análise de Sócrates e sua relação com a sofística.⁵⁹⁰

Para a relação entre retórica e a escrita da história na antiguidade, os trabalhos de François Hartog, especialmente o conjunto de ensaios de *Evidência da História*,⁵⁹¹ são boas introduções às problemáticas que ela envolve. Deve-se mencionar também a coletânea *A história de Homero a*

Santo Agostinho,⁵⁹² que traz um conjunto de referências sobre a concepção e a escrita da história entre os gregos e latinos. Já há algum tempo, o leitor e leitora brasileiros têm à disposição a excelente tradução, acompanhada de notas e estudos introdutórios, feita por Jacyntho Lins Brandão, de *Como se deve escrever a história*, de Luciano de Samósata.⁵⁹³ Nunca é demais mencionar a pertinência dos trabalhos de Francisco Murari Pires para o entendimento da historiografia antiga,⁵⁹⁴ destacando-se o esforço por conectar os problemas da escrita da história na Antiguidade e sua recepção na constituição da modernidade.⁵⁹⁵ Para os leitores com acesso a línguas estrangeiras, a síntese de John Marincola,⁵⁹⁶ os trabalhos de Luciano Canfora e, especialmente, o livro de Adriana Zangara serão leituras valiosas para compreender os caminhos da retórica e da historiografia no mundo antigo.⁵⁹⁷

Os trabalhos de Marc Fumaroli, já mencionados aqui, ocupam-se da transmissão da retórica da antiguidade à Idade Moderna, contexto cuja síntese e o próprio estudo são dificultados por uma série de motivos, tais como a ausência de traduções da língua latina e a diversidade de abordagens que se desenvolvem em torno da retórica. Por este motivo, seus trabalhos são ainda mais valiosos.

Para o Brasil, estudos de igual valor foram desenvolvidos a partir dos trabalhos de João Adolfo Hansen, especialmente *A Sátira e o Engenho*,⁵⁹⁸ originalmente publicado em 1986. Esta vertente dos estudos literários brasileiros se destaca não somente pelo esforço em retirar as camadas de interpretações, algumas delas bastante distorcidas, sobre o período conhecido como “barroco”, mas também pelo esforço de sistematização e compreensão da vigorosa reflexão sobre a linguagem e a retórica feita no Sul da Europa – Portugal, Espanha e Itália – entre os séculos XVI e XVIII. Quanto a isso, destacam-se não somente os artigos

587 ASSUNÇÃO, Teodoro Rennó; FLORES-JÚNIOR, Olimar; MARTINHO, Marcos (org.). *Ensaio de retórica antiga*. Belo Horizonte: Tessitura, 2010.

588 WORTHINGTON, Ian (ed.). *A Companion to Greek Rhetoric*. Malden, MA/Oxford: Blackwell, 2009; GUNDERSON, Erik (ed.). *The Cambridge Companion to Ancient Rhetoric*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

589 CASSIN, Barbara. *O efeito sofístico... Op. cit.*

590 QUIRIM, Diogo Jardim. *Recontar as coisas antigas com novidade e as novas de uma forma antiga... Op. cit.*

591 HARTOG, François. *Evidência da história... Op. cit.*

592 HARTOG, François (org.). *A História de Homero a Santo Agostinho... Op. cit.*

593 LUCIANO. *Como se deve escrever a história... Op. cit.*

594 MURARI PIRES. *Mithistória*. São Paulo: Humanitas, 1999.

595 *Idem*. *Modernidades tucideanas... Op. cit.*

596 MARINCOLA, John. *Greek and Roman historiography*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

597 CANFORA, Luciano. *A biblioteca desaparecida – histórias da biblioteca de Alexandria*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; *Idem*. *La storiografia greca*. Milano: Bruno Mondadori, 1999; ZANGARA, Adriana. *Voir l'histoire... Op. cit.*

598 HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho... op. cit.*

de Hansen, já referenciados na bibliografia, mas também os trabalhos de Alcir Pécora,⁵⁹⁹ principalmente na determinação da “unidade retórico-teológica-política” dos discursos de Antônio Vieira e na definição teórica a respeito dos gêneros retórico-poéticos. Aplicado à história, estes estudos renderam os trabalhos de Eduardo Sinkevisque, que traduzem a questão para a problemática da escrita da história na Idade Moderna.⁶⁰⁰

O estudo da historiografia do século XIX tem se beneficiado da publicação de uma série de coletâneas de fontes primárias, destacando-se aquelas organizadas por Estevão de Rezende Martins e Jurandir Malerba.⁶⁰¹ Para este livro, utilizei também a coletânea de Sophie-Anne Letterier,⁶⁰² exclusivamente dedicada à historiografia francesa. Para as coletâneas de artigos críticos, o leitor em língua estrangeira será beneficiado pela conclusão da série *The Oxford History of Historical Writing*, cujo quarto volume cobre a historiografia oitocentista.⁶⁰³

Para a formação da historiografia científica no período, é valiosa a ressurgência do livro de Bonnie Smith,⁶⁰⁴ que relaciona o processo de disciplinarização do saber histórico às dinâmicas de gênero que caracterizam o ambiente acadêmico. Sobre o tema, embora sem o recorte de gênero, o livro de Peter Novick sobre a objetividade na historiografia norte-americana é também uma boa introdução aos problemas da escrita da história no XIX.⁶⁰⁵ No Brasil, o contexto de formação da historiografia moderna nas universidades alemãs do século XVIII tem sido objeto de estudos de André de Melo Araújo.⁶⁰⁶

599 PÉCORA, Alcir. *Máquina de gêneros...* Op. cit.

600 SINKEVISQUE, Eduardo. *Doutrina seiscentista da arte histórica: discurso e pintura das guerras holandesas (1624-1654)*. Tese (Doutorado em História). FFLCH-USP, São Paulo, 2005; *Idem. Retórica e política: a prosa histórica dos séculos XVII e XVIII – introdução a um debate de gênero*. São Paulo: FFLCH/USP, 2000.

601 MARTINS, Estevão Rezende (org.). *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do Século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010; MALERBA, Jurandir (org.). *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

602 LETTERIER, Sophie-Anne. *Le XIXe siècle historien. Anthologie raisonnée*. Paris: Belin, 1997.

603 MCINTYRE, Stuart; MAIGUASHCA, Juan; POK, Attila. *The Oxford History of Historical Writing*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

604 SMITH, Bonnie. *Gênero e história: homens, mulheres e a prática histórica*. São Paulo: Edusc, 2003.

605 NOVICK, Peter. *That Noble Dream...* Op. cit.

606 ARAÚJO, André de Melo. A verdade da crítica: o método histórico-crítico de August Ludwig (von) Schlözer e o padrão histórico dos juízos. *Revista História da Historiografia*, v. 8, n. 8,

Para a historiografia brasileira oitocentista, uma série de trabalhos tem adaptado parcial ou integralmente a reflexão teórica para o entendimento do problema da ética no trabalho historiográfico e as expectativas associadas à escrita da história. A este respeito, remeto aos trabalhos de Evandro Santos,⁶⁰⁷ Maria da Glória Oliveira e Rodrigo Turin, que exploram esta vertente.⁶⁰⁸ Num contexto mais recente, mas em chave que dialoga com estas referências, os trabalhos de João Rodolfo Munhoz Ohara têm levantado questões pertinentes sobre aspectos semelhantes para o significado da historiografia disciplinar em nosso contexto.⁶⁰⁹ Ainda para outros usos da retórica, a relação entre escrita da história e pintura no contexto brasileiro foi estudada por Eduardo Wright Cardoso.⁶¹⁰

Para as relações entre literatura e retórica no Oitocentos, para além dos já citados trabalhos de Marc Fumaroli, destaca-se, no Brasil, o esforço histórico de contextualização e conceituação realizado por Roberto Acízelo de Souza, especialmente em *O Império da Eloquência*.⁶¹¹

A historiografia do século XX ainda carece de sínteses interpretativas de qualidade. O leitor com conhecimento de inglês terá acesso ao livro de Georg Iggers,⁶¹² cujo epílogo à segunda edição revisada, tratando dos desafios do conhecimento histórico no século XXI, foi traduzida e publicada na *Revista História da Historiografia*.⁶¹³ O quinto volume da já mencionada *Oxford History of Historical Writing*

p. 93-109, 2015.

607 SANTOS, Evandro dos. *Ensaio sobre a constituição de uma ética historiográfica no Brasil oitocentista: Francisco Adolfo de Varnhagen, o historiador no tempo*. Tese (Doutorado em História). IFCH/UFRGS, Porto Alegre, 2014.

608 OLIVEIRA, Maria da Glória. Fazer história, escrever história: sobre as figurações dos historiadores no Brasil oitocentista. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 30, n. 59, p. 37-52, 2010; *Idem*. O nobre sacerdócio da verdade: reflexões sobre o ofício do historiador no Brasil oitocentista. *Lusiada*, n. 9/10, pp. 191-207, 2013; TURIN, Rodrigo. História da historiografia e memória disciplinar... Op. cit.

609 João Rodolfo Munhoz Ohara (2016; 2018)

610 CARDOSO, Eduardo Wright. *A cor local e a escrita da história no século XIX: o uso da retórica pictórica na historiografia nacional*. Dissertação (Mestrado em História). ICHS/UFOP, Mariana, 2012.

611 SOUZA, Roberto Acízelo de. *O império da eloquência...* Op. cit.

612 IGGERS, Georg. *Historiography in the twentieth century: from scientific objectivity to the postmodern challenge*. Hanover: Wesleyan University Press, 1997.

613 IGGERS, Georg. *Desafios do século XXI à historiografia...* Op. cit.

aborda a historiografia desde 1945.⁶¹⁴ O público brasileiro viu reunidos textos importantes dos debates historiográficos do século nos volumes de *Nova história em perspectiva*, organizados por Fernando Novais e Rogério Forastieri da Silva.⁶¹⁵

As relações entre história, retórica e linguagem se desdobram por muitos caminhos no século XX, embora sejam dominadas pela reflexão acerca do “giro linguístico”. Para além da bibliografia já mencionada, gostaria de indicar o restante dos artigos do caderno especial publicado no volume 8, n. 17 da *Revista História da Historiografia* (2015). Eles fornecerão uma boa introdução sobre os destinos do giro linguístico meio século após sua aparição.

Espero que estas indicações de leitura forneçam um pouco do mapa das relações entre história e retórica, além de alguns dos problemas que elas levantam, para os leitores e leitoras deste livro. Não se trata de um levantamento exaustivo – não era este propósito –, mas de um convite para conhecer mais sobre o tema. Para outras questões, pontuais ou não, sugiro que o leitor ou a leitora folheiem a bibliografia mas, principalmente, que busquem acrescentar referências que não se encontram nela.

⁶¹⁴ SCHNEIDER, Axel; WOOLF, Daniel. *The Oxford History of Historical Writing*. v. 5. Oxford: Oxford University Press, 2011.

⁶¹⁵ NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogério Forastieri da. *Nova História em Perspectiva*. São Paulo: CosacNaify, 2013, 2v.

Referências bibliográficas

- ALCIDES, Sérgio. *Estes penhascos – Cláudio Manuel da Costa e a paisagem das Minas, 1753-1773*. São Paulo: Hucitec, 2003.
- ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (orgs.). *Introdução à história pública*. São Paulo: Letra & Voz, 2011.
- ANKERSMIT, Frank R. *Narrative Logic. A semantic analysis of the historian's language*. Den Haag: Nijhoff, 1983.
- ARAÚJO, André de Melo. A verdade da crítica: o método histórico-crítico de August Ludwig (von) Schlözer e o padrão histórico dos juízos. *Revista História da Historiografia*, v. 8, n. 8, p. 93-109, 2015.
- ARAUJO, Valdeci Lopes de; RANGEL, Marcelo de Mello; Apresentação – Teoria e história da historiografia: do giro linguístico ao giro ético. *Revista História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 17, p. 318-332, 2015.
- ARISTÓTELES. *Arte Poética*. Trad. de Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix, 2005.
- ARISTÓTELES. Analíticos Anteriores. In: ARISTÓTELES. *Órganon*. São Paulo: Edipro, 2005.
- ARISTÓTELES. *Política*. Brasília: Ed. UnB, 1997;
- ARISTÓTELES. *Retórica*. Trad. Edson Bini. Bauru: EDIPRO, 2013.
- ARISTÓTELES. Refutações sofisticadas. In: ARISTÓTELES. *Órganon*. Trad. Edson Bini. Bauru: EDIPRO, 2005, p. 545-608.
- ARISTÓTELES. Tópicos. In: ARISTÓTELES. *Órganon*. Trad. Edson Bini. Bauru: EDIPRO, 2005, pp. 347-544.
- ASSUNÇÃO, Teodoro Rennó; FLORES-JÚNIOR, Olimar; MARTINHO, Marcos (org.). *Ensaio de retórica antiga*. Belo Horizonte: Tessitura, 2010.
- AUGUSTO, Maria das Graças de Moraes. A tradição da retórica clássica no Brasil: entre a filosofia e a poesia. In: ASSUNÇÃO, Teodoro Rennó; FLORES-JÚNIOR, Olimar; MARTINHO, Marcos (org.). *Ensaio de retórica antiga*. Belo Horizonte: Tessitura, 2010, p. 313-350.
- AVELAR, Alexandre de Sá; GONÇALVES, Márcia de Almeida. Giro linguístico e escrita da história nos séculos XX e XXI: elementos para um debate. In: MEDEIROS, Bruno Franco; SOUZA, Francisco Gouveia de; BELCHIOR, Luna Halabi; RANGEL, Marcelo de Mello; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria (org.). *Teoria e historiografia: debates contemporâneos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015, p. 57-78.
- BANN, Stephen. Structuralism and the revival of rhetoric. *The Sociological Review*, v. 25, issue 1, p. 68-84, 1977.
- BARILLI, Renato. *Retórica*. Lisboa: Presença, 1985.
- BARTHES, Roland. O método estruturalista. In: HEUSH, Luc de [et. al.]. *O método*

- estruturalista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1967.
- BAUER, Caroline Silveira; NICOLAZZI, Fernando. O historiador e o falsário: usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 32, n. 60, p. 807-835, 2016.
- BENTIVOGLIO, Julio. Leopold von Ranke. In.: MALERBA, Jurandir. *Lições de história: da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 133-154.
- BERNHEIM, Ernst. Metodologia da ciência histórica. In.: MARTINS, Estevão Rezende (org.). *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do Século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 52-68.
- BIGNOTTO, Newton. *Origens do republicanismo moderno*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.
- BONS, Jeroen E. A. Gorgias the Sophist and Early Rhetoric. In.: WORTHINGTON, Ian (ed.). *A Companion to Greek Rhetoric*. Malden: Blackwell, 2009, p. 37-46.
- BRAIDOTTI, Rosi. *The Posthuman*. Cambridge: Polity Press, 2013, edição Kindle.
- BRANDÃO, Jacyntho Lins. *A invenção do romance. Narrativa e mimese no romance grego*. Brasília: Editora UnB, 2005.
- BRETON, Philippe; GAUTHIER, Gilles. *História das teorias da argumentação*. Lisboa: Bizâncio, 2001.
- BRUNSCHWIG, Jacques. Rhetorique et dialectique, *Rhétorique et Topiques*. In.: FURLEY, David; NEHAMAS, Alexander. *Aristotle's Rhetoric: Philosophical Essays*. Princeton: Princeton University Press, 1994, p. 57-96.
- BURKE, Kenneth. *A Grammar of Motives*. Oakland: University of California Press, 1969a.
- BURKE, Kenneth. *A Rhetoric of Motives*. Oakland: University of California Press, 1969b.
- BURNYEAT, M.F. Enthymeme: Aristotle on the logic of persuasion. In.: FURLEY, David; NEHAMAS, Alexander. *Aristotle's Rhetoric: Philosophical Essays*. Princeton: Princeton University Press, 1994, p. 3-56.
- CAHN, Michael. The Rhetoric of Rhetoric: Six Tropes of Disciplinary Self-Constitution. In.: ROBERTS, R.H.; GOODS, J.M.M. (eds.). *The Recovery of Rhetoric: Persuasive Discourse and Disciplinarity in the Human Sciences*. Charlottesville: University Press of Virginia, 1993, p. 61-82.
- CALERO, Francisco Sevillano. Estudio introductorio. In.: LANGLOIS, Charles-Victor; SEIGNOBOS, Charles. *Introducción a los estudios históricos*. Salamanca: KADMOS, 2003.
- CANFORA, Luciano. *A biblioteca desaparecida – histórias da biblioteca de Alexandria*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CANFORA, Luciano. *La storiografia greca*. Milano: Bruno Mondadori, 1999.
- CARDOSO, Eduardo Wright. *A cor local e a escrita da história no século XIX: o uso da retórica pictórica na historiografia nacional*. Dissertação (Mestrado em História). ICHS/

- UFOP, Mariana, 2012.
- CARR, David. A narrativa e o mundo real: um argumento a favor da continuidade. In.: MALERBA, Jurandir (org.). *História & Narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica*. Petrópolis: Vozes, 2016, p. 229-247.
- CARVALHO, Maria do Socorro Fernandes de. *Poesia de Agudeza em Portugal*. São Paulo: Humanitas; EdUSP; Fapesp, 2007.
- CASSIN, Barbara. *O efeito sofístico. Sofística, filosofia, retórica, literatura*. São Paulo: Editora 34, 2005.
- CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In.: CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 65-119.
- CEZAR, Temístocles. Fustel de Coulanges. In.: MALERBA, Jurandir (org.). *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 307-317.
- CEZAR, Temístocles. Hamlet brasileiro: ensaio sobre o giro linguístico e indeterminação historiográfica. *Revista História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 17, p. 440-468, 2015.
- CÍCERO. *De Oratore*. In.: SCATOLIN, Adriano. *A invenção no Do orador de Cícero: um estudo à luz de Ad Familiares 9, 9, 23*. São Paulo: FFLCH/USP, 2009.
- CÍCERO. *Brutus*. Paris: Société d'Édition Les Belles Lettres, 1966.
- CÍCERO. *On Invention. Best Kind of Orator. Topics*. Trad. H. M. Hubbell. Cambridge: Loeb Classical Library/Harvard University Press, 1949.
- CÍCERO. *Rhetorica ad Herennium*. Trad. Harry Caplan. Cambridge: Loeb Classical Library/Harvard University Press, 1954.
- CÍCERO. *Traité des lois (De legibus)*. Paris: Société d'Édition Les Belles Lettres, 1968.
- COLE, Thomas. *The Origins of Rhetoric in Ancient Greece*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1991.
- COSTA LIMA, Luiz. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- COSTA LIMA, Luiz. *Os eixos da linguagem: Blumenberg e a questão da linguagem*. São Paulo: Iluminuras, 2015.
- COULANGES, Fustel de. Aula inaugural do curso de história da Faculdade de Estrasburgo. In.: MALERBA, Jurandir (org.). *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 317-332.
- COULANGES, Fustel de. Regras de uma história imparcial. In.: MALERBA, Jurandir (org.). *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 317-332.
- CURTIUS, Ernst Robert. *Literatura europeia e Idade Média Latina*. São Paulo: EdUSP, 2006.
- CURTIUS, Ernst Robert. *Literatura Europeia e Idade Média Latina*. São Paulo: EdUSP, 1996.
- DELACROIX, Christian. Linguistic turn. In.: DELACROIX, Christian; DOSSE,

- François; GARCIA, Patrick; OFFENSTADT, Nicolas (eds.). *Historiographies. Concepts et débats*. Paris: Gallimard, 2010, p.476-490.
- DETIENNE, Marcel. *Mestres da verdade na Grécia Arcaica*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
- DINUCCI, Aldo Lopes. Apresentação e tradução do *Elogio de Helena* de Górgias de Leontinos. *Ethica*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 201-212, 2009.
- DOMANSKA, Ewa. El viraje performativo en la humanística actual. *Crerios*, La habana, n. 37, p. 125-142, 2011.
- DROYSEN, Johann Gustav. Arte e método. In.: MARTINS, Estevão Rezende (org.). *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do Século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 37-46.
- DURAN, Maria Renata da Cruz. *Retórica e eloquência no Rio de Janeiro (1759-1834)*. Tese (Doutorado em História). Faculdade de História, Direito e Serviço Social/Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Franca, 2009.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- EYMAN, Douglas. *Digital Rhetoric: Theory, method, Practice*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2015.
- FORNEL, Michel de. Le destin d'un argument. Le relativisme linguistique de Sapir-Wolf. In.: FORNEL, Michel de; PASSERON, Jean-Claude. *L'argumentation, preuve, persuasion*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2002, p. 121-147.
- FORNEL, Michel de; PASSERON, Jean-Claude. *L'argumentation, preuve, persuasion*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FRYE, Northrop. *Anatomy of Criticism: Four Essays*. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- FUMAROLI, Marc. *Histoire de la rhétorique dans l'Europe moderne: 1450-1950*. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.
- FUMAROLI, Marc. *L'âge d'eloquence. Rhétorique et 'res literaria' de la Renaissance au seuil de l'époque classique*. Genève: Droz, 2002.
- FUMAROLI, Marc. *L'Âge de l'éloquence: rhétorique et “des literaria”, de la Renaissance au seuil de l'époque classique*. Genève: Librairie Droz, 2009.
- GAGLIANO, Monica. *Thus Spoke the Plant: A Remarkable Journey of Groundbreaking Scientific Discoveries and Personal Encounters with Plants*. Berkeley: North Atlantic Books, 2018.
- GINZBURG, Carlo. *Unus testis: o extermínio dos judeus e o princípio de realidade*, in GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 210-230.

- GINZBURG, Carlo. *Relações de força. História, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição: pequeno tratado sobre a nota de rodapé*. São Paulo: Papirus, 1994.
- GRIZE, Jean-Blaise. Les deux faces de l'argumentation. L'inference et la deduction. In.: FORNEL, Michel de; PASSERON, Jean-Claude. *L'argumentation, preuve, persuasion*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2002, p. 13-27.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e cultura histórica: notas para um debate*. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, 2005.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Em 1926: vivendo no limite do tempo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção de presença: o que o significado não consegue transmitir*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.
- GUNDERSON, Erik (ed.). *The Cambridge Companion to Ancient Rhetoric*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural na esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- HANSEN, João Adolfo. *Retórica da Agudeza. Letras Clássicas*, São Paulo, v. 4, p. 317-342, 2002.
- HANSEN, João Adolfo. *A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. São Paulo: Ateliê Editorial; Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.
- HARTOG, François (org.). *A História de Homero a Santo Agostinho*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- HARTOG, François. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- HARTOG, François. *O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003.
- HEATH, Malcolm. Codifications of Rhetoric. In.: GUNDERSON, Erik (ed.). *The Cambridge Companion to Ancient Rhetoric*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 59-73.
- HEATH, Malcolm. *Menander: A Rhetor in Context*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- HOLLANDER, Jaap den; PAUL, Herman; PETERS, Rik. Introduction: The Metaphor of Historical Distance. *History & Theory*, p. 1-10, 2011.
- HUMBOLDT, Wilhelm von. “obre a tarefa do historiador. In.: MARTINS, Estevão Rezende (org.). *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do Século*

- XIX. São Paulo: Contexto, 2010, p. 82-100.
- IEGELSKI, Francine. *A astronomia das constelações humanas. Reflexões sobre o pensamento de Claude Lévi-Strauss e a história*. Tese (Doutorado em História). FFLCH/USP, São Paulo, 2012.
- IGGERS, Georg. Desafios do século XXI à historiografia. *Revista História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 4, p. 105-124, 2010.
- IGGERS, Georg. *Historiography in the twentieth century: from scientific objectivity to the postmodern challenge*. Hanover: Wesleyan University Press, 1997.
- ISER, Wolfgang. *O ato da leitura: uma teoria do efeito estético*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- ISER, Wolfgang. *O fictício e o imaginário: perspectivas de uma antropologia literária*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1996.
- ISÓCRATES. *Contra os sofistas*. In.: LACERDA, Ticiano Curvelo Estrela de. *Contra os Sofistas e Elogio de Helena de Isócrates*: tradução, notas e estudo introdutório. São Paulo: FFLCH/USP, 2011.
- JAUSS, Hans-Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática, 1994.
- KELLEY, Donald R. *History and the Disciplines: The Reclassification of Knowledge in Early Modern Europe*. Rochester: University of Rochester Press, 1997.
- KELLNER, Hans. *Language and Historical Representation: Getting the Story Crooked*. Madison: University of Wisconsin Press, 1989.
- KENNEDY, George (ed.). *Progymnasmata: Greek Textbooks of Prose Composition and Rhetoric*. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2003.
- KENNEDY, George A. *A New History of Classical Rhetoric*. Princeton: Princeton University Press, 1994.
- KENNEDY, George A. *Classical Rhetoric and its Christian and Secular Tradition from Ancient to Modern Times*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1999.
- KENNEDY, George A. *Comparative Rhetoric: An Historical and Cross-Cultural Introduction to Rhetoric*. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- KENNEDY, George. Introduction. In.: ARISTOTELES. *On Rhetoric. A Theory of Civic Discourse*. Oxford: Oxford University Press, 2007, p. 1-25.
- KOHN, Eduardo. *How Forests Think: Toward and Anthropology Beyond the Human*. Oakland: University of California Press, 2013.
- KOSELLECK, Reinhart. *Historia magistral vitae. Sobre a dissolução do topos na história moderna em movimento*. In.: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

- LACAPRA, Dominick. Retórica e história. *Revista Territórios e Fronteiras*, Cuiabá, v. 6, n. 1, p. 97-118, 2013.
- LACAPRA, Dominick. *Rethinking Intellectual History: Texts, Contexts, Language*. Ithaca: Cornell University Press, 1983.
- LACAPRA, Dominick. *Soundings in Critical Theory*. Ithaca: Cornell University Press, 1989.
- LANGLOIS, Charles-Victor; SEIGNOBOS, Charles. *Introducción a los estudios históricos*. Salamanca: KADMOS, 2003.
- LAZZARATO, Maurizio. *Signos, máquinas, subjetividades*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo/n-1 edições, 2014.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. História e dialética. In.: LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972, p. 280-306.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. História e etnologia. In.: LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1973.
- LUCCHESI, Anita. Por que ensinar história digital nas universidades? *X Seminário Nacional de História da Historiografia – Emergências: Desafios contemporâneos à historiografia*, Mariana, Minas Gerais, outubro de 2018, comunicação oral.
- LUCIANO. *Como se deve escrever a história*. Belo Horizonte: Tessitura, 2009.
- MACIEL, Emílio Carlos Roscoe. *O manto de Nesso: retórica e referencialidade em Paul de Man*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2007.
- MACK, Peter. *A History of Renaissance Rhetoric, 1380-1620*. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- MARINCOLA, John. *Greek and Roman historiography*. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- MARTINHO, Marcos. Prefácio. In.: ASSUNÇÃO, Teodoro Rennó; FLORES-JÚNIOR, Olimar; MARTINHO, Marcos (orgs.). *Ensaio de retórica antiga*. Belo Horizonte: Tessitura, 2010, p. 7-21.
- MARTINS, Estevão Rezende. Historicismo: o útil e o desagradável. In.: ARAUJO, Valdeí Lopes de; MATA, Sérgio Ricardo da; MOLLO, Helena Miranda; VARELLA, Flávia Florentino (eds.). *A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2008, p. 15-48.
- MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra & Voz, 2016.
- MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (orgs.). *Que história pública queremos?* São Paulo: Letra & Voz, 2018.
- MEYER, Michel. *A retórica*. São Paulo: Ática, 2007.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. História antiga e o antiquário. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 21, n. 39, p. 19-76, 2014.

- MOMIGLIANO, Arnaldo. History in an Age of Ideologies. *The American Scholar*, v. 51, n. 4, p. 495-507, 1982.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. The rhetoric of history and the history of rhetoric: On Hayden White's tropes. *Contemporary Criticism*, Cambridge, v. 3, p. 259-268, 1981.
- MONOD, Gabriel. Do progresso dos estudos históricos na França desde o século XVI. In.: MALERBA, Jurandir (org.). *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV/Porto Alegre: EdiPUCRS, 2010, p. 332-352.
- MUDROVICIC, María Inés. El retorno de la historia retórica y lo sublime histórico: el fin de la política moderna de la representación histórica. In.: TOZZI, Verónica; LAVAGNINO, Nicolás. *Hayden White, la escritura del pasado y el futuro de la historiografía*. Sáenz Peña: Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2012, p. 91-98.
- MUHANA, Adma. *A epopeia em prosa seiscentista*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- MURARI PIRES, Francisco. *Mithistória*. São Paulo: Humanitas, 1999.
- MURARI PIRES, Francisco. *Modernidades tucidideanas*. São Paulo: EdUSP, 2007.
- MURARI PIRES, Francisco. *Modernidades tucidideanas: Ktema es aei*. São Paulo: EdUSP, 2007.
- NIETZSCHE, Friedrich. Verdade e mentira no sentido extramoral. *Comum*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 17, p. 5-23, 2001.
- NOVAIS, Fernando. *Nova História em Perspectiva*. São Paulo: CosacNaify, 2013, 2v.
- NOVICK, Peter. *That Noble Dream: The 'Objectivity Question' and the American Historical Profession*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- OGAWA, Carlos Eduardo de Almeida. *História, retórica, poética, prova: a leitura de Carlo Ginzburg da Retórica de Aristóteles*. Dissertação (Mestrado em História). FFLCH/USP, São Paulo, 2010.
- OLIVEIRA, Maria da Gloria. Fazer história, escrever história: sobre as figurações do historiadores no Brasil oitocentista. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 30, n. 59, p. 37-52, 2010.
- OLIVEIRA, Maria da Gloria. O nobre sacerdócio da verdade: reflexões sobre o ofício do historiador no Brasil oitocentista. *Lusíada*, n. 9/10, p. 191-207, 2013.
- OLMSTED, Wendy. *Rhetoric: An Historical Introduction*. Malden: Blackwell, 2006.
- PARISIER, Eli. *O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2012.
- PARTNER, Nancy. Narrative Persistence: The Post-Postmodern Life of Narrative Theory. In.: ANKERSMIT, Frank; DOMANSKA, Ewa; KELLNER, Hans. *Re-Figuring Hayden White*. Stanford: Stanford University Press, 2009, edição Kindle.
- PAUL, Herman. Distance and Self-Distanciation: Intellectual Virtue and Historical Method Around 1900. *History & Theory*, pp. 104-116, 2011.

- PAVEZ, Leonardo Acquaviva. *Historia Magistra Vitae: História e Oratória em Cícero*. São Paulo: FFLCH/USP, 2011.
- PÉCORA, Alcir. *Máquina de Gêneros*. São Paulo: EdUSP, 2001.
- PÉCORA, Alcir. *Máquina de gêneros: novamente descoberta e aplicada a Castiglione, Della Casa, Nóbrega, Camões, Vieira, La Rochefoucauld, Gonzaga, Silva Alvarenga e Bocage*. São Paulo: EdUSP, 2001;
- PÉCORA, Alcir. *Teatro do sacramento: a unidade teológico-retórico-política dos sermões de Vieira*. São Paulo: EdUSP, 1994.
- PENNER, Todd; Caroline Vander STICHELE. Rhetorical Practice and Performance in Early Christianity. In.: GUNDERSON, Erik (ed.). *The Cambridge Companion to Ancient Rhetoric*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 245-260.
- PERELMAN, Chaïm. Lógica e retórica. In.: PERELMAN, Chaïm. *Retóricas*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 57-91.
- PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação. A nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PHILIPS, Mark Salber. *On Historical Distance*. New Haven: Yale University Press, 2013.
- PLATÃO. *Górgias; O banquete; Fedro*. Trad. Manuel de Oliveira Pulquério; Maria Teresa Schiappa de Azevedo; José Ribeiro Ferreira. Lisboa: Verbo, 1973.
- PLETT, Heinrich. *Literary Rhetoric. Concepts – Structure – Analysis*. Leiden: Brill, 2010.
- QUIGNARD, Pascal. *La rhétorique spéculative*. Paris: Gallimard, 1997.
- QUINTILIANO. *Institutio oratoria - Books I-III*. Trad. H. E. Butler. Cambridge: Harvard University Press/Loeb Classical Library, 1980.
- QUIRIM, Diogo Jardim. *'Recontar as coisas antigas com novidade e as novas de uma forma antiga'. O kairós na philosophía de Isócrates: filosofia grega e historiografia contemporânea*. Dissertação (Mestrado em História). IFCH/UFRGS, Porto Alegre, 2014.
- RANGEL, Marcelo de Mello. O conceito de história universal. In.: MARTINS, Estevão Rezende (org.). *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do Século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 202-215.
- RANGEL, Marcelo de Mello; SANTOS, Fábio Muruci dos. Algumas palavras sobre o giro ético-político e história intelectual. *Revista Ágora*, Vitória, n. 21, p. 7-14, 2015.
- REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004;
- Referências bibliográficas
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.
- RICOEUR, Paul. *A Metáfora Viva*. São Paulo: Loyola, 2005.

- RICOEUR, Paul. *A metáfora viva*. São Paulo: Loyola, 2006;
- RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. v. 1. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- SALBER PHILLIPS, Mark. Rethinking Historical Distance: From Doctrine to Heuristic. *History and Theory*, v. 50, n. 4, p. 11-23, 2011.
- SANTOS, Evandro dos. *Ensaio sobre a constituição de uma ética historiográfica no Brasil oitocentista: Francisco Adolfo de Varnhagen, o historiador no tempo*. Tese (Doutorado em História). IFCH/UFRGS, Porto Alegre, 2014.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.
- SCHAEFFER, Jean-Marie. Du texte au genre. In.: GENETTE, Gerard; TODOROV, Tzvetan [et. al.]. *Théorie des genres*. Paris: Éditions du Seuil, 1986, p. 179-205.
- SCHAEFFER, Jean-Marie. Langue, récit, vérité et fiction. In.: LILTI, Antoine; LORIGA, Sabina; SCHAUB, Jean-Frédéric; SEBASTIANI, Silvia. *L'expérience historiographique: autour de Jacques Revel*. Paris: Editions EHESS, 2016, p. 221-236.
- SCHIAPPA, Edward. *The Beginnings of Rhetorical Theory in Classical Greece*. New Haven: Yale University Press, 1999.
- SCHNEIDER, Axel; WOOLF, Daniel. *The Oxford History of Historical Writing*. v. 5. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- SEIGNOBOS, Charles. O método histórico aplicado às ciências sociais. In.: MALERBA, Jurandir (org.). *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV/Porto Alegre: EdPUCRS, 2010.
- SERJEANTSON, R.W. Proof and Persuasion. In.: PARK, Katherine; DASTON, Lorraine (eds.). *The Cambridge History of Science*. v. 3. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 132-175.
- SINKEVISQUE, Eduardo. *Doutrina seiscentista da arte histórica: discurso e pintura das guerras holandesas (1624-1654)*. Tese (Doutorado em História). FFLCH/USP, São Paulo, 2005.
- SINKEVISQUE, Eduardo. *Retórica e política: a prosa histórica dos séculos XVII e XVIII – introdução a um debate de gênero*. São Paulo: FFLCH/USP, 2000.
- SISMONDI, Jean-Charles Léonard de. Histoire des Français. In.: LETTERIER, Sophie-Anne. *Le XIXe siècle historien. Anthologie raisonnée*. Paris: Belin, 1997, p. 108-112.
- SMITH, Bonnie. *Gênero e história: homens, mulheres e a prática histórica*. São Paulo: Edusc, 2003.
- SOUZA, Roberto Acízelo de. *O império da eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.
- SPIEGEL, Gabrielle. The Task of the Historian. *American Historical Review*, p. 1-15, 2009.
- STEEL, Catherine. Divisions of speech. In.: GUNDERSON, Erik (ed.). *The Cambridge Companion to Ancient Rhetoric*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 77-91.

- STIERLE, Karlheinz. O que significa a recepção de textos literários? In.: COSTA LIMA, Luiz (org.). *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 57-85.
- TEIXEIRA, Felipe Charbel. *Timoneiros: retórica, prudência e história em Maquiavel e Guicciardini*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010.
- TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*. São Paulo: FAPESP/EdUSP, 1999.
- THIERRY, Augustin. Dix ans d'études historiques. In.: LETTERIER, Sophie-Anne. *Le XIXe siècle historien. Anthologie raisonnée*. Paris: Belin, 1997, p. 84-86.
- THIERRY, Augustin. Lettres sur l'histoire de France. In.: LETTERIER, Sophie-Anne. *Le XIXe siècle historien. Anthologie raisonnée*. Paris: Belin, 1997, p. 98-107.
- TIMMERMAN, David M; SCHIAPPA, Edward. *Classical Greek Rhetorical Theory and the Disciplining of Discourse*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- TODOROV, Tzvetan. *Estruturalismo e poética*. São Paulo: Cultrix, 1972.
- TODOROV, Tzvetan. *Os gêneros do discurso*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- TURIN, Rodrigo. História da historiografia e memória disciplinar: reflexões sobre um gênero. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 13, 2013, p. 78-95.
- VAGELPOHL, Uwe. *Aristotle's Rhetoric in the East. The Syriac and Arabic Translation and Commentary Tradition*. Leiden: Brill, 2008.
- VALESIO, Paolo. *Novantiqua: rhetorics as a contemporary theory*. Bloomington: Indiana University Press, 1980.
- VEE, Annette. *Coding Literacy: How Computer Programming is Changing Writing*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 2017.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: Editora da UnB, 2008.
- VOIGT, André Fabiano. Há um giro ético-político na história?. MEDEIROS, Bruno Franco; SOUZA, Francisco Gouvea de; BELCHIOR, Luna Halabi; RANGEL, Marcelo de Mello; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria (org.). *Teoria e historiografia: debates contemporâneos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015, p. 79-93.
- WEINGART, Peter. A short history of knowledge formations. In.: FRODEMAN, Robert (ed.). *The Oxford Handbook of Interdisciplinarity*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- WELLBERY, David. Retoricidade: sobre o retorno modernista da retórica. In.: WELLBERY, David. *Neo-retórica e desconstrução*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- WERNER, Erika. O epitalâmio na visão de dois retores: algumas considerações acerca dos tratados atribuídos a Menandro, o rétor, e ao Pseudo-Dionísio de Halicarnasso. In.: ASSUNÇÃO, Teodoro Rennó; FLORES-JÚNIOR, Olimar; MARTINHO, Marcos. *Ensaio de retórica antiga*. Belo Horizonte: Tessitura, 2010, p. 145-161.
- WHITE, Hayden. El pasado práctico. In.: TOZZI, Verónica; LAVAGNINO, Nicolás. *Hayden White, la escritura del pasado y el futuro de la historiografía*. Sáenz Peña: Universidad

Nacional de Tres de Ebrero, 2012, p. 19-40.

WHITE, Hayden. La supresión de la retórica en el siglo XIX. In.: *La ficción de la narrativa. Ensayos sobre historia, literatura y teoría 1957-2007*. Buenos Aires: Eterna Cadencia Editora, 2011, p. 499-515.

WHITE, Hayden. *Figural Realism: Studies in the Mimesis Effect*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2000.

WHITE, Hayden. *Metahistória. A imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: EdUSP, 2008.

WHITE, Hayden. *The Content of the Form: Narrative Discourse and Historical Representation*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1987.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EdUSP, 2001.

WITT, Ronald G. In *The Footsteps of the Ancients: The Origins of Humanism from Lovato to Bruni*. Leidein: Brill, 2000;

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco; Petrópolis: Vozes, 2005.

YATES, Frances. *A Arte da Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

ZANGARA, Adriana. *Voir l'histoire. Theories anciennes du récit historique*. Paris: VRIN/EHESS, 2007.



(27) 3376-0363

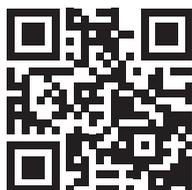


facebook.com/EditoraMilfontes



@editoramilfontes

Conheça mais sobre a Editora Milfontes. Acesse nosso site e descubra as novidades que preparamos para Você.
Editora Milfontes, a cada livro uma nova descoberta!



Este livro foi composto utilizando-se as famílias tipográficas
Miniom Pro e Aramis.

É permitida a reprodução parcial desta obra, desde que citada
a fonte e que não seja para qualquer fim comercial.



Editora Milfontes